JUVENTUDES e sexualidade

MARY GARCIA CASTRO

MIRIAM ABRAMOVAY

LORENA BERNADETE DA SILVA

APOIO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DA SAÚDE / COORDENAÇÃO NACIONAL DE DST/AIDS
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
INSTITUTO AYRTON SENNA

UNESCO

© UNESCO 2004 Edição publicada pelo Escritório da UNESCO no Brasil

Social and Human Sciences Sector
Division of Social Sciences Research and Policy
Policy and Cooperation in Social Sciences Section / UNESCO-Paris

As autoras são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

edições UNESCO BRASIL

Conselho Editorial da UNESCO no Brasil
Jorge Werthein
Cecilia Braslavsky
Juan Carlos Tedesco
Adama Ouane
Célio da Cunha

Comitê para a Área de Desenvolvimento Social
Julio Jacobo Waiselfisz
Carlos Alberto Vieira
Marlova Jovchelovitch Noleto
Edna Roland

Revisão: Eduardo Perácio (DPE Studio)
Assistente Editorial: Rachel Gontijo de Araújo
Diagramação: Fernando Brandão
Projeto Gráfico: Edson Fogaça

© UNESCO, 2004

Abramovay, Miriam
Juventude e sexualidade / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

426p.

ISBN: 85-7652-001-X

1. Comportamento Sexual – Juventude – Brasil 2. Questões de Gênero – Juventude – Brasil 3. Desenvolvimento Sexual – Aspectos Sociais – Juventude – Brasil 4. Educação Sexual – Brasil I. Castro, Mary Garcia II. Silva, Lorena Bernadete da III. UNESCO IV. Título

CDD 306.7

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Representação no Brasil
SAS, Quadra 5 Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar.
70070-914 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 322-4261
E-mail: UHBRZ@unesco.org.br

EQUIPE RESPONSÁVEL

Mary Garcia Castro
Coordenadora (Pesquisadora – UNESCO)

Miriam Abramovay
Coordenadora (Professora – Universidade Católica de Brasília)

Lorena Bernadete da Silva
(Consultora – UNESCO)

Assistente de Coordenação:
Maria Helena Guerra Gomes Pereira

Assistentes de Pesquisa:
Diana Teixeira Barbosa
Lorena Vilarins dos Santos

Plano Amostral:
David Duarte Lima

Crítica e Expansão da Amostra:
Márcio Machado Ribeiro

NOTA SOBRE AS AUTORAS

MARY GARCIA CASTRO é pesquisadora da UNESCO, Representação no Brasil. Mestrados em Planejamento Urbano (UFRJ) e em Sociologia da Cultura (UFBA). Ph.D. em Sociologia pela Universidade da Flórida, Estados Unidos. Pesquisadora associada do Centro de Estudos de Migrações Internacionais – UNICAMP; professora aposentada da UFBA; e membro da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, publicações na área de gênero, migrações internacionais, estudos culturais e juventude.

MIRIAM ABRAMOVAY é professora da Universidade Católica de Brasília e vice- coordenadora do Observatório sobre Violências nas Escolas no Brasil (UNESCO, Universidade Católica de Brasília e Universidade de Bordeaux 2). Formou-se em Sociologia e Ciências da Educação pela Universidade de Paris, França (Paris VII – Vincennes) e possui mestrado em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Foi coordenadora do Programa de Conservação Social da UICN para a América Central e México e do Programa de Gênero na FLACSO para a América Latina. Trabalhou como consultora para o Banco Mundial, UNICEF, OPAS, UNIFEM, IDB, ACDI/Canadá, FAO, UNODC, entre outros. Entre muitos trabalhos publicados destacam-se "Gangues, Galeras, Chegados e Rappers", Editora Garamond, Rio de Janeiro, 1999; "Escolas de Paz", Edições UNESCO, Brasília, 2001; Avaliação das Ações de Prevenção às DST/Aids e Uso Indevido de Drogas nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio em Capitais Brasileiras". Brasília: UNESCO, UNAIDS, UNODC, CN DST/ Aids do Ministério da Saúde, 2001. "Violências nas Escolas" (co-Coord.), Edições UNESCO, Brasília, 2002. "Escolas Inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas. Brasília: UNESCO, Fundação Kellogg, 2003.

As duas pesquisadoras são co-autoras das publicações:

- *Gênero e meio ambiente*. Brasília: Ed. Cortez, UNESCO, UNICEF, 1997.

- *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*. Brasília: UNESCO, CEPIA, 1998.

- *Cultivando vidas, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte, cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, BID, 2001.

- Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 143-176, jul. 2002.

- *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

- *Drogas nas escolas*. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde/ Coordenação Nacional DST/Aids, Ministério da Justiça/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

- Jovens em situação de pobreza e violência: casos em áreas urbanas. Brasil, 2000. In: ISTIENNE, B. et al. *População e pobreza*. São Paulo: Loyola, 2003.

- *Ensino médio:* múltiplas vozes. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2003.

LORENA BERNADETE DA SILVA é pesquisadora da UNESCO. Formou-se em Ciências Econômicas pelo UniCEUB – Centro Universitário de Brasília, possui pós-graduação em Análise de Projetos pelo CENDEC – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Curso regional de Empleo, pela Organização Internacional do Trabalho em Santiago/Chile; Pobreza pela Comisión Econômica para América Latina y el Caribe e Organización Internacional Del Trabajo no México. É funcionária aposentada do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Economista – Técnico de Planejamento e Pesquisa), tendo sido co-autora de vários trabalhos, com destaque para: "O Impacto da Crise Econômica nos Serviços de Saúde: O Caso Brasil", IPEA, 1987; "A Conta Social Revisitada – 1980-87", IPEA, 1989; "Financiamento do Setor Saúde", IPEA, 1989; "O que Mostram os Indicadores sobre Pobreza na Década Perdida" – Texto para Discussão Interna nº 274. IPEA, 1992; "Pesquisa sobre Família e Pobreza – Relatório Final", IPEA, 1992; "Relato do Desempenho Econômico e da Situação do Mercado de Trabalho", IPEA, 1992. Como consultora, participou de trabalhos no UNICEF, PNUD e na Tecnum Consultoria (Análises socioeconômicas). Na UNESCO, participou da elaboração dos seguintes trabalhos: "Drogas nas Escolas", Brasília, UNESCO, 2002; "Ensino Médio: múltiplas vozes", Brasília, UNESCO, Ministério da Educação, 2003.

EQUIPES LOCAIS DE PESQUISA DE CAMPO

ALAGOAS
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Ciências Jurídicas
Coordenação: *Erinalva Medeiros Ferreira*

AMAZONAS
Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Coordenação: *Maria Auxiliadora Gomes*

BAHIA
Universidade Federal da Bahia
Instituto da Ciência da Informação
Coordenação: *Teresinha Fróes Burnham*

CEARÁ
Universidade Federal do Ceará
Núcleo de Psicologia Comunitária/Departamento de Psicologia
Coordenação: *Verônica Morais Ximenes*

ESPÍRITO SANTO
Universidade Federal do Espírito Santo
Fundação Ceciliano Abel de Almeida/Núcleo de Pesquisas de Mercado, Opinião e Estatística
Coordenação: *Luiza Mitiko Yshiguro Camacho*

DISTRITO FEDERAL
Universidade Católica de Brasília
Departamento de Psicologia
Coordenação: *Tânia Rossi*

GOIÁS
Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação
Coordenação: *Maria Hermínia Marques da Silva Domingues*

MATO GROSSO

Faculdades Integradas Cândido Rondon – UNIRONDON
Diretoria Acadêmica
Coordenação: *Clorice Pohl Moreira de Castilho*

PARÁ

Instituto Universidade Popular – UNIPOP
Coordenação: *Dirk Oesselmann*

PERNAMBUCO

Centro de Cultura Luiz Freire
Coordenação: *Ana Nery dos Santos* e *Maria Elisabete Gomes Ramos*

RIO GRANDE DO SUL

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Coordenação: *Miriam Rodrigues Breitman*

Themis – Assessoria Jurídica de Estudo de Gênero – Assessora Técnica
Coordenação: *Míriam Steffen Vieira*

RIO DE JANEIRO

ISER – Instituto de Estudos da Religião
Coordenação: *Fernanda Cristina Fernandes de Souza* e *Elisabet de Souza Meireles*

SANTA CATARINA

Grupo de Apoio à Prevenção da Aids/SC
Coordenação: *Helena Edília Lima Peres*

SÃO PAULO

Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação
Programa de Juventude
Coordenação: *Maria Virgínia de Freitas*

SUMÁRIO

Agradecimentos 17

Prefácio 19

Apresentação 23

Abstract 27

Introdução 29

CAPÍTULO 1
METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

1.1 Mapeando, comparando e compreendendo: percepções/representações 49
1.1.1 A pesquisa extensiva 52
1.1.2 A pesquisa compreensiva 54
1.1.3 Análise e apresentação dos dados qualitativos 57
1.1.4 Síntese de informações sobre a pesquisa 59
1.2 Caracterização do universo amostrado: alunos 59
1.2.1 Características sociodemográficas 60

CAPÍTULO 2
A INICIAÇÃO SEXUAL DOS JOVENS

2.1 As interações afetivo-sexuais: entre iniciações e idealizações 67
2.2 A virgindade na perspectiva de jovens e adultos 73
2.3 Entre o *ficar* e o namorar, a vida sexual 87
2.4 A conversa sobre sexualidade 103

Capítulo 3
A GRAVIDEZ JUVENIL

3.1 Construções sobre gravidez na adolescência: ecos da literatura 130
3.1.1 A gravidez juvenil como um problema 130
3.1.2 Relativizando generalizações e identificando problemas no problema 134
3.2 A gravidez na juventude: representações na escola 135
3.2.1 Conhecimento sobre gravidez juvenil: professores e pais 135
3.2.2 Conhecimento de gravidez no ambiente escolar: alunos, professores e pais 137
3.2.3 Causas de uma gravidez não planejada: percepção de alunos, pais e professores 143
3.2.4 Significado de gravidez na juventude: percepção de alunos e professores 151
3.2.5 Conseqüências de uma gravidez não planejada: percepção de alunos, pais e professores 157
3.2.6 Discriminação de gestantes e mães solteiras no ambiente escolar: percepção de alunos, pais e professores 163

Capítulo 4
A CONTRACEPÇÃO NA JUVENTUDE

4.1 O exercício da contracepção segundo os jovens 174
4.1.1 Conhecimento e extensão do uso de métodos contraceptivos 174
4.1.2 Camisinha 183
4.1.3 Lugar da família e da escola quanto à prevenção 201

Capítulo 5
O ABORTO

5.1 Algumas estimativas sobre abortos 219
5.2 Abortos por jovens: o que se sabe sobre quantos e motivos 221
5.3 Percepções sobre o aborto 225
5.4 Mas se tem informação sobre aborto? 245

Capítulo 6
RESSIGNIFICANDO SEXUALIDADE, POR VIOLÊNCIAS, PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES

6.1 Violências sexuais 257
6.1.1 Assédio nas escolas 257
6.1.2 Estupro e incesto 268
6.2 Preconceitos e discriminações: o caso da homofobia 277

Capítulo 7
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

7.1 Considerações finais 305
7.2 Recomendações 311

Lista de Tabelas 315

Lista de Quadros 325

ANEXOS

Anexo 1 – Tabelas Estatísticas 327

Anexo 2 – Glossário e Siglas 403

Bibliografia 409

AGRADECIMENTOS

Ao Representante da UNESCO no Brasil, Dr. Jorge Werthein, pelo estímulo às pesquisas sobre juventudes, por seu empenho e pioneirismo em insistir em estudos que ultrapassam fronteiras formais entre o acadêmico-reflexivo e o pragmático-propositivo. Por acreditar que as pesquisas podem colaborar na compreensão sobre necessidades, potencialidades, pensares e aspirações dos jovens e na formulação de políticas públicas que decolem de tal chão e contribuam para um futuro melhor.

Às instituições que tornaram possível a realização dessa pesquisa, pela sua co-promoção com a UNESCO, a saber: Banco Mundial, CNPq, CONSED, Instituto Ayrton Senna, Fundação Ford, Secretaria Especial dos Direitos Humanos/MJ, UNAIDS, UNDIME, USAID e Coordenação Nacional de DST/Aids/MS.

Aos Secretários Estaduais de Educação e Ação Social, aos Secretários Estaduais de Saúde, aos Secretários Estaduais de Segurança Pública, que apoiaram a realização deste trabalho nas cidades em que foram desenvolvidas. Às autoridades municipais que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa de campo. Às associações e sindicatos das escolas particulares e de professores, pela ajuda prestada.

Às equipes locais, pela realização da coleta de dados nas cidades de Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Maceió, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, Porto Alegre, Cuiabá, Goiânia e no Distrito Federal.

Aos Diretores de escolas, professores, alunos e pais, que generosamente se dispuseram a colaborar fornecendo informações essenciais ao desenvolvimento deste trabalho.

Aos jovens dos grupos, que tão abertamente falaram de suas vidas, seus problemas e suas esperanças e sem os quais esse trabalho teria sido impossível.

A Kátia Guimarães, pela imensa colaboração no início deste trabalho, através de seus conhecimentos sobre o assunto, o que enriqueceu grande parte das análises.

A Danielle Oliveira Valverde e Fernanda Pereira de Paula, que com esforço e dedicação nos apoiaram em momentos importantes da pesquisa, especialmente na categorização dos depoimentos.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com informações necessárias para a realização dessa pesquisa.

PREFÁCIO

A década de 1990 surpreendeu os estudiosos da área com o rejuvenescimento da fecundidade no país. Em 1980 cabia às mulheres de 25 a 29 anos o maior número médio de filhos dentre os grupos etários na faixa reprodutiva. O primeiro deslocamento para o grupo mais jovem, de 20 a 24 anos, ocorre em 1991, mantendo-se em 2000. Além disso, enquanto a fecundidade declinou em todos os grupos etários nos últimos dez anos, as jovens de 15 a 19 anos representaram pela primeira vez uma exceção, com um crescimento de 25% entre 1991 e 2000.

Vale notar também que vem aumentando a importância relativa desse grupo etário no cômputo da taxa de fecundidade total. De 9% em 1980 passa a 14% em 1991, e em 2000 a fecundidade das jovens de 15 a 19 anos já responde por 20% do número total de filhos tidos pelas mulheres ao longo de todo o período reprodutivo, ou seja, de 15 a 49 anos.

Chama a atenção ainda que a maior parte dessas jovens mães é constituída por solteiras, proporção que veio crescendo no período 1991-2000, passando de 80% para 94%. A distribuição relativa dos nascimentos por idade da mãe mostra que foi entre aquelas com 15, 16 e 17 anos que ocorreram aumentos entre 1991 e 2000, caindo a participação relativa, embora majoritária, nas idades de 18 e 19 anos.

Os dois últimos censos mostraram ainda que esse aumento de 25% não foi uniforme em todas as camadas socioeconômicas. Foi mais expressivo entre as jovens menos escolarizadas, alcançando 44%, e as mais pobres, com aumento de 42%. Embora mais intenso nas áreas urbanas, o aumento ocorreu também no meio rural.

Esse quadro, que em grande parte é o reflexo de comportamentos de sexo desprotegido, encontra reforço na feminização da epidemia de Aids, mais presente entre as mulheres mais jovens. De fato, o número de casos de Aids diagnosticados entre as jovens de 13 a 19 anos cresceu 75% entre 1991 e 2000, e a taxa de incidência de Aids no país passou de 0,75 por 100 mil mulheres de 13 a 19 anos, em 1991, para 1,86 em 2000.

Várias interpretações têm sido evocadas para explicar por que muitos jovens continuam a praticar sexo sem dupla proteção, tais como as seguintes:

- pouca ou nenhuma presença de programas de educação sexual nas escolas;

- aconselhamento sexual baseado em tabus ou preconceitos religiosos, distanciados da realidade dos jovens;
- resistência dos pais por considerarem como promoção da sexualidade o diálogo sobre esse assunto entre professores e alunos;
- falta de informações sobre regulação da fecundidade;
- falta de esclarecimento sobre as formas de transmissão das DST/Aids;
- pouco ou nenhum acesso aos métodos anticoncepcionais, inclusive a contracepção de emergência (pílula do dia seguinte), que, se providenciada em até 72 horas após a relação sexual, pode evitar uma gravidez não desejada;
- falta de diálogo sobre sexualidade no seio da família;
- conflito de gerações, no qual os mais velhos não falam a linguagem dos jovens;
- necessidade de auto-afirmação via maternidade e/ou paternidade;
- falta de estímulos externos que ampliem horizontes e mobilizem o potencial individual dos jovens para a formulação de projetos de vida;
- falta de conhecimento sobre as percepções e representações que os jovens têm de si mesmos e do mundo que os cerca.

Estudos esparsos têm procurado focalizar alguns desses aspectos na tentativa de elucidar esse complexo de ansiedades, curiosidades e vulnerabilidades que caracteriza o universo dos jovens.

Há por outro lado, desde 1996, um vazio de informações de cobertura nacional, permitindo inferência estatística sobre sexualidade, conhecimento e uso de métodos contraceptivos, por sexo, idade e um conjunto de variáveis sociodemográficas (Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde). A Pesquisa sobre Comportamento Sexual e Percepções de DST/Aids, também de base populacional, data de 1998, estando em via de ser atualizada ainda em 2004, pela Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde.

Isto posto, pode-se avaliar a relevância da pesquisa "Juventudes e Sexualidade", cujos resultados compõem esta publicação.

Sob a égide da respeitabilidade da UNESCO e responsabilidade de renomadas pesquisadoras, a pesquisa enfrenta com competência e sobretudo coragem um elenco de temas que demarcam o complexo universo das sexualidades de nossas juventudes. Perseguindo o difícil

caminho de combinar diversas abordagens metodológicas, o estudo consegue se aproximar com intimidade do tecido social no qual os atores – pais, professores e alunos – interagem no palco das percepções, representações e comportamentos. As clivagens de gênero dão colorido especial às interpretações, marcadas também por diferenças regionais.

Os resultados produzidos pela pesquisa, que ouviu centenas de pais, professores e alunos em quatorze capitais brasileiras, certamente constituem uma contribuição pioneira ao entendimento dos processos que bloqueiam ou dificultam a comunicação saudável, construtiva e humanizada entre gerações.

Assim, a pesquisa abrirá novos caminhos para a adequada formulação de programas que ampliem o nível e a cobertura de conhecimentos na área da sexualidade e saúde reprodutiva junto a professores e familiares. Influenciará também a proposta de políticas que visem difundir e permitir o acesso, entre os jovens, dos meios para a prática do sexo com dupla proteção. Mas, acima de tudo, pavimentará um terreno mais seguro onde possam conviver as aspirações, expectativas e sonhos com o vigor das juventudes e suas sexualidades.

Elza Berquó
Presidente da Comissão Nacional de
População e Desenvolvimento

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa sobre Juventudes e Sexualidade é mais um marco de uma trajetória percorrida pela UNESCO, em cumprimento ao seu mandato de organização do Sistema das Nações Unidas dedicada à educação, à ciência e à cultura e à comunicação em informação. Como não poderia deixar de ser, sua sintonia com os novos tempos tem se expressado continuamente na preocupação com as juventudes. No Brasil, entre as suas prioridades, tem se dedicado a mapeá-las sob distintas perspectivas e caminhos. O seu Setor de Pesquisa e Avaliação se iniciou em 1997, precisamente quando a morte do índio Galdino comoveu toda a sociedade. Ao contrário das expectativas e estereótipos, o que levaria jovens socialmente privilegiados a causar danos a uma pessoa? Foi então realizada uma investigação sobre a juventude em Brasília, suas características e seus sentimentos quanto à violência. Este projeto inicial, pelas respostas e indagações que gerou, abriu as portas para grandes desdobramentos. A primeira pesquisa foi ampliada para outras capitais, inaugurando-se a linha de estudos sobre Juventude, Violência e Cidadania, que veio a incluir trabalhos a respeito de gangues, mapas da violência, linguagens culturais, vulnerabilidades e proposições dos jovens. Foram também realizadas pesquisas sobre as violências nos estabelecimentos de ensino, as experiências inovadoras para superá-las e a escola da juventude, que é por excelência o ensino médio. Como tônicas, foram associados os debates da ética e da economia política e foram entrelaçadas a cultura de paz, a razão e a estética, de modo a discutir mais profundamente tipos de violência, condições de vida e percepções de diferentes jovens.

Passando às conseqüências práticas das constatações, esta linha de investigação tem oferecido diversos frutos, entre eles o Programa Abrindo Espaços, hoje implementado por distintos Estados no Brasil, e que consiste na abertura das escolas nos finais de semana, com diversificada agenda cultural, desportiva, artística e de educação para

cidadania. Portanto, o trabalho envolve não só a resposta a novas perguntas – suscitadas incessantemente pelo avanço do conhecimento –, como também a proposição de alternativas para a ação e, ainda, a avaliação da prática de tais alternativas.

Um dos destaques deste fluxo de projetos é o aporte para o debate teórico-político sobre vulnerabilidades, capital cultural e social de juventudes e reflexões sobre estereótipos, preconceitos, como o sexismo, o racismo, a homofobia e as violências, inclusive as de âmbito sexual – o que se aprofunda nesta pesquisa. Avança-se criativamente neste debate, ao sublinhar subjetividades juvenis, vontades de serem atores e atrizes no desenvolvimento do país; de oferecer contribuições artístico-culturais, como o movimento *hip hop;* de participar em organizações da sociedade civil no campo da cultura e na formatação de políticas publicas de/para/com juventudes.

Este livro, portanto, flui da consciência de que é preciso se conhecer bem as juventudes do Brasil, por sinal, a projeção dos horizontes do país. Nele se analisam pensares de alunos dos últimos anos do ensino fundamental e do ensino médio em relação a distintas dimensões da sexualidade, bem como situações vividas por seus atores, como comportamentos quanto à prevenção de DST/Aids, gravidez juvenil e aborto, entre outros. Como contraponto, apresenta-se o que pais e professores refletem sobre os temas focalizados, com vistas a contribuir para o ajuste de pedagogias. Trata-se de adultos de referência a serem considerados em políticas e programas de apoio, especialmente os mestres, de quem se espera tenham um papel ampliado nas escolas. No estudo deste complexo mosaico, fica claro mais uma vez que se trata não de uma única juventude, porém de uma pluralidade, identificando-se formas de ser, estar e pensar, conforme gêneros e ciclos etários. Nesta obra a perspectiva é a de enfatizar os aspectos positivos e a potencialidade da sexualidade para o bem-estar dos indivíduos, em especial dos jovens, e também a de destacar a importância de uma postura preventiva, contra discriminações por parte das escolas, sem resvalar para moralismos e repressões, que, alias, só estimulam transgressões. Nesse sentido, não há palavras que possam encarecer o

valor da escola na formação de valores e atitudes, que se traduzem em comportamentos.

Muito se tem escrito sobre juventude e sexualidade, em particular no plano clínico e, em alguns casos, visando a programas de educação sexual. Contudo, pela primeira vez se apresenta um mapeamento de âmbito nacional que possibilita identificar a diversidade de percepções dos jovens e as diferenças regionais. A UNESCO Brasil, assim, está segura sobre a contribuição desta pesquisa para as políticas publicas voltadas para os jovens. Tais políticas precisam levar em alta conta a participação destes e o conhecimento das suas situações, assim como as desigualdades sociais e regionais. Estas mesmas políticas devem ser sensíveis a gênero, contribuindo para os princípios de equidade; devem respeitar as diversas orientações sexuais e precisam estar voltadas para a criação de escolas mais democráticas, com melhor qualidade, quer em termos de conteúdos, quer de compromisso com a ética de boa convivência e das necessárias relações com a cultura juvenil.

Jorge Werthein
Representante da UNESCO no Brasil

ABSTRACT

"Youth and Sexuality" aims at understanding how students, parents and the technical and pedagogical staff of schools perceive the issues related to juvenile sexuality, such as the sexual initiation of young people, teenage pregnancy, contraceptives, abortion, violence, prejudices and discrimination. The study was conducted in 14 Brazilian capital-cities, targeting public and private schools, both elementary and secondary. Quantitative and qualitative methods were used, applying questionnaire, individual and focal group interviews techniques.

The different actors agree in regard to several of those issues, but there is significant diversity as to representations, that are expressed mainly in relation to gender, age cycles and region, emphasis being given to differences between generations and among the young people themselves. In some of these issues, teachers and students tend to express similar opinions, while parents are more likely to reproduce traditional values.

The research points out that, in spite of all the concern and emphasis given to sexual education and STD/AIDS prevention in schools, some head-teachers report that there is no consistent work to deal with sexuality, and in the schools where such work does exist, it is neither continuous nor innovative. The impasses, such as teaching the different issues related to sexuality, still represent a challenge to the technical and pedagogical staff of schools and also to the families.

The school should be a privileged space for building knowledge, for acquiring social values and for living together in a positive atmosphere of mutual respect, and it should also be a point of reference for young people. However, this objective, as well that of disseminating integral knowledge – including health, the body and sexuality – is not always attained, and this study documents the advances and the obstacles found.

Policies and actions are recommended, so as to bring students, parents and teachers closer together, in order to promote alternatives to reducing the vulnerability young people face when experiencing their sexuality, and also to foster more symmetrical and enriching gender relations. In particular, the role of the school is emphasized.

INTRODUÇÃO

Sexualidade é conceito em disputa, historicamente, e a depender do autor, do olhar informado, da área de conhecimento, dos atores em suas vivências e ideários toma acentos particulares quanto a referencia ao sexo o que se confunde com distintos construtos de vida.

Segundo Heilborn (2003b: 2), "uma das primeiras formas de classificação no mundo social diz respeito ao sexo das pessoas. A palavra sexo, contudo, pode ter vários sentidos superpostos: ela pode designar o formato físico dos corpos – macho ou fêmeas da espécie –, mas também a atividade sexual".

A sexualidade é uma das dimensões do ser humano que envolve, gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos. Além do consenso de que os componentes socioculturais são críticos para a conceituação da sexualidade humana, existe uma clara tendência, em abordagens teóricas, de que a sexualidade se refere não somente às capacidades reprodutivas do ser humano, como também ao prazer. Assim, é a própria vida. Envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura.

Com tal cuidado sobre a plasticidade do conceito de sexualidade passa-se a seguir a breves referências sobre sua historicidade, enfatizando que a preocupação particular com a juventude e a escola ganha força em tempos de preocupação não somente com reprodução, vetor antigo da ênfase em disciplinar a sexualidade, mas com a expansão da Aids. Focaliza-se então, em seção específica, a relação entre sexualidade e escola.

SABERES SOBRE SEXUALIDADE: BREVES REFERÊNCIAS

Em contexto de construção de novos saberes que singulariza o século XX, destaca-se o surgimento de teorias referentes ao campo da sexualidade e das relações de gênero; a ação de movimentos sociais por

direitos humanos, inclusive destacando, entre tais direitos, os reprodutivos e sexuais.

No período compreendido entre o final do século XIX até a metade do século XX, vários autores se dedicaram a repensar a sexualidade a partir de novos e diferentes paradigmas. Duarte (1996), Giddens (1992) e Heilborn (1999) apontam que o conceito de sexualidade só foi possível ser construído no momento em que, na idade moderna, a focalização na individualidade se estrutura como constituinte da organização da sociedade capitalista. O conceito de família nuclear, de adolescência, a universalização da escola e as modificações sobre o ensino são algumas das mudanças que a modernidade construiu (Ariès, 1981).

Dumont (1993) *apud* Heilborn (1999) argumenta que a individualidade, por um lado, possibilitou a constituição de um sujeito político, livre, portador de direitos de cidadania e, por outro, se erigiu a subjetividade como tema central para a constituição da identidade.

Campos do conhecimento foram sendo criados e especializados em torno do debate sobre a subjetividade. Freud e outros autores demonstram, por intermédio de estudos de casos clínicos e pesquisas, a complexidade e as sutilezas envolvidas na compreensão deste importante eixo da existência humana.

Contudo, como objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento, a sexualidade era inserida num campo de preocupações associado à regulação da reprodução biológica e social das populações (Heilborn, 1999).

No início do século XX, diferentes formas de saber, como a ginecologia, pediatria e psicologia, problematizaram o novo indivíduo, dando espaço para o movimento médico-higienista, em que, pela primeira vez, os corpos não apenas eram temas de estudo, mas de intervenção.

Assim, com a preocupação com a individualidade, foi paralelamente estruturando-se saberes sobre identidade e sexualidade. Freud, seu precursor, relacionou comportamentos a uma subjetividade que até hoje paira no imaginário popular, imbricado na nossa cultura ocidental, organizando e controlando os corpos, como discute Foucault (1984) em História da Sexualidade.

A segunda metade deste século foi marcada por, pelo menos, dois importantes eventos que deram novos impulsos para os estudos sobre a sexualidade, bem como aos seus sistemas de práticas e representações

sociais: 1) o desenvolvimento de métodos contraceptivos que rompe com a associação, até então existente, entre o exercício da sexualidade e a reprodução da espécie; e 2) o surgimento de novas reflexões derivadas da interseção entre a mobilização de alguns segmentos da sociedade civil organizada e de estudos realizados no âmbito da academia.

As mudanças sociais que começaram a tomar forma na década de 60, trouxeram a contribuição do conhecimento produzido pelo movimento feminista e, mais tarde, pelos movimentos gay e lésbico no que concerne ao engrandecimento que os estudos sobre a sexualidade obtiveram nos últimos 40 anos, motivados fundamentalmente pela contraposição às desigualdades resultantes das relações de poder construídas a partir de materialidades de vida em relações sociais, valores e representações simbólicas derivadas dos modelos de normalidade sexual vigentes até então (Parker e Gagnon, 1994).

Nos anos 70, há a emergência dos estudos sobre gênero, como resultado da ação do movimento feminista, inclusive no pensamento acadêmico, que dá origem a uma nova perspectiva para as questões teóricas e de investigação sobre sexualidade.

Os fóruns internacionais, em particular o ciclo de conferências sociais das Nações Unidas, tornam mais visíveis, então, a complexa dimensão social e política da relação entre sexualidade, saúde, construção de cidadania e o exercício efetivo de direitos. As discussões sobre os Direitos Reprodutivos[1] e os Direitos Sexuais[2] podem ser consideradas como um enorme avanço em termos políticos.

---

[1] Segundo Ávila (2002), a introdução dos direitos reprodutivos na esfera pública tem produzido uma série de conflitos e re-significado o sentido dos fatos relativos à reprodução. Segundo a autora, em primeiro lugar, o fato de esse conceito vincular questões de reprodução como gravidez, contracepção, aborto, maternidade, paternidade, tecnologias reprodutivas etc. a um mesmo campo de direitos, que devem ser assegurados às pessoas como parte de sua cidadania rompe com a naturalização dos fatos da reprodução, que sempre esteve regulada, protegida por normas e códigos.

[2] "Direitos Sexuais são um elemento fundamental dos direitos humanos. Eles englobam o direito a uma sexualidade prazerosa, que é essencial em si mesma e, ao mesmo tempo, um veículo fundamental de comunicação e amor entre as pessoas. Os direitos sexuais incluem o direito a liberdade e autonomia e o exercício responsável da sexualidade" (Plataforma de Ação de Beijing, 1995).

Com a eclosão da pandemia de Aids, foi unânime, entre investigadores da área, a compreensão de que ainda havia muitas limitações no que se refere ao conhecimento sobre as diferentes formas de expressão da sexualidade humana. E essas limitações restringem o surgimento de respostas mais eficazes para lidar com a rápida disseminação do HIV pelo mundo. A pandemia do HIV/Aids, no entanto, possibilitou uma maior popularização e difusão dos debates sobre a sexualidade.

Parker (2000) afirma que as primeiras respostas à epidemia da Aids consistiram em levantamentos de atitudes e comportamentos sexuais em diferentes meios, devido à falta de informação

Vale ressaltar que o debate teórico e metodológico em torno da sexualidade encontra-se em franco desenvolvimento em diferentes áreas de conhecimento. O tema é compartilhado entre teias complexas, tendo em vista os contextos e dimensões sociais, em que é experimentada e vivenciada a vida sexual em diferentes culturas, populações ou grupos específicos.

A JUVENTUDE E A SEXUALIDADE

A adolescência e, em menor grau, a juventude vêm ocupando, nas últimas duas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto das grandes inquietações que assolam a comunidade mundial, tanto no campo da educação quanto no da saúde, contribuindo, em especial, a preocupação com problemas que vêm atingindo os jovens de todo o planeta, como: saúde sexual e reprodutiva, a gravidez precoce, o aborto inseguro e as DST e Aids.

No Brasil, a saúde reprodutiva e os direitos dos jovens vêm gradativamente despertando mais interesse de acadêmicos e gestores de políticas (ver, entre outros, Berquó 1986; Heilborn 2002; e Camarano, 1998).

A pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (DHS) de 1996 apontou que a idade mediana para a primeira relação sexual era de 19,5 para as mulheres e de 16,7 para os homens. Dados, mais recentes, levantados pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (1999), mostram que os jovens vêm iniciando a vida sexual muito mais cedo, o que tem bases também nesta pesquisa, como se discute no Capitulo 2 sobre a iniciação sexual.

A juventude é momento em que a experimentação da sexualidade vai possibilitar uma estruturação de sua identidade. Assim, preconceitos e crenças organizam as possibilidades sexual-afetivas dos jovens. Segundo Figueiredo (1998: 9):

> Reconhecer a sexualidade como construção social assemelha-se a dizer que as práticas e desejos são também construídos culturalmente, dependendo da diversidade de povos, concepções de mundo e costumes existentes; mesmo quando integrados em um só país, como ocorre no Brasil. Isso envolve a necessidade de questionamento de idéias majoritariamente presentes na mídia, em condutas idealizadas, que são "naturalizadas", e, assim, generalizadas para todos os grupos sociais, independentemente de suas origens e localização.

A juventude é também ciclo decisivo para demarcação de diferenças de gênero no campo de identidade. Tais diferenças podem potencializar criatividade, singularidade como podem tender a reproduzir divisões sexualizadas com conotação de assimetria e desigualdade. É, portanto, natural que expressiva literatura no campo da sexualidade tenha-se voltado para o lugar da escola e da educação de jovens.

A ESCOLA: INVESTIMENTOS NO CAMPO DA SEXUALIDADE

A sexualidade, no universo escolar, é tópico polêmico, considerando a multiplicidade de visões, crenças e valores dos diversos atores (alunos, pais, professores e diretores, entre outros), assim como os tabus e interditos que social e historicamente cercam temas que lhe são relacionados. Como se registra na pesquisa, para alguns pais *escola não é lugar para ensinar saliências*, mas também se documenta que a maioria dos pais, e em maior proporção professores e alunos, são favoráveis à discussão sobre sexualidade nas escolas.

Groppa Aquino (1997: 7) observa que, "no imaginário de pais, professores e alunos, a díade educação/sexualidade é, quase invariavelmente, um ingrediente exótico de uma receita, ao final, indigesta".

Para alguns autores, a intervenção da escola no campo da sexualidade além de complexa, tem riscos, considerando-se que a escola é intrinsecamente orientada para disciplinamentos, ênfase na razão e no controle, preocupando-se em ministrar conhecimentos especializados e

ensinar para a vida em coletividade. Já a sexualidade pede observação de desejos, individuação e atenção para as tênues fronteiras entre prazer, libido e pulsões e o fixar limites para que tais orientações individuais não ponham em risco projetos civilizatórios, a convivência e o direito do outro.

Sugerem, psicanalistas e psicólogos, que as dificuldades da escola em desenvolver projetos de orientação sexual ou tocar no tema teriam como base as incompatibilidades entre razão e cultura, de um lado, e sentimento e pulsões, de outro, referidas em Freud e Reich. Tal dilema é assim mencionado por Souza Pinto (1997: 43):

> Analisar a relação entre sexualidade e escola é praticamente equivalente a articular os pólos de uma antítese. A escola tem-se mostrado persistentemente refratária ao impacto do que foi chamado por Reich de "revolução sexual" (...). Talvez isso reflita o antagonismo essencial entre sexualidade e cultura postulado por Freud, ou a incapacidade de modernização da instituição educativa.

Para Foucault (1984), haveria duas formas de apropriação da sexualidade por saberes, via uma *scientia sexualis* e uma *ars erótica*. Enquanto para esta prevaleceria a preocupação com o prazer e a subjetividade, para aquela, a tônica seria o discurso científico e a preocupação com a reprodução, afirmando o lugar da medicina no disciplinamento do corpo. Segundo Cortez e Souza (1997), ainda hoje, na escola, a ênfase seria tratar sexualidade por tal via, informando que progressivamente o discurso médico fosse substituído pelo discurso pedagógico, ou que "o sexo transforma-se em assunto pedagógico à época da criação dos primeiros liceus". Cortez e Souza (1997: 14) observam que:

> Foucault demonstra que, sob a capa da repressão e silêncio sobre a sexualidade, a escola passou a falar incessantemente de sexo: na vigilância constante da criança, no confinamento da infância nas escolas, na separação entre os sexos, na arquitetura escolar, no combate sem trégua à masturbação.

De fato, o controle, a tutelagem e a prevenção historicamente têm sido a tônica com que a escola e a família se preocupam com a sexualidade de crianças, adolescentes e jovens. Segundo Sayão (1997), se no século XVIII a ênfase foi o combate à masturbação, na França, no século XIX, "a preocupação era com as doenças venéreas, a degenerescência da raça e o aumento dos abortos clandestinos".

Já no século XX, apoiar-se-ia a educação sexual nas escolas, para "ensinar os jovens a transmitirem a vida, dada a ligação entre instinto sexual e reprodução humana" (*op. cit.*). Em 1973, naquele país, educação sexual passa a ser inserida oficialmente no currículo das escolas. Ainda segundo Sayão (1997: 108):

> No Brasil, a história da educação sexual tem sido marcada por avanços e recuos. No início do século, pela influência das correntes médico-higienistas em voga na Europa, surgem as primeiras idéias sobre educação sexual que apregoavam o combate à masturbação e às doenças venéreas, visando também à preparação da mulher para o exercício do papel de esposa e mãe.

Nos anos 20, idéias inovadoras têm lugar, inclusive defendidas por feministas como Berta Lutz. Reivindica-se educação sexual, mas com o objetivo de proteção à infância e à maternidade. Em 1928, o Congresso Nacional aprova proposta de educação sexual nas escolas. Mas desse período até os anos 50, houve retrocessos, perseguições pela mídia e até judicial contra defensores da educação sexual nas escolas, principalmente por influência da Igreja.

Houve, já nos anos 60, experiências isoladas em algumas escolas no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo e também casos de perseguições a diretores por tais iniciativas. Nos anos 70, com mais intensidade, ressurgem debates e projetos legislativos voltados à educação sexual e a visibilidade do movimento feminista tem lugar em tal dinâmica. Já nos anos 80, principalmente na rede privada, seriam várias as experiências naquele sentido, em especial pela preocupação com a expansão da Aids e dos casos de gravidez entre adolescentes, tônica que continua prevalecendo.

Em 1995, com os Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental (PCNs), orientação sexual é assumida pelo Governo Federal como um dos "temas transversais" integrantes da programação pedagógica, de forma articulada com diversas disciplinas e outros temas, tais como, ética, saúde, gênero, meio ambiente e pluralidade cultural, o que mais se comenta em outra parte desta seção.

Considerando a tipologia de saberes sobre sexualidade – proposta por Foucault (1984) –, Cortez e Souza (1997) observam que a escola, ainda hoje, mais se adequa ao formato de *scientia sexualis*, preocupação com a espécie, formação para a vida em coletividade ou projeto civilizatório. Quanto aos interesses individuais/existenciais poderia tão

somente ir até dimensões da prevenção e, mesmo assim, acautelando-se em não escorregar em repressões.

Segundo Cortez e Souza (1997: 20), a ênfase no discurso científico sobre sexo na escola viria sendo atualizado, não tanto mais com a preocupação de regular a reprodução, mas pelo eixo da prevenção contra a Aids, o que mais distancia a escola do ideário de uma *ars erotica*, de liberdade, pois a própria busca de prazer passa a ser compulsiva:

> (...) a escola está certamente filiada a uma tradição iluminista que se fundamenta na idéia de que o conhecimento científico tem um potencial libertador. No que tange à sexualidade, a escola não é herdeira da *ars erotica*, mas da *scientia sexualis*...
>
> (...) a informação sobre o sexo destinada à criança, por meio dos manuais de educação sexual, se apóia na fisiologia do aparelho genital, de forma tal que qualquer criança percebe que um livro educativo explica tudo, menos (felizmente) o prazer (ou a angústia) do exercício da sexualidade.
>
> (...) nesses tempos de Aids, analisa-se o sexo como coisa biológica, só que, curiosamente, já não mais ligado à reprodução (esta é vista como acidente de percurso), mas à totalitária, paradoxal e angustiante obrigação de saúde e prazer.

Guirado (1997: 32) também manifesta ceticismo sobre a intervenção da escola na área da sexualidade: "Ora, a sexualidade e o desejo, por definição, não se deixam capturar absolutamente pelas malhas da disciplinarização generalizada. Não se deixam ensinar como matéria de currículo, ainda que por vezes isto seja tentado (...). Assepsia do prazer (...)".

Ao tempo em que se receia que a escola tenda a um excesso de disciplina, ao impor limites no campo da sexualidade e ministrá-la por informações/saberes competentes, também, considerando-se as críticas de Foucault (1984) aos saberes sobre sexualidade, teme-se que essa se oriente pela ética consumista/individualista, da total permissividade, por ênfase na compulsão ao prazer – que caracterizaria tendências pós-60[3].

[3] "Anos depois, os psicanalistas começaram a criticar pais e professores pela falta de limites dados às crianças. As crianças estavam se tornando egoístas, mimadas e essa falta de limites era a maior responsável, depois, por uma futura fragilização psíquica, tornando irresistível o apelo das drogas ou fazendo jovens sucumbirem à frustração – às frustrações que a vida oferece e àquelas relativas ao fato de não poderem consumir tudo o que a publicidade veicula. A ausência de limites também seria responsável pela falta de ética e de respeito mútuos, e, simultaneamente, pela falta de respeito por si no que diz respeito ao exercício da sexualidade" (Cortez e Souza, 1997: 22).

Cortez e Souza (*op. cit.*) lembram, entretanto, que Freud "jamais levantou a bandeira de uma permissividade educacional". Ao contrario, defendia o lugar da escola no campo da sexualidade, por sua possibilidade de mais aproximar vontade individual e projeto de vida em comum, equilibrando o individual e o social, mas fixando limites: "Pois a sociedade deve assumir como uma das suas mais importantes tarefas educativas dosar e restringir a pulsão sexual e sujeitá-la a uma vontade individual que é idêntica à ordem da sociedade" (Freud, 1977:181 *apud* Cortez e Souza, 1997: 21).

Também Reich teria como projeto que "a boa educação seria aquela que conseguisse colocar limites sem inibir completamente a vida pulsional da criança" (Albertini, 1997: 66)[4].

Ainda que a aproximação sexualidade e escola seja feita com reservas na literatura especializada, por outro lado, defende-se tal união, uma vez que tendo o conhecimento, o desenvolvimento da inteligência e o verbo como eixos, a escola pode colaborar para colocar em outro patamar o tratamento da sexualidade: "o sexo se põe no discurso e isso tem desdobramentos nem sempre previsíveis. De passagem, a escola acaba se colocando como espaço para uma pedagogia confessional da intimidade" (Guirado, 1997: 33). É quando o papel da escola seria estimular potencialidades criativas, o que pressupõe atenção ao "bom estado emocional do educador" projeto reichiano, segundo Albertini (*op. cit.*). Ou seja, educação sexual não seria apenas educação de crianças, adolescentes e jovens, mas também dos adultos de referência, em particular professores e pais.

Também Souza Pinto (1997) e Albertini (1997), em linha mais reichiana, criticam não a associação entre escola e sexualidade, mas determinado tipo de escola tradicional, sem incentivo ao desenvolvimento pessoal e exercício da crítica. Souza Pinto (1997: 45) advoga que sexualidade tem nexos com inteligência, então, uma instituição escolar que a estimule está contribuindo para lidar com sexualidade e afetividade:

---

[4] "Todos sabemos que a educação sempre implica a colocação de limites. Esse ponto é claro e é um erro supor que Reich, ingenuamente, tenha sugerido outra coisa. Entretanto, a tarefa fundamental, que merece ser continuamente estudada e aprofundada, diz respeito à arte de colocar limites sem anular a expressividade sexual, e portanto vital, do ser humano" (Albertini, 1997: 69).

> Basta afirmar que a sexualidade não pode ficar, como não fica a vida afetiva, em seu conjunto, à margem do desenvolvimento da inteligência. Este é um elemento fundamental para qualquer educação/orientação sexual que a escola queira realizar com os jovens. É preciso dizer-lhes, lembrar-lhes de que não são feitos apenas de libido, que as decisões vitais afetam a pessoa em seu todo, e esse todo carrega a inteligência como elemento inerradicável.

De fato, se o objeto da escola é "a aprendizagem de conhecimentos (...), bem como o desenvolvimento de uma atitude diante do conhecimento" (Guirado, 1997: 35) e se conhecimento é informação e mais do que isso, reflexão e crítica, o que permite lidar com pulsões, organizar desejos, considerando interesses da cultura pela sustentabilidade da civilização, haveria, portanto, lugar de destaque para a casa do conhecimento, a escola, no lidar com a sexualidade. Mas, desde que não se confunda educação, muito mais ampla, com escola, e não se tenha essa como onipotente em campos complexos, minados por conflitos e angustias – sexualidade e afetividade –, e se cuide dos excessos e da tendência à repressão. Ou seja, a escola tem muito a ver com sexualidade/intimidade/afetividade, e esta, assim ampliada, se entrelaça com matérias-primas da escola: conhecimento, pensamento crítico, ética, comunicação e linguagem. Portanto, além da prevenção, a escola pode colaborar com o pensar sobre vários constituintes da sexualidade e evitar violências em seu nome, mas há também que reconhecer seus limites.

O perigo de se inscrever a temática da sexualidade no campo de informações sobre o que fazer, quando e o que evitar tem sido motivo de críticas de distintos autores que advertem que essa temática, no contexto da sala de aula, vem sendo desenvolvida, tradicionalmente, como um conteúdo restrito ao campo disciplinar da biologia, reificando-se o corpo como aparato reprodutivo, o que molda a compreensão a respeito da saúde e da doença (ver tal crítica em Cecchim, 1998, e Rua e Abramovay, 2002, entre outros).

O debate contemporâneo a respeito da sexualidade na escola tem sido desenvolvido, em particular, por duas perspectivas: de um lado, tem-se buscado orientar e/ou enquadrar os alunos numa única visão – a higienista – que reduz o corpo aos conceitos de assepsia, controle e prevenção, delegando a um único professor, o de ciências, o que consideram o "saber competente". Em muitos casos, por tal orientação, o estudo do corpo é delegado ao campo da biologia, sendo que os professores das demais áreas se eximem de quaisquer responsabilidades

no que concerne à educação sexual dos alunos ainda que essa, subliminarmente, se realize por comentários, observações e até por silêncios quando situações consideradas sexualizadas ocorrem ou preconceitos se materializam em *brincadeiras* e por outras expressões. Conversa-se sobre sexo, os professores emitem, inclusive, valores, "acha-se" isso ou aquilo sobre práticas e relacionamentos sexualizados, mas há professores que não se dão conta de que, em tais conversas e emissões de opiniões, estão ensinando ou reproduzindo ideologias.

De fato, independente da intenção ou não da escola, nesta se demarca conhecimentos e formas de viver e pensar sobre a sexualidade, já que é o lugar por excelência dos jovens estarem juntos, além de ser um espaço integrante e integrador da sociedade. Louro (1998: 87/88) observa que:

> É indispensável admitir que a escola, como qualquer outra instância social, é, queiramos ou não, um espaço sexualizado e generificado. Na instituição escolar, estão presentes as concepções de gênero e sexuais que, histórica e socialmente, constituem uma determinada sociedade. A instituição, por outro lado, é uma ativa constituidora de identidades de gênero sexuais.

Na mesma linha, comenta Groppa Aquino (1997: 9) que, quer queiram, quer não, os professores:

> A sexualidade insiste em mostrar seus efeitos, deixar seus vestígios no corpo da instituição (...). Ela se inscreve, literalmente, às vezes, na estrutura das práticas escolares. Exemplo disso? As pichações nos banheiros, nas carteiras, os bilhetes trocados, as mensagens insinuantes. O que dizer, então, dos olhares à procura de decotes arrojados, braguilhas abertas, pernas descobertas? E aquele(a) professor(a) ou colega de sala, para sempre lembrado(a) como objeto de uma paixão juvenil?

Considerar que sexualidade não é tema curricular de alguns, mas sim linha de preocupação de todos, e que requer cuidado consciente, principalmente dos adultos que se relacionam e que têm papel relevante na vida dos jovens, é uma outra postura que vem-se ampliando. Importante para que se tenha presente os limites entre o saudável, o esperado, o perturbador e a violência. Limites que são complexos e pedem olhares mais atentos. Como se registra na pesquisa, são muitas e sutis as relações embasadas no erótico que podem machucar, magoar e ofender, inclusive aquelas que se revestem em opiniões, um "eu acho", um "sou contra" ou uma não atenção a um gesto, uma palavra, porque são tidas como *brincadeiras*.

Outra perspectiva sobre lidar com sexualidade na escola, que não tê-la como conhecimento de ciências, vem salutarmente se afirmando, admitindo-se que a nossa é uma cultura sexualizada, que então há que colaborar na administração de "saberes" quando o tema se apresente. Assim, tem lugar a segunda perspectiva de lidar com sexualidade na escola, ou seja, a tentativa de descentralizar o tema em diversos campos disciplinares, de forma a favorecer abordagens pluralistas, interdisciplinares (Groppa Aquino, 1997) e complementares. Assim se faria nexos entre sexualidade e ciências, humanidades, história, valorações estéticas e éticas.

Nesta segunda perspectiva, em que se busca ter a sexualidade como um parâmetro transversal, os professores, em todas as disciplinas, se comprometeriam com a educação sexual na escola, atentos às manifestações expressas nas falas e nos comportamentos dos alunos, o que pede mais comunicação entre professores e alunos. Souza Pinto (1997: 47) assim discute essa perspectiva:

> Para ensinar adolescentes é preciso transformar o conhecimento em caso pessoal, fazer o que proponho chamar de "subjetivação do conhecimento". E muitas vias se abrem na busca de realização desse propósito.

A primeira e mais obvia é a criação de uma vinculação interpessoal entre professores e alunos, suscetível de contaminar o conteúdo que aqueles representam

Outra possibilidade, provavelmente a que tem sido mais explorada, aponta para a busca de vinculação entre o conteúdo proposto e a vida cotidiana do aprendiz. É uma forma de "personalização" do ensino que implicitamente admite como correta a concepção de Ortega y Gasset de que conhecer algo é saber o que esse algo tem a ver "comigo", com aquele que conhece.

Sayão (1997) também enfatiza que, em programas de orientação sexual, se construa questões a partir de duvidas trazidas por alunos, mas considera que três eixos deveriam estruturar tal orientação: o corpo humano, as relações de gênero e a prevenção às DST e Aids.

A perspectiva que se baseia em maior participação dos próprios jovens, trazendo questões e discutindo-as, pressupõe respeito ao saber do professor, afetividade, confiança, relações abertas entre professores e alunos.

Mas, ao contrario de tal estado ou clima escolar, vem-se registrando em muitas escolas estranhamentos[5].

Além da transversalidade dos temas gênero, sexualidade e afetividade e sua retirada de uma exclusiva competência dos professores da área de ciência, vem também se firmando a perspectiva de que há que combinar tal transversalidade, ou tratamento de temas relacionados à sexualidade e gênero, assim como outros do plano da ética e da convivência, em distintas disciplinas, com a verticalidade, ou seja, insistir em programas de orientação sexual, principalmente com a colaboração de agências externas, da sociedade civil, para com a escola.

De fato, atualmente, principalmente tanto por uma ação de movimentos sociais e ONGs de mulheres, e aqueles voltados à construção de outras masculinidades não machistas ou por estereótipos, na de defesa de direitos humanos de grupos identitários discriminados, como os homossexuais, e na frente de luta contra Aids, programas e projetos governamentais vem-se ampliando e socialmente legitimando a importância de se estruturar debates e ações sobre sexualidade na escola, considerando diferentes dimensões relacionais.

É quando sexualidade e gênero se entrelaçam, em perspectiva de direitos. Pode também, tal foco, se basear na preocupação com a prevenção, principalmente em tempos de Aids, ou pela "juvenilização" da fecundidade, o aumento da gravidez entre adolescentes.[6]

Se a perspectiva é um avanço, ainda há muito que investir na concepção de singularizar a sexualidade, a ser tratada de forma quer vertical quer transversal na escola por direito de reconhecimento de que esse tema é um dos prioritários na cultura juvenil, sendo construto da

---

[5] Ver sobre problemas nas relações sociais entre alunos e entre estes e professores em escolas de ensino médio no Brasil, Abramovay e Rua, 2002, e Abramovay e Castro, 2003.

[6] É significativo que na Plataforma Política Feminista (PPF), aprovada na Conferencia Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada em Brasília, em junho de 2002, liste-se entre os Desafios à Liberdade Sexual e Reprodutiva, o seguinte artigo: 266 - Reformular e fortalecer os programas de educação sexual nas escolas, adotando a perspectiva da historicidade das relações de gênero para superar a visão biologizante e determinista que vem sendo dada à temática da sexualidade. Investir em programas de capacitação de jovens e de professoras/es, pedagogas/os e demais trabalhadoras/es em educação, nos níveis fundamental, médio e universitário, para um tratamento despido de dogmas e tabus no que diz respeito ao livre exercício da sexualidade (*in* Articulação de Mulheres Brasileiras, 2003: 12).

sociabilidade entre jovens, o que mais pede sensibilidade para a busca por prazer, experimentação, aventura e marcar diferentes dimensões inerentes a tal cultura. É quando há limites para o necessário, mas não suficiente enfoque em conhecimentos e diálogos entre gerações, pois em sexualidade, por mais se que se repita, sem sentir, modelos e valores antigos, cada jovem se sente único e singular.

Insiste-se na tese de que a possibilidade de intervenção no terreno da sexualidade pela escola é defendida por muitos preocupados na construção de uma cultura de convivências pautada pela ética e por sentido de prazer que não atropele a responsabilidade para consigo e para com os outros, em particular, o/a parceira. Não ao azar o debate sobre sexualidade, em muitos programas, se entrelaça ao de gênero, como se identifica nas formulações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ministério de Educação e Cultura no Brasil.

Para muitos, os PCNs ainda são princípios não necessariamente incorporados à cultura escolar (ver sobre apreciações favoráveis e críticas aos PCNs no âmbito da escola em Abramovay e Castro, 2003). Sobre importância e limites dos PCNs para o debate sobre temas tais como afetividade, sexualidade e gênero, nota Arroyo (2002: 95):

> Mas podem os PCNs ir mais fundo e derrubar cercas, abrir horizontes, na medida em que os novos conteúdos da docência e das licenciaturas sejam mais abertos, incorporem dimensões e culturas que não cabem mais em quintais fechados, gradeados e disciplinados.

É comum os professores admitirem a dificuldade em trabalhar sobre sexualidade e afetividade em sala de aula (ver Rua e Abramovay, 2001, e Castro e Abramovay, 2003). Essa problemática, segundo Barroso (1986) e Warken (2003), se associa a questões complexas, de cunho existencial e institucional, como o fato de que os próprios professores, muitas vezes, não sabem lidar com essa questão em suas vidas. Explicita-se a falta de preparo e de capacitação para repassar aos alunos os temas transversais sugeridos pelos PCNs, Parâmetros Curriculares Nacionais (Rua e Abramovay, 2001; Castro e Abramovay, 2003, e Costa, 2002), pois as dúvidas vão além da informação, passando por experiências de vida pessoal, íntima, sendo que os professores sentem-se, muitas vezes, constrangidos a se posicionarem. No entanto, há professores e diretores que frisam que as dificuldades

de trabalhar sobre sexualidade não é empecilho, ao contrário, para que abordem esse tema em sala de aula.

A escola, sendo também um espaço que deveria congregar os pais dos alunos, tem possibilidade de colaborar para que a família também reflita sobre como vem ou não lidando com práticas sexuais de prevenção, relações não discriminatórias, ética de convivência inclusive nas relações afetivo-sexuais e ruptura na cadeia de reproduções de tabus e intolerâncias.

Mas tal postura, por ampliação das esferas de atuação da escola, além da clássica transmissão de conhecimentos disciplinares choca-se com a materialidade, a falta de recursos e insatisfação dos professores com suas condições de trabalho e de rendimentos, o que se radiografa em outros trabalhos (ver Abramovay e Rua, 2002, e Abramovay e Castro, 2003).

Há resistências plausíveis que com um cenário de necessidades, em que se vem alertando para o baixo nível da qualidade do ensino[7] e se exigindo respostas pedagógicas dos professores, também se peça a este que seja um educador de temas da vida, do cotidiano, como questões relacionadas às práticas e aos ideários sexuais. Arroyo (2002: 99) também argumenta nesse sentido, pois os professores apresentam as contradições do "pedagogo super-herói" que tem "funções tão desencontradas" de formar para a cidadania e preparar alunos para competir no mercado.

Além das novas demandas e dos entraves do cenário escolar e suas próprias condições de vida e de trabalho, o professor ainda se depara com outras dificuldades que complicam a realização das intenções dos PCNs de ênfase em parâmetros curriculares não tradicionais, como sexualidade e gênero: as desigualdades sociais, a pobreza estrutural de muitos alunos, as violências de várias ordens que cercam a vida desses, o que contribui para que se priorize essas questões, deixando de lado olhares mais atentos para as relações microrreferenciadas, comportamentos e formas de se delinear em relações sexualizadas, subjetividades.

---

[7] A baixa qualidade da educação pode ser verificada por meio dos resultados da avaliação do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica (SAEB) que anuncia que, "(...) em 2001, 59% dos alunos brasileiros da 4ª série do ensino fundamental não desenvolveram competências elementares de leitura e 52% demonstram profundas deficiências em matemática" e ainda há "(...) uma tendência sistemática de declínio nos desempenhos, entre 1995 e 2001. A queda é mais acentuada nas regiões mais pobres, notadamente no Nordeste" (Brasil, 2003).

A capacitação dos professores é um dos construtos mais importantes se o objetivo é tanto a melhoria da qualidade do ensino quanto o aprimoramento da escola como lugar protegido e prazeroso (Abramovay e Rua, 2002; Derbabieux, 1998, e Castro e Abramovay, 2002). Tal complexidade se amplia em temas em que circulam entre o público e o privado, ou em que não basta conhecimentos, mas desconstruções por reflexões e debates contínuos de condicionantes culturais.

Em geral, os programas de capacitação sobre sexualidade, assim como sobre prevenção, são promovidos em horários contrários às aulas, e representam ações breves e pontuais, sendo que muitos dos professores trabalham em dois turnos nas escolas. Essas capacitações têm sido apontadas como de qualidade insuficiente e as temáticas mais polêmicas têm sido abordadas de maneira não aprofundadas, faltando especialistas para possibilitar uma reflexão mais apurada (ver Rua e Abramovay, 2001). Essas dificuldades culminam em um despreparo dos professores para fazerem frente às suas responsabilidades pedagógicas, incluindo aí os temas transversais. Assim, a sexualidade tem ficado relegada nas prioridades curriculares.

A orientação sexual e a prevenção nas escolas são temas que pedem políticas públicas, com parcerias entre governo e ONG. Isso significa incluir ações específicas como uma capacitação mais qualificada para os professores; promover uma maior proximidade com os pais; potencializar com os alunos uma abertura ao diálogo com possibilidades de se compreender e se apropriar da sexualidade de novas formas, propiciando uma cultura de prevenção atrelada à ética de convivência, à estética, ao prazer, ao sentimento, respeitando direitos à privacidade e formas de ser de culturas juvenis.

As reflexões sobre distâncias entre conhecimentos, ou formas de compartir conhecimentos, ou lógica de organizar a prevenção e desejos, subjetividades, universo simbólico e arquitetura cultural de sexualidades juvenis mais embasam a tese de que no campo da sexualidade há que, mais que discutir currículos, temas ou ensinamentos sobre o campo em si, questionar como se estrutura a escola, o conhecimento, a interação entre cultura juvenil e cultura escolar, ou seja, ampliar o debate para além da matéria sexualidade, o que pede vontade continuada em mudanças culturais, o que leva tempo.

O Programa Saúde nas Escolas de Disponibilização do Preservativo do Governo Federal, iniciado em 2003, e a insistência de que os

professores estejam sensibilizados e relativamente preparados para responder quando perguntados pelos jovens sobre temas de sexualidade e, principalmente, atentos para desconstruir violências e discriminações nas escolas são formas básicas de conhecimento e ação nas escolas.

Mas tais importantes iniciativas são construções, passos, mas não são em si suficientes para o projeto de se vir a ter escolas prazerosas, conjugando-se este, aos limites necessários da vida em coletividade e da ética por respeito ao outro, à outra.

Faz-se necessária á realização de atividades, mas antes de tudo, investimento em vontade por projetos que atentem sobre formas de ser e de querer ser das juventudes, seus contextos, suas potencialidades, necessidades a fim de abrir campo para a discussão e construção das várias formas de vivência; que contemplem a apropriação das questões da sexualidade.

A PESQUISA

O objetivo deste estudo é contribuir para o debate sobre as relações existentes entre sexualidade e juventudes na escola, apresentando percepções dos atores que compõem a comunidade escolar (alunos, professores e pais), enfocando principalmente a visão do jovem e suas motivações, códigos de conduta, ideário e perspectivas sobre os seguintes temas: iniciação sexual, *ficar* e namorar, virgindade, afetividade, fidelidade, gravidez, métodos contraceptivos, abortamento, conversa sobre sexualidade, violência sexual, preconceitos e homofobias.

Uma questão recorrente neste estudo diz respeito às justaposições e às diferenciações entre os atores pesquisados, ressaltando também peculiaridades em falas de jovens, segundo gênero. Mais do que um exercício de comparações entre falas, para identificar diferenças entre alunos, professores e pais, interessa conhecer como sujeitos de referência na vida dos jovens, e estes, tratam a si e aos seus pares – se por explícitos ou implícitos discriminações e estereótipos – e como vivenciam a sexualidade e a afetividade.

O estudo envolve crianças, adolescentes e jovens de escolas de ensino fundamental e médio de 13 capitais brasileiras e do Distrito Federal. O livro está dividido em sete capítulos.

No primeiro, se descreve a metodologia adotada: a ênfase em representações/percepções de múltiplos atores relacionados à escola e caminhos técnicos percorridos. Também nesse, se procede a uma caracterização sociodemográfica dos alunos, com informações sobre sexo, distribuição etária, arranjos familiares e escolaridade dos pais.

No segundo capítulo – Iniciação Sexual dos Jovens –, articula-se informações sobre como os jovens percebem várias dimensões da sexualidade, enfatizando as que se relacionam mais diretamente ao início da vida sexual e às interações afetivo-sexuais. Discute-se o que é considerado próprio de homens e mulheres; como se posicionam os jovens sobre extensão e diversidade de parceiros; os nexos e singularidades entre vida amorosa e vida sexual; valores quanto a fidelidade e virgindade; legitimidade e diferenças de *ficar* e namorar; e como vem-se dando as conversas sobre sexo. Evidenciam-se diferenciais por gênero; formas de conceber individualidades no masculino e no feminino, o que passa por vivências e idealizações sobre relações sociais entre os sexos.

No terceiro capítulo, se focaliza um dos temas mais recorrentes quando se discute juventudes, e em particular sexualidade nessa fase, que é a gravidez juvenil. A intenção principal é retraçar percepções sociais contemporâneas sobre o tema, discutindo como no imaginário dos atores e autores se delineiam debates, valorações e sentidos, o que se associa com percepções sobre o que é ou não apropriado à geração de referência: os jovens. Analisam-se, também, discriminações e preconceitos sofridos por jovens grávidas e mães solteiras no ambiente escolar.

Discute-se algumas questões de pesquisa, como: em que medida saberes em uso, como as percepções de jovens alunos, seus pais e professores sobre gravidez juvenil se alinham a uma perspectiva que a considera um problema em si, ou a que defende que tal problema se associa mais às condições estruturais da vida dos jovens e que há que pesquisar porquês ao nível do simbólico e da subjetividade, muitas jovens, de fato, querem engravidar. Analisa-se, também, como a escola lidar com a gravidez de jovens.

No quarto capítulo, se analisa o grau de conhecimento que os alunos têm sobre os métodos e formas de contracepção, destacando como o gênero e o ciclo de vida na população jovem pode imprimir singularidades quanto a saberes e práticas. Explora-se, também, orientações quanto à prevenção e o elenco de motivos apresentados

para o uso ou não do preservativo por parte de diversos jovens e para as negociações que visam à prevenção.

Considerando que são muitas as instituições que intermedeiam uma decisão marcada pela intimidade e simbolismos, direta ou indiretamente, influenciando os que a protagonizam, no caso os jovens, cerca-se o lugar da família. Busca-se, assim, registros sobre como conversam pais e mães com seus filhos.

No quinto capítulo, se aborda o tema aborto. Discute-se a extensão de casos de abortos, motivos alegados para a sua recorrência e como se posicionam os atores pesquisados diante de diferentes modalidades, como os previstos e os não amparados pela legislação brasileira. Precede essa análise, o mapeamento de algumas estimativas sobre o número de abortos no âmbito mundial e nacional, destacando níveis de abortamento entre jovens e as associações entre aborto e riscos à saúde e vida das jovens.

No capítulo sexto – Ressignificando sexualidade, por violência, preconceitos e discriminações –, discute-se as naturalizações assim como as banalizações de formas depreciativas e abusivas de tratamento com o outro. Analisa-se percepções e casos de assédio, estupro, preconceitos e discriminações de cunho sexual. Analisam-se, ainda, comportamentos e motivos dos adultos e dos jovens para a não denúncia.

Discute-se discriminações e preconceitos apoiados em construções sobre a sexualidade, enfatizando a discriminação aos homossexuais nas escolas, tanto pela sua gravidade, por ser uma violação de direitos humanos, quanto pela escassa literatura sobre o tema.

No capitulo sétimo, são apresentadas as considerações finais e recomendações.

1. METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

1.1 MAPEANDO, COMPARANDO E COMPREENDENDO: PERCEPÇÕES/REPRESENTAÇÕES

Duas abordagens se combinam nesta pesquisa: uma de caráter extensivo e outra, compreensivo.

Registra-se, na pesquisa tipo *survey*, a extensão da representação sobre diferentes dimensões da sexualidade. Visam-se análises comparativas, tendo como unidades de referências, alunos das quatro últimas séries do ensino fundamental e do ensino médio, tanto da rede pública como da particular. Reflete-se sobre tal mapeamento, buscando compreender nuances e inscrições identitárias, como a de gênero, que diferenciem esses alunos, considerando percepções/representações.

Outras unidades de análises pesquisadas são pais e professores, discutindo-se também suas percepções/representações.

As representações englobam tanto as experiências quanto o sentido que os atores atribuem a elas. A relação entre experiência vivida e construção social significa a re-interpretação discursiva dos diferentes atores sobre a sua realidade. A realidade neste contexto se reapresenta vestida de símbolos, imagens e palavras.

Segundo Chombart de Lauwe (1979), as percepções/representações são um excelente teste projetivo do sistema de valores e aspirações de uma sociedade. Para que se possa entender a complexidade da sociedade, deve-se considerar que as idéias e os valores podem ser transformados pelas representações individuais e coletivas, compondo um sistema de múltiplos níveis. Entrelaçadas às representações individuais, relacionadas à biografia de cada ator social, existem também as representações coletivas, que são expressas por meio da linguagem, circulando nas mais diversas camadas da sociedade.

Na relação entre materialidades de vida, realidades e percepções/representações, aquelas se apresentam aos atores por mediações, valores e concepções socialmente construídas. Segundo Barth (2000: 13): "Para identificar as representações culturais utilizadas por determinadas pessoas, devemos nos voltar para o conhecimento e para o discurso que essas pessoas empregam para interpretar e objetivar suas vidas."

> Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, tais como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica. (Moscovici, 1978: 41)

No estudo dos fenômenos sociais, não existe uma única abordagem possível, nem só uma possibilidade de técnica, ou instrumentos de pesquisa privilegiados. Existem técnicas complementares, que possibilitam apreender a multiplicidade de pontos de vista acerca dos temas-objeto de investigação. Assim, a combinação de técnicas diferenciadas – tais como a aplicação de questionários, a realização de grupos focais e entrevistas, acompanhadas da técnica da observação direta – permite recolher os discursos dos atores e possibilita um estudo em profundidade do fenômeno, abarcando sua amplitude e complexidade.

A combinação de técnicas contribui para a difícil interação entre campo e teorias, o que se traduz em seleções, codificações e apresentações de depoimentos/categorias emblemáticas, sem a perda da identidade entre teoria e dados empíricos. Elias (1993) *apud* Kaufmann (2001) mapeou a difícil articulação entre teoria e dados nas ciências humanas, com a preocupação de se afastar do senso comum. Tal preocupação, no campo das representações, é mais pertinente em se tratando do tema sexualidade, tão complexo e vivenciado por todos. Kaufmann (2001: 13) assim se expressa sobre a difícil arquitetura entre teoria e campo:

> O pesquisador deve progressivamente impor a ruptura com o senso comum, formulando a arquitetura da organização das categorias. Deve-se hierarquizar, privilegiando conceitos que parecem ser mais interessantes. Este trabalho compreende um grande esforço na redução do material bruto e subordinação das categorias que lhe são anexadas. De uma certa maneira, o que se faz é um luto do

campo, já que este é muito rico, sedutor afetiva e intelectualmente e, desta forma, os cortes são feridas.

Nesta pesquisa, a abordagem extensiva e a compreensiva se combinam de modo a identificar as vivências, as relações e as interações sociais que se dão no âmbito escolar e fora dele, tendo como foco as percepções/representações sobre questões relacionadas à sexualidade envolvendo atores ligados diretamente à escola, como alunos e professores, e, indiretamente, pais de alunos. A combinação de técnicas também visa a potencializar os benefícios que oferecem, bem como superar as limitações de cada uma delas.

A abordagem extensiva visa a conhecer magnitudes. Baseia-se na representatividade e na capacidade inferencial dos dados e é característica das pesquisas do tipo *survey,* recorrendo-se a questionários. Esta técnica pretende quantificar características e percepções das populações a partir de uma amostra probabilística, a qual possibilita obter resultados conjugados ao universo pesquisado, para o caso dos alunos, e outra não-probabilística para seleção de pais e professores.

Já a abordagem compreensiva procura trabalhar qualitativamente o conteúdo das manifestações da vida social, tanto a partir de aspectos cognitivos quanto interacionais. Dentro desta abordagem, as noções de contradição, conflito e a apreensão de diferentes olhares são essenciais. A abordagem compreensiva foi adotada para qualificar as percepções, os sentidos, as intenções dos atores envolvidos por meio de grupos focais, entrevistas individuais em profundidade e observação *in loco*.

Os resultados obtidos a partir dessas técnicas possibilitam mapear os comportamentos e as posições de alunos, pais, professores e membros do corpo técnico-pedagógico quanto a questões como: aborto, gravidez na adolescência, iniciação sexual, virgindade, prevenção, métodos contraceptivos, formas de interação afetivo-sexual, como o *ficar* e o namorar, diálogos com adultos de referência sobre sexualidade, tipos de violência, como assédio, estupro e a homofobia, e trabalhos na escola sobre sexualidade.

Compararam-se percepções entre gerações (alunos, pais e professores) segundo gênero dos atores pesquisados.

Esta pesquisa foi realizada a partir de dados levantados em 13 capitais brasileiras e no Distrito Federal. As capitais participantes são: Belém, Cuiabá, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Maceió, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

1.1.1 A pesquisa extensiva

- **Desenho Amostral**

A partir da base de dados do Censo Escolar de 1998 (INEP/MEC), construiu-se um cadastro da população a ser investigada. A instituição de ensino é o nível mais baixo de observação disponível nesta base com informações do quantitativo de turmas e alunos. Este cadastro foi o ponto de partida para a seleção da amostra para cada localidade pesquisada.

- **Plano Amostral para a População de Alunos**

O delineamento amostral determina os procedimentos de seleção e estimativa dos parâmetros populacionais. O delineamento amostral empregado na pesquisa foi a amostragem estratificada com seleção por conglomerados em dois estágios. A classificação da população em estratos compreende a divisão da população em subpopulações, nas quais uma amostra é selecionada em cada estrato. Os estratos são definidos pela combinação do nível de ensino (fundamental e médio) e da dependência administrativa (estadual, municipal e privada). Os conglomerados compreendem unidades de seleção que contêm mais de um elemento da população.

Os conglomerados são selecionados proporcionalmente ao tamanho, o que garante uma maior probabilidade de seleção das escolas e de turmas, respectivamente. Nesse caso, as escolas são as unidades selecionadas no primeiro estágio e as turmas, no segundo estágio. Em cada turma selecionada, investigam-se todos os alunos, denominados unidades terminais.

O parâmetro de variabilidade utilizado para o cálculo do tamanho da amostra foi a variância do tamanho da escola – medido pelo número de alunos – em cada local pesquisado. A amostra adotou um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 3%.

De acordo com o interesse em obter especificidades locais em relação à sexualidade, tem-se que a amostra de alunos é representativa no Distrito Federal e em cada uma das capitais. A Tabela 1.1 a seguir apresenta os dados populacionais provenientes do cadastro construído a partir da base de dados do Censo Escolar 1998, bem como a amostra coletada.

TABELA 1.1 – Número de escolas, turmas e alunos no universo e na amostra, segundo capitais de Unidades da Federação

Capital	Universo			Amostra		
	Escolas	Turmas	Alunos	Escolas	Turmas	Alunos
Belém	453	4.509	195.588	19	62	1.610
Cuiabá	650	8.913	324.584	14	37	970
Distrito Federal	195	2.331	84.749	15	43	853
Florianópolis	132	1.386	48.044	17	45	1.109
Fortaleza	1.112	9.621	371.259	16	39	878
Goiânia	487	5.193	199.097	20	55	1.263
Maceió	299	2.883	118.005	16	38	834
Manaus	470	5.986	244.765	16	47	1.296
Porto Alegre	395	5.156	163.171	17	43	1.107
Recife	908	6.203	252.133	16	37	1.010
Rio de Janeiro	2.563	18.115	667.713	18	40	993
Salvador	1.154	11.405	493.886	21	65	1.565
São Paulo	2.503	38.911	1.438.413	21	70	1.826
Vitória	121	1.586	57.303	15	40	1.108
Total	**11.442**	**122.198**	**4.658.710**	**241**	**661**	**16.422**

Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar, 1998.
UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Para a garantia das inferências, procedeu-se à expansão da amostra, o que implica a ponderação desta de acordo com o delineamento amostral adotado. Cada aluno da amostra representa um número de alunos da população. Esse número representa o peso a ser aplicado a cada unidade observacional, permitindo a obtenção das estimativas para a população pesquisada. Utilizou-se um estimador de razão para as proporções das características dos alunos e um estimador de razão combinado para a expansão do total do universo.

- **Seleção de Pais de Alunos e Corpo Técnico-Pedagógico**

Os alunos das turmas selecionadas para compor a amostra receberam também questionários para serem preenchidos pelos pais ou responsáveis. Questionários foram ainda distribuídos a membros do corpo técnico-pedagógico, isto é, professores, diretores, coordenadores, supervisores de ensino e orientadores educacionais (na pesquisa, todos esses são referidos como professores).

Ressalta-se que a amostra relativa a pais e a professores não adotou critérios estatísticos que permitam inferências para o total de suas populações, a partir das estimativas obtidas. Os resultados apresentados refletem as informações dos atores que tiveram interesse de preencher o questionário (ver Tabela 1.2).

TABELA 1.2 – Número de pais e membros do corpo técnico-pedagógico pesquisados, segundo capitais de Unidades da Federação, 2000

Capital	Pais de alunos	Corpo técnico-pedagógico
Belém	359	255
Cuiabá	369	262
Distrito Federal	195	137
Florianópolis	364	187
Fortaleza	299	186
Goiânia	294	201
Maceió	519	315
Manaus	303	177
Porto Alegre	270	311
Recife	308	149
Rio de Janeiro	227	280
Salvador	313	189
São Paulo	339	257
Vitória	373	193
Total	**4.532**	**3.099**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

1.1.2 A pesquisa compreensiva

A pesquisa qualitativa adotada neste estudo recorreu às técnicas de grupos focais (com alunos, professores e pais), entrevistas individuais semi-estruturadas (com diretores e professores) e observações *in loco*. A seguir, detalha-se como cada técnica foi utilizada nessa investigação.

Ainda que para a pesquisa sobre sexualidade não se entrevistou seguranças das escolas, recorre-se no texto a alguns depoimentos desses

atores que constam da pesquisa sobre violências nas escolas (ver Abramovay e Rua, 2002).

- **Grupos Focais**

Entre as técnicas de que se vale a abordagem compreensiva, uma das mais profícuas refere-se a grupos focais. Essa técnica vem conquistando um lócus privilegiado nas mais diversas áreas de estudo, desde a década de 80. O grupo focal é uma técnica de entrevista na qual os membros do grupo narram e discutem visões e valores sobre eles próprios e o mundo que os rodeia[8]. O grupo focal vem-se mostrando uma estratégia privilegiada para o registro de representações de atitudes, crenças e valores de um grupo ou de uma comunidade relacionada aos aspectos específicos pesquisados. A principal característica da técnica é permitir que a "palavra" de cada um dos participantes possa ser discutida pelos demais.

O grupo focal é um método de pesquisa social qualitativo que consiste em recrutar um número representativo de grupos, respondendo a critérios homogêneos. O grupo é composto de seis a 12 pessoas que são estimuladas a dialogar umas com as outras.

Os grupos focais têm-se revelado um dos principais instrumentos dos métodos de "indagação rápida" (*rapid assessment*[9]), desenvolvidos para obter uma informação ágil, pouco onerosa, em profundidade e com um volume significativo de informação qualitativa. A utilização da técnica requer a seleção aleatória dos membros para, controlando alguns denominadores comuns, como sexo, idade e posição social e institucional dos respondentes, formar grupos que possibilitem obter uma maior pluralidade de opiniões.

Nesta pesquisa, formaram-se diversos grupos de jovens (homens e mulheres) em cada uma das cidades pesquisadas, segundo a série escolar (ensinos fundamental e médio) e dependência administrativa da escola (pública ou privada). No caso dos professores, os grupos foram compostos controlando o turno e a dependência administrativa da escola em que trabalham.

---

[8] Freqüentemente usado nas Ciências Sociais para buscar respostas aos "porquês" e "comos" dos comportamentos.

[9] O *rapid assessment* é utilizado para facilitar decisões que devem ser baseadas na realidade e é uma ferramenta para articular opiniões, julgamentos e perspectivas enunciados pelos próprios envolvidos no problema (World Bank, 1993).

- **Entrevistas Individuais**

Outro instrumento qualitativo utilizado, além dos grupos focais, são as entrevistas individuais semi-estruturadas, sendo um dos formatos mais difundidos de entrevistas nas Ciências Sociais. Nesta técnica, o entrevistador utiliza um roteiro amplo, cobrindo diversos aspectos do fenômeno a ser estudado. Ou seja, por meio de suas respostas, os informantes revelam sua representação sobre a realidade, suas experiências e percepções básicas.

Este formato permite que a ordem das questões seja modificada de acordo com o andamento da entrevista, ou seja, os entrevistadores têm flexibilidade para explorar informações e idéias que considerem mais interessantes ou inesperadas e que tenham sido levantadas pelos informantes.

A técnica de entrevista permite ao entrevistado descrever o que considera significativo usando seus próprios critérios e palavras, sem ficar restrito a categorias fechadas. Em situação de entrevistas, admite-se que o entrevistador esclareça sobre o exato significado do que pretende conhecer, tornando as perguntas mais acuradas e as respostas mais fidedignas.

A técnica de entrevistas tem singular relevância quando o foco é a representação/percepção, já que se privilegia a palavra dos atores-sujeitos da pesquisa. A entrevista é uma maneira de extrair informações sistematizadas, possibilitando identificar características de segmentos da sociedade, ao mesmo tempo em que permite que o entrevistado selecione um repertório próprio de temas e que o apresente de acordo com o seu vocabulário.

Esse instrumento também permite a realização de comparações, devido ao relativo grau de homogeneidade assegurado e propicia análises mais sistemáticas e gerais das informações obtidas. Foram entrevistados diretores e membros do corpo técnico-pedagógico.

- **Observação** *in loco*

A terceira técnica que compõe a abordagem compreensiva é a observação *in loco* das escolas selecionadas. O objetivo da observação é dar um significado sociológico aos dados recolhidos, classificá-los e conhecer os padrões apresentados. Tal observação obedece aos quesitos de um roteiro pré-elaborado e aplicado em duas ou três visitas a todas as escolas selecionadas. Os roteiros de observação permitiram registrar

informações sobre o comportamento dos alunos e professores no ambiente escolar, dentro e fora da sala de aula.

1.1.3 Análise e apresentação dos dados qualitativos

Na pesquisa qualitativa, a etapa de análise das informações é um de seus momentos mais importantes. Esta é realizada por meio da sistematização das respostas dos participantes, identificando e classificando as categorias mais significativas. É feita uma exploração progressiva das respostas, utilizando subcategorias de dados organizados por temas.

A análise das entrevistas e dos grupos focais revela as principais mensagens emitidas pelos participantes, assim como as divergências e convergências entre os grupos da amostra. Em uma primeira etapa, foi realizado um tratamento sistemático dos dados qualitativos, que permitiu a análise dos conteúdos dos depoimentos.

As categorias de análise surgem das informações coletadas segundo padrões e repetições, baseando-se nas referências culturais do grupo pesquisado como ponto de partida, além de se ter como referência perguntas da pesquisa, suas hipóteses, sua problemática e temas-chave para o estudo.

Em uma segunda etapa, procede-se à hierarquização das mensagens-chave, em função da freqüência de aparição, em cada um dos grupos, buscando compreender a importância dada às mesmas. Além do mais, são feitas comparações intergrupos e intervariáveis, de forma a perceber as diferenças, bem como os pontos de convergência e de divergência entre os vários atores.

A interpretação do material coletado – entrevistas e grupos focais – é o resultado da reflexão em que o fio condutor das entrevistas, a cadeia de idéias centrais, deve ser analisado. As expressões recorrentes são significativas para a compreensão em profundidade do discurso. As contradições também fornecem elementos para a análise, mostrando que os indivíduos podem desenvolver mecanismos socialmente contraditórios.

O pesquisador pode ter a mesma atitude com uma entrevista que um cineasta, ele vai selecionar, escolher, colocar os discursos no lugar exato e suprimir o que, na sua opinião, não é essencial à sua argumentação.

O objetivo não é o de acumular senão de escolher, a partir de suas hipóteses e seus referenciais teóricos, extratos das entrevistas e reproduzi-los no momento da redação de seu trabalho.

Conforme dados apresentados na Tabela 1.3, foram realizados 107 grupos focais com alunos, 37 grupos focais com professores e 29 com pais, abrangendo escolas públicas e privadas. Considerando que cada grupo focal possuía, em média, dez informantes, constata-se que, somente com os grupos focais, a pesquisa levantou informações de cerca de 1.730 pessoas.

Quanto às entrevistas, foram realizadas 185 (individuais) com diretores de escolas públicas e privadas.

Cabe ressaltar que o conteúdo e a duração das entrevistas e dos grupos focais diferenciaram-se segundo a categoria do informante. As entrevistas duraram, em média, 1 hora e 15 minutos. Já os grupos focais tiveram, em média, 2 horas de duração cada.

Desta forma, a pesquisa conta com material para análise de aproximadamente 231 horas de entrevistas individuais e 346 horas de grupos focais, somando mais de 577 horas. Na Tabela 1.3, a seguir, detalha-se o número de cada instrumento por capital.

TABELA 1.3 – Número e tipo de instrumentos qualitativos aplicados, segundo capitais de Unidades da Federação

Capital	Roteiros de observação de escolas[1]	Entrevistas individuais com diretores	Grupos focais com professores	Grupos focais com alunos	Grupos focais com pais
Belém	36	10	3	8	2
Cuiabá	26	17	3	6	2
Distrito Federal	26	31	3	8	2
Florianópolis	27	10	3	8	3
Fortaleza	32	10	3	8	2
Goiânia	35	11	3	10	2
Maceió	31	8	3	7	2
Manaus	27	11	1	5	2
Porto Alegre	21	11	2	7	3
Recife	28	17	2	8	2
Rio de Janeiro	33	12	3	7	2
Salvador	30	10	3	9	2
São Paulo	46	9	2	8	1
Vitória	22	18	3	8	2
Total	420	185	37	107	29

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Nota: (1) Os roteiros de observação foram aplicados em todas as escolas que participaram da pesquisa, seja com dados quantitativos, seja com qualitativos.

1.1.4 Síntese de informações sobre a pesquisa

No quadro seguinte, um resumo do alcance da pesquisa.

- Pesquisa Extensiva:

QUADRO 1.1 – Número de questionários aplicados de acordo com respondente

Respondente	Quantidade
Alunos	16.422
Pais	4.532
Professores	3.099

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

- Pesquisa Compreensiva:

QUADRO 1.2 – Número de entrevistas e grupos focais realizados

Técnica	Quantidade	Número de horas
Entrevista individual	185	236
Grupo focal com alunos	107	214
Grupo focal com pais	29	58
Grupo focal com professores	37	74
Total	**358**	**577**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

O desafio de ouvir e analisar dados provenientes de um número tão grande de informantes confere a esta pesquisa um caráter único no Brasil e na América Latina.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO AMOSTRADO: ALUNOS

O objetivo desta seção é abordar a caracterização do universo amostrado de alunos a partir de indicadores como sexo, distribuição etária, tipo de arranjos familiares e escolaridade dos pais.

1.2.1 Características sociodemográficas

- **Distribuição por Sexo**

A maioria dos alunos das 14 cidades pesquisadas pertence ao sexo feminino, o que equivale a um total de quase 2,4 milhões de pessoas. Maceió é a capital com maior quantidade de alunas (58,8%) e Florianópolis apresenta o menor percentual (49,4%), como pode ser constatado na Tabela 1.4:

TABELA 1.4 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Sexo		Total	
	Masculino	Feminino	(%)	(N)
Belém	41,3	58,7	100,0	190486
Cuiabá	45,1	54,9	100,0	318561
Distrito Federal	42,3	57,7	100,0	83358
Florianópolis	50,6	49,4	100,0	47827
Fortaleza	44,3	55,7	100,0	367454
Goiânia	47,8	52,2	100,0	195787
Maceió	41,2	58,8	100,0	114610
Manaus	45,4	54,6	100,0	240610
Porto Alegre	49,0	51,0	100,0	161255
Recife	46,0	54,0	100,0	247141
Rio de Janeiro	47,9	52,1	100,0	658972
Salvador	42,9	57,1	100,0	478423
São Paulo	49,9	50,1	100,0	1418719
Vitória	45,8	54,2	100,0	56786

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Qual o seu sexo?*
(1) Dados expandidos.

- **Distribuição por Idade**

A distribuição etária desta população escolar pode ser observada na Tabela 1.5. O grupo etário mais significativo é o de 15 a 19 anos de idade, com mais da metade do total em quase todas as localidades. O que perfaz um contingente de mais de 2,4 milhões em um total de aproximadamente 4,6 milhões de estudantes no conjunto de localidades estudadas. O Rio de Janeiro apresenta proporção acima de 65% para

este grupo etário, enquanto em Fortaleza e Goiânia, estas taxas são de 42,6% e 43,8%, respectivamente.

Seguem-se aqueles de 10 a 14 anos, com pouco mais de 1,8 milhão de alunos. Este grupo possui maior presença em Goiânia (49,2%) e menor no Rio de Janeiro (28,4%). Já o grupo etário de 20 a 24 anos agrega cerca de 276 mil alunos do total de 4,6 milhões, sendo mais presente em Belém (14,5%) e com a menor participação na capital paulista (2,4%).

TABELA 1.5 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por faixa etária, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Faixa etária			Total	
	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	(%)	(N)
Belém	31,6	53,9	14,5	100,0	190607
Cuiabá	39,7	56,2	4,1	100,0	318895
Distrito Federal	42,0	51,4	6,7	100,0	83359
Florianópolis	36,2	59,0	4,7	100,0	47568
Fortaleza	47,3	42,6	10,0	100,0	366185
Goiânia	49,2	43,8	7,1	100,0	196260
Maceió	39,8	52,4	7,8	100,0	116591
Manaus	38,6	55,4	6,0	100,0	240233
Porto Alegre	40,1	56,2	3,7	100,0	161697
Recife	40,4	51,6	8,0	100,0	247639
Rio de Janeiro	28,4	65,4	6,2	100,0	656954
Salvador	38,4	51,8	9,9	100,0	480316
São Paulo	46,2	51,4	2,4	100,0	1421083
Vitória	40,9	51,5	7,6	100,0	56631

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas – Foi perguntado aos alunos: *Qual a sua idade?*
(1) Dados expandidos.

- **Arranjos Familiares**

As informações sobre os tipos de arranjos familiares em que vivem os alunos encontram-se na Tabela 1.6 e mostram que a grande maioria – cerca de sete em cada 10 alunos – vive em famílias formadas por pai/padrasto, mãe/madrasta e demais parentes. É na capital goiana que este tipo de arranjo familiar chega a atingir a proporção de 85,4% do universo amostrado de alunos, enquanto em Belém este percentual é de 58,8%.

O segundo tipo de arranjo familiar mais freqüente encontrado entre os alunos é aquele formado apenas por um dos pais ou madrasta/padrasto, com aproximadamente 780 mil estudantes. Nesta situação, cabe destaque a Recife e Salvador, com 20,4% e 20,2%, respectivamente. Goiânia é a capital com menor percentual deste tipo de família – 12,6%.

TABELA 1.6 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por composição familiar, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Composição familiar						Total
	Pai/padrasto, mãe/madrasta e outros parentes	Somente mãe/madrasta ou pai/padrasto	Outros parentes[2]	Companheiro(a) e filhos	Pessoas que não são parentes	Mora sozinho	
Belém	58,8	17,0	16,1	4,0	3,5	0,7	100,0
Cuiabá	69,3	17,7	7,7	3,7	0,3	1,2	100,0
Distrito Federal	65,3	18,4	8,9	5,6	1,4	0,4	100,0
Florianópolis	72,5	18,0	4,9	3,1	1,2	0,4	100,0
Fortaleza	64,4	15,8	11,6	5,3	2,3	0,6	100,0
Goiânia	85,4	12,6	1,1	1,0	0,0	0,0	100,0
Maceió	63,5	19,9	9,8	5,0	1,2	0,5	100,0
Manaus	63,9	18,4	11,4	4,9	1,0	0,4	100,0
Porto Alegre	71,4	18,9	5,6	3,5	0,1	0,5	100,0
Recife	65,1	20,4	9,6	3,9	0,3	0,8	100,0
Rio de Janeiro	72,9	16,5	6,5	2,8	0,9	0,5	100,0
Salvador	63,4	20,2	10,2	4,9	0,7	0,5	100,0
São Paulo	75,3	15,5	6,4	2,2	0,3	0,4	100,0
Vitória	70,7	17,3	6,5	3,7	1,4	0,5	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Tirando irmãos/irmãs, com quem você mora?*
(1) Dados expandidos.
(2) Inclui avós, tios, cunhados e primos.

A constituição de uma nova família e tê-la como exclusiva referência residencial é significativa, ainda que proporcionalmente baixa, já que se trata de uma população jovem, variando entre 5,6%, em Fortaleza, e 1%, em Goiânia. Poucos são os alunos que moram sozinhos, em Cuiabá chega a 1,2%, enquanto nas demais capitais agrega menos de 1% dos alunos.

- **Escolaridade dos Pais**

As Tabelas 1.7 e 1.8 informam sobre os níveis de escolaridade de pais e mães de alunos. No caso das mães, observa-se que cerca de 1/3 dos alunos

afirmam que suas mães têm o ensino médio, completo ou incompleto. Porto Alegre, Distrito Federal e Salvador são capitais que apresentam os percentuais mais elevados – 39,4%, 35,0% e 34,9%, respectivamente. Cerca de 15% das mães estudou até a 4ª série. Nota-se, também, que aproximadamente 1/5 dos jovens declaram que a mãe cursou entre a 5ª e 8ª série. Ressalta-se que 34,9% das mães do Rio de Janeiro e 30,7% de Vitória possuem escolaridade superior, completa, incompleta e/ou mais, mas que este grupo em Manaus baixa para 10,3%. Chama-se, também, atenção sobre a proporção de mães que não estudaram, chegando, em Maceió, a 12,5%, em Fortaleza, 11,6%, e em Florianópolis, a 3,3%.[10]

TABELA 1.7 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por escolaridade da mãe, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Escolaridade da mãe					Total
	Não estudou	Até a 4ª serie	Entre 5ª e 8ª série	Segundo grau completo ou incompleto	Superior completo ou incompleto e/ou mais	
Belém	9,9	16,6	29,0	32,9	11,6	100,0
Cuiabá	3,5	13,2	21,8	33,3	28,2	100,0
Distrito Federal	7,0	15,9	25,8	35,0	16,3	100,0
Florianópolis	3,3	22,5	26,5	32,8	14,9	100,0
Fortaleza	11,6	23,3	25,6	24,2	15,3	100,0
Goiânia	5,8	21,7	31,6	28,5	12,4	100,0
Maceió	12,5	15,0	22,1	34,0	16,5	100,0
Manaus	7,5	18,8	31,0	32,4	10,3	100,0
Porto Alegre	3,9	15,1	25,7	39,4	15,9	100,0
Recife	6,5	14,3	21,4	33,1	24,7	100,0
Rio de Janeiro	3,4	12,5	20,1	29,0	34,9	100,0
Salvador	8,0	15,9	22,9	34,9	18,3	100,0
São Paulo	5,9	24,6	23,2	24,2	22,1	100,0
Vitória	5,8	15,9	20,4	27,2	30,7	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Marque até quando sua mãe/madrasta estudou?*
(1) Dados expandidos.

[10] As informações sobre escolaridade dos pais é afetada pelo fato de que se está trabalhando tanto escolas da rede pública quanto privada, em conjunto.

Quase 1/3 dos alunos assinalam que seus pais possuem segundo grau, completo ou incompleto. Em duas capitais (Fortaleza e Maceió) mais de 10% de pais não estudaram. Já no outro extremo, ou seja, pais com curso superior completo ou incompleto e/ou mais, estão 37,9% dos pais no Rio de Janeiro e 12,3% em Belém e Manaus, sendo que, nas demais cidades, os valores encontrados estão entre tais extremos (ver Tabela 1.8).

TABELA 1.8 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por escolaridade do pai, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Escolaridade do pai					Total
	Não estudou	Até a 4ª série	Entre 5ª e 8ª série	Segundo grau completo ou incompleto	Superior completo ou incompleto e/ou mais	
Belém	9,9	19,4	27,8	30,6	12,3	100,0
Cuiabá	6,8	13,6	22,8	31,5	25,4	100,0
Distrito Federal	9,0	18,2	21,0	33,2	18,6	100,0
Florianópolis	4,5	22,2	20,5	35,3	17,4	100,0
Fortaleza	16,0	19,5	23,4	26,7	14,4	100,0
Goiânia	6,8	22,4	27,5	30,5	12,9	100,0
Maceió	12,8	13,7	20,9	36,0	16,6	100,0
Manaus	8,8	19,4	29,2	30,3	12,3	100,0
Porto Alegre	5,9	13,2	27,1	34,2	19,6	100,0
Recife	6,6	13,3	18,6	35,6	25,9	100,0
Rio de Janeiro	4,9	11,6	17,8	27,8	37,9	100,0
Salvador	7,3	16,2	22,9	34,8	18,8	100,0
São Paulo	7,3	20,7	24,5	22,3	25,3	100,0
Vitória	5,7	15,2	20,3	26,5	32,3	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Marque até quando seu pai/padrasto estudou?*
(1) Dados expandidos.

Comparando-se os dados das Tabelas 1.7 e 1.8, conclui-se que são muito similares as percentagens apresentadas por mães e pais, para todos os níveis de escolaridade.

SUMÁRIO

- A maioria dos alunos é do sexo feminino (cerca de 53,3%).
- O grupo etário mais significativo é o de 15 a 19 anos de idade**,** com pouco mais da metade do total, com um contingente de quase 2,4 milhões de estudantes. Seguem-se aqueles de 10 a 14 anos, com um percentual próximo de 40%, o que representa mais de 1,8 milhão de alunos. O grupo etário de 20 a 24 anos é o menos representado (em torno de 6%), correspondendo a quase 276 mil alunos.
- Predominam os que se encontram em famílias formadas por pai/padrasto, mãe/madrasta e demais parentes (próximo a 70%), ou seja, 3,2 milhões de jovens. Correspondem a cerca de 17% (780 mil) do total os alunos que só convivem com um dos pais ou madrasta/padrasto. O total de jovens que declaram que moram com companheiro(a) e filhos é de aproximadamente 170 mil. Já para os alunos que assinalam que moram sozinhos é de 23 mil.
- Quanto à escolaridade das mães, percebe-se que os alunos cujas mães não estudaram (entre 3% de 13%) somam 322 mil pessoas. Mais de 1/4 dos alunos têm pais com uma escolaridade situada entre a 5ª e a 8ª série do ensino fundamental. Já, em torno de 30% têm pais que cursaram ensino médio, completo ou incompleto, e cerca de 20% dos alunos têm pais com ensino superior completo ou incompleto e/ou mais. Os pais apresentam uma distribuição, quanto à escolaridade, semelhante à das mães.

2. A INICIAÇÃO SEXUAL DOS JOVENS

Neste capítulo, articulam-se informações sobre como os jovens percebem várias dimensões da sexualidade, enfatizando as que se relacionam mais diretamente ao início da vida sexual e às interações afetivo-sexuais.

As cosmovisões podem variar de acordo com o tema, assim, por exemplo, os jovens de ambos os sexos podem coincidir em alguns pontos e não em outros. Discute-se o que é, ou não, próprio de homens e mulheres; como se posicionam os jovens sobre extensão e diversidade dos parceiros; os nexos e singularidades entre vida amorosa e vida sexual; valores quanto a fidelidade e virgindade; legitimidade e diferenças do *ficar* e o namorar; e como se dão as conversas sobre sexo.

Evidenciam-se diferenciais por gênero; formas de conceber as individualidades no masculino e no feminino, o que passa por vivências e idealizações sobre relações sociais entre os sexos.

No entanto, pode-se constatar, também, que entre os jovens há coortes ou ciclos etários que os singularizam, muitas vezes além da inscrição por gênero. Assim, os alunos, à medida que adquirem mais idade podem repensar valores e se apresentarem de maneira mais igualitária.

Quanto aos pais e professores, tem-se que ambos apresentam visões próximas sobre alguns construtos da sexualidade, como o relativismo sobre o valor da virgindade para ambos os sexos e a distância em relação a outros, destacando-se os pais na crítica ao *ficar*, o que sugere que também os adultos não são um todo homogêneo, quando o tema é sexualidade.

2.1 AS INTERAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS: ENTRE INICIAÇÕES E IDEALIZAÇÕES

A iniciação sexual é destacada como um rito de passagem, envolvendo distintos trânsitos entre a infância, a adolescência (Galland, 1997) e a juventude. Em tal caminho se dá a afirmação da virilidade

(Nolasco, 1993), modelagens sobre feminilidade e a busca por autonomia, o que no senso comum se traduz com o "tornar-se homem" e o "fazer-se mulher", perpassando, portanto, sentidos identitários diversos, como o que se entende por masculino e feminino e as realizações das trocas afetivas.

Mas a busca por autonomia não se realiza apenas por tornar-se homem ou mulher adultos, de acordo com parâmetros ou trajetórias pré-estabelecidas, ou o que se costuma referir como maturidade – ser como os pais ou mães. Como se vêm assinalando em textos sobre juventudes[11], a busca dos jovens por autonomia vem se configurando como uma tendência à emancipação, em particular nestes tempos quando são várias as limitações estruturais de tal processo.

A sexualidade se destaca como campo em que essa busca por autonomia de projetos e práticas é exercida de forma singular e com urgência própria de uma geração jovem.

O exercício da sexualidade se processa por meio de possibilidades, e se realiza dentro de um marco cultural delimitado por preconceitos e rituais. Dessa maneira, as trajetórias de vida são marcadas por exigências quanto à *performance* e às afirmações sobre o eu no mundo, caracterizando-se, entre outras dimensões da sexualidade, por tênues fronteiras entre a intimidade, formas de ser, padrões socioculturais e por ditames da sociedade de consumo (Giddens, 1992).

A iniciação sexual é portanto um forte rito na vida dos indivíduos e de coletividades, pois é normatizada de acordo com parâmetros sobre a juventude, ciclo privilegiado na simbologia de consumo, mitificada por meio da valorização do corpo e da saúde perfeita (Vianna, 1992), o que representa o controle sutil dos corpos e da sexualidade (Foucault, 1984). É comum, ao se discutir a iniciação sexual, dar-se ênfase ao lugar da individualidade, como construto da modernidade ou da afirmação da razão, do querer individual, contudo aquela não se afirma fora de formas socialmente sancionadas, ou seja de acordo com controles culturais[12].

[11] Ver, entre outros, Rodriguez, 2002, e Castro e Abramovay, 2003.

[12] Ver sobre tal paradoxo, entre outros, Duarte, 1999.

A cultura delimita alguns percursos identitários para diferentes grupos. E o jovem, gregário por definição, encontra e constrói novos papéis por meio da socialização com seus pares, exercendo, pela sexualidade, uma forma preponderante de sociabilidade e de construção da identidade. A identidade se vai delineando e redefinindo em processos dialéticos em vários encontros com o outro, quando são confrontados valores, crenças, emoções. Sawaia (1999) defende que é na dialética entre a identidade e a alteridade que se pode demarcar o eu e o outro.

O processo de se sentir indivíduo, dono de suas decisões surge então do agenciamento das emoções, da sensibilidade que diferentes falas, discursos e práticas despertam, compondo assim a idéia de unicidade e subjetividade (Duarte, 1999; Neubern, 1999; González Rey, 1997). Em uma dinâmica de relações consigo e com outros, a sexualidade se vai processando, colaborando para demarcar fases, trajetórias individuais e formas de ser e estar no mundo.

Em se tratando de jovens, a iniciação sexual, é socialmente percebida como um rito de passagem, cujos contornos ainda não estão claramente definidos. Passagem para quê? Considera-se que a criança é dependente de uma cultura nucleada na família. Mas os adolescentes/jovens ao se iniciarem na sexualidade, passam a ser considerados, pelo menos nesse aspecto, como adultos. O jovem vive a ambigüidade de ser então sexualmente adulto e em situações de dependência nas dimensões econômicas e familiares, entre outras.

Um dos indicadores mais usados para o debate sobre iniciação sexual na literatura tem sido a idade da primeira relação sexual. Em trabalho anterior da UNESCO, utiliza-se como estatística de iniciação sexual, a média de idade da primeira relação. De acordo com Rua e Abramovay (2001: 143):

> A idade média da primeira relação sexual é significativamente mais baixa entre os alunos do sexo masculino do que entre as estudantes do sexo feminino. No caso das meninas, em Porto Alegre, Manaus e São Paulo encontram-se as mais baixas idades médias da primeira relação sexual (15, 15,1 e 15,2 anos), ficando as mais elevadas em Belém e Fortaleza (16 e 15,8 anos). Quanto aos rapazes, registram-se em Cuiabá, Manaus e Salvador a mais baixa idade média da primeira relação sexual (13,9 anos), ocorrendo em Florianópolis a mais alta (14,5 anos).

TABELA 2.1 – Média de idade da primeira relação sexual dos alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação dos alunos e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Média de idade da primeira relação sexual	
	Sexo	
	Masculino	Feminino
Belém	14,1	16,0
Cuiabá	13,9	15,7
Distrito Federal	14,2	15,7
Florianópolis	14,5	15,5
Fortaleza	14,3	15,8
Goiânia	14,4	15,7
Maceió	14,2	15,4
Manaus	13,9	15,1
Porto Alegre	14,1	15,0
Recife	14,2	15,6
Rio de Janeiro	14,4	15,2
Salvador	13,9	15,6
São Paulo	14,1	15,2
Vitória	13,4	15,6

Fonte: Avaliação das Ações de Prevenção de DST/Aids e Uso Indevido de Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Você tinha quantos anos quando transou pela primeira vez?*

A Tabela seguinte indica que mais da metade dos jovens, do sexo masculino, iniciaram-se sexualmente na faixa entre 10 e 14 anos – em Manaus, cerca de 70% dos entrevistados; em Salvador, 68%; e em Belém, 66%. Tais proporções correspondem a duas ou três vezes àquelas das alunas que se iniciaram na mesma faixa etária – em Porto Alegre, cerca de 39%; em Manaus, 36%; e em São Paulo, 34%. As jovens, em sua maioria, têm sua primeira relação sexual entre os 15 e 19 anos de idade.

Em oito das 13 capitais, não há diferença significativa entre os sexos para os alunos iniciados entre 20 e 24 anos de idade. A proporção das jovens que declaram que tiveram a primeira relação depois dos 20 anos não é desprezível, tendendo a ser mais ampla que a dos jovens – Goiânia, 5%; Cuiabá, 4%; Belém, 5%; Distrito Federal, 4% e Recife, 5% (Tabela 2.2).

TABELA 2.2 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo faixa etária da primeira relação sexual e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Faixa etária da primeira relação sexual	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	10 a 14 anos	66,1	21,9	46,5
	15 a 19 anos	33,1	73,6	51,1
	20 a 24 anos	0,8	4,5	2,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Cuiabá	10 a 14 anos	65,7	31,7	53,3
	15 a 19 anos	34,3	64,4	45,3
	20 a 24 anos	0,0	3,8	1,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Distrito Federal	10 a 14 anos	61,6	24,3	43,1
	15 a 19 anos	37,5	72,1	54,7
	20 a 24 anos	0,9	3,6	2,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Florianópolis	10 a 14 anos	54,3	26,2	42,6
	15 a 19 anos	45,7	71,8	56,6
	20 a 24 anos	0,0	2,0	0,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Fortaleza	10 a 14 anos	57,5	26,7	45,8
	15 a 19 anos	42,5	71,1	53,4
	20 a 24 anos	0,0	2,2	0,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.2 – (continuação)

Capital	Faixa etária da primeira relação sexual	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Goiânia	10 a 14 anos	56,0	28,7	46,4
	15 a 19 anos	43,6	66,4	51,6
	20 a 24 anos	0,4	4,9	2,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	10 a 14 anos	69,8	35,5	56,9
	15 a 19 anos	30,2	63,4	42,7
	20 a 24 anos	0,0	1,1	0,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Porto Alegre	10 a 14 anos	63,0	38,6	53,9
	15 a 19 anos	36,6	60,7	45,6
	20 a 24 anos	0,4	0,7	0,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Recife	10 a 14 anos	63,3	27,0	51,6
	15 a 19 anos	35,6	68,5	46,2
	20 a 24 anos	1,1	4,5	2,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Rio de Janeiro	10 a 14 anos	57,0	27,6	45,9
	15 a 19 anos	42,6	71,6	53,5
	20 a 24 anos	0,4	0,7	0,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Salvador	10 a 14 anos	67,5	27,1	50,1
	15 a 19 anos	32,5	71,9	49,5
	20 a 24 anos	0,0	1,0	0,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
São Paulo	10 a 14 anos	61,4	34,3	51,9
	15 a 19 anos	38,6	65,7	48,1
	20 a 24 anos	0,0	0,0	0,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Vitória	10 a 14 anos	64,1	26,9	48,1
	15 a 19 anos	34,9	70,3	50,1
	20 a 24 anos	1,0	2,8	1,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Quantos anos você tinha quando transou pela primeira vez?*
(1) Dados expandidos.

Faz-se importante apontar a peculiaridade da juventude focalizada, ou seja, aquela na escola. A primeira relação sexual desses jovens pode se dar em tempo diferente da de outras populações jovens brasileiras, por vários fatores, como o apontado por Contreras e Hakkert (2001): o grau de escolaridade, que gera impactos diretamente proporcionais à idade em que ocorre a iniciação sexual. De acordo com Camarano (2003), o fato de as jovens estarem freqüentando os últimos anos do ensino fundamental ou do ensino médio, como no caso da amostra desta pesquisa, pode gerar um "(...) adiamento da idade em que elas (alunas) iniciam a vida sexual" (Camarano *et al.*, 2003: 15).

2.2 A VIRGINDADE NA PERSPECTIVA DE JOVENS E ADULTOS

A virgindade ainda é um marco na diferenciação dos gêneros na cultura brasileira. Ela vem sendo re-significada frente a novos discursos, mas permanece uma referência que norteia comportamentos e delimita atitudes.

Persiste ainda, segundo sugere a cartografia discursiva de atores entrevistados, a autocobrança de uma atividade sexual mais precoce e intensa por parte do sexo masculino, a fim de se diferenciar do feminino e ser considerado adulto.

Há uma forte pressão social para que a vida sexual dos rapazes aconteça o mais rápido possível, no que colaboram os pais, como indica o depoimento de um aluno de Cuiabá: *Tipo assim, para o homem, o pai acha que quanto mais cedo ele perder melhor ainda, agora a mulher não, quanto mais tarde a mãe vai achar melhor.* No imaginário social, quanto mais cedo se der essa iniciação, mais experiência e eficiência os rapazes levarão para a vida adulta.

O discurso sobre a virilidade, marca da "atividade", é um dispositivo de controle sobre o que é ser homem na cultura brasileira (Camarano *et al.*, 2003). Assim, não basta ter se iniciado sexualmente cedo, conta a freqüência da atividade sexual e a "naturalização" do fazer sexo. Esse discurso é sustentado não apenas pelos próprios homens como também pelas jovens, como indica o diálogo a seguir:

– Não, a mulher consegue se segurar até um tempão, segura muito tempo, homem, não, chega quinze dias tá subindo pelas paredes.

– É aquele negócio. Ser homem. Tem que ir.

– Sente mais necessidade.

– É, o homem sente mais necessidade do que a mulher, realmente. (Grupo focal de alunas, escola pública, Salvador)

Adultos de referência, como os pais, colaboram na reprodução de tal ideologia de gênero, considerando que homens e mulheres podem lidar diferentemente com apelos da libido, e que as jovens, "naturalmente" dominam a vontade sexual, retardando sua iniciação. Note-se, no discurso seguinte, que essa postura é também acompanhada da afirmação de que as mulheres jovens despertam sexualmente os rapazes, mas que podem melhor se "controlar":

> *Acho que não é tanto a questão da virgindade. Quando desperta o sexo na criança, que já começa a bater com doze anos em diante e a transformação com o corpo é quando a menina esquenta. O homem, é ele que se sente mais induzido, guiado pelo fato de ser homem, que é o garanhão, procurar mais a mulher, e tudo mais, e ter o ato sexual mais cedo. A menina, a gente sempre segura o máximo possível, mas um dia vai ter que acontecer. Os pais são sempre os últimos a saber. Quando já ficaram sabendo, já rolou faz tempo.* (Grupo focal com pais, escola pública, Porto Alegre)

A iniciação sexual, a forma social de perceber sentidos diferenciados por gênero na virgindade, é condicionada pela construção da masculinidade, o que se ampara por rituais de socialização, como a pressão exercida pelos pares. Alguns pais percebem essa exigência social, vinda dos amigos ou de grupos de jovens de referência, como algo negativo, como, por exemplo, os de uma escola em Fortaleza: (...) *quem tiver 18 anos numa época de hoje e não tiver saído com nenhuma mulher aí, e não tiver nem uma transa, a turma cai em cima dele, chama ele de boiola, qualquer nome lá que seja, de fresco na verdade.*

Em relação à iniciação sexual das moças, as interpretações se dão por lógica diferenciada àquela atribuída aos jovens. A ausência de experiência sexual é vista como uma estratégia de seleção para relacionamentos que entrelacem o sexual com o afetivo, em um plano de relação estável, do tipo matrimonial. Tal mapa de sentidos se anuncia em declaração de alunos do Distrito Federal, ou seja, em vozes de homens sobre mulheres: *O homem pensa assim: quanto mais menina eu dê uma, assim melhor, sacam? Agora a menina não, geralmente ela escolhe, escolhe, para ver se aquele cara ali que ela vai perder a virgindade dela, vai ser o cara que vai ficar para o resto da vida.*

O estabelecimento de relacionamentos afetivos mais *sério*s, *maduros,* permanece, em certo sentido, como um valor, uma vez que "o sexo é compreendido como uma dádiva, cedida na expectativa de uma aliança, que é a sua contrapartida" (Heilborn, 1999: 54).

Depoimento de alunos de Porto Alegre ilustram essa construção: *É preconceito, se a mulher perde a virgindade, os namorados que ela arruma são com segundas intenções. Ele não vai ter a mesma intenção com ela se ela fosse virgem e ele fosse para lá para namorar com ela, é a história do ficar (...).*

Depoimentos nessa linha se entrelaçam a outros, em que vários autores consideram um preconceito social, a preocupação com a virgindade feminina um preconceito social.

Na Tabela 2.3, a seguir, há uma tendência comum aos alunos nas capitais pesquisadas, qual seja, a mais alta proporção dos que consideram que a *virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado* – mais de 50% dos rapazes. Já entre as moças, é relativamente menor a proporção das que concordam que *virgindade é coisa do passado*. Por exemplo, em Goiânia, enquanto 63,3% dos rapazes afirmam que *virgindade é coisa do passado*, 41,6% das moças assim se posicionam; em Belém, 64,9% dos rapazes concordam com tal assertiva, enquanto as moças somam 49,6%. Já em Salvador, apóiam tal postura, 60,4% dos jovens e 45,5% das moças. Mas, tanto no caso dos rapazes quanto no das moças, tal alternativa, que desqualifica a virgindade, obteve uma maior aceitação que as demais que a valorizam, a seguir analisadas.

Ainda segundo a Tabela 2.3, tem-se que a segunda alternativa sobre virgindade a congrega proporções mais altas, mas bem distantes da anteriormente analisada, é a que considera que *casar virgem é igualmente importante para homem e para mulher*, sendo que, nesse caso, as mulheres apresentam percentuais mais altos que o dos homens. Por exemplo, no Distrito Federal, 51% das moças assim se apresentam, a proporção de rapazes é de cerca de 30%.

Em relação ao item *a mulher deve ficar virgem até casar*, em quatro, das 14 capitais, as alunas respondem de maneira significativamente mais elevada que os alunos, mas de forma mais próxima a esses. No Rio de Janeiro, por ilustração, 9% dos jovens e das jovens concordam com aquela afirmação. Já em Maceió, sobe para 24,4% as jovens que esposam tal valor, sendo que no caso dos alunos, a proporção é de 17%.

Em quatro capitais, Distrito Federal, São Paulo, Vitória e Belém, os alunos respondem de maneira relativamente mais elevada que as alunas ao item *o homem deve ficar virgem até casar.* As taxas, entre os rapazes, variam de 9% no Distrito Federal a 5% em Belém. Para as moças, registra-se a taxa de aceitação a tal alternativa, de 3% no DF a 1% em Belém. Nas demais capitais, as diferenças por sexo não são significativas (Tabela 2.3).

TABELA 2.3 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo percepção sobre virgindade e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Percepção sobre virgindade	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	O homem deve ficar virgem até casar	4,5	0,9	2,3
	A mulher deve ficar virgem até casar	9,1	14,4	12,3
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	21,5	35,2	29,8
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	64,9	49,6	55,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Cuiabá	O homem deve ficar virgem até casar	4,0	1,3	2,5
	A mulher deve ficar virgem até casar	15,1	16,8	16,0
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	21,5	40,4	32,1
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	59,4	41,5	49,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Distrito Federal	O homem deve ficar virgem até casar	8,8	2,6	5,1
	A mulher deve ficar virgem até casar	10,5	13,2	12,1
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	30,2	50,6	42,3
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	50,5	33,6	40,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Florianópolis	O homem deve ficar virgem até casar	1,3	1,5	1,4
	A mulher deve ficar virgem até casar	10,2	8,5	9,4
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	24,5	36,5	30,6
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	63,9	53,4	58,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Fortaleza	O homem deve ficar virgem até casar	4,6	1,4	2,8
	A mulher deve ficar virgem até casar	10,1	19,3	15,3
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	29,1	43,6	37,3
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	56,3	35,6	44,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Goiânia	O homem deve ficar virgem até casar	2,7	2,2	2,4
	A mulher deve ficar virgem até casar	7,6	14,7	11,4
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	26,5	41,6	34,5
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	63,3	41,6	51,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Maceió	O homem deve ficar virgem até casar	3,2	0,7	1,7
	A mulher deve ficar virgem até casar	17,0	24,4	21,4
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	24,1	37,4	32,1
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	55,7	37,4	44,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	O homem deve ficar virgem até casar	5,6	2,6	3,9
	A mulher deve ficar virgem até casar	11,6	15,2	13,6
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	27,5	45,3	37,3
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	55,3	36,9	45,1
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.3 – (continuação)

Capital	Percepção sobre virgindade	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Porto Alegre	O homem deve ficar virgem até casar	2,1	1,4	1,8
	A mulher deve ficar virgem até casar	7,3	7,5	7,4
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	17,0	28,2	22,7
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	73,6	62,9	68,1
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Recife	O homem deve ficar virgem até casar	5,0	3,0	3,9
	A mulher deve ficar virgem até casar	14,5	18,3	16,6
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	27,7	42,2	35,6
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	52,8	36,5	43,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Rio de Janeiro	O homem deve ficar virgem até casar	3,6	0,2	1,8
	A mulher deve ficar virgem até casar	9,0	8,8	8,9
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	18,5	29,5	24,3
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	68,9	61,5	65,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Salvador	O homem deve ficar virgem até casar	3,8	1,8	2,6
	A mulher deve ficar virgem até casar	11,9	15,4	14,0
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	24,0	37,5	31,8
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	60,4	45,5	51,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
São Paulo	O homem deve ficar virgem até casar	4,8	0,7	2,7
	A mulher deve ficar virgem até casar	7,2	11,4	9,3
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	20,2	38,2	29,4
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	67,8	49,6	58,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Vitória	O homem deve ficar virgem até casar	4,9	0,8	2,6
	A mulher deve ficar virgem até casar	9,2	9,9	9,6
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	23,3	47,1	36,5
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	62,6	42,2	51,3
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Na sua opinião:* (categorias de resposta apresentadas na Tabela).
(1) Dados expandidos.

Focalizando a associação entre valoração sobre virgindade e idade, tem-se que o item *A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado* é apontado como significativamente mais elevado pelos jovens de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos, sendo que em Cuiabá, Manaus, Salvador e Vitória não há diferença significativa entre essas duas faixas etárias. Isso evidencia que à medida que os jovens se iniciam sexualmente, tendem a interpretar de forma mais flexível os comportamentos sexuais.

No item *casar virgem é igualmente importante para homem e mulher*, percebe-se que, em todas as capitais, a faixa etária que responde com maior percentagem a essa afirmativa é aquela entre 10 e 14 anos, variando entre 47% no Distrito Federal e 30,3% no Rio de Janeiro. No Distrito Federal e no Rio de Janeiro, essa taxa não foi significativamente diferente entre a faixa de 10 a 14 anos e aquela de 20 a 24 anos (47% e 44,7%, respectivamente).

Em relação ao item, *a mulher deve casar virgem*, observa-se que, na maioria das capitais, há pouca diferença entre as faixas etárias. O item *o homem deve ficar virgem até casar* também é respondido sem diferença significativa entre as faixas etárias (Tabela 2.1-A, anexa).

Os professores se alinham ao encontrado entre os alunos quanto a percepções sobre a virgindade. Mais da metade, independentemente do sexo, concordam que *A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado.*

Mas mesmo entre os professores, gênero faz uma diferença. Em cinco das 14 capitais pesquisadas (Salvador, Belém, Maceió, Manaus e São Paulo), os homens concordam, de maneira significativamente mais elevada, com a alternativa citada (85,4%, 71,1%, 64,6%, 63,6% e 62,5 respectivamente) que as mulheres (67,6%, 53,6%, 52,7%, 50% e 71,9% respectivamente) concordam com aquela alternativa. Faz-se importante ressaltar que esse item é o que obtém maiores percentagens de respostas em todas as capitais pesquisadas sobre o tema virgindade, variando de 78,7% em Porto Alegre a 54,4% no Distrito Federal (Tabela 2.2-A, anexa).

A segunda alternativa mais assinalada pelos professores é também a mesma selecionada pelos alunos, ou seja, que *casar virgem é igualmente importante para mulheres e homens* – o que varia de 41,7% no Distrito Federal a 17% no Rio de Janeiro. As professoras são as que de forma mais significativa, em quatro capitais, optam por tal valoração, como indicam as equivalências seguintes: Belém (38/20%), Distrito Federal (45/35%), Manaus (42/31%) e Salvador (28/12%).

Alinham-se a uma mesma posição, professores de ambos os sexos, que tendem a ser contrários à assertiva *o homem deve ficar virgem até casar,* e, em varias cidades, de forma mais significativa que os alunos. Por exemplo, em Recife enquanto cerca de 4% dos alunos são favoráveis a tal postura, entre os professores, somente 1% tem igual posição.

Em relação à opção a *mulher deve ficar virgem até casar*, terceira opção mais citada, percebe-se que no Distrito Federal essa taxa é

significativamente mais elevada para professores que para professoras (14/0%); em Maceió, no entanto, as professoras são as que respondem de maneira significativamente mais elevada (16/5% entre os professores). O mesmo *gap* intergeneracional é encontrado, pois os alunos parecem assumir valores mais tradicionais que seus mestres, no que tange à virgindade da mulher, tendendo a concordarem mais com essa alternativa que os professores.

Na Tabela 2.3-A, anexa, relaciona-se a prática religiosa às percepções sobre virgindade, considerando os membros do corpo técnico-pedagógico. Nota-se que a condição de ser ou não praticante de uma religião não necessariamente influencia posturas sobre virgindade. Assim, ainda que os que se dizem praticantes de uma religião apareçam em uma menor proporção daqueles que se declaram praticantes, como favoráveis à assertiva de que *A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado*, para ambos os grupos, tal item se destaca com mais de 50% das opções.

Considerando os pais – Tabela 2.4-A, anexa – a mesma tendência geral, encontrada para professores e alunos, se afirma. A maioria opta pela alternativa *a virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado*. Também se congregam como segundo item mais respondido em torno da declaração *casar virgem é igualmente importante para homem e mulher*. E indicam como terceiro item, que *a mulher deve ficar virgem até casar*. Em relação a esta alternativa, em varias capitais há diferenças entre os sexos, tendendo as mães a um paradigma mais tradicional em relação à mulher, ou seja, concordando com tal valor sobre virgindade. Em Belém, enquanto 21% das mães consideram que *a mulher deve ficar virgem até casar*, cerca de 16% dos pais se alinham a tal postura. Em Florianópolis, 14/8%; em Fortaleza, 32/25%; e em Goiânia, 23/16%. Mas, em algumas capitais, se dá o inverso, assim, por exemplo, no Distrito Federal, os pais aparecem com taxa significativamente mais elevada que as mães (30/18%) (Tabela 2.4-A, anexa).

Nos grupos focais encontram-se registros que vão em direção oposta à tendência antes apresentada, que sugerem que a maioria desconsidera a virgindade como um valor a qualificar socialmente, principalmente as mulheres. Os depoimentos em outro norte que o mapeado no âmbito de grandes números, indicam, portanto, que não há necessariamente uma cosmovisão homogênea sobre virgindade, segundo gênero, quer entre os jovens, quer entre os adultos. Enquanto no plano do questionário,

as respostas tendem a uma racionalização mais objetiva e "moderna", já nos grupos focais, liberam-se sentimentos, emoções e palavras, deixando-se emergir por meio do inconsciente coletivo em direção a admitir mudanças, mas também a defender permanências, no caso, a valorização da virgindade.

O discurso que valoriza a mulher pela virgindade está presente no vocabulário de jovens de ambos os sexos, e as alunas também reproduzem lógicas hierárquicas e assimétricas.

QUADRO 2.1 – Importante não é, mas honroso é

Grupo focal com alunos, escola pública, Maceió; São Paulo

Olha importante não é não, mas honroso é. É uma honra você casar com uma moça e dizer eu casei com uma virgem, até para comentar com os amigos (...).

(...) para mim, eu quero fazer, eu quero me entregar um dia depois que eu me casar, esse é um sonho meu, eu quero entrar de véu e grinalda na Igreja, isso é vontade minha (...).

Adultos de referência, como os professores, apresentam discurso similar aos antes comentados, em que se valoriza a virgindade, principalmente quando fazem alusão aos seus filhos, como indica o seguinte diálogo entre professoras:

– Ah, eu acho tão bonito, eu acho lindo. Mas eu acho lindo, eu educo meus filhos assim, se puder fiquem virgem, casem virgem e façam aquele casamento bem bonito, eu acho lindo.

– (...) as pessoas não sabem como é, eu mesma não sei como é que eu vou fazer para educar a minha filha, porque no fundo eu quero que ela se case virgem, mas eu não posso impedir. (Grupo focal com professoras, escola pública, Maceió).

São muitos os depoimentos com a mesma orientação pró-virgindade, difundindo tal valor e como *as jovens deveriam se guardar*. Há também discursos culpabilizantes, que fazem associações fatalistas entre a não-virgindade e o desrespeito nas relações de gênero.

Mas eu sempre falo para as minhas alunas sobre a importância delas se guardarem mais, porque o respeito, porque é o tal negócio, o cara aceita, eu aceito, não é mais virgem, vamos lá, mas um dia ele vai bater isso na cara dela, ele nunca vai se conformar. Então eu sempre digo, vocês podem guardar, guardem isso: Querem casar cedo, casem cedo, mas hoje a divulgação do liberalismo já é tanto que às vezes estão nascendo já querem logo fazer sexo. (Grupo focal com professores, escola pública, Manaus)

Relaciona-se a *experiência sexual cedo* como uma forma da mulher *ficar desvalorizada*, *vulgarizada,* segundo comentam os professores de uma escola pública em Fortaleza: *Dificilmente são aquelas garotas que conseguem se preservar: Têm um caso aqui, outro caso ali e mantêm a integridade moral. Se você observar, eu acho que a maioria fica mais vulgarizada.*

Há inclusive professores que lamentam a perda da valorização da virgindade como uma *perda grande para a sociedade*, relacionando tal tendência a uma mudança de valores.

Na verdade eu acho que o que houve foi uma, uma troca de valores, aí. Hoje é mais interessante você ter uma vida sexual ativa, pode ser casado ou não, do que ser uma pessoa virgem, tanto para o homem como para a mulher (...). Talvez seja um pouco antiquado ainda, mas eu, particularmente, acho que esse valor acabou se tornando uma coisa muito vulgar. É muito comum as garotas se vulgarizarem muito rápido e os rapazes também, então eu acho que é um valor, que foi uma perda extremamente grande para sociedade. (Grupo focal com professores, escola pública, Goiânia)

Refletem sobre paradoxos, em particular entre as jovens, ao lidar com o desejo, o prazer e o seu corpo independente da virgindade como valor, enfatizando, por outro lado, o peso da sociabilidade, da pressão dos grupos e da religião para que se tenha um ou outro comportamento, no caso ser ou não virgem.

É interessante notar que há um paradoxo muito grande, elas têm vergonha de dizer que são virgens. A garota com 14 anos... tem um grupo aqui quando eu faço esse tipo de conversas, a turma delas, "ah, bom, já fiz muitas vezes". E a gente sabe por outras fontes que é virgem, é só para dizer que não é ultrapassada, que não é careta, que não é... que não é diferente das outras. (Entrevista com diretor, escola pública, Fortaleza)

(...) essa questão da virgindade ainda está muito ligada aos valores, à religião, a gente sente que ainda tem alguma coisa, talvez algum receio de falar, não sei, mas as moças estão ligadas à religião e menino virgem é um ET, é um extraterrestre, não existe, mesmo que sejam, eles não contam, eles não falam. (Grupo focal com professores, escola pública, Vitória)

A pressão do grupo de pares, entre os jovens, no campo de comportamentos sexuais é enfatizada por muitos atores de pesquisa, constrangendo outras vozes, em relação à virgindade como algo estranho, anormal e até amoral. Assim como em algumas ambiências, o não ser virgem galvaniza estigma e rejeição pelos pares, o ser virgem pode ser também motivo de crítica. Segundo depoimento de jovens em um grupo focal em Recife: *Não, acho que se eu já tivesse uns vinte e cinco anos e soubesse que a minha garota fosse virgem, acharia que ela tinha algum problema, ia achar muito estranho, e não ia querer casar.*

Mas a pressão do grupo, entre os jovens, traz também marcas de gênero. Há os que consideram que essa é maior sobre os rapazes, se a questão é deixar de ser virgem:

(...) para não ser virgem, eu acho assim na teoria deveria ser tudo igual sabe, cada um faz o que quiser, cada um tem seu tempo, pode ser menino ou menina ou gay ou lésbica sei lá seja lá o que for cada um tem seu tempo. Mas na prática não é bem assim (...) não funciona bem assim, tem mais preconceito. Tem mais esse negócio assim de pressão para cima do menino é mais forte do que para cima das moças. (Grupo focal com alunos, escola privada, São Paulo)

A sexualidade como uma construção social sobre as relações tem um lugar privilegiado na socialização dos jovens, ou seja, há uma preponderância do papel dos amigos, do grupo, enfatizado por vários autores[13]. Em muitos depoimentos, tal plano é destacado, em que se conjugam comportamentos sexuais legitimados com a sociabilidade entre pares. Segundo professores de Cuiabá: (...) *se tem um menino, por exemplo, num grupo, os próprios amigos que não são, mas eles precisam, eles ficam tirando onda, tirando sarro e aí vai pressionar ele a cometer aquele tipo de ato.*

[13] Ver, entre outros, Urrea Giraldo *et al.*, 2003.

Os depoimentos dos pais também evidenciam que persistem preconceitos e discriminações para com as mulheres que iniciam as suas práticas sexuais, independentemente dos vínculos de casamento ou mesmo de relações afetivas estáveis. Estas reações sociais estão ausentes quando se trata da iniciação sexual dos rapazes: *Não, eu acho que mulher já é diferente. A mulher deve se guardar melhor, o homem não, mas a menina principalmente (...).*

Semelhante aos discursos dos jovens, os adultos vêem grandes diferenças de valoração da virgindade masculina e a feminina. Uma mãe comenta essa educação diferenciada pelo sexo:

> *Realmente as moças são mais reservadas, são mais protegidas, vigiadas que os rapazes. Eu não proíbo meus filhos e nem vigio muito, porque dificilmente eu vou estar perto quando acontecer um lance desse, mas tem que educar, tem que saber a hora certa de fazer isso.* (Grupo focal com pais, escola pública, Manaus)

> *– Eu acho que a mulher preocupa mais, eu acho que o homem não preocupa não.*
> *– Eu acho também, eu acho que a menina é mais assim preocupada com a virgindade, agora os rapazes não, são mais liberais.* (Grupo focal com pais, escola pública, Goiânia)

Refletir sobre a exaltação para o domínio público de um tema tão particular e íntimo, como a virgindade, possibilita a visualização do controle do corpo feminino que ainda ocorre hoje. Sua naturalização no domínio público, dentro dos diversos discursos se baseia na prova física da honra: o hímen, que faz parte da construção cultural do feminino, sustentando e justificando comportamentos e discriminações. O rompimento do hímen e um conjunto de sentimentos configuram essa experiência como um marco na vida da maioria das jovens. Assim, o hímen é tratado por um aluno do Ceará como: *é o INMETRO, é o selo do lacre.*

No entanto, o que mais preocupa as moças é o receio de que a condição de não serem mais virgens provoque o afastamento dos namorados e a perda de consideração por parte desses e do encanto nas relações, o que potencializa inseguranças: *(...) transei com o meu namorado aqui, tinha 3 anos de namoro e não deu certo, aí eu conheço um cara que me dá o valor que meu namorado (...) aí eu não sou mais [virgem], perde o encanto, perde a graça, assim (...).* Há também o medo de que, ao permanecerem virgens, possam ser traídas, pois os namorados buscariam outras. Estes

sentimentos potencializam os conflitos que permeiam a decisão de se iniciarem sexualmente:

> *Olha se você está namorando um ano já, seu namorado não é virgem, você é, como é que você anda, se você acha que não está preparada, não é o momento, está cedo? (...) 'ah vou procurar outra porque o homem tem necessidade'. Como é que fica seu sentimento também? ah isso é chato!!* (Grupo Focal com alunas, escola pública, Vitória)

No entanto, essa lógica assume diferentes contornos. Alguns depoimentos sobre a virgindade demonstram as dificuldades enfrentadas por jovens referentes aos paradigmas sociais sobre identidades sexuais para homens e mulheres. Ainda vigoram dispositivos de controle que agem, no plano simbólico que criam espaços de tensão na decisão dos jovens em dar início à vida sexual. Muitas moças associam a prática sexual ao amor, principalmente na sua iniciação. Por isso, a preocupação de encontrar a pessoa certa: *guardar para a hora certa*, ou ainda *tirar a virgindade com o namorado*.

Nesse discurso, agora sustentado pelo amor, o controle do corpo feminino é lentamente deslocado para a sensibilidade afetiva (Duarte, 1996). A mudança, então, ocorre exclusivamente no âmbito do controle do corpo físico (hímen) para um âmbito mais sutil de controle, aquele das emoções (amor), a passagem para a vida adulta feminina pela perda da virgindade deixa de ser motivo de luto, pois ela é possível desde que haja amor, e a presença do companheiro continue, mantendo o *status* da mulher como "correta" (Heilborn, 1999; Monteiro, 1999).

A sexualidade circula numa dimensão onde pode ser construída e explicitada a passividade/subjugação feminina e exerce um poder ao moldar vontades, desejos, projetos e vidas para uma lógica da "domesticação" dos corpos (Freire, 1992).

Uma mãe, em Porto Alegre, explicita, nos seguintes termos, a lógica que associa virgindade à escolha da pessoa *certa*, no momento *certo*: *Eu acho que a virgindade em questão é assim: tomar a decisão na hora certa, com a pessoa certa e sendo madura para aceitar as conseqüências. Quando você se pergunta e não pode, não é a hora ainda.*

Tal lógica, da pessoa *certa* ou por amor, tem variações, e pode se sustentar também, mesmo quando não se considera que a virgindade deva ser um valor cultural em si, a preservar:

Não (risos). Não, eu acho que no hoje, no agora, não está mais fazendo diferença nenhuma a virgindade, porque o homem e a mulher não querem mais saber se é virgem ou não é, principalmente se existe realmente o amor, um com o outro, mas antigamente isso era muito importante. Mas eu, no caso da minha filha, eu acho que eu vou tentar fazer o possível para ela não se entregar assim para uma pessoa qualquer, que ela se entregue para uma pessoa que realmente mereça ela. (Grupo focal com pais, escola privada, Porto Alegre)

Os pais se dão conta que, independentemente de sua valoração sobre relações afetivo-sexuais, este é um terreno em que a autonomia é exercida pelos jovens, o controle e uso de seu corpo. É quando substituem o discurso da repressão e da imposição por pressão via parâmetros morais ou pela lógica instrumental do custo econômico e em termos da carga que representam os filhos.

(...) Eu sou um pouco radical com as minhas filhas, eu digo assim: "olha, virgindade não é vida, mas virgindade é uma questão de conceito familiar, é uma questão que você se dar valor, é você viver como uma moça e respeitando aquele título de ser uma jovem moça". Agora, quem não quiser ser virgem que se cuide, porque se aparecer um filho para eu criar, não, eu não tenho condição de criar neto, quem fizer... assume, assume, porque se eu disser assim: "olha, é minha filha, é claro que eu vou assumir", ela vai lá e faz, então eu falo assim: "se tu fizer, tu assume, tu vai assumir, tu vai lavar roupa, tu vai trabalhar em casa de família, mas tu vai assumir, porque eu não vou criar". Então eu acho que a gente não pode dar muita colher de chá para os filhos, abrir muito a mão, porque essa questão é uma questão muito perigosa. (Grupo focal com pais, escola pública, Belém)

Apesar de em muitos momentos os pais se posicionarem de forma mais rígida, advogando relações de gênero hierarquizadas, há uma diversidade de maneiras de apoiar e re-significar as ações e escolhas da nova geração, buscando minimizar as divisões sexuais.

(...) As minhas filhas, eu pessoalmente acho que não tem o menor significado, o significado é o significado do sentimento, do você se dar, e ele é igual para menino e menina, quer dizer, transarem, perder a virgindade, transar pela primeira vez no momento em que cada um achar que é importante, que é oportuno. Qual o momento, quer dizer, quem define o momento tem que ser eles. Eu torço para que elas tenham a maturidade de fazer essa opção na hora que a cabeça delas realmente

tiver tranqüila, eu não sei, porque existem mil fatores que interferem aí, também se não acontecer a gente tem a capacidade, todos nós temos a capacidade e elas também terão, de administrar isso, porque não é nenhum bicho de sete cabeças. (Grupo focal com pais, escola particular, Salvador)

O discurso sobre a sexualidade, na contemporaneidade, é entremeado por ditames da intimidade que combinam tanto um vetor individualista como igualitário (Giddens, 1992), como da diferenciação ou singularidades, o que pode reforçar hierarquias ou colaborar na recusa de assimetrias e desigualdades por sexo, ainda que afirmando identidades no gênero (Irigaray, 1984).

Em nome da afetividade, as diferenças por gênero podem se diluir, em particular, discursivamente, mas se destacando os sentimentos e o direito sexual ou o exercício da sexualidade de acordo com modelos próprios (Guedes, 2002). Tal modelagem, na pesquisa, se apresenta por falas em que se contrapõe o afeto e vontades a valores culturais, ressignificando a virgindade. Como observa uma aluna de Salvador: *A sociedade faz um drama muito grande em volta disso entendeu? Tipo, aí porque a menina é virgem, se ela não é mais, já é outra coisa; acho que não é tanto assim sabe, acho que é uma coisa particular da menina e não para os outros falarem.*

Se preconceitos condicionam formatações sobre relações de gênero; se moralidade e costumes informam historicamente a cartografia de sentidos sobre iniciação sexual e virgindade, assim como o controle sobre a reprodução biológica, hoje, passa a Aids e as doenças sexualmente transmissíveis a terem papel de destaque no campo da sexualidade e, por conseguinte, sobre a iniciação e a prevenção.

Eu acho que os pais, os educadores, porque eu também tenho um filho, a gente não está mais preocupado com a questão da virgindade, isso nem passa pela cabeça. A gente está preocupado com a questão da Aids. Com meu filho, eu fico pensando, às vezes, nisso, tem que ter Aids bem na vez dele... (Grupo focal com professores, escola pública, São Paulo)

Com certeza não. Eu que tenho três filhas e acho até que é fundamental, importantíssimo até mesmo na prevenção de doenças infecto-contagiosas. É importante que as moças e os rapazes também se prevenirem com essas experiências sexuais. Vamos dizer assim, nessa primeira fase de sua sexualidade, de relacionamento com outras pessoas, essa questão é fundamental. Eu acho certo

que se houver a prática de sexo antes do casamento, que seja realmente com responsabilidade, se bem que responsabilidade nessa idade é algo meio que relativo. (Entrevista com diretor, escola privada, Recife)

O paradoxo é que mesmo com o medo da morte, provocado pela pandemia da Aids, os comportamentos e direitos sexuais tornaram-se mais visíveis – passando a virgindade a ser um tema secundário, admitindo-se que os jovens com a maior probabilidade tenham vida sexual ativa cada vez mais cedo. Portanto cabe, em vez de valorar tal comportamento negativamente ou tentar reprimi-lo, colaborar para a sua prevenção – tema que será abordado no capítulo 4.

2.3 ENTRE O *FICAR* E O NAMORAR, A VIDA SEXUAL

Ao se destacar comportamentos sexuais entre jovens, nestes tempos, sublinha-se, na literatura, o *ficar* e termos correlatos, como re-elaborações, para alguns, do namorar e para outros, como forma própria de interação sexual e afetiva, o que mais se discute a seguir.

Segundo Gonçalves *apud* Fundação Roberto Marinho (2001: 150):

> Ficar é uma experiência de estar com o outro, trocar carícias, intimidades, descobertas e sensações sobre o corpo e sobre si mesmo. Rolam beijos, abraços, e, eventualmente, pode-se chegar a uma transa. Os limites do ficar são determinados pelo próprio casal. Em geral inclui afetividade, porém não há um compromisso de continuidade ou exclusividade, mas o ficar poderá se transformar em namoro.

Messeder (1999) ressalta algumas diferenças entre o *ficar* e o namorar, citando autores como Chaves (1995) e Rieth (1998) sobre tais abordagens. Por um lado, Chaves conclui que o *ficar com* abriga princípios fixos e, diferentemente de Gonçalves (*op. cit.*), desassocia o *ficar* do namorar e enfatiza o *ficar* como orientado para fins próprios de satisfação de desejo, negando a conotação de interatividade/alteridade:

> A falta de compromisso, a ética do desejo, a busca do prazer, o distanciamento entre norma/compromisso e prazer, a comutatividade do objeto, a negação da alteridade e a ausência da obrigatoriedade da transcendência. (Chaves, 1995 *apud* Messeder, 1999: 2)

Rieth (1998) *apud* Messeder (1999) discute o código de relacionamento *ficar* como uma díade *ficar*/namorar, usado para discriminar as experiências sentimentais e/ou sexuais em sua construção amorosa. Observa que o processo de individuação dos jovens, não deve ser tratado como um processo de "destradicionalização" das relações. Deve, aliás, ser percebido como uma reorganização da trama social para que projetos de vida, e de prazer, possam ser perpetuados na lógica da atual organização social (de produção e de consumo).

Nos discursos dos jovens *o ficar* configura-se, de certa forma, como uma interação afetiva e sexual onde se pode lidar com as demandas referentes às relações de namoro, consideradas mais rígidas. Neste sentido, *o ficar* aparece como uma forma alternativa ao namorar, cujos aspectos mais enfatizados por rapazes e moças, dizem respeito ao relaxamento dos acordos mais complexos, pertinentes às relações estáveis.

Neste caso, a obrigação da fidelidade é uma das dificuldades que o *ficar* minimiza, proporcionando uma maior flexibilidade das trocas afetivas. Esse afrouxamento na trama propiciado pelo *ficar* é ressaltado por um aluno em São Paulo: *Porque você namorar atrapalha muito o seu dia-a-dia, tem muita responsabilidade você está aqui não pode ir ali, não pode fazer isso com a namorada, agora você ficando você fica solto feito um passarinho*.

Em muitos dos depoimentos, sejam eles de moças ou de rapazes, *o ficar* é classificado como uma modalidade de interação afetiva caracterizada pela superficialidade e pela ausência de compromisso. Os depoimentos indicam que esse tipo de interação traz para os jovens uma certa descontração no que se refere aos códigos estabelecidos para as relações de namoro:

> *Olha, ficar é uma coisa sem compromisso, você está com uma pessoa aqui hoje, você não tem o compromisso de estar com ela amanhã, entendeu? Agora quando você está namorando, você está assumindo uma responsabilidade, se você está com outra pessoa você está traindo, mas se você está ficando com uma pessoa sem compromisso nenhum, isso não tem problema, muita gente coloca assim na cabeça, entendeu? Então ficar é uma coisa muito superficial, eu já fiquei muito, já fiquei com certeza, mas é aquela coisa sem compromisso, agora, eu namoro, meu namoro tem responsabilidades* (Grupo focal com alunos, escola pública, Vitória)

> *Ficar – o nome mesmo diz – é uma coisa repentina, você chega, muitas vezes, você tem namorada, convida a namorada, mas os pais são rígidos mesmo, não*

deixa ela sair, aí, a gente vai e sai só, chega lá pinta uma menina bonita, aí a gente vai e fica naquela noite, às vezes, nem procura saber o nome, onde mora, ela vai para o lado dela e a gente vem para o nosso lado. (Grupo focal, escola pública, Maceió)

O *ficar* tem como substrato, para alguns, certa ética que extrapola divisões sexuais, naturalizando as relações: *não acarreta nada, é normal, é natural.* Assim, como aponta um professor em Florianópolis: *(...) não é mais aquela de menino vai escolher menina, às vezes o menino está sentado e a menina chega e diz: "olha, eu estou a fim de ficar contigo" (...) Ficar com três, quatro numa noite, tanto faz menino ou menina, tudo bem (...).*

Mas ainda que se reconheça que o *ficar* propicia comportamentos que ultrapassam as tradicionais hierarquias nas relações de gênero e que há moças que preferem *ficar* ao namorar, há que cuidar contra generalizações:

As moças gostam mais de uma coisa séria, fiel. Mas, depende um pouco das pessoas, não são todas assim. Eu conheço moças que nunca tiveram namorados, que gostam de ficar mesmo, e conheço colegas meus, homens, que falam assim: "eu gostaria de ter uma namorada séria", entendeu? (Grupo focal com alunos, escola pública, Vitória)

O *ficar* comporta diferentes formas de equacionar prazer sexual e afetividade, ressaltando-se sua plasticidade. De acordo com as reflexões sobre a temática, feitas por Rieth *apud* Messeder (1999), o *ficar* não pode ser analisado unicamente como um código de relacionamento que nada tem de romântico e que beira a antipaixão.

O *ficar* – flexibilizando projetos, tempos, apontando para o temporário e passageiro – colabora para abrir possibilidades de experimentação. Como expressa um aluno em Porto Alegre: *Não importa até onde vá, sem compromisso.*

Mas que um gesto, uma intenção, como um quase contrato do descompromisso, mesmo que não se realize como tal, ou seja, que não cumpra esse descontrato, no plano do discurso, implica um desprendimento com relação ao futuro e a continuidade da interação, como expressa uma aluna de Maceió: *Você não conhece a pessoa, você conheceu aquela pessoa naquele momento, naquela hora, aí sai, às vezes passa além do beijinho e abraço, de um chopp, de um sorvete.*

Alguns depoimentos apontam o *ficar* como sendo construto do presente, estendendo-se, no máximo, a alguns encontros esporádicos e fortuitos, como exemplifica o relato de uma aluna em Cuiabá: *(...) Agora ficar não, você não pensa no futuro porque você está com um aqui, fica com outro ali e está com um amigo lá atrás (...).*

De fato, há uma proposta diferenciada de identidade sexual mas com uma ambigüidade de sentidos, em particular sobre as modelagens das relações de gênero, e definição do que seria masculinidade e feminilidade, comportando distintos sinais, como mostra o diálogo seguinte:

> *– Tem homem que é romântico. Não digo que são todos, é a maioria.*
> *– Olha, veja só, nem todas as mulheres são assim mais sentimentais, porque eu já vi muitos casos em que o rapaz é carinhoso, e aí a mulher quer mais do que isso, aí vai e chama a pessoa, o cara de "tabacudo, donzela", é por isso que, muitas vezes, os rapazes são mais apressados. Por isso tudo.*
> *– Os homens gostam mais de sexo, as mulheres querem mais carinho.*
> *– Há exemplo para tudo, têm mulheres que gostam mais de sexo, têm homens que são mais sentimentais como eu, por exemplo, é assim essa população. Agora homem sente mais desejo do que a mulher...* (Grupo focal com alunos, escola pública, Recife)

Já uma aluna, em São Paulo, aponta as novas possibilidades identitárias de gênero, além dos estereótipos sobre masculinidade: *O homem também tem sentimentos, ele acha bonito dar uma rosa. Os homens também não são monstros, porque, muitas vezes, também, têm homens que têm mais sentimentos do que uma mulher, sabia?*

O *ficar* pode estar traduzindo um certo desencanto dos jovens com o casamento, um certo cepticismo sobre a equação casamento e felicidade, conforme um aluno de Porto Alegre explica: *O casamento hoje em dia é uma fachada, porque bem casado é aquele que bem vive,... parece uma maldição, a partir do momento que tu assina o bendito papel, tua vida vira do lado do avesso.*

Tal postura crítica sobre o casamento, como constituinte implícito do *ficar* pode estar sinalizando processos identitários geracionais, ou a intenção de ser diferente dos seus pais:

> *– Antigamente eu tinha vontade de casar, mas hoje eu não quero mais não, viu.*
> *– Eu também não quero.*
> *– Eu vejo por experiências de pessoas que eu conheço, o relacionamento como é.*
> *– Não é o ideal hoje em dia, não.* (Grupo focal de alunos, escola pública, Salvador)

Percebe-se que não há contornos rígidos que determinem a impossibilidade do *ficar* se transmutar em uma relação de namoro. Alguns jovens relatam que o namoro pode se originar do *ficar,* sugerindo que este pode ser uma etapa que precede o namorar:

> *Às vezes, ficar tem dois instantes: fica de ficar, mas você quer continuar com a princesa, você continua ficando assim com ela, aí você começa a conversar, não fica só no negócio de beijo, depois tchau. Aí, você continua mais um pouquinho você começa a namorar. Tudo começa assim do ficar...* (Grupo focal com alunos, escola particular, Vitória)

> *Tudo começa sempre assim: Fica uma vez, fica duas, aí, quando a pessoa vê, começa a rolar uma relação melhor vai lá e passa a ter aquela formalidade, a pessoa vai lá e pergunta assim (...) é a partir desse momento nós estamos namorando?* (Grupo focal com alunos, escola particular, São Paulo)

Ainda que o *ficar* seja considerado como uma novidade dos tempos modernos e, como se reflete acima, pode estar desestabilizando tradicionais relações hierárquicas de gênero, e mais, possibilitando que as jovens experimentem outras formas de vivenciar prazeres e afetividades, não necessariamente esgotando-se num significado único e libertário na prática do *ficar.*

Pode, ao contrário, o *ficar*, comportar uma contradição: a existência de conflitos advindos da permanência de valores relacionados a gênero em sua dinâmica interativa. Esses conflitos estão associados ao sistema de controle sexual presente nos imperativos que contextualizam os papéis sociais. Em princípio, *o ficar* implica no estabelecimento de interações mais igualitárias entre rapazes e moças, onde se pressupõe que as características de superficialidade e de descompromisso sejam percebidas e vividas como positivas para ambos os sexos. No entanto, alguns depoimentos sugerem que há uma distinta valoração moral do *ficar* para cada um dos sexos:

> *Eu não sei, deve ser mais pelo estilo do homem, porque a mulher se sente mais constrangida de, por exemplo, estar com um hoje, aí transa, aí no outro dia arranja outro namorado, aí, daí um mês, dois, vai transar, eu acho que ela se sente mais constrangida. O rapaz não, transa hoje, está com outra amanhã já transando, sai na rua à noite aí acha aquelas mulheres de esquina, vai lá.* (Grupo focal com alunas, escola pública, Vitória)

Para os rapazes, a possibilidade da variação de parceiras para *ficar* recebe um valor positivo, reeditando os princípios e respaldando o sistema de valores sociais e morais que dignificam a masculinidade. O que vale é a possibilidade de se tornar cada vez mais experiente na amorosidade e sexualidade.

Para as moças, *o ficar* pode estabelecer limites. Alguns depoimentos demonstram que, diferentemente dos jovens, uma variedade grande de parceiros resulta numa atribuição de valor negativo. Ainda que, para ambos, o *ficar* venha se tornando uma possibilidade, de certa forma, fluida para a iniciação dos jogos amorosos e sexuais da adolescência/juventudes, persistem, com o *ficar*, códigos restritivos, preconceitos e interdições.

> *Agora prevalece aquele negócio da mulher, do machismo do homem: de que se a mulher ficar muito... que a mulher já não é mais moça, é uma meretriz e tal, e pega mal, então a mulher já é mais conservadora.* (Grupo focal com alunos, escola particular, Maceió)

> *Esse negócio de namoro que ela disse sem compromisso... Exemplo: o homem bota chifre na mulher, certo, aí ele vai ver... estava ficando. Aí se ela for descontar, ela vai pegar a fama de galinha. Tem esse lado também. Eu acho que para a mulher pesa muito, eu acho.* (Grupo focal com alunos, escola particular, Fortaleza)

Mesmo com a demanda atual de se *ficar*, a estrutura e organização afetiva, muitas vezes, ainda permanecem essencialmente as mesmas, pois os próprios jovens dicotomizam e hierarquizam valorativamente o *ficar* do namorar, perpetuando assim as formas de vida e restringindo as novas possibilidades de relacionamentos. Em muitos discursos, o namoro é destacado como *mais sério*, como vínculo de respeito, separado da identificação do *ficar*, em que tudo é permitido. Tal pensar dicotômico sugere novas roupagens para velhos preconceitos que colaboraram nas valorações diferenciadas das mulheres – as boas para casar e aquelas, para as "outras coisas", como para uma sexualidade descompromissada e separada do afeto.

QUADRO 2.2 – Namorar é sério, ficar, uma noite

Grupo focal com alunos, escola pública, Salvador; Cuiabá

Ficar, é um dia, dois (...). Quando se encontra de vez em quando, a gente termina assim, se esbarrando na rua e termina ficando, agora namorar é uma coisa mais séria (...).

Namorar é sério, ficar é ficar, uma noite, uma semana, quinze dias, no máximo.

A Tabela 2.4, a seguir colabora na demonstração do pensar dicotômico no gênero. Cerca da metade dos jovens selecionaram a alternativa, segundo a qual, *as moças gostam de namorar, os rapazes gostam de "ficar"* – 57,3% em Fortaleza a 41,5% em Florianópolis – ou seja, com uma mínima variação regional.

Em todas as capitais, as jovens mais que seus pares do sexo masculino, apóiam tal perspectiva, diferenciando assim as orientações de cada sexo. No Rio de Janeiro, por exemplo, enquanto cerca de 39% dos rapazes concordam com aquela assertiva, 54% das jovens assim o fazem. As maiores diferenças entre as proporções de jovens, segundo sexo, que *consideram que as moças gostam de namorar e os rapazes de ficar*, encontram-se em Manaus e Salvador, atingindo 20 pontos percentuais de diferença nas respostas obtidas.

Na metade das capitais pesquisadas, as faixas etárias extremas (entre 10 a 14 anos e 20 a 24 anos) mais se distanciam em relação a concordância de que há diferenças entre rapazes e moças, ou seja, que os primeiros gostam mais de *ficar* e elas, de namorar. Por exemplo, em Porto Alegre 55% dos adolescentes de 10 a 14 anos optaram por tal assertiva, enquanto 34% dos jovens entre 20 a 24 anos, assim o fizeram. Não há marca intrageracional que diferencie nitidamente os grupos mais jovens e os de 15 a 19 anos (Tabela 2.5).

TABELA 2.4 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que as moças gostam de namorar e os rapazes de ficar e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	As moças gostam de namorar e os rapazes de ficar[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	41,0	56,1	49,9
Cuiabá	38,9	59,7	50,3
Distrito Federal	33,2	51,4	43,7
Florianópolis	37,0	46,1	41,5
Fortaleza	50,9	62,4	57,3
Goiânia	41,2	54,9	48,4
Maceió	45,2	59,5	53,6
Manaus	38,0	53,2	46,3
Porto Alegre	42,0	57,2	49,7
Recife	36,9	54,8	46,6
Rio de Janeiro	39,4	54,0	47,0
Salvador	33,9	54,3	45,6
São Paulo	40,3	53,8	47,1
Vitória	40,6	55,1	48,5

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi solicitado aos alunos: *Marque as frases com as quais você concorda.*Categoria selecionada: *As moças gostam de namorar, os rapazes gostam de ficar.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Tabela 2.5 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por faixa etária, segundo indicação de que as moças gostam de namorar e os rapazes de ficar e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	As moças gostam de namorar e os rapazes de ficar[2]			
	Faixa etária			Total
	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	
Belém	52,4	48,8	50,0	**50,1**
Cuiabá	49,7	50,2	53,8	**50,2**
Distrito Federal	49,1	39,2	48,2	**44,0**
Florianópolis	49,0	38,1	28,9	**41,6**
Fortaleza	60,5	56,6	48,3	**57,6**
Goiânia	51,8	44,4	48,9	**48,4**
Maceió	57,3	50,2	59,4	**53,8**
Manaus	47,7	45,7	46,1	**46,5**
Porto Alegre	55,2	46,8	34,1	**49,7**
Recife	52,1	45,9	27,8	**47,0**
Rio de Janeiro	55,2	44,6	39,3	**47,3**
Salvador	43,7	48,1	37,3	**45,3**
São Paulo	51,3	43,5	37,2	**47,0**
Vitória	50,7	48,2	38,6	**48,5**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi solicitado aos alunos: *Marque as frases com as quais você concorda.* Categoria selecionada: *As moças gostam de namorar, os rapazes gostam de ficar.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Se, por um lado, os jovens preferem as interações afetivas do *ficar,* em razão da fluidez dos acordos, principalmente, no que tange aos compromissos do namorar, por outro, em alguns depoimentos dos adultos (pais e professores), o *ficar* aparece como um código diferenciador geracional. Contudo, concebem o *ficar* como um tipo de relacionamento que, em princípio, desqualifica alguns valores importantes para a amorosidade de homens e mulheres. Além do que, os depoimentos de pais e professores demonstram um certo desconhecimento de quais acordos estão envolvidos no *ficar.* Por exemplo, segundo pais do Rio de Janeiro, *eles são muito rápidos, então querem experimentar vários, mas...* Em alguns depoimentos, a percepção do grupo de adultos, as trocas interativas do *ficar* aparecem associadas à promiscuidade e à moral:

Mas não têm o preparo para as conseqüências que isso vai trazer, aí faz com um, faz com outro, faz com outro, fica com um, fica com o outro. Isso daí leva à promiscuidade. (Grupo focal com professores, escola pública, Cuiabá)

Você sabe porquê, porque acontece demais você vê as menininhas hoje de 16, 17 anos ficam com um hoje, aí transam com ele, daqui a um mês, dois meses, estão ficando com outro rapazinho e transam com ele; vai virar o quê, meu Deus do céu! (Grupo focal com pais, escola pública, Vitória)

Na crítica adulta e de muitos jovens ao *ficar* há uma desqualificação das relações *sem compromisso* dos jovens, uma atribuição de excessos e uma codificação de permissividade às práticas que não se enquadram no considerado como padrão. Assim o *ficar*, seria estranhado, como parte do "outro" e "naturalmente" traria malefícios:

Ah não... eu aviso para eles: Oh! Fica com todo mundo, começa a dar sapinho, dá cárie (...) eu vi porque aconteceu na minha casa, então eles estavam muito bem e, daqui a pouco, ia lá para o terraço dava uns beijinhos... daqui a pouco voltava e ia cada um para um canto... o que é isso! (Grupo focal com pais, escola particular, Rio de Janeiro)

Quando comparado aos pais, os professores parecem menos sobressaltados sobre o *ficar*. Em algumas falas, uma compreensão que sai da dualidade do certo-errado, prazer-responsabilidade, saúde-doença, para localizar o *ficar* como possibilidade de experimentação.

Eu, por esta questão da sexualidade, começo pelo primeiro passo deles que é o ficar. É o ficar, isso eu acho que é a primeira demonstração, têm até alguns na quinta série, um outro na sexta, muitos na sétima, vários na oitava, então aquele fico, não é o namoro, não é? É aquele ficar durante uma visitinha, então esse fico, pode ser com uma, ou uma com um, porque não tem só essa de só eles escolherem, porque elas também escolhem. Mas existe. É lógico. Não é mais aquela de menino vai escolher menina, às vezes o menino está sentado e a menina chega e diz: olha, eu estou a fim de ficar contigo. E aquele contato íntimo, até mais prolongado, normalmente não chega até o sexo. E o ficar para eles é algo normal. Ficar com três, quatro numa noite, tanto faz menino ou a menina. O ficar com três, quatro numa noite, tudo bem, não acarreta nada, é normal, é natural. Se tu ficares só com um ficou, se ficares com quatro ficou, se conseguir ficar com cinco parabéns, se não ficou com nenhuma aí é problema. (Grupo focal com professores, escola particular, Florianópolis)

O *ficar* é percebido por alguns adultos, principalmente os professores, como sendo um código diferenciador em termos geracionais. Muitos se referem que o *ficar* de outrora implicava em relações sexuais, o que não acontece necessariamente nos tempos atuais. Os professores parecem que aceitam mais essa transição que os pais, dando espaço para uma inclusão desse discurso como benéfico. Uma professora de Cuiabá defende*: Mas às vezes, esse ficar deles não é transar, é namorar, é pegar na mão, é beijar, é abraçar, mas é que a sociedade já está tão preocupada, que tudo que se diz aí já pensa que está na questão do sex*o.

Depoimentos de outros professores de Cuiabá, reconhecem que *o ficar* pode comportar um vocabulário de sentidos diferente, a depender da geração que o empregue: (...) *é o linguajar dos adolescentes dizer assim eu fiquei com fulano, quer dizer ficar para nós que já não somos dessa época, ficar é você ir para cama com alguém, ter um caso; e para eles, ficar é namorar hoje.*

É bem mais baixa a proporção de membros do corpo técnico-pedagógico das escolas pesquisadas, em relação a de alunos que concordam *que as moças gostam mais de namorar, os rapazes gostam de 'ficar'.* Enquanto cerca da metade dos alunos selecionaram tal item, não chega a um terço a proporção dos professores.

Em pelo menos metade das capitais, no caso do corpo técnico-pedagógico, não há diferença significativa entre os sexos, variando em taxas de respostas para os professores, entre 36,6%, em Fortaleza, e 17,6%, no Distrito Federal. As professoras variam entre 42,5%, em Fortaleza, e 16%, no Distrito Federal, enquanto que os professores variam entre 28,6%, em Cuiabá, e 9,2%, em São Paulo (Tabela 2.6).

É comum se associar de forma diferente namorar e *ficar* à fidelidade, sendo tal atributo mais comumente relacionado ao namoro, no que concordam rapazes e moças, como indica o diálogo seguinte:

> *– Namorar é sério, ficar é ficar, uma noite, uma semana, quinze dias, no máximo.*
>
> *– Namorar é com o pai a mãe sabendo, todo mundo, assim, família, sabendo ficando em casa, aí esse é meu namorado, agora ficar não, fica na rua, fica em festa.*
>
> *– Tipo assim igual a nossa amiga falou: dois meses, três meses ainda é ficar porque você pode ficar com ele; aqui, tipo, têm muitos que já aconteceu isso (...) outro lugar já fica com outra, está com ele e está com outro, não tem assim um ponto final na sua vida principalmente as mulheres. Agora namorar, não, é uma*

coisa mais séria. É só ele, você ser fiel a ele, é ele e acabou. É ele que vai à família, é ele que você conhece a família, então é isso namorar, é uma coisa mais séria é uma coisa que você vai pensar no futuro, agora ficar não, você não pensa no futuro porque você está com um aqui, fica com outro ali e está com um amigo lá atrás, então não sabe o que quer da vida.

– (...) ficar é assim: você vai numa festinha assim fica com a menina assim de repente ela termina assim e até vai embora, cê pega fica com a outra, arranja outra, e fica com a outra.

– Se namora é porque gosta e sofre se terminar

(Grupo focal com alunos, escola pública, Cuiabá)

TABELA 2.6 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo indicação de que as moças gostam de namorar e os rapazes de ficar e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	As moças gostam de namorar e os rapazes de ficar[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	27,3	25,2	26,1
Cuiabá	28,6	27,1	27,5
Distrito Federal	22,2	16,0	17,6
Florianópolis	15,6	27,6	23,5
Fortaleza	23,7	42,5	36,6
Goiânia	11,5	22,4	19,6
Maceió	20,8	26,6	25,2
Manaus	21,2	29,1	26,1
Porto Alegre	15,4	19,5	18,8
Recife	25,0	29,9	28,2
Rio de Janeiro	16,5	22,7	20,7
Salvador	22,9	21,7	22,0
São Paulo	9,2	22,0	18,8
Vitória	13,6	27,1	22,9

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi solicitado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Entre as frases abaixo marque somente as que você concorda.* Categoria selecionada: *As moças gostam de namorar, os rapazes gostam de "ficar".*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

A normatização dos diferentes atributos relacionados à masculinidade e à feminilidade aparece nos diálogos sobre como rapazes e moças podem expressar a sua afetividade:

> *– Eu acho que é porque geralmente o homem é de uma noite só e tal, tchau, vai embora.*
> *– Eu digo que a mulher é sentimental, mas não digo que o homem é mais racional do que a mulher. O homem é carnal.*
> *– Ele é mais prático.*
> *– Porque os homens fazem sexo, e as mulheres fazem amor, a gente fala muito dessas relações aqui, que homem é muito carnal, para ele qualquer mulher serve entendeu, ele só não transa com cobra, porque ele não sabe qual é o sexo.* (Grupo focal com alunos, escola pública, Distrito Federal)

No namoro, a fidelidade parece adquirir um lugar especial. O medo de ser traído também está envolvido nas diferenças existentes entre *o ficar* e o namorar, uma vez que põe em xeque a construção social da identidade masculina e da feminina – por exemplo, quem leva e quem põe os *chifres*, demandando um novo arranjo entre os sexos, segundo Parker (2000).

Rapazes e moças se referem à infidelidade como um problema a ser enfrentado nas relações de namoro, dilema, em princípio, ausente no *ficar:*

> *(...) mas, muitas vezes, existe medo do menino de namorar e ser traído; e da menina também, porque, você vê, muita menina tem medo de namorar, porque quando a pessoa namora ela corre o risco de ser traída, e quando fica não, porque não é uma coisa séria, existem essas diferenças.* (Grupo focal com alunos, escola pública, Vitória)

> *(...) Porque você pode ficar com ele aqui tipo têm muitos que já aconteceu isso (...) outro lugar já fica com outra, está com ele e está com outro, não tem assim um ponto final na sua vida, principalmente as mulheres, agora namorar não, é uma coisa mais séria, é só ele, você ser fiel a ele; é ele e acabou.* (Grupo focal com alunos, escola pública, Cuiabá)

As diferentes perspectivas sobre fidelidade segundo sexo/gênero podem ser percebidas na Tabela seguinte, quando se constata que mais de um terço dos jovens selecionaram o item *Eu realmente acredito que meu*

(minha) namorado(a) só transa comigo. Em seis capitais, a saber: Maceió, Recife, Florianópolis, Vitória, Rio de Janeiro e Porto Alegre, as percentagens femininas são significativamente maiores que as masculinas, corroborando com a visão de que as jovens tendem a perceber as relações afetivas de forma diferenciada. Mas, nas demais, as diferenças por sexo não são significativas (Tabela 2.7).

TABELA 2.7 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo crença na fidelidade do parceiro e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Acreditam na fidelidade do parceiro[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	43,3	38,5	**41,2**
Cuiabá	35,2	36,1	**35,5**
Distrito Federal	30,2	32,2	**31,1**
Florianópolis	39,1	51,3	**43,8**
Fortaleza	33,3	37,2	**34,8**
Goiânia	31,6	28,9	**30,6**
Maceió	43,2	54,6	**47,5**
Manaus	40,3	39,2	**39,9**
Porto Alegre	35,6	44,7	**39,0**
Recife	42,4	50,5	**44,8**
Rio de Janeiro	37,0	44,8	**39,8**
Salvador	28,3	34,2	**30,7**
São Paulo	42,2	43,1	**42,5**
Vitória	35,8	52,0	**42,5**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi solicitado aos alunos: *Marque as frases com que concorda.* Categoria selecionada: *Eu realmente acredito que meu(minha) namorado(a) só transa comigo.*
(1) Dados expandidos.
(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Adultos também re-significam o *ficar*, enquadrando-o em noções moralizantes, como sua necessária associação com fidelidade e relação de totalidade. É quando os trânsitos entre namorar e *ficar* se fazem de forma ambígua, por meio do vocabulário fidelidade que é ressaltado como necessário para as relações que engendram os jovens. Tal sentido é sugerido pelo discurso de uma mãe:

A fidelidade, eu acho que em termos, assim, de adolescência, tanto na adolescência, quanto na maioridade, eu acho que ela tem que ser total. Se você tem um rapaz, ou uma moça um namoradinho, ou uma namoradinha, se você está com aquele menino, mesmo se esteja ficando, você fica com ele, se você tiver namorando aí você tem que ficar com ele, a partir do momento que não esta mais, aí acabou, está livre, aí você pode ficar com outro. Mas você tem que ser fiel, você tem que saber o que é a palavra fidelidade, para entrar no seu vocabulário. (Grupo focal com pais, escola particular, Florianópolis).

A associação entre amor e fidelidade no imaginário dos jovens é clara, sendo que, em média, 80% dos jovens recusam a perspectiva de que *pode existir amor sem fidelidade,* assertiva que, como se indica na tabela seguinte, foi selecionada por menos de 20% dos alunos. Mas, note-se que tal ideário bem convive com a noção de que *o amor proibido é sempre mais gostoso* – opção selecionada por mais de 40% dos jovens (Tabela 2.8).

Tal Tabela colabora na análise por sexo/gênero sobre tais orientações, demonstrando-se mais uma vez que as jovens tendem a posturas um pouco mais tradicionais que os rapazes. Por exemplo, em Porto Alegre, cerca de 16% das jovens consideram que *pode existir amor sem fidelidade*, enquanto 28% dos rapazes apresentam essa postura. A mesma tendência se repete quando o tema é *se o amor proibido sempre é mais gostoso*. Assim, tem-se que, em São Paulo, por exemplo, enquanto 35% das moças concordam com essa posição, 44% dos jovens, assim se definem. A condição de ser fiel associada ao exercício da feminilidade pode significar, em determinadas situações, que as moças preferem as relações de namoro por se sentirem mais vulneráveis.

Já nos depoimentos dos adultos é justamente a flexibilização da fidelidade que se destaca no que concerne às críticas explicitadas ao *ficar*.

Em alguns relatos, inclusive, aparece a associação entre a ausência da fidelidade compulsória com o desaparecimento do romantismo das relações entre os jovens. Ainda na percepção dos adultos, além do desaparecimento do romantismo, as relações estão ficando vulgarizadas e banalizadas.

(...) A juventude de hoje em dia não está muito fiel... é ficar, hoje... eles denominaram esse negócio de ficar trocando de "fica" então... "eu sou ficante"... e vai para guerra... uma festa fica com um, outra festa fica com outro... Não tem muito romantismo... Então... saber com quantos você vai ficar em uma noite (...) (Grupo focal com pais, escola particular, Rio de Janeiro)

TABELA 2.8 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo percepções sobre fidelidade e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Percepções sobre fidelidade[2]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	Pode existir amor sem fidelidade	22,1	16,0	**18,5**
	O amor proibido sempre é mais gostoso	44,8	44,9	**44,8**
Cuiabá	Pode existir amor sem fidelidade	20,0	13,2	**16,3**
	O amor proibido sempre é mais gostoso	47,3	38,8	**42,6**
Distrito Federal	Pode existir amor sem fidelidade	20,0	15,5	**17,4**
	O amor proibido sempre é mais gostoso	37,5	37,4	**37,4**
Florianópolis	Pode existir amor sem fidelidade	21,5	18,0	**19,7**
	O amor proibido sempre é mais gostoso	42,2	34,9	**38,6**
Fortaleza	Pode existir amor sem fidelidade	20,8	15,3	**17,7**
	O amor proibido sempre é mais gostoso	46,0	38,4	**41,8**
Goiânia	Pode existir amor sem fidelidade	21,9	15,6	**18,6**
	O amor proibido s empre é mais gostoso	46,1	37,7	**41,7**
Maceió	Pode existir amor sem fidelidade	20,7	14,1	**16,8**
	O amor proibido sempre é mais gostoso	41,0	34,2	**37,0**
Manaus	Pode existir amor sem fidelidade	19,3	15,1	**17,0**
	O amor proibido sempre é mais gostoso	50,3	37,6	**43,3**
Porto Alegre	Pode existir amor sem fidelidade	27,6	15,8	**21,6**
	O amor proibido sempre é mais gostoso	46,6	38,5	**42,5**
Recife	Pode existir amor sem fidelidade	19,6	16,3	**17,8**
	O amor proibido sempre é mais gostoso	45,1	34,8	**39,5**
Rio de Janeiro	Pode existir amor sem fidelidade	24,9	14,9	**19,7**
	O amor proibido sempre é mais gostoso	41,2	35,4	**38,2**
Salvador	Pode existir amor sem fidelidade	21,5	14,7	**17,6**
	O amor proibido sempre é mais gostoso	41,6	38,2	**39,6**
São Paulo	Pode existir amor sem fidelidade	25,7	16,3	**21,0**
	O amor proibido sempre é mais gostoso	44,3	35,2	**39,8**
Vitória	Pode existir amor sem fidelidade	21,3	15,1	**17,9**
	O amor proibido sempre é mais gostoso	45,7	35,8	**40,3**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi solicitado aos alunos: *Marque se você concorda com as frases abaixo:* (categorias de resposta apresentadas na Tabela).

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Independente da forma das relações, a vida sexual dos jovens tende a se caracterizar por contatos com apenas um parceiro, questionando-se, assim, a idéia de uma "promiscuidade" sexual entre os jovens. Cerca de 70% dos jovens, em média, de diferentes ciclos de idade indicam que só tiveram relações sexuais com um parceiro. (Tabela 2.5-A, anexa).

Considerando a intensidade da vida sexual por gênero e ciclos etários na geração jovem, tem-se que em todas as faixas etárias (entre 10 e 24 anos) há divisões sexuais nítidas, aparecendo as moças com mais baixas proporções quando se considera o número de parceiros. Apenas para a resposta *uma pessoa*, as alunas tendem a responder com percentagens significativamente maiores que os alunos. Por exemplo, em Belém, 95% das meninas, maior probabilidade, se relacionaram só com uma pessoa nos últimos 12 meses, enquanto, no caso dos meninos, a proporção é de 55% (Tabela 2.5-A, anexa).

Em resumo, o tema *ficar* no campo das relações sexuais e afetivas estaria mais demarcando gerações, provocando, inclusive, reações críticas dos mais velhos, que se sentem ameaçados, considerando que seus modelos e controles não estariam mais funcionando no sentido de evitar ou retardar a iniciação sexual.

Mas paradoxalmente, o *ficar* comporta uma plasticidade de sentidos entre os jovens que torna várias daquelas críticas sem razão de ser, não sendo inclusive nítidas as fronteiras entre o *ficar* e o namorar.

O *ficar* também sinaliza vontade de se relacionar de um jeito próprio e, em muitos casos, abrir-se a experimentações o que pode colaborar para questionar papéis no gênero ou, também, emprestar velha racionalidade a antigos códigos, ou seja, o que é próprio de mulher e próprio de homem. Tal ambigüidade pode estar embasando os por quês muitas jovens não necessariamente se posicionam da mesma forma que os rapazes sobre o tema, assim como sobre fidelidade e aparecerem como mais tradicionais.

2.4 A CONVERSA SOBRE SEXUALIDADE

De uma forma difusa há entre os atores da escola, principalmente os professores, uma forte tendência a considerar que a escola é, de fato, um lugar ideal para trabalhar sobre temas relacionados à sexualidade, mas não necessariamente tal vontade tem o respaldo de um planejamento

pedagógico explícito e continuado, ficando, muitas vezes, no âmbito de intenção, de palestras e se limitando a uma cruzada pessoal, por conversas e referências no plano de opiniões contra posturas preconceituosas:

> *Eu acho que se deve trabalhar esses temas em escola, porque está ligado a isso, à questão do feminismo, machismo, sexualidade. O professor vive isso e, de repente, na sala de aula, ele está desenvolvendo isso, o problema da sexualidade de alguma forma e não está percebendo; então, o professor tem que estar ligado a essa questão; e eu acho que professor, em relação a isso, tem que ser assim, não deve apenas dar a sua opinião, ele tem que saber o que ele está falando; ele pode estar perdido, porque têm muitos professores que têm o curso de licenciatura; você fala isso para aquele que fez apenas um curso bacharel, apesar de que sempre tem uma maneira da escola, ela tem, de vez em quando, um curso sobre isso, sobre racismo, sobre sexualidade. Então a gente tem a oportunidade de conseguir conhecimentos e não consegue administrar. Então eu acho que o que o professor deve fazer é isso.* (Grupo focal com professores, escola pública, Cuiabá)

Essa não é uma realidade comum à maioria das escolas públicas. Alguns diretores relataram que não existe um trabalho nas escolas para tratar sobre sexualidade. Considera-se que deveria haver para o corpo docente um trabalho de esclarecimento, de orientação sistemática, ou seja, com a colaboração de especialistas, para terem condições para informar, lidar com as questões apresentadas pelos alunos e segurança ao tratarem do tema.

A conversa informal é uma das medidas adotadas por algumas escolas, em outras, sexualidade é tema principalmente tratado nas aulas de ciências, associando-se essa pulsão à constituição do corpo humano. Em Rua e Abramovay (2001), se documenta tal prática, focalizando-se, por exemplo, como se discute prevenção de DST/Aids. Alerta-se que nas 14 capitais pesquisadas, segundo cerca de 50% dos professores, tais assuntos são dados pelo professor de Ciências. De acordo com essa pesquisa, quase um terço dos professores mencionam que são realizadas palestras por pessoas de fora da escola. Mas há também escolas em que prevenção e sexualidade são parte de programas específicos de educação sexual.

Contudo, mais que conversar ou educar sobre sexualidade há que discutir como se vêm dando interações entre saberes – a aplicação de informações variadas por parte dos jovens e o que passa, por exemplo, com professores e pais.

Estudiosos no campo da sexualidade alertam sobre o perigo de que a focalização em temas relacionados à sexualidade na escola, nos meios de comunicação e por outras agências, assim como por adultos em suas interações com crianças, adolescentes e jovens se distanciem de tal forma de questões que interessam a estes, que não necessariamente contribuiriam para pedagogias sobre o prazer e um diálogo agradável. Adverte-se que tais saberes podem contribuir para a reprodução de estereótipos ou a desencantar os jovens sobre tal dimensão tão importante em suas vidas e que se entrelaça tanto com formas de viver como de evitar riscos à vida (Barroso, 1986, entre outros).

As palestras, enquanto atividades planejadas ou trabalhos isolados, tornam-se alvo de críticas pela falta de continuidade e monotonia que impõem aos alunos, como relatam professores de Maceió, referindo-se a queixas por seus alunos: *Palestras, trabalhos isolados. Sempre vem alguém dar palestras (...). Ah professora, eu não agüento mais não (...).*

Considera-se que as informações, no âmbito escolar, têm estado distantes das vivências e das emoções dos seus alunos, provocando uma não apropriação das temáticas nelas envolvidas e conseqüentemente uma prevenção muito precária (Paiva *et al.*, 1997, entre outros).

No que concerne à prevenção, as falas nas escolas estão centradas em cuidados biomédicos. Os alunos queixam-se de já estarem saturados, de já terem ouvido esse discurso e, assim, a conversa não se configura como terreno fértil para a troca entre as gerações:

> – *É normal, hoje em dia, você vê na tevê propaganda de camisinha, de drogas entendeu? Isso você já vê no dia-a-dia.*
> – *Essa pergunta de sexo também é parecida com esse conceito sobre drogas, você vai ver um livro sobre drogas, você acha aquilo muito chato, você não agüenta nem a primeira página, aí fica enrolando.* (Grupo focal com alunos, diurno, escola privada, Cuiabá)

Em 2000, 340 escolas, nas 14 capitais aqui consideradas, foram avaliadas quanto à implementação do "Programa de DST/Aids e Uso Indevido de Drogas nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio", do Governo Federal (Rua e Abramovay, 2001). Nessas, entre 47%, em Recife, e 82% dos professores, em São Paulo e Manaus, respectivamente, responderam que a escola tratava dos temas DST/Aids – que envolve debates sobre sexualidade – e drogas como temas transversais.

Proporções inferiores informaram que teriam ocorrido cursos de formação/capacitação dos professores para atuar naqueles temas – variando de 17%, em Recife, a 33%, em Vitória. Em São Paulo, a proporção foi de 20%. Segundo vários professores, um dos problemas na execução das atividades previstas pelo programa, seria a falta de periodicidade: *Nós sempre fazemos isso, não é... não é bem sistemático não. Nós fazemos isso no começo do ano, certo, e do segundo semestre.*

Orientação sexual também não seria matéria explicitamente adotada pela maioria das escolas pesquisadas, mas temas relacionados à sexualidade seriam abordados em diferentes disciplinas em alguns casos, sendo que há também registros de conflitos com os pais, que consideram que os professores estariam ensinando *saliências,* assim como casos em que professores explicitam que há demanda por parte dos pais para que na escola se inclua currículos sobre orientação sexual, assim como demanda por parte dos alunos[14].

Note-se, no testemunho a seguir, a indicação de uma professora tanto da resistência de pais sobre o ensino de sexualidade na escola, quanto a indicação de insegurança e temor na abordagem do tema:

> *(...) fiquei sem palavras: veio a mãe de uma aluna minha, chegou e disse: 'Professora, a senhora é professora de Ciência? Eu gostaria que minha filha não assistisse à sua aula porque a senhora está ensinando saliência'. Eu falei assim: 'Como é?' 'É, a senhora está ensinando saliência na sala'. Quer dizer, aí eu parei, fui pensando: meu Deus, será que eu estou despertando curiosidade a respeito disso?* (Grupo focal de professores, escola pública, Belém *in* Rua e Abramovay, 2001: 162)

E a família como vem conversando sobre sexualidade com seus filhos?

Apesar de que 2/3 dos pais afirmam que já falaram sobre sexo com seus filhos, nota-se que cerca de um terço, nas capitais pesquisadas, não dialogam sobre este tema (Tabela 2.9). Tal prática, de não conversar sobre

[14] "Uma pesquisa do Instituto DataFolha, realizada em 10 capitais brasileiras e divulgada em junho de 1993, constatou que 86% das pessoas ouvidas eram favoráveis à inclusão de Orientação Sexual nos currículos escolares" (citado por Castro e Abramovay, 2003).

sexualidade com os filhos, é mais recorrente em Fortaleza (50%) e em Maceió (39%). Enquanto no Rio de Janeiro (17%), São Paulo (18%) e Vitória (20%) se destacam por apresentarem menores índices de silenciamento sobre a sexualidade. Esses dados podem estar sinalizando para uma tendência à diversidade de situações, com linhas regionais.

Em nove das 14 capitais estudadas não há diferenças significativas quando se considera o sexo dos pais. Em quatro capitais, no entanto, as mães aparecem de forma mais destacada que os pais no plano de interação com os filhos, conversando sobre sexualidade: em São Paulo a relação mãe/pai é de 84/73%; em Goiânia, 69/56%; em Maceió, 65/47%; e, em Fortaleza, 53/40%. O Distrito Federal é uma exceção: os pais (81,4%) com maior probabilidade que as mães (71%) são interlocutores privilegiados dos filhos, sobre sexualidade.

TABELA 2.9 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conversa sobre sexo com os filhos e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Já falaram com os filhos sobre sexo	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	Sim	69,6	69,3	**69,3**
	Não	30,4	30,7	**30,7**
	Total	100,0	100,0	**100,0**
Cuiabá	Sim	75,6	73,6	**74,0**
	Não	24,4	26,4	**26,0**
	Total	100,0	100,0	**100,0**
Distrito Federal	Sim	81,4	71,0	**73,5**
	Não	18,6	29,0	**26,5**
	Total	100,0	100,0	**100,0**
Florianópolis	Sim	74,5	81,1	**79,1**
	Não	25,5	18,9	**20,9**
	Total	100,0	100,0	**100,0**
Fortaleza	Sim	40,0	52,6	**50,5**
	Não	60,0	47,4	**49,5**
	Total	100,0	100,0	**100,0**
Goiânia	Sim	56,4	68,7	**66,0**
	Não	43,6	31,3	**34,0**
	Total	100,0	100,0	**100,0**

TABELA 2.9 – (continuação)

Capital	Já falaram com os filhos sobre sexo	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Maceió	Sim	46,5	65,0	**61,2**
	Não	53,5	35,0	**38,8**
	Total	100,0	100,0	**100,0**
Manaus	Sim	73,9	76,3	**75,7**
	Não	26,1	23,7	**24,3**
	Total	100,0	100,0	**100,0**
Porto Alegre	Sim	78,9	83,2	**82,3**
	Não	21,1	16,8	**17,7**
	Total	100,0	100,0	**100,0**
Recife	Sim	65,6	67,0	**66,7**
	Não	34,4	33,0	**33,3**
	Total	100,0	100,0	**100,0**
Rio de Janeiro	Sim	79,2	83,8	**82,8**
	Não	20,8	16,2	**17,2**
	Total	100,0	100,0	**100,0**
Salvador	Sim	75,0	75,1	**75,1**
	Não	25,0	24,9	**24,9**
	Total	100,0	100,0	**100,0**
São Paulo	Sim	72,7	84,4	**81,9**
	Não	27,3	15,6	**18,1**
	Total	100,0	100,0	**100,0**
Vitória	Sim	77,8	81,3	**80,3**
	Não	22,2	18,7	**19,7**
	Total	100,0	100,0	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Nota: Foi perguntado aos pais: *Vocês já falaram com seu(s) filho(s) sobre sexo?*

Na maioria dos depoimentos, as moças declaram que é mais fácil e confortável o diálogo com as mães, consideradas mais acessíveis, assim como mencionam que sentem desconforto e vergonha na aproximação com os pais para o esclarecimento de dúvidas sobre sexualidade:

– (...) O meu pai prefere passar para minha mãe, para minha mãe falar para mim, eu e o meu pai, a gente não tem o coração muito aberto, mas a minha mãe já é bem legal.
– É assim. É eu acho que você se abre (...) ela sabe mais, é mais fácil se abrir com a mãe, do que com o pai, porque sei lá...

– Pai assim pode ter vergonha do pai, ciúmes da filha, acha que a filha ainda é uma criança. (Grupo focal com alunas, escola privada, Cuiabá)

Em algumas situações, há uma interação de confiança com as mães, encorajando as filhas a diálogos mais íntimos:

Assim, minha mãe sempre fala, a gente conversa muito, daí ela fala que no dia, que eu conto para ela sobre todos os rapazes que eu fico, como é que é, a gente brinca, às vezes até com a situação, aí ela fala que no dia que for a minha primeira vez que é para eu contar para ela, só que eu penso assim é claro, que eu vou contar, mas não sei se vai ser qualquer coisa assim. (Grupo focal com alunas, escola privada, Cuiabá)

Se por um lado há relatos de que a figura da mãe é a mais próxima para as moças, por outro, há também referências a uma melhor interação entre pai e filha, principalmente quando a mãe não tem a iniciativa ou não dá oportunidades de conversar.

(...) Eu acho que eu tenho mais liberdade com meu pai do que com a minha mãe. Muitas moças têm mais com a mãe do que com o pai (...). Aí perguntei para minha mãe e ela disse: 'Você já está pensando nisso?' 'Não mãe, não é que eu já estou pensando, a gente quer saber assim, a senhora já é mais experiente, acho que a senhora deveria dar mais conselho para nós, já que eu sou menina, eu sou a menor da minha casa...(Grupo focal com alunas, escola pública, Cuiabá).

No caso dos filhos, é comum que eles tenham maior proximidade com seus pais:

– Com o pai eu converso, assim, aquelas coisas mais relacionadas à prevenção, de conhecimento.
– É negócio de dúvida.
– Assim não, negócio de sentimento.
– Eu acho importante, assim, pedir ajuda para o pai e para mãe que sabem, do que para o amigo.
– É que para o amigo porque você não sabe nem se o cara sabe mesmo, e mesmo se souber vai saber bem menos que seu pai, sei lá. (Grupo focal com alunos, escola privada, São Paulo)

A conversa sobre sexualidade com os filhos, para alguns autores, seria um tabu na cultura brasileira, principalmente no que diz respeito à educação das moças (Parker, 1991/2000; Zampieri, 1996). Hoje, no entanto, o panorama vem se configurando de maneira diversificada e, segundo sugere a análise precedente, ampliando-se as interações entre pais e filhos em debates sobre sexualidade, o que pode estar relacionado a uma lógica de prevenção, quer da gravidez juvenil, quer contra DST e Aids, o que mais se discute em outra parte desta seção.

A resposta dos alunos ao questionamento sobre *idade que tinham quando seus pais conversaram, a primeira vez, sobre sexo com eles*, gira em torno de 11 anos de idade. Não há diferenças significativas entre os sexos nas diferentes capitais estudadas. (Tabela 2.10).

TABELA 2.10 – Média de idade dos alunos do ensino fundamental e médio quando da primeira conversa sobre sexo com os pais, por sexo, segundo indicação dos alunos e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Média de idade da primeira conversa sobre sexo com os pais		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	12,28	12,54	12,43
Cuiabá	11,39	11,57	11,49
Distrito Federal	11,07	11,23	11,17
Florianópolis	10,89	11,37	11,14
Fortaleza	11,91	11,56	11,72
Goiânia	11,13	11,25	11,19
Manaus	12,03	12,21	12,13
Porto Alegre	10,77	11,31	11,05
Recife	11,37	11,33	11,35
Rio de Janeiro	11,24	11,43	11,34
Salvador	11,32	12,09	11,75
São Paulo	11,12	11,11	11,11
Vitória	10,78	11,24	11,04

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Quantos anos você tinha quando seus pais falaram com você sobre sexo pela primeira vez?*
(1) Dados expandidos.

A socialização dos jovens no campo da sexualidade se dá principalmente entre os pares, quando as conversas sobre o tema têm lugar privilegiado, seja porque conversar com os amigos é mais agradável ou mais fácil, seja porque o diálogo com os pais é dificultado por fronteiras de geração.

> *A minha mãe, ela já é diferente, ela não conversa comigo, ela já é mais fechada. Meu pai, muito menos ainda. Eu prefiro contar para minhas colegas do que para minha mãe. Eu sinto medo de conversar com ela, porque ela não gosta de conversar, não consigo, ela não conversa comigo.* (Grupo focal com alunas, escola publica, Cuiabá)

De acordo com Rua e Abramovay (2001: 156), metade dos jovens pesquisados indicam que colegas ou amigos são os que mais lhe informam sobre sexo: 44% em Salvador a 55% em Florianópolis. Contudo, tais proporções estão muito próximas às registradas para o caso das mães. O que sugere que ambos, amigos e pais (principalmente as mães), são fontes importantes, ainda que, de acordo com o interlocutor, o diálogo e o conteúdo da conversa possam variar.

Na família, a conversa sobre temas tais como DST, gravidez e contracepção costuma ocorrer, segundo os pais, antes dos filhos terem a primeira relação sexual, variando entre 80,4%, em Porto Alegre, e 60,5%, em Fortaleza (Tabela 2.6-A, anexa).

Muitos pais *não sabem* quando tiveram tal conversa, o que varia entre 23,4%, no Distrito Federal, e 10,3%, em Cuiabá. Já o grupo que indica que conversaram *depois* da primeira relação sexual varia entre 6,8%, em Fortaleza, e 2,2%, em São Paulo e Vitória.

Considerando *não ter conversa com os filhos sobre DST, gravidez e contracepção*, os pais, em alguns lugares, mais se destacam nesse grupo que as mães. Por exemplo, em Fortaleza, a equivalência entre os pais/mães que não conversaram com os filhos é de 26/12%. Em Maceió, é de 22/11%. Mas as mães aparecem como mais omissas, em algumas capitais, como em Goiânia (8/13%); Porto Alegre (5/6%); e São Paulo (4/7%).

Quando questionados especificamente se *conversam com seus filhos sobre DST*, o percentual de pais que respondem afirmativamente varia de 91%, no Rio de Janeiro, a 64,9%, em Fortaleza. Não há diferenças significativas entre as percentagens por sexo, com exceção de Fortaleza, Goiânia, Maceió e São Paulo onde as mães são as que mais afirmam ter

diálogo sobre esse tema com seus filhos, quando comparadas aos pais. Mas se alerta que cerca de 20% ou mais de pais e mães, em muitas localidades, não dialogam sobre DST com seus filhos (Tabela 2.11).

TABELA 2.11 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conversa com os filhos sobre DST e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Já falaram com os filhos sobre DST	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	Sim	80,9	76,3	77,2
	Não	19,1	23,7	22,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Cuiabá	Sim	81,1	82,5	82,2
	Não	18,9	17,5	17,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Distrito Federal	Sim	80,5	77,9	78,5
	Não	19,5	22,1	21,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Florianópolis	Sim	82,7	86,0	85,0
	Não	17,3	14,0	15,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Fortaleza	Sim	55,6	66,8	64,9
	Não	44,4	33,2	35,1
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Goiânia	Sim	72,4	81,7	79,6
	Não	27,6	18,3	20,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Maceió	Sim	66,0	75,2	73,3
	Não	34,0	24,8	26,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	Sim	86,4	87,0	86,8
	Não	13,6	13,0	13,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Porto Alegre	Sim	85,5	91,2	90,0
	Não	14,5	8,8	10,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Recife	Sim	81,7	77,4	78,3
	Não	18,3	22,6	21,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Rio de Janeiro	Sim	87,2	92,1	91,0
	Não	12,8	7,9	9,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.11 – (continuação)

Capital	Já falaram com os filhos sobre DST	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Salvador	Sim	78,8	81,2	80,7
	Não	21,2	18,8	19,3
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
São Paulo	Sim	78,1	87,1	85,2
	Não	21,9	12,9	14,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Vitória	Sim	82,8	86,0	85,1
	Não	17,2	14,0	14,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos pais: *Vocês falaram com seus filhos sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e sobre Aids?*

Em relação à conversa com os pais, segundo a literatura, faltaria diálogo mais íntimo sobre temas relacionados à vida sexual e contracepção, o que é referido como um co-fator para a ocorrência da gravidez na adolescência (Guzmán, Contreras, de Moyano, 2001; Motta, 2001). Para muitos jovens o diálogo com os pais sobre sexualidade não se dá de forma fácil, em particular pelo receio dos jovens sobre os ajuizamentos dos adultos quanto suas lógicas sobre trânsitos entre o afetivo e o sexual:

> *Toda vez que eu vou falar parece que a minha língua trava, assim* [risos]*, não é sério, assim, todo mundo fala assim, que chega e conta para mãe, assim, que está namorando, eu sei que a minha mãe sempre está por cima, assim você não deve namorar, assim, escondido, mas, às vezes, dá vontade, assim, ela fala que a gente deve seguir o coração, eu sigo o coração, aí, quando eu vou contar para ela, assim* [risos], *vai, vai, dá um medo, assim, dela, o que é que ela vai falar, o que é que ela pensa, eu quero perguntar o que é que ela pensa, que é que ela acha, só que eu não consigo.* (Grupo focal com alunas, escola pública, diurna, Cuiabá)

A dificuldade de diálogo com os pais se deve a diferenças geracionais, segundo os jovens, que consideram seus pais mais *rígidos*, apelando para punições e castigos:

> *(...) No tempo delas, antigamente, os pais eram rígidos e se você saísse de casa tinha um horário para chegar, minha mãe é desse jeito. Se eu saio nove horas,*

onze horas eu tenho que está em casa, se eu passar desse [horário] *eu fico de castigo (...). Ela tem mais medo é por causa de que no nosso comportamento, os guris nesse nosso tempo aqui, os guris são assim, assanhados. Já quer primeiro beijo, já quer agarrar, já quer passar a mão, têm uns que já querem até transar com as moças, só que outros não. Na minha casa, a minha mãe, se eu falasse para ela... se eu chegasse para ela e falasse: "mãe! eu estou namorando, já transo e tal..." Falasse assim para ela, eu acho que ela jogava tudo no chão (risos).* (Grupo focal de alunas de escola pública de Cuiabá)

Mas, alguns pais relatam que não conseguem dialogar com os filhos sobre sexo, visto que eles reagem alegando que já possuem conhecimento prévio sobre o assunto e que não são mais crianças.

A gente não consegue falar para os filhos sobre sexo, porque eles sempre, pelo menos acontece comigo e com várias amigas minhas, quando elas pensam em falar algo os filhos não querem saber não. Dizem que o colégio já ensinou, "isso eu já estou tão careca de saber, isso aí todo mundo sabe, isso é... Mãe, está pensando que eu ainda sou alguma criança e não sei disso!". (Grupo focal com pais, escola privada, Fortaleza)

O nível de conhecimentos sobre temas correlatos à sexualidade pode ser empecilho ao diálogo entre pais e filhos. Ainda que a maioria afirme que têm conhecimentos, mais de um terço não têm informações. Pais de alunos que afirmam que possuem conhecimento suficiente sobre doenças sexualmente transmissíveis variam entre 69,6%, em Porto Alegre, e 56,9%, em Fortaleza. Verifica-se que os pais moradores nas capitais pesquisadas das regiões Sul e Sudeste e na cidade de Salvador detêm maior conhecimento do que aqueles residentes em outras áreas. Em 11 capitais pesquisadas, não há diferença significativa entre os sexos para esse item. Em três capitais: Goiânia (69,4%), Recife (69,2%) e Belém (68,5%), os pais afirmam ter conhecimento suficiente sobre as DST em proporção significativamente maior que as mães (56,8%, 55,6% e 55,3%, respectivamente).

Um dos temas que se destacam quando se focaliza juventudes e sexualidade na escola, hoje, é o da prevenção. Por ilustração, a conversa sobre DST ganha mais importância ao se constatar que mais de um terço dos alunos afirmam que não têm conhecimento suficiente sobre tal tema (Tabela 2.12). As diferenças de gênero também chamam a atenção, sendo que os jovens aparecem como um pouco mais informados que as moças.

Por exemplo, enquanto, em Recife, 69,2% dos rapazes afirmam ter conhecimento suficiente sobre DST, entre as moças, esse índice é de 55,6%. Já em Manaus, não há diferença significativa por sexo.

TABELA 2.12 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conhecimento suficiente sobre DST e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Tem conhecimento suficiente sobre DST [1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	68,5	55,3	**58,0**
Cuiabá	59,5	58,0	**58,4**
Distrito Federal	67,4	58,6	**60,7**
Florianópolis	70,2	62,6	**64,8**
Fortaleza	65,3	55,3	**56,9**
Goiânia	69,4	56,8	**59,5**
Maceió	55,9	58,2	**57,7**
Manaus	57,5	57,9	**57,8**
Porto Alegre	75,0	68,1	**69,6**
Recife	69,2	55,6	**58,6**
Rio de Janeiro	66,7	59,1	**60,7**
Salvador	66,7	59,2	**61,0**
São Paulo	70,0	62,9	**64,4**
Vitória	69,2	62,8	**64,7**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos pais: *Entre os assuntos abaixo, diga sobre os quais você tem conhecimento suficiente?* Categoria selecionada: *Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST.*
(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Possivelmente, por tal falta de conhecimento, os professores assinalem que são questionados, pelos alunos, principalmente sobre Aids e DST: 54,8% em Fortaleza e 42,9% em Salvador (Tabela 2.13).

Contudo, chama a atenção as mais altas proporções de alunos que nunca fizeram perguntas sobre DST aos seus professores, segundo estes: em Recife, por exemplo, enquanto cerca de 34% dos professores dizem que seus alunos já questionaram sobre tal tema, 66,4% afirmam que não (Tabela 2.13).

TABELA 2.13 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico questionados pelos alunos sobre DST, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Foram questionados pelos alunos sobre DST		Total
	Sim	Não	
Belém	46,3	53,7	100,0
Cuiabá	38,5	61,5	100,0
Distrito Federal	37,2	62,8	100,0
Florianópolis	35,8	64,2	100,0
Fortaleza	54,8	45,2	100,0
Goiânia	41,3	58,7	100,0
Maceió	39,4	60,6	100,0
Manaus	48,6	51,4	100,0
Porto Alegre	38,3	61,7	100,0
Recife	33,6	66,4	100,0
Rio de Janeiro	40,7	59,3	100,0
Salvador	42,9	57,1	100,0
São Paulo	38,1	61,9	100,0
Vitória	38,9	61,1	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Nota: Foi solicitado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Marque com um "X" tudo o que for verdadeiro.* Categoria selecionada: *Algum(a) aluno(a) lhe fez perguntas sobre doenças sexualmente transmissíveis (DST)?*

Em que pese a divulgação do tema Aids, o alerta que vem sendo dado por distintos meios sobre a importância da prevenção, impressiona as altas proporções de alunos que, segundo seus professores, nunca fizeram perguntas também sobre Aids: No DF, enquanto 35,8% já o fizeram, sobe para 64,2% os que nunca o fizeram (Tabela 2.14).

TABELA 2.14 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico questionados pelos alunos sobre Aids, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Foram questionados pelos alunos sobre Aids		Total
	Sim	Não	
Belém	46,7	53,3	100,0
Cuiabá	41,6	58,4	100,0
Distrito Federal	35,8	64,2	100,0
Florianópolis	40,6	59,4	100,0
Fortaleza	55,9	44,1	100,0
Goiânia	47,8	52,2	100,0
Maceió	38,1	61,9	100,0
Manaus	45,8	54,2	100,0
Porto Alegre	41,8	58,2	100,0
Recife	36,9	63,1	100,0
Rio de Janeiro	42,9	57,1	100,0
Salvador	42,3	57,7	100,0
São Paulo	44,7	55,3	100,0
Vitória	44,6	55,4	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Nota – Foi solicitado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Marque com um "X" tudo o que for verdadeiro.* Categoria selecionada: *Algum(a) aluno(a) lhe fez perguntas sobre Aids?*

Os membros do corpo docente tendem a informar que têm conhecimentos sobre DST: 77,7% em São Paulo a 66,3% em Goiânia. Percebe-se que os professores detêm maior conhecimento sobre DST que os pais, visto que o percentual de respostas afirmativas dos docentes é superior quando comparado ao dos pais. Em seis das 14 capitais pesquisadas, os professores assinalam em proporção significativamente maior que têm conhecimento das DST, quando comparado às professoras: Recife (86,5% *versus* 67%), Manaus (86,4% *versus* 71,8%), São Paulo (86,2% *versus* 74,9%), Florianópolis (82,8% *versus* 67,5%), Distrito Federal (80,6% *versus* 68%) e Belém (76,4% *versus* 64%) (Tabela 2.15).

TABELA 2.15 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo conhecimento suficiente sobre DST e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Tem conhecimento suficiente sobre DST[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	76,4	64,0	69,5
Cuiabá	75,7	69,1	70,9
Distrito Federal	80,6	68,0	71,3
Florianópolis	82,8	67,5	72,7
Fortaleza	79,7	73,2	75,3
Goiânia	67,3	66,0	66,3
Maceió	71,4	65,4	66,9
Manaus	86,4	71,8	77,3
Porto Alegre	71,2	68,1	68,6
Recife	86,5	67,0	73,8
Rio de Janeiro	74,7	69,7	71,4
Salvador	70,8	68,8	69,4
São Paulo	86,2	74,9	77,7
Vitória	79,7	70,7	73,4

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Entre os assuntos abaixo, sobre quais você tem informação suficiente?* Categoria selecionada: *DST*.
(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

A escola é considerada pelos pais como uma importante fonte de apoio na orientação sexual dos jovens. Para alguns, as aulas e feiras de ciência, as palestras e conversas com professores são tidas como boas estratégias para a elucidação de dúvidas e, de certa forma, complementam as iniciativas parentais nesse sentido. Segundo pais de Cuiabá: *E os jovens mesmos estão muito preocupados, principalmente com Aids. Minha filha tem um trabalho de ciência. Aí eu estava olhando assim e tinha coisa que eu não sabia e elas sabiam.*

Mas, principalmente por parte dos alunos, questiona-se o formato e conteúdo das palestras realizadas nas escolas (ver depoimentos neste sentido em Rua e Abramovay 2001: 164). O depoimento de pais de Florianópolis corrobora tal crítica: *Eu converso dentro do limite que eles agüentam, porque o que eles falam para mim sempre assim "poxa mãe, lá na escola*

já é de segunda a segunda, fala sobre isso, tal e tal", quer dizer, chega em casa a mãe fala a mesma coisa.

Os meios de comunicação como, por exemplo, a TV, o rádio e revistas, aparecem como uma fonte de provocação para a conversa da família sobre sexo:

> *Têm horas que aparece alguma coisa na televisão, assim um pai que quer conversar sobre isso, se está precisando de alguma coisa ou se surgir algum acontecimento, daí a gente começa a conversar.* (Grupo focal com alunas, escola privada, diurno, Cuiabá)

> *Lá em casa é um assunto perto também, não que a gente vá fazer assim aquela doutrinação, "vamos sentar para conversar sobre isso", acontece, aparece uma revista com alguma coisa assim, toca num assunto, a gente começa a aprofundar, tem uma música, tem alguém que está em evidência, por algum motivo está se falando, voltado para Aids, sexualidade, a gente sempre resolve abordar, em cima das questões que estão por aí, entendeu, a gente não vai assim, "vamos sentar, o assunto agora é esse".* (Grupo focal com pais, escola privada, Salvador)

Os programas voltados para adolescentes, bem como o acesso à internet, se destacam como um meio de informação:

> *– Ah! eu pego um pouco de tudo pela televisão, quando está passando alguma reportagem, MTV erótica, eu gosto de assistir às perguntas que passam ali..*
> *– internet também.*
> *–... aí, depois, de vez em quando, eu converso com meu pai, com meus amigos, eu pego um pouquinho de tudo.* (Grupo focal com alunos, escola privada, Maceió)

Segundo os depoimentos dos adultos, a mídia tem interferência, tanto positiva quanto negativa na educação dos jovens. Se por um lado os depoimentos evidenciam que os programas e novelas motivam a conversa sobre sexo de forma mais descontraída entre pais e filhos; por outro, são observadas fortes reações de preconceitos. Pode-se exemplificar essas diferentes percepções sobre os meios de comunicação a partir das seguintes falas:

Eu acho que hoje em dia... o assunto está sendo debatido de forma diferente, eu vejo, lá em casa, que tem a tal dessa revista... Contigo, Capricho. Eu leio essas revistas, justamente para saber o que elas estão lendo, para acompanhar... Eles falam tudo... abertamente... menininha de 15 anos quer saber... então eles mesmos jovens, procuram essas revistas... e a revista já é do nível assim melhor... não era como a época de antigamente... é um negócio... Mas antigamente não podia... a revista não era aberta assim... com a linguagem moderna... hoje em dia falam abertamente... é a primeira vez... se é a primeira relação... se dói, se não dói... sabe?... é um negócio que eles chegam bem próximo à criança... tudo que elas querem saber eles chegam. (Grupo focal com pais, escola privada, Rio de Janeiro)

O depoimento seguinte, ilustra o nível e tipos de preconceitos e estereótipos que cercam o ideário sobre sexualidade, família e as relações sociais em geral:

Eu acho que a televisão ao mesmo tempo que é boa, eu acho um perigo, entendeu... ela quer distorcer a imagem da família, ela quer distorcer para botar... achar que um casal de gays não é... não tenho absolutamente nada contra gays, mas que é uma coisa normal.. não é normal!... eu posso até... eu respeito a pessoa, isso é um problema sexual dele... interessa a família dele, agora que é normal... não é normal, o normal é um homem e uma mulher... entendeu?... depois a mulher... aquela... eu nem vejo essa droga dessa novela a... daquela dessa das oito... é uma mulher velha, um garoto novo... é ridículo...não é normal... o normal é... idade parecida... eles acham que sentar no sofá com o pé em cima do sofá é normal... não é normal... isso é falta de educação... então pega, a televisão é um veículo perigoso... (Grupo focal com pais, escola privada, Rio de Janeiro)

Mas há discursos de pais em outra linha, destacando a facilidade do diálogo com os filhos, o prazer no sexo, sem culpas e preconceitos, o que indica que não só há juventudes, como há famílias diversas, não se caracterizando por um pensamento ou comportamento único. Esses depoimentos também mostram que mais que conversar sobre sexo, há que enfatizar o lugar da postura e das práticas próprias na socialização sobre o tema:

Eu sou muito aberta com a minha filha, falo muito mesmo, porque eu sei, e a gente vê, falo muito então... E ela, também, na escola, de vez em quando, tem umas palestras, algum trabalho. Então ela está bem informada, até em casa não

tem problema não, homossexualidade é uma conversa bem ampla, bem aberta as coisas porque eu acho que tem que conversar (...). (Grupo focal com pais, escola privada, Cuiabá)

Lá em casa, o tema sexo é uma coisa muito natural, muito normal, meu filho me conhece nua e meu marido, nós não temos aquela história do sexo feio, eu falo numa boa. Só que ele é justamente preparado, eu converso tudo, a minha filha, todo mundo, as pessoas não concordam com isso, mas eu sempre quis o melhor para minha filha. (Grupo focal pais, escola privada, Fortaleza)

Eu converso demais, porque em primeiro lugar eu gosto de sexo, a partir do momento que eu gosto eu tenho que mostrar pros meus filhos que sexo é bom, e estou sempre aberta (...). (Grupo focal com pais, escola privada, Recife)

Neste capítulo discute-se que há uma tendência mais igualitária, ou seja, a não demarcar divisões sexuais e alinhar-se a assimetrias por gênero, entre os diversos atores (alunos, corpo técnico-pedagógico e pais) quando se acessa os temas virgindade, o *ficar* versus o namorar e as conversas sobre sexualidade com os jovens.

Mas se percebe que mesmo com essa tendência, que propõe rupturas com a maneira tradicional de constituição de relacionamentos, ainda existe uma diferenciação, principalmente regional, sobre o que é próprio para o menino ou rapaz e o que seria mais adequado para meninas ou moças, no campo da sexualidade, tendendo-se a imprimir fronteiras em moldes mais tradicionais em cidades ao Norte e Nordeste.

Entre os atores, os pais tendem a ser mais rígidos em suas apreciações sobre o aceitável em sexualidade, que os jovens e seus professores.

Quanto às informações sobre temas ligados à sexualidade, os alunos apontam que ambos, amigos e pais (principalmente as mães) são suas principais fontes, no caso dos pais, a conversa costuma circular mais sobre informações quanto a métodos e prevenção – o que mais se acessa em outro capítulo.

- A idade média da primeira relação sexual é mais baixa entre os alunos do sexo masculino – variando de 13,9 a 14,5 anos – enquanto que entre as estudantes do sexo feminino, as idades médias da primeira relação sexual são 15,2 a 16 anos.
- Em quase todas as capitais, mais de 10% das crianças e adolescentes – entre 10 e 14 anos – já tiveram uma relação sexual. Na faixa entre 10 e 14 anos, mais da metade dos jovens do sexo masculino. Tais proporções correspondem a duas ou três vezes àquelas das alunas que se iniciaram na mesma faixa etária.
- Há uma tendência entre alunos, pais e professores a relativizar a importância da virgindade. Entre os pais, geralmente, se valoriza mais a virgindade que entre os professores: Entre os alunos, chega até 68% os que não atribuem valor à virgindade; entre os professores, tal grupo chega a 79%; já entre os pais, o valor mais alto chega a 57%. Os homens, quer entre alunos, pais e professores, geralmente, atribuem mais baixa valorização à virgindade que as mulheres.
- Se ao nível quantitativo, registra-se certo relativismo quanto ao valor virgindade, já nos grupos focais se defende, também com veemência, o valor da virgindade, em particular para as jovens.
- Há uma forte pressão social para que a vida sexual dos rapazes aconteça o mais cedo possível; tendência que não se verifica quando se trata das moças.
- Em relação à diferenciação de comportamentos entre o *ficar* e o namorar, os jovens apontam em até cerca de 57% (Fortaleza) das vezes que concordam que o primeiro seja equacionado como comportamento masculino e o segundo, de preferência, feminina. Entre as moças, o valor mais alto de concordância com tal divisão sexual de formas de relacionamento, ou seja, que o ficar seja mais próprio dos homens e o namorar das mulheres, é de cerca de 62% (em Fortaleza).
- Os professores, em níveis mais altos que os alunos, não selecionam a assertiva de que ficar é uma pratica dos homens

e o namorar, das mulheres. Enquanto cerca da metade dos alunos favorecem a idéia de diferenças comportamentais por sexo, não chega a um terço a proporção dos professores que o fazem.

- Nos discursos dos jovens *o ficar* configura-se, de certa forma, como uma interação afetiva e sexual onde se pode lidar com as demandas referentes às relações de namoro, consideradas mais rígidas. Já em depoimentos dos adultos (pais e professores), o *ficar* aparece como um código diferenciador geracional. Muitos concebem o *ficar* como um tipo de relacionamento que, em princípio, desqualifica alguns valores que eles consideram importantes para a amorosidade de homens e mulheres.
- É comum se associar de forma diferente namorar e *ficar* à fidelidade, sendo tal atributo mais comumente relacionado ao namoro, no que concordam rapazes e moças.
- Diferentes perspectivas sobre fidelidade segundo sexo/gênero podem ser percebidas quando se constata que, na maioria das cidades, mais de um terço dos jovens acreditam que seus parceiros(as) *transam* apenas com eles(as). Em seis capitais, as percentagens de moças com tal percepção são significativamente maiores que as encontradas entre rapazes, obtendo até cerca de 15 pontos percentuais de diferença em Vitória (35,8% alunos e 52% alunas).
- A associação entre amor e fidelidade no imaginário dos jovens é clara, sendo que, em média, na maioria das capitais, 80% dos jovens recusam a perspectiva da *existência do amor sem fidelidade*. Mas, tal ideário bem convive com a noção de que *o amor proibido é sempre mais gostoso* – opção selecionada geralmente por mais de 40% dos jovens nas capitais estudadas.
- A vida sexual dos jovens tende a se caracterizar por contatos com apenas um parceiro, questionando-se, assim, a idéia de uma "promiscuidade" sexual entre os jovens. Cerca de 70% dos jovens, em média, de diferentes ciclos de idade indicam que só tiveram relações sexuais com um parceiro.
- Enfatiza-se, no entanto, a precocidade da vida sexual e a intensidade dessa entre os mais jovens, em alguns casos.

O comum, na maioria das capitais, é que crianças e jovens de 10 a 14 anos tendam a assumir que tiveram relação sexual com uma pessoa apenas, no ultimo ano (de 91% em Florianópolis a 57% em Cuiabá). Manifestam, também, terem tido relações sexuais com duas a cinco pessoas no ultimo ano, entre 32%, em Fortaleza, e 9%, em Florianópolis.

- Considerando a intensidade da vida sexual por gênero e ciclos etários na geração jovem, tem-se que em todas as faixas etárias (entre 10 e 24 anos) há divisões sexuais nítidas, aparecendo as moças com mais baixas proporções quando se considera o número de parceiros.
- Ainda que se ressalte a importância da escola na educação sexual e prevenção às DST e Aids, com ênfase na capacitação dos membros do corpo técnico-pedagógico e orientação sistemática, por especialistas, alguns diretores relatam que não existe um trabalho nas escolas para lidar com temas da sexualidade.
- As palestras, enquanto atividades planejadas ou trabalhos pontuais, tornam-se alvo de críticas pela falta de continuidade e monotonia. Considera-se que as informações, no âmbito escolar, têm estado distantes das vivências e das emoções dos alunos, sendo avaliadas, inclusive, pelos alunos como desinteressantes ou não apropriadas o que reduz sua efetividade até quanto ao objetivo de disseminação de informações sobre métodos e trabalho quanto à prevenção.
- Também há registros de conflitos com os pais, que consideram que os professores estariam promovendo a sexualidade dos alunos.
- Apesar de 2/3 dos pais afirmarem que já falaram sobre sexo com seus filhos, nota-se que cerca de um terço, nas capitais pesquisadas, não dialogam sobre este tema. Em nove das 14 capitais estudadas não há diferenças significativas, quando se considera o sexo dos pais. Em quatro capitais, no entanto, as mães aparecem de forma mais destacada que os pais no plano de interação com os filhos, conversando sobre sexualidade. As conversas entre pais e filhos podem estar relacionadas a uma lógica de prevenção do risco de Aids e de uma gravidez.

- A primeira conversa com os pais sobre sexualidade, segundo os alunos, tende a se dar quando esses estão com 11 anos. Não há diferenças significativas entre os sexos nas diferentes capitais estudadas.
- A socialização dos jovens no campo da sexualidade se dá principalmente entre os pares e metade dos jovens pesquisados indicam que colegas ou amigos são os que mais lhe informam sobre sexo. Contudo, tais proporções estão muito próximas às registradas para o caso das mães. O que sugere que ambos, amigos e pais (principalmente as mães) são fontes importantes de informações.
- Na família, a conversa sobre temas tais como DST, gravidez e contracepção costuma ocorrer, segundo os pais, antes dos filhos terem a primeira relação sexual, variando de 80,4% a 60,5%. Muitos pais *não sabem* quando tiveram tal conversa, o que varia de 23,4% a 10,3%. Já o grupo que indica que conversaram *depois* da primeira relação sexual, varia de 6,8% a 2,2%.
- Em relação à conversa específica sobre DST, o percentual de pais que respondem afirmativamente varia de 91% a 64,9%. Não há diferenças significativas entre o sexo dos pais, com quatro exceções onde as mães são as que afirmam ter diálogo sobre esse tema com seus filhos. Mas se alerta que cerca de 20% ou mais de pais e mães em muitas localidades não dialogam sobre DST com seus filhos.
- O nível de conhecimentos sobre temas correlatos à sexualidade pode ser empecilho ao diálogo entre pais e filhos. Ainda que a maioria afirme ter conhecimentos, mais de um terço não têm informações. Pais de alunos que afirmam que possuem conhecimento suficiente sobre as DST variam de 69,6% a 56,9%. Em 11 capitais pesquisadas, não há diferença significativa entre os sexos para esse item. Em três capitais, os pais afirmam ter conhecimento suficiente sobre as DST em proporção significativamente maior que as mães.
- A conversa sobre DST ganha mais importância ao se constatar que mais de um terço dos alunos afirmam não ter conhecimento suficiente sobre tal tema. As diferenças de

gênero também chamam a atenção, sendo que os jovens aparecem como um pouco mais informados que as moças. Possivelmente, por tal falta de conhecimento, os professores assinalam que são questionados, pelos alunos, principalmente sobre Aids e DST.

- Contudo, chama a atenção, as mais altas proporções de alunos que nunca fizeram perguntas sobre DST aos seus professores. Em que pese a divulgação do tema Aids, o alerta que vem sendo dado por distintos meios sobre a importância da prevenção, impressiona as altas proporções de alunos que, segundo seus professores, nunca fizeram perguntas também sobre Aids: atingindo uma taxa de 64,2%.
- Membros do corpo docente tendem a informar que têm conhecimentos sobre DST: variando de 77,7% a 66,3%. Percebe-se que os professores detêm maior conhecimento sobre DST que os pais. Em seis capitais pesquisadas, os professores assinalam em proporção significativamente maior que têm conhecimento das DST, quando comparado às professoras.

3. A GRAVIDEZ JUVENIL

Nesta seção se focaliza um dos temas mais recorrentes, quando se discute juventudes, e em particular sexualidade, nessa fase. A gravidez na adolescência é, segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, aquela que envolve a população até 19 anos[15]. Tal conceito é criticado, tanto pelo limite de idade a que circunscreve adolescência (10 a 19 anos) quanto pela ênfase em características do que seria o curso da vida de pessoas em tal ciclo. Cabral (2002: 180) considera que o tema deve ser contextualizado, pois a categoria gravidez na adolescência "em alguns cenários nem mesmo faz sentido" e lembra o debate de Bourdieu sobre o conceito de juventude, ou seja, a importância de cuidar de "especificidades em termos de gênero, classe e etnia" (Cabral *op cit.*: 180).

O conceito de gravidez juvenil é mais amplo, uma vez que compreende adolescentes e jovens. Neste trabalho considera-se que o termo gravidez juvenil ou gravidez na juventude é mais amplo e engloba uma geração até 24 anos. As populações pesquisadas são alunos nos últimos anos do ciclo fundamental e médio, entre 10 e 24 anos.

Mas a perspectiva da juventude como um processo também traz limitações, pois assume que os jovens racionalizam seus atos, não pelas gratificações que possam delas ter no momento, mas sim tendo como referência um futuro, um vir a ser[16].

---

[15] Considera-se gravidez na adolescência aquela ocorrida até os 20 anos incompletos, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), que tem como parâmetro para adolescência, a faixa etária entre os 10 e os 19 anos (WHO, 2001). Este conceito se fundamenta em alguns pressupostos, como: nesta faixa etária predominariam características biossexuais não próprias da maturidade sexual; a idéia de que há uma evolução dos padrões psicológicos que seguiria padrões etários, ou a passagem de uma fase infantil para outra adulta; assim como a passagem de um estado de total dependência dessa geração em relação a outras, adultas, para o de relativa independência (Pirotta, 2002).

[16] Ver críticas a tal perspectiva em Castro e Abramovay, 2003b.

É difícil considerar que para a maioria dos jovens essa seja uma etapa de transição e não momentos de definições ou de envolvimento em situações socialmente determinadas. O ter filhos pode então assumir, para muitos, expressão de poder, de virilidade, uma compensação por outras faltas e exclusões.

Ainda que se mapeie a extensão da gravidez juvenil entre a população na escola, segundo relatos dos atores pesquisados, a intenção principal é traçar percepções sociais contemporâneas sobre o tema. Discute-se como no imaginário dos mesmos se delineia o debate, valorações e sentidos, o que se associa com percepções sobre o que é ou não apropriado à geração de referência: os jovens. Analisam-se, também, discriminações e preconceitos sofridos por jovens grávidas e mães solteiras no ambiente escolar.

Em nível de conhecimentos especializados, o tema gravidez na adolescência confunde-se com o de sexualidade na juventude, sendo referência dominante nesse campo, mas vem crescendo certa disputa quanto a perspectivas de abordagem, que *grosso modo* aludem a dois tipos de valorações, com variantes internas, em particular, a segunda[17]:

1) Da problematização, pela qual se alerta para os riscos da gravidez para o que se espera seja o curso de vida juvenil, *e.g.*, estudar, não trabalhar e não ter responsabilidades familiares, e para a constituição biopsicológica dos jovens envolvidos, particularmente as mulheres. Por tal abordagem é comum também ressaltar o ônus da extensão do "problema" para os serviços de saúde – abortos, mortalidade infantil e materna. Advoga-se políticas públicas nas áreas de saúde e educação, no caso para a prevenção e exercício de direitos reprodutivos e sexuais[18].

A plasticidade do lugar da idade para demarcar juventudes tem uma comum tradução quando o tema é gravidez, maternidade e paternidade. Assim, como vários atores e autores costumam lamentar a perda da juventude pela ocorrência de tais fenômenos, considerados "precoces" quando envolvem jovens, também se observa que eles contribuem para

[17] Não necessariamente os autores citados e outros que discutem tais posturas se alinham somente a um tipo de valoração, como alerta sobre problemas ou chamadas para a diversidade de situações e fatores entrelaçados com o tema, sendo mais comum que o mesmo autor circule por diversas formas de apreciação do tema.

[18] Ver, entre outros, Camarano, 1998; Moreira, 2002; Longo, 2002; Berquó, 1993; BENFAM, 1997 e 1992.

que o jovem ou a jovem amadureça e se faça responsável, o que é considerado um atributo esperado, positivo, de uma fase concebida não em si, mas de transição para o ciclo adulto.

2) Relativista, que defende o cuidado com as generalizações, enfatizando, alguns, o jogo da individualização e das diversidades de sentidos e de experiências, trajetórias de vida de diferentes jovens, assim como os nexos entre reprodução e sistemas de poder entre gêneros[19].

Tal linha pode assumir leitura mais crítica, ao evitar generalizações, atentar para múltiplos códigos simbólicos, inclusive de valores contraditórios – como, por exemplo, dispor de mais informações sobre reprodução e não recorrer a métodos de prevenção, assumindo o risco (Monteiro, 1999).

Também adverte sobre os limites de uma perspectiva relativista, explicações que considerem que a gravidez na adolescência seria parte de um *ethos* modernizante de ênfase na individualização, no exercício do poder e do livre-arbítrio pelo sujeito. Afirma-se que sem debates sobre sistema de gênero e de classe, por exemplo, e de valores culturais dos meios em que circulam os jovens, pouco se compreende os porquês do aumento de jovens grávidas, assim como de jovens se tornarem mães e pais, já que ficar grávida ou ter filho pode-se configurar como resistência ou conseqüência de relações sociais variadas, diversas situações vividas em tais sistemas. Assim, gravidez na adolescência pode ter nexos com pobreza, mas não necessariamente ser causa ou conseqüência exclusiva de tal situação[20].

Elaborações por tais perspectivas são mais acessadas, para melhor discutir algumas questões de pesquisa, qual seja: em que medida saberes em uso, como as percepções de jovens alunos, seus pais e professores, sobre gravidez na adolescência se alinham a uma ou outra perspectiva e implicações das cosmovisões registradas de como a escola lida ou não com o tema.

---

[19] Ver, entre outros, Heilborn, 2003; Almeida, 2002; Pirotta e Schor, 2002; Chamboim, 2003, e Arilha e Calazans, 1998.

[20] Ver, entre outros, Cabral, 2002, e Catharino e Giffin, 2002.

Outra questão, recorrente ao marco compreensivo deste estudo, diz respeito às justaposições e à diferenciação sobre o tema entre os atores pesquisados, ressaltando, também, peculiaridades ou não em falas de jovens, segundo gênero.

Mais do que um exercício de comparações entre falas, para identificar diferenças entre alunos, professores e pais, por exemplo, interessa conhecer como sujeitos de referência na vida dos jovens e estes se tratam – se por explícita ou implícitas discriminações e estereótipos – e como vivenciam um momento que pode, em princípio, ser um resultante esperado ou não, de relações sexuais e afetivas.

A gravidez, portanto, mais que um tema que diz respeito ao outro, faz parte da vida de qualquer jovem e de um adulto. Adultos podem ser didáticos e pregar que se ensine racionalidade e planejamento, frisar a falta de tais virtudes da modernidade, sem refletir como se deram suas experiências de iniciação afetiva e sexual.

Paradoxalmente espera-se que gravidez, maternidade e paternidade se alinhem a uma racionalização própria da modernidade, por planejamento, e, portanto, se ocorre entre jovens, são consideradas questões fora de lugar, principalmente pelos adultos – pais e professores.

Como se indica em distintas partes desse estudo, não há diferenças significativas entre as tendências valorativas sobre o tema entre gerações. O discurso dos adultos sobre a gravidez, também é referido como sendo extremamente negativo para a vida das(os) jovens.

3.1 CONSTRUÇÕES SOBRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: ECOS DA LITERATURA

3.1.1 A gravidez juvenil como um problema

Por uma perversa ironia destes tempos, tanto um tema ligado à interrupção da vida, como a Aids, quanto o relacionado à reprodução da vida, gravidez, ilustram os debates sobre sexualidade e juventudes. Tais discursos têm em comum a preocupação com interditos para o que é considerado um curso natural ou esperado do ser jovem, ou seja, um tipo ideal de juventude: um ciclo de vida orientado para a diversão, para as relações sem compromissos de ordem econômico-familiar, para o estudar e para o se preparar para os papéis de adulto.

Um primeiro argumento sobre a problemática do comportamento reprodutivo dos jovens é o crescimento das taxas de fecundidade, em particular com menos de 20 anos, e no campo da demografia, a queda da fecundidade é um indicador de desenvolvimento e de modernidade. O comportamento diferenciado da trajetória da fecundidade, no caso de jovens, se daria em período de mudanças próprias da modernidade contemporânea, que tiveram efeitos peculiares no sistema de relações de gênero, como o advento da pílula, o esmaecimento de várias orientações tradicionais sobre sexualidade, *e.g.*, sobre virgindade e o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho.

As mulheres mais jovens estão se posicionando de forma singular em face de tais processos e não necessariamente com uma orientação considerada moderna, já que a desejada separação entre sexualidade e reprodução não se dá, pois elas estão gerando, inclusive, relativamente, mais filhos que as mulheres mais velhas.

A gravidez entre jovens se torna mais visível justamente em tempos de queda da fecundidade (Patarra, 1995) e não necessariamente seu crescimento está restrito a países de mais baixo índice de desenvolvimento, ainda que seja comum destacar-se que as taxas de fecundidade entre as jovens que vivem em regiões consideradas mais desenvolvidas e que têm mais alta escolarização tendem a ser menores que entre as jovens de escolarização mais baixa. Chamar-se-ia "rejuvenescimento da fecundidade" o aumento das taxas de fecundidade dos grupos mais jovens, principalmente de algumas mulheres entre esses, assim como a concentração da fecundidade em intervalo mais curto do período reprodutivo.

No Brasil, em 1996, a proporção de mulheres de 15 anos que já tinham começado sua vida reprodutiva chegava a 55% entre as que não tinham nenhuma escolaridade; 19% entre as que tinham de 5 a 8 anos de estudos e menos de 10% entre as que tinham de 9 a 11 anos de estudos (BENFAM, 1996).

Também a renda qualifica o comportamento da fecundidade. As jovens mais pobres se destacam por suas taxas de fecundidade mais elevadas. Entre as mulheres de 15 a 19 anos que estavam inseridas em grupo familiar com até um salário mínimo, em 1991, a taxa de fecundidade foi calculada em 128‰; já as que estavam em grupo familiar com dez salários mínimos ou mais, em 13‰ (Camarano, 1998).

Outro fator comumente destacado por demógrafos como associado à fecundidade é a escolaridade da mãe:

> O menor número de filhos está estreitamente associado ao maior nível de escolarização da mãe. Além de indiretamente retardar a idade ao contrair o matrimônio e proporcionar à mulher mais acesso ao mercado de trabalho, a instrução assegura maior racionalidade reprodutiva, motivada pelas aspirações de criar e educar melhor os filhos e ampliar suas possibilidades de obter informações sobre métodos anticoncepcionais eficazes e de utilizá-los de forma adequada. (Yazaki e Morell, 1998: *apud* Pirotta e Schor, 2002: 10)

De 1935 a 1996, a tendência foi de aumento acentuado da fecundidade para o grupo de 15 a 19 anos e uma redução progressiva daquela registrada para o grupo de 20 a 24 anos, mas também para esse grupo, as taxas de fecundidade são superiores àquelas das mulheres mais velhas. Segundo Camarano (1998: 110):

> No entanto, essa variação não foi linear ...o aumento de fecundidade do grupo de 15 a 19 anos ocorreu nos anos 40, seguido de decréscimo até os anos 60, quando voltou a crescer. O crescimento foi mais intenso nos anos 80. No último qüinqüênio, a fecundidade desse grupo se manteve aproximadamente estável.

A Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE (2003) indica que, entre as jovens de 15 a 17 anos, a proporção de mulheres com pelo menos um filho é de 7,3%. Mas há diferenças regionais fortes, que, de fato, se orientam para uma relação com o índice de desenvolvimento desigual entre regiões. Assim, enquanto na região metropolitana do Rio de Janeiro, a proporção de jovens entre 15 e 17 anos com pelo menos um filho chega a 4,6%, na de Fortaleza ela alcança 9,3%.

Em um dos estados de mais alto nível de industrialização, São Paulo, a taxa de fecundidade caiu de 3,4 filhos por mulher, no início da década de 80, para 1,9 filho, em 2002, ou seja, registrando uma queda de 45,2%. Tal queda não se deu no grupo de 15 a 19 anos, mantendo-se, nesse estado, elevada, ou seja, ao redor de 70 filhos anuais para cada mil jovens[21].

[21] Dados do SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, *cit. in Folha de S.Paulo*, 24/06/2003.

A fecundidade precoce preocupa demógrafos e especialistas do campo da saúde pela sua possível influência na vida reprodutiva futura, sendo comum tal literatura considerar que "uma mulher que começa a sua vida reprodutiva mais cedo, maior é sua chance de terminá-la com uma fecundidade elevada" (Camarano, 1998: 116).

A mortalidade infantil, a mortalidade materna (Melo, 1996 e Longo, 2002) e problemas de saúde para a mulher, como a hipertensão, maior incidência de eclâmpsias, infecções urinárias e anemias (Camarano, 1998) também são registradas como associadas à gravidez na adolescência. Em 1987, "a taxa de mortalidade dos filhos de mulheres de 15 a 19 anos era 42,5% mais elevada do que a dos filhos de mulheres situadas em grupo de idade posterior" (Camarano, 1998: 125).

Outro alerta para os problemas com o aumento de gravidez entre jovens diz respeito ao ônus para os serviços de saúde. Os dados de atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) mostram que, entre 1993 e 1997, houve um aumento de 20% no total de partos em mulheres de 10 a 14 anos. O parto constitui a primeira causa de internação de meninas nessa faixa etária no sistema público de saúde, conforme dados do SUS/MS; FNUAP – Brasil, 1997[22].

Matéria da *Folha de S.Paulo* (24/06/2003) mostrou que o parto é o principal motivo de internação das jovens de 10 a 19 anos no país. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2002, foram realizados cerca de 1.700 partos por dia em meninas entre 10 e 19 anos. A mesma tendência está sendo verificada este ano (2003), pois, de janeiro a abril, já foram notificados 200.946 partos juvenis. A matéria enfocou o custo financeiro destes partos aos cofres públicos, R$55,6 milhões ou 25% do total de gastos públicos com partos no país.

O Brasil figura no Relatório Mundial sobre População da ONU como um dos países que apresentam taxas acima da média mundial de gravidez na adolescência, que é de 50 nascimentos por mil mulheres. A taxa brasileira é maior do que a de alguns países pobres, como Sudão, Iraque e Índia.

[22] Dossiê Adolescente – Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. *In*: http://www.redesaude.org.br/dossies/html/body ad-panorama.html (acessado em 14/03/2003).

> Uma brasileira entre 10 e 14 anos dá à luz a cada 15 minutos e dos 2,7 milhões de partos do Serviço Único de Saúde, ano passado, 1,3% foram em mães dessa faixa. Ao todo, 700 mil meninas têm filhos anualmente em um país onde 2/3 de adolescentes pertencem às classes baixas e uma em quatro crianças vive em miséria absoluta. (Maranhão *in Jornal do Comércio*, 5/12/2002)

Ressaltam, vários autores, que a gravidez na adolescência além de ser problemática para a trajetória de vida de jovens, torna-se um problema social, levando-se em conta a precariedade dos serviços de saúde, quer para o atendimento pré e pós-natal, quer para os partos e quanto a programas de planejamento familiar e pela probabilidade de que a gravidez dê lugar a um aborto feito em condições de insegurança, além da clandestinidade que cerca o caso para as mulheres. Os autores que enfatizam o caráter problemático da gravidez entre jovens costumam se referir à importância de políticas públicas no campo da saúde e de programas de educação sexual nas escolas (Almeida, 2002).

3.1.2 Relativizando generalizações e identificando problemas no problema

Considera-se que, ao se sublinhar o caráter de problema e associar gravidez na adolescência com gravidez "indesejada" ou "não planejada", sutilmente se marginalizam análises sobre o simbólico, os significados para os jovens de suas experiências, "o quadro analítico mais amplo da aprendizagem e da experimentação da sexualidade com parceiro" (Heilborn, 2003: 199).

Deixa-se de lado, com tal perspectiva, os possíveis significados da gravidez para algumas jovens: idealizações sobre maternidade e relações entre sexos, a diversidade possível de subjetividades variadas, as buscas criativas de comunicação e socialização com e entre corpos.

Medos, inseguranças, baixa auto-estima, assimetrias de gênero nas negociações sobre direitos sexuais e reprodutivos podem derivar em uma gravidez, quer para mulheres jovens quer para adultas, inclusive como forma compensatória. Aliás, é interessante notar que se acentua o caráter de não planejada, não desejada, para as gravidezes ocorridas entre jovens, sem se fazer referência que tal tipo de gravidez possa ocorrer também para mulheres adultas.

Importante frisar que a literatura crítica, antes comentada, não necessariamente descarta o caráter de problemático que, possivelmente, assume um grande número de gravidezes ocorridas entre jovens, e sua influência e possibilidade de reprodução de relações de gênero tradicionais, assim como jogo em uma trama de vulnerabilidades sociais. O que se frisa é o cuidado com análises funcionalistas, dicotomias e associações empobrecedoras da complexidade compreensiva sobre o tema e seus múltiplos significados, inclusive de poder, mesmo que, em muitos casos, ilusórios para as jovens, como refletem Catharino e Giffin (2002: 26):

> Grande parte das análises que abordam esse fenômeno perde de vista a contextualização da problemática que, a nosso ver, não se reduz a ponderações maniqueístas, tal como: bom/mau; certo/errado; mas que requer uma análise que desvele seus fundamentos históricos, sociais, políticos e psicológicos. Não se trata aqui, de fazer a condenação ou o elogio da gravidez na adolescência. Trata-se, sim, de trazer à cena uma realidade que, sem negligenciar os perfis epidemiológicos, nos remetem a histórias: trajetórias que contêm sonhos, esperanças, dores, desilusões e que permitem às meninas se apropriar das adversidades, para transformar – mesmo que ilusoriamente – o seu cotidiano em algo que valha a pena ser vivido. Ser mãe para estas meninas, talvez seja uma das poucas formas que lhes restam, no sentido de se colocarem no mundo como sujeitos sociais.

3.2 A GRAVIDEZ NA JUVENTUDE: REPRESENTAÇÕES NA ESCOLA

3.2.1 Conhecimento sobre gravidez juvenil: professores e pais

Focalizando os professores, quanto a conhecimentos sobre gravidez e regulação da capacidade reprodutiva, têm-se taxas variando entre 80,5% (São Paulo) a 56,6% (Belém), conforme Tabela 3.1. Quando da análise por sexo, constata-se que as professoras detêm igual ou maior conhecimento sobre o assunto que os professores, principalmente em Salvador e Goiânia.

Para os pais de alunos, quando indagados sobre *seus conhecimentos sobre gravidez e controle da natalidade*, o percentual de resposta variou entre 70,7% (também em São Paulo) e 45,8% (Cuiabá), indicando um

quadro um pouco diferente do que se registrou para o caso dos professores. Os pais se destacam, como tendo um menor nível de informação sobre tais temas, que os professores. Nota-se que as taxas mais elevadas, conforme Tabela 3.2, pertencem, principalmente, às cidades localizadas nas regiões Sul e Sudeste. Quanto ao gênero, são as mães que detêm mais conhecimento do que os pais, principalmente no Distrito Federal e Maceió, locais onde existe a diferença de 23 pontos percentuais entre eles, seguido de Belém. Cidades como Manaus e São Paulo, tanto pais como mães apresentam percentuais de respostas afirmativas similares sobre *informação suficiente* quando questionados sobre seu grau de conhecimento referente a gravidez e controle da natalidade (Tabela 3.2).

TABELA 3.1 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo conhecimento suficiente sobre gravidez e controle de natalidade e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Tem conhecimento suficiente sobre gravidez e controle de natalidade[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	52,7	59,7	**56,6**
Cuiabá	67,1	59,0	**61,2**
Distrito Federal	66,7	70,0	**69,1**
Florianópolis	71,9	73,2	**72,7**
Fortaleza	64,4	70,1	**68,3**
Goiânia	53,8	68,0	**64,3**
Maceió	64,9	60,3	**61,5**
Manaus	68,2	66,4	**67,0**
Porto Alegre	75,0	79,0	**78,3**
Recife	69,2	66,0	**67,1**
Rio de Janeiro	74,7	82,2	**79,7**
Salvador	56,3	71,7	**67,7**
São Paulo	80,0	80,6	**80,5**
Vitória	74,6	75,9	**75,5**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Entre os assuntos abaixo, sobre quais você tem informação suficiente?* Categoria selecionada: *Gravidez e controle de natalidade.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 3.2 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo informação suficiente sobre gravidez e controle de natalidade e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Possui informação suficiente sobre gravidez e controle de natalidade[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	39,7	61,6	**57,1**
Cuiabá	34,5	49,3	**45,8**
Distrito Federal	47,8	71,0	**65,4**
Florianópolis	58,7	71,6	**67,9**
Fortaleza	36,7	49,6	**47,5**
Goiânia	41,9	58,6	**55,0**
Maceió	34,2	57,4	**52,4**
Manaus	49,3	48,4	**48,6**
Porto Alegre	56,7	69,5	**66,7**
Recife	46,2	58,6	**55,9**
Rio de Janeiro	52,1	69,3	**65,6**
Salvador	58,3	66,0	**64,2**
São Paulo	67,1	71,6	**70,7**
Vitória	52,9	69,7	**64,9**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi solicitado aos pais: *Entre os assuntos abaixo, diga sobre quais você tem conhecimento suficiente?* Categoria selecionada: *Gravidez e controle de natalidade.*
(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Há diferenças regionais sobre o tema, o que, como observado no início deste capítulo, é enfatizado na literatura sobre gravidez na adolescência no Brasil. Nas capitais do Sul e Sudeste, tanto para pais como para professores, o grau de conhecimento referente à gravidez é mais elevado do que em outras.

3.2.2 Conhecimento de gravidez no ambiente escolar: alunos, professores e pais

Quando perguntado aos alunos se sabem de alguma jovem grávida na escola, tem-se valores altos, indicando a ampla extensão de tal fato: os percentuais de respostas afirmativas variam de 60,7%, em Manaus, a

41,4%, no Rio de Janeiro. Porém, as cidades de Cuiabá, Maceió, Manaus, São Paulo e o Distrito Federal destacam-se com percentuais que ultrapassam os 54% (Tabela 3.3).

Com relação a gênero, constata-se que, sem exceções, as meninas mais do que os meninos mencionam que sabem de adolescentes grávidas em suas escolas. Destacando-se as cidades de Florianópolis e Salvador, locais onde as respostas afirmativas das meninas superam as dos meninos, existindo uma diferença entre 20,8 e 18,5 pontos percentuais, respectivamente (Tabela 3.3).

TABELA 3.3 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conhecimento de alguma jovem grávida na escola e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Tem conhecimento de alguma jovem grávida na escola[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	41,5	55,8	**47,7**
Cuiabá	54,6	61,1	**56,9**
Distrito Federal	48,4	62,6	**55,2**
Florianópolis	43,7	64,5	**51,8**
Fortaleza	41,0	47,1	**43,4**
Goiânia	39,4	45,7	**41,6**
Maceió	56,8	63,9	**59,5**
Manaus	56,2	68,8	**60,7**
Porto Alegre	39,7	54,2	**45,1**
Recife	42,9	57,1	**47,1**
Rio de Janeiro	36,1	50,7	**41,4**
Salvador	35,9	54,4	**43,4**
São Paulo	51,9	60,5	**54,7**
Vitória	38,1	47,3	**41,9**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Você sabe de alguma jovem grávida na sua escola?*
(1) Dados expandidos.
(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

São muitos os professores que declaram que têm conhecimento de alunas, menores de 18 anos, grávidas nas escolas. O percentual de resposta afirmativa varia de 76,3%, na capital Fortaleza, até 54,2%, em

Cuiabá. Nota-se que mais de 70,0% dos docentes do Distrito Federal, Florianópolis, Salvador, Recife, Porto Alegre e a já citada Fortaleza assinalam o fato, não se desprezando também que as percentagens mais baixas ultrapassam os 50,0%.

Os dados da tabela a seguir, quando comparados com as informações dos alunos, sugerem que os professores conhecem mais casos de jovens grávidas no ambiente escolar do que os próprios colegas dessas, ou seja, as alunas e alunos, em qualquer capital analisada. Somente em Cuiabá, os dados indicam grau de conhecimento semelhante entre esses dois atores (sendo para alunos, 56,9%, e professores, 54,2%). Além disso, observa-se que a cidade de Fortaleza apresenta uma elevada diferença, de 33 pontos percentuais a favor dos professores. Para esta capital, 43,4% dos alunos e 76,3% dos professores responderam afirmativamente (Tabela 3.4).

TABELA 3.4 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por conhecimento de alunas menores de 18 anos grávidas na escola, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Sabe de aluna menor de 18 anos grávida na escola		Total
	Sim	Não	
Belém	63,5	36,5	100,0
Cuiabá	54,2	45,8	100,0
Distrito Federal	70,1	29,9	100,0
Florianópolis	70,6	29,4	100,0
Fortaleza	76,3	23,7	100,0
Goiânia	62,2	37,8	100,0
Maceió	67,0	33,0	100,0
Manaus	66,7	33,3	100,0
Porto Alegre	71,1	28,9	100,0
Recife	72,5	27,5	100,0
Rio de Janeiro	62,5	37,5	100,0
Salvador	70,9	29,1	100,0
São Paulo	63,0	37,0	100,0
Vitória	61,1	38,9	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Nota: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Você sabe de algum caso de aluna(s) menor de 18 anos grávida(s) nesta escola?*

O percentual de jovens alunas que afirmam que já ficaram grávidas alguma vez varia entre 36,9%, em Recife, a 12,2%, em Florianópolis. Nota-se que esta taxa cresce à medida que aumenta a faixa etária. Porém, em Fortaleza, Cuiabá e Florianópolis, esta percentagem é maior para a faixa de 10 a 14 anos de idade do que a de 15 a 19 anos.

Chama particular atenção que 33,3% de jovens de Fortaleza, 22,2% de Cuiabá e 20,0% de Manaus indiquem que já engravidaram na faixa de 10 a 14 anos, correspondendo em números absolutos a 423, 669 e 567 alunas, respectivamente (Tabela 3.5).

TABELA 3.5 – Proporção de alunas do ensino fundamental e médio, por faixa etária, segundo indicação de que já engravidou e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Já engravidou	Faixa etária			Total
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	
Belém	Sim	0,0	16,9	50,6	25,9
	Não	100,0	83,1	49,4	74,1
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Cuiabá	Sim	22,2	13,7	58,8	22,2
	Não	77,8	86,3	41,2	77,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Distrito Federal	Sim	14,2	23,6	25,0	23,2
	Não	85,8	76,4	75,0	76,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Florianópolis	Sim	14,2	9,0	38,5	12,2
	Não	85,8	91,0	61,5	87,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Fortaleza	Sim	33,3	25,0	33,3	27,5
	Não	66,7	75,0	66,7	72,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Goiânia	Sim	10,5	20,8	40,0	24,6
	Não	89,5	79,2	60,0	75,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Maceió	Sim	9,1	18,0	54,2	27,1
	Não	90,9	82,0	45,8	72,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	Sim	20,0	27,2	82,1	36,3
	Não	80,0	72,8	17,9	63,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Porto Alegre	Sim	7,7	15,3	57,1	18,6
	Não	92,3	84,7	42,9	81,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 3.5 – (continuação)

Capital	Já engravidou	Faixa etária			Total
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	
Recife	Sim	0,0	34,8	47,1	36,9
	Não	100,0	65,2	52,9	63,1
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Rio de Janeiro	Sim	0,0	13,7	66,7	18,3
	Não	100,0	86,3	33,3	81,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Salvador	Sim	15,4	20,0	58,8	29,9
	Não	84,6	80,0	41,2	70,1
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
São Paulo	Sim	11,1	11,2	46,7	15,0
	Não	88,9	88,8	53,3	85,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Vitória	Sim	12,6	18,3	38,9	23,8
	Não	87,4	81,7	61,1	76,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado às alunas: *Você já ficou grávida alguma vez?*
(1) Dados expandidos.

As jovens, quando questionadas sobre a idade que tinham quando engravidaram a primeira vez, com maior probabilidade, estavam na faixa dos 15 aos 19 anos.

Enfatiza-se que a faixa etária dos 10 aos 14 anos apresenta taxa superior à faixa de 20 a 24 anos, à exceção de Belém, São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, em Belém, 16,2% das alunas afirmam que engravidaram na faixa etária de 20 a 24 anos, enquanto que 5,9% assinalam o período entre 10 e 14 anos. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os percentuais se apresentam semelhantes (9,5% e 14,3%, respectivamente). Para todas as outras capitais, prevalece percentual mais elevado, para a primeira gravidez, na primeira faixa etária (de 10 a 14 anos) quando comparado à última (20 a 24 anos de idade).

Ressalta-se que em Recife ocorre quase quatro vezes mais gravidez na faixa dos 10 aos 14 anos de idade do que na faixa dos 20 aos 24 (Tabela 3.6).

TABELA 3.6 – Proporção de alunas do ensino fundamental e médio, por faixa etária da primeira gravidez, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Faixa etária da primeira gravidez			Total
	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	
Belém	5,9	77,9	16,2	100,0
Cuiabá	20,8	62,5	16,7	100,0
Distrito Federal	19,0	76,2	4,8	100,0
Florianópolis	14,3	78,6	7,1	100,0
Fortaleza	20,0	70,0	10,0	100,0
Goiânia	14,3	75,0	10,7	100,0
Maceió	22,7	63,6	13,6	100,0
Manaus	16,4	77,0	6,6	100,0
Porto Alegre	10,7	89,3	0,0	100,0
Recife	26,9	65,4	7,7	100,0
Rio de Janeiro	14,3	71,4	14,3	100,0
Salvador	13,8	79,3	6,9	100,0
São Paulo	9,5	81,0	9,5	100,0
Vitória	14,8	74,1	11,1	100,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado às alunas: *Quantos anos você tinha quando ficou grávida a primeira vez?*
(1) Dados expandidos.

A idade da primeira gravidez, em cada capital estudada, está por volta dos 16 anos, chegando a 17,5 anos em Belém, confirmando as informações da Tabela 3.6 que indica que a primeira gravidez ocorre na faixa etária de 15 a 19 anos de idade (Tabela 3.1-A, anexa). Como a iniciação sexual (ver Capítulo 2) entre as jovens com a maior probabilidade ocorre em tal faixa etária, presume-se que é mais comum que a primeira gravidez se associe à primeira relação sexual.

É comum, na literatura e em nível de senso comum, a referência à gravidez no grupo de 15 a 19 anos e mesmo entre as jovens de 20 a 24 anos, como "precoce", "indesejada" ou "não planejada" considerando-se que essas não seriam – social ou biologicamente – fases "apropriadas" para a gestação e reprodução biológica.

> Considera-se a fecundidade das mulheres com menos de 20 anos 'precoce', não apenas por razões biológicas relacionadas ao desenvolvimento humano, mas principalmente, porque a gestação nesta idade antecipa os movimentos

> socialmente institucionalizados para a reprodução e, com isto, traz uma série de resultados indesejados para as mulheres e filhos. (Camarano, 1998: 110)

Tal postura busca fundamento em testemunho de jovens que vivenciaram gravidezes. Camarano (*op. cit.*) menciona pesquisa realizada no Rio de Janeiro, Recife e Curitiba sobre "Saúde Reprodutiva e Sexualidade do Jovem", pela BENFAM, entre 1989 e 1990, documentando que cerca de 70% dos jovens do Rio de Janeiro afirmaram ter engravidado uma parceira; 63% em Recife e 54% em Curitiba declararam que de fato aquela gravidez não foi planejada.

Há autores que consideram a combinação entre juventude e masculinidade como um fator de risco. De acordo com pesquisa da BEMFAM realizada em 1996 (*cit. in* Moreira, 2002: 5), 17% da população masculina, entre 15 e 24 anos, declarou que já tinha engravidado uma parceira. Contudo tal juízo de valor sobre o risco que representam os jovens homens de engravidarem suas parceiras, além de não considerar o estatuto de sujeito das mulheres envolvidas em tais relações, embasa-se em considerações sobre características que são atribuídas aos jovens homens:

> Adolescentes e jovens apresentam comportamento sexual que os leva a se envolverem em relações sociais de risco, cujo indesejável resultado pode ser infectarem-se por uma DST, inclusive o HIV/Aids ou engravidar uma parceira (...). Santos e Santos (1999) referem-se a algumas características dos adolescentes que conferem risco à atividade sexual: despreparo para lidar com a sexualidade; onipotência e sentimento de invulnerabilidade; barreiras e preconceitos; dificuldades de tomar decisões; indefinições de identidade; conflito entre razão e sentimento; necessidades de afirmação grupal e dificuldades de administrar esperas e desejos. (Moreira, 2002: 1)

Nos parágrafos seguintes, detalham-se os porquês da adjetivação negativa à gravidez na juventude, mas se adianta que os discursos dos jovens se alinham ao encontrado na literatura que tende a acentuar a problemática de uma gravidez para uma trajetória considerada ideal do que seria ser jovem.

3.2.3 Causas de uma gravidez não planejada: percepção de alunos, pais e professores

Nos depoimentos colhidos nos grupos focais, atribuem-se diversos sentidos explicativos para que ocorram casos de gravidez entre jovens.

Mas predomina a classificação da gravidez como um problema, convergindo-se assim para a tônica corrente em muitos estudos, em especial do campo da saúde e da demografia.

Tem-se, entre alunos, pais e professores, comentários próprios de um discurso culpabilizante dos jovens, considerando o não uso de métodos anticoncepcionais, como *irresponsabilidade*. Tal preleção se mistura a uma perspectiva essencialista, na qual se sublinha como características "naturais" dos jovens: a pressa, a intensidade do desejo sexual e a imaturidade psicológica.

Muitos jovens, de ambos os sexos, tendem a uma apreciação negativa sobre os envolvidos em casos de gravidez na adolescência. Como frisa uma jovem de Vitória: *é por irresponsabilidade, é por pressa, é por tesão acumulada.* Ela cita um caso passado com colegas, em que a menina ficou grávida porque o parceiro estava viajando e quando ele chegou *falou que não dava tempo de pegar a camisinha, rolou e ela ficou grávida*. Tal testemunho recorre a figuras típicas de diversos discursos, além dos referidos, qual seja, a idéia de que é comum a gravidez não ser planejada, nem desejada, e ser um problema:

> (...) *então ele chegou pra mim e falou assim "olha a pior coisa que existe é fazer uma coisa sem pensar", é irresponsabilidade sim, por isso que eu digo, sexo tem que ser feito com responsabilidade, porque, ele é um adolescente, ela também. Ele está tendo que deixar os estudos pra poder estar dando sustento pra essa menina, então quer dizer é uma coisa assim, se você quer fazer sexo, tem que ter responsabilidade, porque vai saber como vai ser a formação dessa criança que está sendo gerada na adolescência. Em 90% das vezes é mais difícil.* (Grupo focal com alunas, escola pública, Vitória)

Algumas alunas questionam, o discurso sobre a irresponsabilidade dos jovens, enfatizando, subliminarmente, a irresponsabilidade dos pais, que evitariam conversar e informar sobre sexualidade e métodos anticoncepcionais:

> (...) *eu não acho que seja uma coisa assim* (...) *às vezes, não é só irresponsabilidade, às vezes, é algum fato que acontece. Assim, sem você nem mesmo perceber, igual eu, por exemplo, que quando eu chego e falo: 'Vó, minha amiga falou que transou com o namorado dela'* [ela diz] *'vai lá em tal lugar pra mim', já muda de assunto. Então, às vezes, eu acho que é falta da*

pessoa saber mesmo. Uma amiga minha ficou grávida, ela veio da fazenda, veio estudar aqui, depois de um ano ficou grávida, eu não acho que seja irresponsabilidade, às vezes, é falta de conhecimento, de informação. (Grupo focal com alunas, escola pública, Goiânia)

Assim, outra razão comum atribuída às causas da gravidez entre jovens é a falta de conversa sobre sexualidade entre filhos e pais. Reforça-se a noção de que a família é uma instituição confiável e que deveria informar os filhos também no campo da sexualidade, segundo uma aluna de Cuiabá: *Aí é tarde demais, então eu acho que deveria haver mais diálogo, porque sem diálogo, essa que é a razão da maioria das gravidezes precoces.*

Em muitos depoimentos, as referências são tanto a querer diálogo quanto informações sobre métodos, mas em um sentido genérico.

QUADRO 3.1 – Falta de informações da minha mãe, da minha avó

Grupo focal com aluna, escola pública, Salvador

Eu estou falando por causa da minha irmã que engravidou com treze anos por falta de informações da minha mãe, da minha avó. Pode ser falta de informações com a família, falta de diálogo com a família, com gente de casa.

A perspectiva de que a gravidez seria resultante da falta de conhecimento sobre métodos anticoncepcionais é questionado pela literatura mais especializada, o que também se verifica quando se acessa percepções de diversos públicos relacionados à escola[23]. Muitos atores pesquisados consideram que, nos dias de hoje, as informações sobre métodos de contracepção são bem difundidas. Segundo uma aluna em Salvador: *Hoje em dia, só engravida quem quer, não existe esse negócio de desinformação* (...) *tem tantos métodos, mesmo que transe sem camisinha, no outro dia, tem as pílulas, tem o período fértil e o período não fértil também.*

Ao se descartar a relação entre falta de informação e gravidez, tendem alguns jovens, implicitamente se alinhando à postura de que a gravidez é um problema e é "indesejada", a defender que essa ocorra por "irresponsabilidade" ou "falta de consciência" dos jovens.

[23] Ver Berquó,1993, e WHO, 2001, entre outros.

QUADRO 3.2 – Não é falta de informação

Grupo focal com alunos, escola pública, Maceió

Olha, mas espera lá! não é falta de informação... é falta de consciência. Eu me criei sem pai e mãe e tive quem quisesse me tirar a virgindade e me dar filho e eu não quis. Se eu não tinha ninguém por mim eu pensava... "Se eu já não presto sozinha, imagina com um filho, o que vai ser de mim". Então é de cada um.

A rigidez dos pais no que se refere aos namoros dos filhos parece corroborar o afastamento da família como fonte de informação sobre formas de se evitar a gravidez. Além disso, a gestação na adolescência foi creditada, em alguns relatos, a uma retaliação das filhas para com os pais devido à interdição do namoro:

> (...) *a maioria das gravidezes precoces, porque às vezes a filha, a filha fala: "Mãe, eu quero namorar" e a mãe não deixa. Aí o que que ela vai fazer, sem namorar ela não vai ficar... Ela vai e namora escondido. Aí não tem explicação, não tem diálogo dentro de casa... ela vai e faz o que ela quer, o que ela tem vontade, vem na cabeça e ela faz. Aí engravida, faz as coisas erradas. Aí a mãe vem conversar, depois que já fez, aí vai brigar.*
>
> *Muitas vezes as meninas ficam grávidas por irresponsabilidade ou porque quer descontar nos pais, que eles não deixam namorar. "Ah! não deixou... então agora vou descontar", mas só que, muitas vezes, cai do cavalo, porque em vez de curtir a adolescência tem que cuidar de filho.* (Grupo focal com alunas, escola pública, Cuiabá)

Como advertem vários autores, há de se cuidar contra generalizações sobre o jogo das vontades e desejos, relativizando a idéia de que gravidez na juventude se caracteriza por ser indesejada ou não planejada (Heilborn, 2003; Catharino e Giffin, 2002; Pirotta e Schor, 2002; Cabral, 2002; Almeida, 2002). Tal disputa de sentidos se dá também entre os atores pesquisados, contando-se com depoimentos que apontam que a gravidez pode ser uma decisão dos jovens pela maternidade e pela paternidade.

Chegam a enfatizar que há uma opção, e que não necessariamente nessa predomina a orientação por se experimentar as vivências características dessa etapa da vida, como sugere o depoimento de uma

aluna do Distrito Federal: *Você está decidida que você quer ter o filho e vai-se dedicar a ele. Você não vai querer fazer as coisas da adolescência, é meio complicado mesmo, mas também pode ser assim.*

Os professores concordam com os jovens, enfatizando que a falta de informação e de acesso aos métodos contraceptivos não pode ser considerada como causa para a ocorrência da gravidez. Como exemplo, tem-se o depoimento de professores em Maceió: *No mundo em que o jovem tem acesso a tanta informação, que está aí a camisinha para isso e que ele abre qualquer revista que tem informação... então não tem sentido a adolescente engravidar.*

Nas falas dos pais, aparece a possibilidade de que a gestação possa ser uma escolha dos jovens, questionando-se, subliminarmente, portanto, o determinismo que orienta algumas declarações, ao catalogar de indesejável as gravidezes entre jovens:

> *Eu acho que hoje não tem porque acontecer gravidez na adolescência, eu acho que já vai com a consciência, entende? Eu acho que hoje quando a pessoa encara é porque quis mesmo. Acho que tinha todas as formas de evitar, foi com a convicção que poderia terminar naquilo. É diferente de antes que existiam todos os métodos que tem hoje, mas não eram acessíveis.* (Grupo focal com pais, escola pública, Salvador)

> *Hoje em dia, só engravida quem quiser. Eu falo pra elas, só se quiser, porque não tem ninguém bobo mais, todo mundo sabe que tem a prevenção, a camisinha ou o anticoncepcional, mas tem a prevenção pra depois não acontecer uma gravidez inesperada, e recorrer para o aborto (...) Uma gravidez indesejada tem muito meio de evitar, eu falo até pra ela, eu falo bem assim, o português claro: "Olha, quando vocês começarem a dar, vocês me avisem, que eu sou enfermeira e aplico injeção, faço o que for, mas, pelo amor de Deus, não vai engravidar!".* (Grupo focal com pais, escola pública, Belém)

Note-se em depoimento de um pai a advocacia de que o ideal seria a racionalidade, o planejamento, defendendo que há uma época certa para ocorrer uma gravidez. Mas, por outro lado, ilustra o depoimento, a aceitação quase resignada face à realidade de expansão dos casos de gravidez, assumindo cuidar dos netos. Postura que distintos trabalhos na América Latina tendem a documentar, *i.e.*, a colaboração dos avós com relação aos cuidados com os netos, quando os pais são jovens[24]:

[24] Ver algumas referências em Barroso, 1986, e em Arilha e Calazans, 1998.

Gravidez é preparação, orientar os filhos para que isso não aconteça fora de uma época que você não espera, não planejada. Se isso aconteceu, eu acho que a gente tem mais é que trabalhar para que tenha juízo e ajudar na formação da criança.

A *imaturidade* dos jovens e um ajuizamento negativo sobre os mesmos são sugeridos na fala de uma mãe de Florianópolis, para quem os de 16 anos ainda seriam crianças: *Eu não sei lidar muito bem com isso, só que eu acho errado, eu acho gravidez na adolescência uma perda da criança, porque é criança... até os 16 anos, porque criança é uma pessoa muito imatura.*

Também nos depoimentos dos pais prevalece a ótica de que a gravidez na juventude é um problema, interrompendo o curso do que seria esperado no ser jovem. Entre os pais, a tônica é associar gravidez tanto à irresponsabilidade dos jovens como à dos pais, ou seja, à falta de diálogo entre filhos(as) e pais, advogando-se tal interação:

> (...) *eu converso muito com meus filhos, inclusive eu falo pra eles não fazerem filho, porque eu acho o seguinte, que os filhos é do momento, da irresponsabilidade, porque é muito difícil o jovem fazer filho, então não pode, jovem tem que se conscientizar de que jovem é pra brincar, pra jogar bola, pra se divertir, pra estar com a família, ir à missa, então o jovem não está preparado para ter filho. O que acontece é que fica sem assistência, muitos pais não querem mais o filho dentro de casa, acho que principalmente as filhas, aí fica assim, gerando pessoas irresponsáveis, é a minha opinião.* (Grupo focal com pais, escola pública, Manaus)

Note-se, no depoimento anterior, como opera o sistema de gênero, pois a ênfase é sobre as meninas – essas é que devem ser ensinadas, o que sugere a reprodução de uma ideologia pela qual cabe somente às mulheres a responsabilidade para com a relação entre sexualidade e fecundação.

Como destacado, é tema recorrente entre alunos, pais e, em menor proporção, professores, considerar que gravidez seria uma irresponsabilidade das jovens para consigo e dos rapazes também para com suas parceiras, além de consigo mesmo. Mas a irresponsabilidade é também aludida, tendo-se como referência tanto os jovens – *uma questão de responsabilidade, primeiro para com você mesmo* – quanto para com os filhos:

> *Terrível, assim, no sentido de que gravidez é coisa complicada, que tem que acontecer de fato no momento oportuno, porque aí você já envolve terceiros. Você transar com 1, com 2, com 3, tudo bem, menos mal, você só está prejudicando, ou*

não, a você mesma, mas quando envolve gravidez já é uma coisa mais complicada, porque aí já entra em cena um personagem que não tem que ser responsabilizado por nada e entra na história. E, realmente, um filho atrapalha um processo de formação, de amadurecimento, complica, porque começa a exigir responsabilidades que, às vezes, o jovem, o adolescente, não tem condição nenhuma de assumir. Então é uma coisa trabalhada assim no sentido de que é preocupante, tome cuidado, seja responsável. É uma questão de responsabilidade, primeiro para com você mesmo. (Grupo focal com pais, escola pública, Salvador)

Em muitos casos, apela-se para sua própria vivência para ilustrar a importância da informação socializada pelos pais, como frisa uma mãe de Manaus: *Eu tive o meu filho ia fazer 15 anos, porque a minha mãe não tinha diálogo comigo, nunca falou que eu tinha que tomar remédios pra evitar. Então, por isso que eu engravidei logo no início do meu casamento.*

Contrariando a percepção expressa por alunos e pais, de que a gravidez está associada à falta de diálogo no ambiente familiar; os pais, na pesquisa quantitativa, quando questionados se conversam com seus filhos sobre gravidez na adolescência e métodos para evitá-la tendem a responder que sim, que conversam, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo e Manaus. A proporção dos pais que conversam com seus filhos varia entre 86,5%, no Rio de Janeiro, a 58,5%, em Fortaleza (Tabela 3.7).

Reiterando a lógica de gênero, pela qual caberia à mulher cuidar dos nexos entre sexualidade e gravidez, encontra-se que é superior, em todas as capitais, o percentual de mães que conversam sobre gravidez e regulação da concepção. De acordo com a Tabela 3.7, tem-se, por exemplo, que, em São Paulo, Fortaleza e Maceió, as mães apresentam respostas afirmativas bem superiores em relação à dos pais quanto a conversar sobre tais temas com os filhos, chegando a diferir em 19,5, 18,3 e 17,3 pontos percentuais, respectivamente. Em algumas capitais, como o Distrito Federal, percebe-se que tanto os pais (70,0%) como as mães (72,7%) abordam o assunto da gravidez e da contracepção com seus filhos quase na mesma proporção. No entanto, é esta cidade que, na opinião de alunos (55,2%) e professores (70,1%), apresenta um dos mais elevados percentuais de conhecimento de adolescentes grávida no ambiente escolar, conforme pode ser visualizado por meio das Tabelas 3.3 e 3.4. Além disso, nesta mesma capital, os pais afirmam em mais de 65% que possuem *informação suficiente* sobre gravidez na adolescência (Tabela 3.2).

TABELA 3.7 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conversa com os filhos sobre gravidez precoce e métodos contraceptivos e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Já falaram com os filhos sobre gravidez precoce e métodos contraceptivos	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	Sim	73,1	77,4	76,5
	Não	26,9	22,6	23,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Cuiabá	Sim	71,8	76,4	75,4
	Não	28,2	23,6	24,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Distrito Federal	Sim	70,0	72,7	72,1
	Não	30,0	27,3	27,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Florianópolis	Sim	70,7	81,7	78,4
	Não	29,3	18,3	21,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Fortaleza	Sim	43,2	61,5	58,5
	Não	56,8	38,5	41,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Goiânia	Sim	63,2	71,7	69,8
	Não	36,8	28,3	30,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Maceió	Sim	51,7	69,0	65,7
	Não	48,3	31,0	34,3
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	Sim	68,8	83,6	79,8
	Não	31,3	16,4	20,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Porto Alegre	Sim	78,2	86,5	84,7
	Não	21,8	13,5	15,3
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Recife	Sim	67,2	69,5	69,0
	Não	32,8	30,5	31,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Rio de Janeiro	Sim	73,9	90,1	86,5
	Não	26,1	9,9	13,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Salvador	Sim	74,2	76,0	75,6
	Não	25,8	24,0	24,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 3.7 – (continuação)

Capital	Já falaram com os filhos sobre gravidez precoce e métodos contraceptivos	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
São Paulo	Sim	63,3	82,8	78,9
	Não	36,7	17,2	21,1
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Vitória	Sim	71,0	78,8	76,6
	Não	29,0	21,2	23,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Nota: Foi perguntado aos pais: *Vocês já falaram com seus filhos sobre gravidez precoce e sobre métodos para evitar a gravidez?*

Confirma-se que existe menos diálogo entre pais e filhos do que entre mães e filhos, sobre gravidez precoce e métodos contraceptivos.

A falta de comunicação na família sobre temas relacionados a sexualidade e contracepção não necessariamente se explicaria por uma evasão moralista, desinteresse ou irresponsabilidade por parte dos pais. Informações coletadas no *survey* indicam o que textos feministas chamam a atenção: a reprodução da desinformação sobre sexualidade por gerações. Ou seja, muitos pais tendem a não saber lidar com sua própria sexualidade, então, como pedir que sejam eles ou elas os mentores sobre um tema que mais do que conhecimentos competentes pede vivências e sentidos construídos por críticas sobre práticas?[25]

3.2.4 Significado de gravidez na juventude: percepção de alunos e professores

Foi perguntado aos jovens quais as conseqüências de uma gravidez na adolescência. O principal sentido é que *ela* [a adolescente] *vai-se prejudicar e ter um peso para o resto da vida*[26], o que é advogado especialmente pelos

[25] Ver Barroso (1986), entre outros.

[26] Para efeito de análise, os percentuais que aparecem no texto referente a "ela vai se prejudicar e ter um peso para o resto da vida" é o somatório de duas alternativas: *ela vai ter um peso para o resto da vida e ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem*. Esclarecendo que "ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem" tem peso mais relevante.

homens – esta informação pouco varia entre as capitais pesquisadas. De 66,8%, em Salvador, a 57,3%, em Maceió (Tabela 3.8). Tal seleção se destaca de longe da definição que lhe segue e que vem em sentido contrário, destacando aspectos positivos, ou seja, de que *ter um filho é uma felicidade*. Essa aparece com percentuais entre 26,4% (Cuiabá) e 16,3% (Salvador).

Muitos se definem pelo sentido de responsabilidade e pela fatalidade do nexo gravidez e concepção, implicitamente descartando a possibilidade que aquela possa ser interrompida, *já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação*. Tal opção apresenta taxas entre 20,2% (Fortaleza) e 12,4% (Goiânia).

São as jovens mulheres que mais defendem que *ter um filho é uma felicidade*, o que estaria de acordo com a comum ideologia sobre maternidade, tida como não apenas uma obrigação, mas uma "benção para a mulher" (Saffioti, 1969 e 1987). A única exceção encontra-se em Florianópolis, onde o percentual de homens (26,7%) é superior ao das mulheres (23,0%).

Mas homens e mulheres compartilham o princípio de que *ter um filho é uma obrigação*, constatando-se percentuais semelhantes entre ambos, para a maioria das capitais analisadas. As exceções, onde a equivalência é maior no caso dos homens, estão em Maceió (20,1%) e Goiânia (14,0%). Já nos seguintes casos, predominam as mulheres com percentuais mais elevados de respostas favoráveis para o quesito *ter um filho é uma obrigação*: Fortaleza (28,0%), Recife (18,4%) e Florianópolis (19,1%) (Tabela 3.8).

TABELA 3.8 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo percepções sobre conseqüências da gravidez na adolescência e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Conseqüências da gravidez na adolescência	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	51,2	48,5	50,0
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	18,1	26,1	21,7
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	15,7	15,4	15,6
	A mãe vai ter um peso para o resto da vida	15,1	10,0	12,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Cuiabá	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	49,3	47,1	48,5
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	22,3	33,3	26,4
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	15,5	10,3	13,6
	A mãe vai ter um peso para o resto da vida	12,8	9,2	11,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 3.8 – (continuação)

Capital	Conseqüências da gravidez na adolescência	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Distrito Federal	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	44,7	44,4	44,6
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	20,0	26,7	23,4
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	11,8	14,4	13,1
	A mãe vai ter um peso para o resto da vida	23,5	14,4	18,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Florianópolis	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	46,0	49,2	47,4
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	26,7	23,0	25,2
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	9,7	19,1	13,6
	A mãe vai ter um peso para o resto da vida	17,6	8,7	13,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Fortaleza	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	40,7	36,0	38,9
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	22,0	22,7	22,3
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obri gação	15,3	28,0	20,2
	A mãe vai ter um peso para o resto da vida	22,0	13,3	18,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Goiânia	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	46,0	49,1	47,1
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	22,5	31,1	25,5
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	14,0	9,4	12,4
	A mãe vai ter um peso para o resto da vida	17,5	10,4	15,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Maceió	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	44,0	46,8	45,1
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicida de	21,6	30,4	24,9
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	20,1	13,9	17,8
	A mãe vai ter um peso para o resto da vida	14,2	8,9	12,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	50,6	48,4	49,8
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	17,0	27,4	20,9
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	13,9	15,9	14,7
	A mãe vai ter um peso para o resto da vida	18,5	8,3	14,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Porto Alegre	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	51,3	55,0	52,8
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	15,9	27,9	20,8
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	15,3	14,0	14,8
	A mãe vai ter um peso para o resto da vida	17,5	3,1	11,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Recife	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	45,1	44,7	45,0
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	19,4	32,9	23,5
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	14,9	18,4	15,9
	A mãe vai ter um peso para o resto da vida	20,6	3,9	15,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 3.8 – (continuação)

Capital	Conseqüências da gravidez na adolescência	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Rio de Janeiro	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	50,8	57,8	53,5
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	20,1	23,9	21,5
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	15,1	12,8	14,2
	A mãe vai ter um peso para o resto da vida	14,0	5,5	10,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Salvador	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	52,1	52,8	52,4
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felcida de	13,7	19,7	16,3
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	16,3	18,0	17,0
	A mãe vai ter um peso para o resto da vida	17,9	9,6	14,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
São Paulo	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	43,9	45,3	44,4
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felcidade	19,8	30,9	23,7
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	13,0	16,5	14,3
	A mãe vai ter um peso para o resto da vida	23,3	7,2	17,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Vitória	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da j ovem	47,1	52,3	49,5
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felcidade	19,1	20,5	19,7
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	14,7	15,1	14,9
	A mãe vai ter um peso para o resto da vida	19,1	12,1	15,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Quando uma moça fica grávida muito jovem, ainda adolescente, isso significa que:* (categorias de resposta apresentadas na tabela).
(1) Dados expandidos.

As respostas dos professores alinham-se ao encontrado entre os jovens, já que das várias opções sugeridas sobre o sentido de uma gravidez, também selecionam a que destaca o caráter de problemática para a trajetória de vida desses, ou seja, de que: *ter um filho prejudica a vida da jovem e é um peso para o resto da vida*: entre 85,0% (Recife) e 63,5% (Maceió). Com relação às alternativas *ter o filho é uma obrigação* e *ter o filho é uma felicidade*, nota-se variações nas 14 capitais pesquisadas. A primeira é mais relevante para as cidades de Manaus (21,9%), Goiânia (15,4%) e as do Nordeste (Fortaleza, 19,6%; Maceió, 18,7%; Salvador, 18,0%; e Recife, 11,8%), enquanto que a segunda é importante para as cidades localizadas na região Sul (Porto Alegre, 14,5% e Florianópolis, 17,9%), além do Distrito Federal (16,0%), Cuiabá (19,2%) e Belém (16,2%) (Tabela 3.9).

Tabela 3.9 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo percepções sobre as conseqüências da gravidez na adolescência e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Conseqüências da gravidez na adolescência	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	72,2	66,4	69,0
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	14,4	17,6	16,2
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	11,3	16,0	13,9
	Ela vai ter um peso para o resto da vida	2,1	0,0	0,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Cuiabá	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	65,6	64,6	64,8
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma feli cidade	24,6	17,1	19,2
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	6,6	12,0	10,5
	Ela vai ter um peso para o resto da vida	3,3	6,3	5,5
	Total	**100,1**	**100,0**	**100,0**
Distrito Federal	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	55,2	70,0	66,4
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	24,1	13,3	16,0
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	13,8	11,1	11,7
	Ela vai ter um peso para o resto da vida	6,9	5,6	5,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Florianópolis	Ter um filho tão cedo prejudica a v ida da jovem	55,9	76,3	68,6
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	25,4	13,4	17,9
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	13,6	9,3	10,9
	Ela vai ter um peso para o resto da vida	5,1	1,0	2,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Fortaleza	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	59,2	62,3	61,3
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	14,3	14,9	14,7
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	20,4	19,3	19,6
	Ela vai ter um peso para o resto da vida	6,1	3,5	4,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Goiânia	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	72,1	73,8	73,4
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	14,0	8,7	10,1
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	14,0	15,9	15,4
	Ela vai ter um peso para o resto da vid a	0,0	1,6	1,1
	Total	**100,1**	**100,0**	**100,0**
Maceió	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	61,4	59,6	60,1
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	11,4	20,2	17,8
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	22,9	17,2	18,7
	Ela vai ter um peso para o resto da vida	4,3	3,0	3,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	65,5	61,3	62,9
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	12,1	12,8	12,6
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	19,0	23,7	21,9
	Ela vai ter um peso para o resto da vida	3,4	2,2	2,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Tabela 3.9 – (continuação)

Capital	Conseqüências da gravidez na adolescência	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Porto Alegre	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	68,1	74,7	73,5
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	10,6	15,3	14,5
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	14,9	7,7	9,0
	Ela vai ter um peso para o resto da vida	6,4	2,3	3,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Recife	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	74,5	82,5	79,5
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	2,1	3,7	3,2
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	14,9	10,0	11,8
	Ela vai ter um peso para o resto da vida	8,5	3,8	5,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Rio de Janeiro	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	73,8	81,2	78,7
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	8,3	8,8	8,7
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	11,9	7,6	9,1
	Ela vai ter um peso para o resto da vida	6,0	2,4	3,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Salvador	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	76,2	65,5	68,4
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	9,5	10,1	9,9
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	11,9	20,2	18,0
	Ela vai ter um peso para o resto da vida	2,4	4,2	3,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
São Paulo	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	63,2	79,3	75,3
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	19,3	9,3	11,7
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	15,8	8,0	10,0
	Ela vai ter um peso para o resto da vida	1,8	3,4	3,0
	Total	**100,1**	**100,0**	**100,0**
Vitória	Ter um filho tão cedo prejudica a vida da jovem	56,4	78,3	71,4
	Mesmo tão jovem, ter um filho é uma felicidade	14,5	11,7	12,6
	Já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação	18,2	8,3	11,4
	Ela vai ter um peso para o resto da vida	10,9	1,7	4,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Nota: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Quando uma moça fica grávida muito jovem, ainda adolescente, isso significa que:* (Categorias de resposta apresentadas na tabela).

Gênero, mas também região, imprime sutis diferenças nas respostas, quando se tem os professores como referência. A opção *obrigação de ter um filho* é mais citada pelos professores do sexo masculino nas capitais nas regiões Sul e Sudeste, assim como em Recife e Maceió. Nas demais, é comum às professoras se destacarem em relação aos seus colegas. Por exemplo, em Vitória, São Paulo e Porto Alegre, os professores

sobrepassam as professoras em 9,9, 7,8 e 7,2 pontos percentuais, respectivamente, na indicação de tal alternativa.

Já homens e mulheres coincidem sobre o valor afetivo que atribuem aos filhos, assim, tanto professores como professoras concordam que *é uma felicidade ter um filho*, na maioria das capitais (sete), conforme Tabela 3.7 acima mencionada. Fogem a tal padrão, os casos do Distrito Federal, Goiânia, Cuiabá, Florianópolis e São Paulo, onde os professores apresentam percentuais superiores para esta opção, e em Maceió e Porto Alegre, locais em que as professoras a consideram mais importante do que os professores, apresentando diferenças de 8,8 e 4,7 em pontos percentuais.

3.2.5 Conseqüências de uma gravidez não planejada: percepção de alunos, pais e professores

A posição vigente em estudos de corte demográfico e da saúde de que a gravidez nas primeiras fases do ciclo reprodutivo seria incompatível fisiologicamente com a formação reprodutiva das jovens mulheres, sendo uma "gravidez de risco" (Camarano 1998; Melo,1996; BENFAM, 1997 e 1992) tem repercussão em nível do conhecimento de senso comum, sendo, também, um dos argumentos usados para acentuar o caráter problemático da gravidez na adolescência. Uma possível imaturidade fisiológica que está envolvida na gravidez precoce. Segundo depoimento de um rapaz de Salvador, as meninas com pouca idade não se encontram com o aparelho reprodutor suficientemente desenvolvido para a gestação: *muitas nem estão com o útero preparado pra ter uma criança.*

Outra dificuldade enfrentada pelas adolescentes que engravidam é a instabilidade dos vínculos conjugais, ou seja, a não disposição dos jovens para assumirem a paternidade. Na possibilidade das jovens mães terem de criar seus filhos sem a presença do pai, muitas vezes, os cuidados com a criança são divididos com a família de origem ou nuclear:

> *Eu só tenho dó, porque dependendo da situação que estiver essa moça... dependendo de como é o parceiro... se ele vai querer ou não assumir esse filho... "Se tiver alguma estrutura familiar, financeira pra criar essa criança. Porque eu vejo assim, eu tenho dois filhos, tenho meu marido que é superdedicado e é tão difícil, imagine sozinha...* (Grupo focal com alunas, escola pública, Goiânia)

Aí é que começam os problemas, porque por ela ser de menor de idade, por não saber quem é o pai; que a criança não vai ter pai, como é que vai ser a vida dela daí por diante? Eu acho isso um absurdo. (Grupo focal com alunos, escola pública, Cuiabá)

Os alunos, principalmente os homens, reproduzem perspectivas orientadas por certos pragmatismos sobre as faltas no ser jovem – quanto a condições econômicas – e defesa de uma identidade juvenil que não comportaria o ser pai. Também apontam, no rol de problemas, a falta de preparo emocional para a criação dos filhos (o que é, ainda, destacado por alguns autores, *e.g.*, Camarano, 1998, e Melo, 1996):

É um ser humano que você está criando. Você tem que saber assim, você tem que saber a sua responsabilidade, como você vai criar se você não tem união com a sua mulher, se você não tem dinheiro, você não tem maturidade suficiente pra cuidar dessa criança. Essa criança acaba sendo prejudicada por uma coisa que, na verdade, ela não tem culpa. (Grupo focal com alunos, escola privada, São Paulo)

Na adolescência, uma gravidez, tanto faz para a mulher como para o homem... ser pai é prejudicial. Eu acho que o adolescente não tem uma boa base emocional, nem financeira. Ele ainda não tem emprego certo, ele não tem uma cabeça certa, ele está conhecendo o mundo. Está aprendendo a ser homem ou mulher. Então, eu acho que é muito prejudicial pra pessoa. No caso da mãe adolescente e o pai adolescente, porque, muitas vezes, quem tem o filho na adolescência e quer deixar com a mãe, e quer curtir, coloca toda a sua frustração no seu filho. Coloca a culpa no filho que não tem culpa de ter nascido. Eu acho totalmente prejudicial. Porque eu acho que há uma grande responsabilidade. Colocar é fácil, gente ter um filho. Agora, criar é outra, né? (Grupo focal com alunos, escola pública, Recife)

Para estudiosos do tema, a discussão da gravidez juvenil confunde-se com visões morais sobre nupcialidade e família, sendo comum a referência a ser mãe solteira e aos "problemas" que se atribui a tal estado, principalmente porque nas negociações no gênero, a paternidade não seria geralmente assumida, enquanto a maternidade se impõe, sendo que, muitas vezes, o cuidado com a criança é dividido com a família de origem[27].

[27] Heilborn, 2003, Saffioti, 1993, e Berquó, 1986, entre outros.

Em muitas falas, há a impressão de que a problemática de uma possível maternidade seja pela não realização da paternidade – esperada como companheirismo e responsabilidade na sustentação e criação dos filhos. Note-se que na fala do rapaz, a seguir transcrita, a ênfase está na concepção de um filho como empecilho para sua forma de vida, enquanto na fala das jovens, a preocupação é com a criação dos filhos e a falta da figura paterna em tal criação. A paternidade na juventude é um acontecimento inoportuno para os jovens:

> *Para mim, é o seguinte: eu não vou falar uma coisa para a menina que não quero usar camisinha. Não é bem assim. Vou transar, ter um filho, uma vida, uma coisa muito bonita. Mas como é que eu vou sustentar esse filho? Sou um vagabundo que não tem dinheiro pra nada. Nem pra comprar minhas cervejas. Quem compra as minhas cervejas são os meus amigos. Como vou educar esse filho? E o compromisso de ficar em casa quando ele estiver doente? E não vou poder sair com os meus amigos para ouvir um blues e tomar* (...) *entendeu? Eu não estou preparado para isso. Um filho agora destruiria completamente a minha vida.* (Grupo focal com alunos, escola privada, em Salvador)

Na argumentação sobre a problemática da gravidez juvenil, é comum associar-se tal fato com a interrupção dos estudos e a entrada, considerada prematura, no mercado de trabalho, realçando-se implicações dessa para vulnerabilidades sociais, em especial a reprodução da pobreza, no caso de jovens de famílias de menos poder aquisitivo.

> A gravidez precoce de uma adolescente pode limitar sua educação, restringir suas habilidades na força de trabalho e reduzir sua qualidade de vida. Mulheres que têm filhos durante a adolescência têm uma chance maior de estar em desvantagem econômica no futuro vis-à-vis aquelas que postergam sua gravidez (Mensch *et al.*, 1998). Apesar do homem também sofrer possíveis conseqüências do comportamento sexual e reprodutivo, os custos de uma gravidez geralmente são arcados pela mulher. (Akerloff *et al.*, 1996 *cit. In* Longo, 2002: 5)

Cabral (2002) classifica de "tradicionais" certos enfoques dos campos de estudos sociodemográficos e médico-epidemiológico pela redução de processos complexos a um ou outro fator, como as associações lineares estabelecidas entre gravidez na adolescência e reprodução intergeracional da pobreza:

> Stern e Medina (2000) chamam atenção para o fato de essa proposição [reprodução da pobreza, pela interrupção dos estudos devido a uma gravidez] se presta, muito facilmente, a completar um silogismo com a necessária conclusão de que um declínio do número de gravidezes na adolescência contribuiria então para a redução da pobreza. Nesta perspectiva, a gravidez na adolescência torna-se alvo de intervenções múltiplas de programas e políticas públicas, pois deve ser prevenida. (Cabral, 2002: 182)

A relação entre abandonar os estudos e gravidez na adolescência é questionada quanto ao sentido de causalidade que se atribui à gravidez e o reducionismo que implica, deixando de lado as condições de vida dos atores envolvidos:

> (...) existe o pressuposto de que a maternidade/paternidade nessa fase [juventude] leva ao abandono escolar e a uma precária inserção no mercado de trabalho, acarretando a transmissão intergeracional da pobreza.
>
> Alguns trabalhos críticos assinalam que a evasão escolar de moças e dos rapazes seus parceiros antecede ao engravidamento. Já existe uma literatura que se interessa em compreender o fenômeno a partir da visão dos sujeitos implicados. Pode-se dizer que uma interpretação se delineia a partir dos resultados dessas pesquisas: é o horizonte social limitado que torna o projeto de maternidade/paternidade antecipadas uma alternativa razoável para os jovens. (Heilborn 2003: 200)

Fins de uso político dos discursos que atribuem a uma gravidez o abandono escolar são deconstruídos por Catharino e Giffin (2002: 18):

> Em perspectiva normativa, se insere o discurso da falta de oportunidades, um dos principais argumentos oficiais, para o controle e prevenção da gravidez na adolescência. Este remete-nos às oportunidades de estudo e trabalho que são perdidas pela jovem mãe. Vejamos: dependendo da classe social (lembremos que os estudos demográficos relacionam pobreza e gravidez precoce), existem, de fato, tais oportunidades? Se não existem, o discurso que relaciona a exclusão da adolescente da escola e do mundo do trabalho não estaria utilizando a gravidez como uma espécie de "bode expiatório" para encobrir e justificar uma situação social que de fato mantém à margem aqueles que já são historicamente excluídos sociais (neste caso, pobres e mulheres)?

Há também disputa sobre a associação linear entre gravidez e pobreza dos jovens ou sobre em que medida uma gravidez causa jovens mães e

pais a saírem da escola, não se dispondo de pesquisas com públicos juvenis fora da escola de amplo alcance que permitam generalizações. Mas, note-se que ainda que seja ambígua a relação causal entre deixar escola e ficar grávida ou ter filhos, ou o que antecede a que, esses são momentos que viriam intervindo na trajetória de vida educacional, principalmente de meninas e jovens.

A gravidez juvenil seria entendida como problemática, principalmente pelas conseqüências a ela atribuídas na vida dos jovens, como interrupções de trajetórias esperadas quanto ao estudo e à constituição de família. As chamadas de um debate que relativiza a importância da gravidez como causa maior ou única para que os jovens permaneçam na escola – como o antes acessado[28] – não encontra ressonância nos grupos focais, quando se discuti tal tema, quer entre alunos, pais ou professores. Nos discursos desses atores, a gravidez entre jovens seria em si a causa do abandono da escola, de ter que assumir um trabalho em detrimento dos estudos e da constituição prematura de uma família. Algumas conseqüências negativas são apontadas pelos jovens.

A perda da oportunidade de estudar, interrompendo o processo de escolarização da jovem e contribuindo para diminuir as chances futuras, assim como a impossibilidade de se aproveitar as vivências e experiências que a juventude proporciona, aparecem com significativa freqüência nos depoimentos colhidos. São típicos de muitos, os que se apresentam a seguir:

> *Você ter filho quando é jovem, perde estudo, eu acho que perde muita coisa da vida. Eu conheço uma menina que a primeira gravidez dela foi duas filhas, ela deixou de trabalhar, deixou colégio, deixou tudo, aí agora ela vive... quer fazer curso, quer fazer tudo, mas ela tem duas filhas, não pode fazer isso.* (Grupo focal com alunos, escola pública, Fortaleza)

> *Minha irmã com dezesseis anos engravidou, teve um filho. Agora, ela está se sentindo assim... quando ela me vê, eu sinto que ela se sente inferior, sabe? "Ah, eu podia estar curtindo igual a minha irmã". Nós passamos o fim de semana na casa de praia e eu senti assim que teve uma hora que ela saturou, sabe? Do filho. Não agüentava mais. É muito sério. Muito nova. Parou de estudar, sabe?* (Grupo focal com alunos, escola pública, Rio de Janeiro)

[28] Ver Heilborn, 2003, Catharino e Giffin, 2002, e Cabral, 2002, entre outros.

Mas o depoimento de uma aluna de Fortaleza sugere que a gravidez e a maternidade podem contribuir ou se associar ao abandono escolar, mas que não necessariamente tal fato adquire o caráter de definitivo*: Por que é que hoje eu estou aqui? Com dezoito anos eu engravidei, aí parei de estudar... quando eles começaram a estudar, aí eu comecei a estudar também de novo, eu ainda continuo aqui*.

Há registros[29] sobre os que saíram da escola em algum momento de suas vidas por terem tido um filho ou por terem ficado grávidas.

Assim, a Tabela 3.10 apresenta a proporção de alunas do ensino médio que abandonou os estudos, segundo indicação de que o fez porque ficou grávida[30], varia entre 6,1%, em Macapá, e 6,0%, em Belém, a 0,2%, em São Paulo. Chama a atenção na tabela que o abandono da escola por gravidez é sempre maior na rede pública. Tal situação pode estar sugerindo que o abandono é fenômeno de classe, relacionado à necessidade de sobrevivência e maiores problemas de conciliação entre estudo e experiências de vida extra-escolar.

Um dos principais problemas encontrados pelas jovens mães é não ter com quem deixar o filho. Quando isso ocorre, não há outra saída a não ser abandonar a escola: *Eu já fiquei dois anos sem estudar por causa da minha filha. Minha filha era pequena e a minha mãe era idosa. Não podia ficar com ela*. Mesmo quando é possível deixar o filho com parentes, há um certo sentimento de insegurança: *Eu o achava muito pequeno para deixar ele em casa e vir estudar*.

Os alunos citam discriminações que podem ser reveladas em relação às jovens grávidas ou mães. As meninas não se sentem bem pela gravidez precoce e preferem deixar a escola: *Teve uma menina que saiu do colégio porque estava com vergonha dos colegas, por estar grávida. Aí ela preferiu sair do colégio*. E os professores consideram que poucas são as alunas que voltam à escola depois do parto, em função das obrigações domésticas que passam a assumir: *Algumas meninas, por serem mães, dizem que há a obrigação de ficar em casa. E elas largam a escola. Poucas são as que continuam*.

---

[29] Informações sobre esta temática são do banco de dados da pesquisa da UNESCO e MEC sobre o Ensino Médio: Múltiplas Vozes, 2003.

[30] Os percentuais se referem ao total de alunos do ensino médio que abandonaram os estudos, conforme pode ser observado na Tabela 3.2-A, anexa.

Tabela 3.10 – Proporção de alunas do ensino médio que abandonou os estudos, por dependência administrativa da escola, segundo indicação de que o fez porque ficou grávida e capitais de Unidades da Federação – 2002[1]

Capital[2]	Abandonou os estudos porque ficou grávida (%)		
	Dependência Administrativa		Total
	Pública	Privada	
Belém	6,9	0,1	6,0
Belo Horizonte	1,0	0,1	0,8
Cuiabá	2,6	0,1	2,1
Curitiba	1,4	0,1	1,1
Goiânia	2,2	0,1	1,8
Macapá	6,9	0,2	6,1
Maceió	5,2	0,3	3,2
Porto Alegre	3,0	0,1	2,2
Rio Branco	3,9	0,0	3,4
Rio de Janeiro	2,4	...	2,4
Salvador	3,5	...	3,5
São Paulo	0,2	0,2	0,2
Teresina	4,0	1,1	3,1

Fonte: UNESCO, Pesquisa Ensino Médio, 2002.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Você já abandonou os estudos alguma vez? Se sim, por quê?* Categoria selecionada: *ficou grávida.*
(1) Dados expandidos.
(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.
... Dados não disponíveis.

3.2.6 Discriminação de gestantes e mães solteiras no ambiente escolar: percepção de alunos, pais e professores

Com relação à discriminação de gestantes e mães solteiras[31], observa-se indicações desta prática por parte da escola, como frisa um aluno em Teresina: *Não, se chegar grávida não* [aceita]. *Antes se engravidasse tinha que sair, agora o pai de uma menina já fez a maior coisa, a maior revolução. Aí eles tiveram que aceitar.*

[31] Informações sobre esta temática são do banco de dados da pesquisa da UNESCO e MEC sobre o Ensino Médio: múltiplas vozes, 2003. Ver Abramovay e Castro, 2003.

Em alguns casos, alunos e professores colaboram para a integração de jovens grávidas, como ilustra o depoimento de uma aluna de Maceió, que aponta que não necessariamente as mulheres gestantes são vítimas de discriminação de forma generalizada: *Aqui no colégio, nunca vimos esse negócio de preconceito. Meninas grávidas são tratadas normalmente por suas colegas. Até o diretor permitiu que fizesse chá de bebê para uma colega aqui.*

Mas se identifica que há vigência de posturas preconceituosas em relação às alunas mães solteiras, ainda que não necessariamente sejam respaldadas por todos, ao contrário, como anuncia a fala de uma jovem "mãe solteira":

> *Aqui no colégio falam. Muitos amigos para mim chegam: "Mulher, tu tem que casar porque fica feio tu ter uma filha, morar com a tua mãe, ele morra com a mãe dele. Isso fica esquisito, todo mundo vai ficar comentando". Muita amiga minha comenta, aí eu mesmo não ligo não. Mas é preconceito. Eu acho que é preconceito a partir do momento que ofende a pessoa.* (Grupo focal com alunos, escola pública, Teresina)

Discriminar jovens grávidas é desconhecer a realidade de que vem aumentando o número de mães solteiras nas escolas. Além de ferir os direitos humanos das mulheres, a escola perde a oportunidade de fazer um trabalho contra preconceitos e exercer uma pedagogia pela diversidade. Professores recriminam posturas preconceituosas nas escolas em relação às alunas gestantes, como ilustra o depoimento seguinte:

> *Uma vez, a escola tomou uma atitude aqui que eu achei uma atitude preconceituosa. Não era ainda esta direção. Era a anterior, onde uma menina da 8ª série engravidou e aí a escola sugeriu que a mãe tirasse a menina da escola. A própria família quis que ela ficasse. E por direito ela ficou na escola. Cursou a 8ª mesmo com a barriguinha crescendo e tudo. Foi aprovada no final. E ainda hoje ela está na escola, mas a posição da escola achei que foi preconceituosa do ponto de vista que no meio dos adolescentes poderia gerar uma série de situações.* (Grupo focal com professores, escola privada, Teresina)

Mas a extensão da discriminação contra jovens grávidas ou mães solteiras nas escolas é relativa, não sendo predominante na maioria das escolas. Assim, tem-se que não chega a 5% a proporção de alunos de escolas públicas e privadas que indicaram afirmativamente que *não*

gostariam de ter como colega de classe mães solteiras – 4,7% em Fortaleza e 2,2% no Rio de Janeiro e São Paulo. Contudo, se tais proporções forem traduzidas em números absolutos são preocupantes: 17.337 alunos em Fortaleza, 14.794 no Rio de Janeiro e 31.509 em São Paulo assumiram *que não gostariam de ter como colega de classe mães solteiras.*

Por gênero há diferenças, registrando-se que entre os jovens do sexo masculino é um pouco mais elevado tal preconceito, chegando a uma diferença de 3 pontos percentuais, para mais, em relação às jovens, em Goiânia e Maceió. Mas há uma exceção – o caso de Recife, onde 2,9% dos meninos e 4,3% das meninas afirmam que não gostariam de conviver na classe com mães solteiras (Tabela 3.3-A, anexa).

Já entre os professores, os registros de percentuais são insignificantes para os que indicam que *não gostariam de ter mães solteiras como suas alunas*

Para os pais, em algumas capitais, é mais alto que entre os alunos o nível de incidência do preconceito contra mães solteiras[32]. Chega a 7,5% a proporção de pais, em Fortaleza, que indicam que não gostariam que mães solteiras fossem colegas de escola de seus filhos. Por outro lado, Porto Alegre (1,5%), Distrito Federal e Salvador (1,6%) são as localidades a apresentarem o menor percentual (Tabela 3.6-A, anexa). Chama atenção a diferença de quase 7 pontos percentuais entre pais e mães na cidade do Recife quanto a essa discriminação, local onde 8,4% das mães e apenas 1,5% dos pais afirma que não gostariam que seus filhos convivessem com mães solteiras em sala de aula.

Não somente as jovens seriam estigmatizadas por serem mães sem estarem unidas maritalmente ou vivendo com um parceiro. Há casos de professoras que são demitidas por estarem grávidas, como indica uma professora de Porto Alegre que teve de deixar a escola em que dava aulas*: Eu, na outra escola que trabalhei, engravidei, ganhei neném, voltei e fui demitida. Aí eu descobri que o quadro da escola é esse, professoras que engravidam são demitidas.*

Neste capítulo, comprova-se a chamada da literatura que relativiza o não conhecimento sobre métodos contraceptivos para explicar as altas proporções de jovens que ficaram grávidas, ainda que os atores insistam

[32] Contudo, há que ter reservas nas comparações de estatísticas entre os atores, já que como se frisa na Metodologia, as amostras de pais e de professores, diferentemente do caso da dos alunos, não são probabilísticas.

na importância do diálogo sobre sexualidade na família, o que, em grande medida, é mais restrito, ou seja, informações sobre métodos contraceptivos. Mas os pais, principalmente as mães, assim como os professores, afirmam que falam, mas será que falam o que querem ouvir os jovens? Há certa ambivalência sobre o que se entende por diálogo, ou que comunicação se almeja em uma área tão cercada de tabus, interdições e preconceitos-sexualidade.

Uma teia de símbolos e condicionantes se relaciona ao querer ou ao ficar grávida. Muitas vezes, a gravidez é um problema não pela gravidez em si, mas por uma série de outros fenômenos que lhe estão associados, ou seja, cenários de gênero e de classe.

Ainda que se considere tal complexidade sobre porquês da gravidez entre jovens, em tempos de ampliação do nível de informações e até de autonomia no lidar com o corpo e sua sexualidade, frisa-se que não se pode descartar a caracterização da gravidez juvenil como problemática para os jovens e suas repercussões sociais e em serviços vários, como os de saúde, no que concordam distintos atores pesquisados, sendo expressivas as proporções de jovens que enfatizam que abandonaram os estudos por uma gravidez, seja por "vergonha", discriminação na escola (real ou temida) ou a falta de condições materiais de arcar com a dupla jornada, neste caso, estudar e cuidar de filhos.

- Pais indagados sobre *seus conhecimentos sobre gravidez e controle da natalidade*, respondem que possuem *informação suficiente*, com percentual variando entre 70,7% e 45,8%. São as mães que detêm mais conhecimento do que os pais.
- Os professores se destacam, como tendo um maior nível de informação sobre tais temas que os pais. Assim, para os docentes, a taxa varia entre 80,2% e 56,9%.
- Nas capitais do Sul e Sudeste, tanto para pais como para professores, o grau de conhecimento referente à gravidez é mais elevado do que em outras.
- Altos percentuais (entre 41,3% e 60,8%) de alunos declaram ter conhecimento de jovens grávidas no ambiente escolar.
- Assim como os jovens, a maioria dos professores afirma que tem conhecimento de alunas, menores de 18 anos, grávidas nas escolas. O percentual varia entre 54,2% e 76,3%.
- O percentual de jovens alunas que afirmam que já ficou grávida alguma vez, varia entre 36,9%, em Recife, e 12,2%, em Florianópolis. Nota-se que esta taxa cresce na medida em que aumenta a faixa etária.
- Chama particularmente a atenção que 33,3% e 22,2% de alunas na faixa de 10 a 14 anos moradoras das cidades de Fortaleza e Cuiabá, respectivamente, declarem que já ficaram grávidas alguma vez.
- A idade da primeira gravidez, em cada capital estudada, está por volta dos 16 anos, chegando a 17,5 anos em Belém, confirmando as informações de que a primeira gravidez ocorre na faixa etária de 15 a 19 anos de idade.
- Na percepção dos atores pesquisados, observa-se que predomina a classificação da gravidez na juventude como "problema". Além de julgarem como uma *irresponsabilidade*, *falta de consciência dos jovens sobre significados futuros, da maternidade ou da paternidade,* alegam que uma gravidez não planejada decorre da *intensidade do desejo sexual, do momento, da imaturidade psicológica, da falta de diálogo entre pais e filhos.*
- Contrariando a percepção expressa por alunos e pais, nos grupos focais, de que a gravidez está associada à falta de

diálogo no ambiente familiar, os pais assinalam que conversam com seus filhos sobre gravidez e métodos para evitá-la. As proporções dos pais que conversam com seus filhos sobre o assunto variam de 86,5% a 58,5%, sendo superior a proporção de mães que dialogam com seus filhos quando comparada aos pais.

- O principal sentido, na percepção dos jovens, quando uma moça fica grávida muito jovem, ainda adolescente, é que *ela vai-se prejudicar e ter um peso para o resto da vida*, o que é advogado especialmente pelos homens. Tal seleção se destaca de longe da definição que lhe segue e que vem em sentido contrário, destacando aspectos positivos, ou seja, de que *ter um filho é uma felicidade*.
- Muitos se definem pelo sentido de responsabilidade e pela fatalidade do nexo gravidez e concepção, implicitamente descartando a possibilidade que aquela possa ser interrompida, *já que ficou grávida, ter o filho é uma obrigação*.
- São as jovens mulheres que mais defendem que *ter um filho é uma felicidade*, o que estaria de acordo com a comum ideologia sobre maternidade, tida como não apenas uma obrigação, mas uma *benção para a mulher*.
- Mas rapazes e moças compartem o princípio de que *ter um filho é uma obrigação*, constatando-se percentuais semelhantes entre eles e elas, para a maioria das capitais analisadas.
- As respostas dos professores alinham-se ao encontrado entre os jovens, já que das várias opções sugeridas sobre o sentido de uma gravidez para a juventude, também selecionam a que destaca o caráter de problemática para a trajetória de vida desses, ou seja, de que: *ter um filho prejudica a vida da jovem e é um peso para o resto da vida*. Com relação às alternativas *ter o filho é uma obrigação* e *ter o filho é uma felicidade*, nota-se ampla variação nas 14 capitais pesquisadas, não havendo tendência nacional clara.
- A gravidez juvenil é entendida por todos atores pesquisados como problemática, principalmente pelas conseqüências a elas atribuídas como: interrupções de trajetórias esperadas quanto ao estudo e à constituição de família e é considerada como

causa do abandono da escola – caso de mulheres jovens; ter de assumir um trabalho em detrimento dos estudos – e da constituição *prematura* de uma família. No discurso dos adultos sobre a gravidez juvenil, esta também é referida como negativa para a vida dos(as) jovens.

- Destacam tanto alunos como professores e pais que é comum as jovens terem de arcar com a responsabilidade de criar seus filhos sem a colaboração do pai. Neste caso, muitas vezes, os cuidados com a criança são divididos com a família de origem. Também apontam, no rol de problemas, a falta de condições econômicas, imaturidade fisiológica e despreparo emocional para a criação dos filhos.
- Em muitas escolas, jovens alunas são estigmatizadas por serem mães sem estarem unidas maritalmente, porém a extensão da discriminação é relativa, não sendo predominante na maioria das escolas.
- Assim, tem-se que a proporção de alunos de escolas públicas e privadas que indicaram afirmativamente que *não gostariam de ter como colega de classe, mães solteiras* varia entre 4,7% e 2,2% Aparentemente, tais proporções parecem baixas, contudo, são preocupantes tratando-se de preconceitos – correspondem, em números absolutos, a 17.337 alunos em Fortaleza e 14.794 em São Paulo que assumem que *não gostariam de ter como colega de classe mães solteiras*.
- Já entre os pais, em algumas capitais, é mais alto que entre os alunos o nível de incidência do preconceito contra mães solteiras. Chega a 7,5% a proporção de pais que indicam que *não gostariam que mães solteiras fossem colegas de escola de seus filhos*. Entre os professores, os registros dos percentuais são insignificantes, variando entre 1,1% e 0,3%.

4. A CONTRACEPÇÃO NA JUVENTUDE

Analisa-se, neste capítulo, níveis de conhecimento que alunos têm sobre os métodos e formas de contracepção, destacando como o gênero e o ciclo de vida da população jovem pode imprimir singularidades quanto a saberes e práticas. Explora-se, também, orientações quanto à prevenção e o elenco de motivos apresentados para o uso ou não da camisinha nas negociações, que visam à prevenção.

Considerando que são muitas as instituições que intermedeiam, direta ou indiretamente, uma decisão marcada pela intimidade e pelos simbolismos, influenciando os que a protagonizam, no caso os jovens, cerca-se o lugar da família, perscrutando pais e mães como agentes que reproduzem divisões sexuais de poder no exercício da sexualidade e a sua normatização. Busca-se, assim, registros sobre como conversam pais e mães com seus filhos, de acordo com suas inscrições de gênero e idade. Também são abordadas questões sobre a mídia, como fonte de informação, a perspectiva de professores sobre como os jovens se posicionam em relação a tais temas e como pais e professores avaliam o papel da escola na distribuição de preservativos.

Tradicionalmente, o tema da contracepção é associado ás mulheres, tendo como referência a preocupação em evitar uma gravidez. Contudo, a partir da década de 90, com o aumento da pandemia da Aids entre a população feminina nos diferentes continentes, ficou evidente o grande desafio na promoção da adoção de práticas sexuais mais seguras e o lugar das mulheres como agentes/sujeitos na defesa de seus direitos sexuais, reprodutivos e pela vida. A negociação do uso do preservativo masculino esbarra em padrões sociais pautados em relações de gênero, vulnerabililizando particularmente as mulheres, muitas vezes com a sua cumplicidade, é quando a insegurança afetiva, noções de amor romântico e fidelidade podem contribuir para que as mulheres abram a guarda em relação à administração do seu poder de fecundação e direito a se prevenir em relação a DST/Aids – o que se demonstra nas análises sobre motivos para o não uso da camisinha.

Quando, além de gênero, a referência é a uma geração específica, o debate sobre prevenção ganha contornos próprios, pois, como se observou, são muitas as instituições que sutilmente, normatizam conhecimentos e práticas.

A sociedade aceita, difusamente, que existe um antagonismo entre juventude e racionalidade projetiva, própria da lógica de prevenção. Lógica que entraria em choque com simbolismos sobre a sexualidade, como o exercício do poder, do livre-arbítrio sobre seu corpo e seus sentimentos, de um quase pensamento mágico sobre a invulnerabilidade dos que amam ou o antagonismo entre a naturalização do amor e a instrumentalidade pragmática do raciocínio que requer prevenção.

Mais uma vez, as concepções sobre o que seriam as juventudes, com sua imaturidade e com os vários sentidos dados ao ato de fecundar, tornam mais complexa a compreensão desses atores. Assim, dentro de uma perspectiva de gênero, mais que conhecer a extensão de informações e do uso de métodos anticoncepcionais há que aprofundar a exploração de sentidos sobre a contracepção, como um aspecto de formas de viver e idealizar a sexualidade.

No Brasil, segundo o *Demography Health Survey* – DHS[33], em 1996, o percentual relativo à utilização de métodos contraceptivos por parte dos jovens ainda era muito baixo. Naquele período, apenas 14% das jovens de 15 a 19 anos e 42% entre 20 e 24 anos faziam uso de algum procedimento para evitar a gravidez. O DHS também explicita que a pílula foi o método mais referido: 7,9% das jovens na faixa etária situada entre 15 e 19 anos e 23,8% das que se encontravam na faixa entre 20 e 24 anos.

Esse panorama tem mais impacto levando-se em conta a constatação de que os jovens têm pouco acesso aos serviços de saúde reprodutiva e sexual, segundo a Coordenação de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde. Além disso, alguns autores (*e.g.* Pimenta, 2001) destacam que os serviços voltados para a difusão de métodos de contracepção, por se chamarem serviços de "planejamento familiar",

[33] Fonte dos dados: BEMFAM; DHS, 1996; FNUAP-Brasil. Publicação: CNPD – Jovens Acontecendo na trilha das Políticas Públicas, vol. 1, p. 131. *In*: Dossiê Adolescentes: Início precoce das relações sexuais e baixo uso de métodos contraceptivos. http://www.redesaude.org.br/dossies/html/body ad-inicioprecoce.html (acessado em 14/03/2003). A DHS/1996 também é conhecida como PNDS – Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde.

tornam-se restritos a mulheres casadas ou a casais, inibindo a freqüência de jovens.

A ênfase da maioria das iniciativas em programas de planejamento familiar ou saúde reprodutiva recai diretamente sobre a mulher, pois praticamente inexistem tais serviços à clientela masculina na rede pública[34].

Por sua vez, os serviços de ginecologia, carecem de uma estrutura adequada de informações sobre contracepção, sexualidade e doenças sexualmente transmitidas (Population Reference Bureau, 1995; Ringhein, 1993).

Tal viés de gênero também se sustenta a partir do fato de que a grande maioria dos métodos é para ser utilizado pelas mulheres, prescindindo da participação masculina – como, por exemplo, a pílula anticoncepcional, o diafragma, o DIU e a esterilização feminina –, o que se vincula historicamente à idéia de que a reprodução biológica e o seu controle sejam socialmente compreendidos como responsabilidade das mulheres.

O modelo hierárquico e assimétrico das relações de gênero em nossa sociedade, os comportamentos culturalmente esperados de homens e mulheres, assim como a organização dos aparatos institucionais, colaboram para que as mulheres tenham dificuldades para negociar com seus parceiros, assumindo para si a responsabilidade por administrar o uso de métodos de contracepção e de prevenção das DST e Aids.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, conhecida como Conferência de Beijing, promovida pela Organização das Nações Unidas, em 1995, alerta para a importância da divisão da responsabilidade pela anticoncepção entre ambos os sexos, visando à promoção da saúde reprodutiva, e enfatiza a sua relevância para a consolidação de uma sociedade democrática e para o desenvolvimento da cidadania (Piovesan e Pirotta, 1998), destacando, também, os nexos entre direitos sexuais e reprodutivos, o papel do Estado na promoção da igualdade entre homens e mulheres, no caso da dinâmica da vida reprodutiva, assim como a singular atenção que merecem os jovens.

[34] No entanto, vêm surgindo, na última década no Brasil, organizações não-governamentais voltadas ao atendimento do público masculino, compreendendo debates sobre gênero, contracepção e paternidade.

Segundo a Rede Feminista de Saúde (2002), a Organização das Nações Unidas promoveu durante a década de 90, um ciclo de conferências sociais, entre as quais se ressalta a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995). De acordo com a Plataforma Beijing os governos se comprometem, entre outros pontos, a:

- reconhecer as necessidades específicas das adolescentes no que se refere à educação e informação sobre a saúde sexual e reprodutiva e sobre doenças sexualmente transmissíveis, entre elas a Aids;
- incrementar os orçamentos para atenção primária à saúde e serviços sociais, dando especial atenção à saúde sexual e reprodutiva de meninas e mulheres, priorizando os programas em áreas urbanas e pobres.

4.1 O EXERCÍCIO DA CONTRACEPÇÃO SEGUNDO OS JOVENS

4.1.1 Conhecimento e extensão do uso de métodos contraceptivos

Um dos pontos que comumente se discute em relação à prevenção da gravidez diz respeito ao grau de conhecimento dos métodos de contracepção. Os jovens têm um nível de informação significativo sobre as formas de contracepção mais conhecidas. Corroborando esta constatação, Camarano (2003: 22) observa que "o conhecimento de métodos anticoncepcionais entre os jovens brasileiros é quase universal desde 1986".

Também nos relatos dos alunos, observa-se que há informações sobre formas de se evitar a gravidez. Assim, é citado o DIU (método intra-uterino); o preservativo masculino, a camisinha feminina e o diafragma (métodos de barreira); os espermicidas (método químico); a tabela (método natural); o coito interrompido (método comportamental); a vasectomia e a laqueadura (métodos cirúrgicos); conforme diálogos entre meninas e meninos:

– *Uso da camisinha e tem também o uso de espermicida.*
– *É só camisinha mesmo.*
– *O diafragma.*
– *É, tem pílulas.*
– *Anticoncepcional.*
– *Camisinha também, tem a Tabela, para quem é regular com a menstruação.*
(Grupo focal com alunos, escola pública, Cuiabá)

– *É, pílula... camisinha.*
– *Camisinha, DIU, fazer ligação de trompa...*
– *Vasectomia.*
– *Pílula, mas aí é para mulher... não engravidar.* (Grupo focal com alunos, escola privada, Recife)

De acordo com dados da BEMFAM (1997), os métodos contraceptivos podem ser classificados em métodos independentes e dependentes da participação masculina. Essa participação pode ocorrer desde o uso de métodos masculinos (condom, coito interrompido e vasectomia), até aqueles em que os homens concordam com o emprego de formas de abstinência temporária, ou colaboram apoiando a parceira na utilização de métodos.

Alguns relatos indicam que há participação ativa do homem no controle da fecundidade, conforme depoimento de uma jovem de Goiânia: *Eu, até dois meses atrás, usava pílula, agora meu marido fez vasectomia.*

Há, em muitos casos, para ambos os sexos, interesse em que o homem participe da escolha do método, conjuntamente com a companheira: *Acho que isso é papel dos dois.* Há casos, como relata um jovem de Salvador, em que o homem participa por uma preocupação com a saúde da mulher: *Se eu namorasse uma menina, com certeza não deixaria ela usar pílula, porque sei que aumenta o hormônio e tal, usaria camisinha.* Entretanto, também se registra conflito sobre quem deve cuidar do controle: Segundo o relato de um rapaz de São Paulo: *(...) o homem joga para a menina assim "é você que tem que tomar comprimido" e a menina fala: "não! você que tem que usar". Eu acho que tem que dividir um pouco.*

Embora se tenha identificado o conhecimento da camisinha feminina entre as alunas, não há, entretanto, referências ao seu uso, sendo que esse conhecimento parece chegar mais pela mídia, segundo uma jovem de Florianópolis: *Tem, já passou a propaganda na TV*. Este é um meio de contracepção ainda bastante restrito. Na rede pública, é distribuído em alguns serviços de planejamento familiar ou em projetos de prevenção das DST e HIV/Aids para populações específicas. Também seguindo as tendências de outras pesquisas de âmbito nacional (Berquó, Barbosa e Kalckmann, 1999), o preservativo feminino é considerado pelas alunas como *caro* e *feio,* esteticamente, como apontam jovens de Florianópolis: *Já viu como é que é a camisinha, parecem aquelas sacolas das Americanas; Sacolão, dá licença meu.* O que é confirmado por uma jovem paulistana: *Parece um coador.*

As opções contraceptivas entre os jovens indicam que cabe ao homem desempenhar o papel de prevenir as doenças sexualmente transmissíveis e à mulher, zelar pelos cuidados com a fecundidade. A camisinha e a pílula, no entanto, são, muitas vezes, combinadas e utilizadas como dupla prevenção pelas mulheres. Assim, a negociação do uso do preservativo masculino foi comentada como uma possibilidade de dupla proteção, servindo tanto para evitar a gravidez quanto para prevenir as DST/ Aids, conforme depoimentos de jovens do Distrito Federal e de Salvador: *Eu acho que o uso da camisinha é para evitar a gravidez e a doença* (...); *Porque mesmo eu tomando remédio tem que se prevenir das doenças sexualmente transmissíveis, porque a camisinha não está ali só para evitar a gravidez* (...).

Focalizando a prática de uso de métodos contraceptivos entre os alunos, constata-se, em todas as capitais pesquisadas, que, pelo menos, 85% dos jovens afirmam utilizar algum método para evitar a gravidez, podendo variar de 94,8% (Florianópolis) a 85,2% (Maceió), havendo proximidade no percentual de declarações de uso por meninos e meninas em cada capital estudada. (Tabela 4.1).

TABELA 4.1 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo utilização de algum método contraceptivo e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Utiliza algum método contraceptivo		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	86,9	89,1	87,9
Cuiabá	88,0	92,1	89,5
Distrito Federal	89,5	92,2	90,8
Florianópolis	93,6	96,5	94,8
Fortaleza	89,1	93,0	90,7
Goiânia	89,0	90,0	89,4
Maceió	86,5	83,3	85,2
Manaus	87,1	86,1	86,7
Porto Alegre	90,3	94,6	91,9
Recife	88,0	87,8	88,0
Rio de Janeiro	92,8	90,1	91,7
Salvador	88,0	90,7	89,2
São Paulo	86,9	88,0	87,3
Vitória	90,6	90,0	90,3

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Para evitar gravidez, você ou seu(sua) parceiro(a) geralmente usam:* Os percentuais apresentados referem-se aos alunos que afirmaram utilizar pelo menos um dos métodos contraceptivos seguintes: *Pílula anticoncepcional; Tabelinha; Injeção anticoncepcional; Camisinha; DIU; Diafragma; Outro.*
(1) Dados expandidos.

Chama atenção a alta proporção de alunos que utilizam algum tipo de método contraceptivo, o que difere do quadro antes retratado para 1996, pelo *Demography Health Survey* (DHS/1996). Os dados sugerem alguma vigência de um modelo mais igualitário, quando se tem como referência uma juventude específica – na escola – considerando a elevada proporção de rapazes que, assim como as jovens, declaram usar algum método.

Há uma associação entre uso de método contraceptivo e o ciclo de vida, percebendo-se uma expansão na medida em que a idade aumenta. Assim, na faixa de 20 a 24 anos, é comum que cerca de 90% dos jovens declarem que usam algum método contraceptivo. Para algumas capitais, principalmente Maceió, Fortaleza e São Paulo, nota-se que o percentual de respostas afirmativas é superior na faixa de 15 a 19 anos, quando comparados com os de 20 a 24 anos, que, em números absolutos, representam 21.365, 53.279 e 248.138, respectivamente. Entretanto, mesmo na coorte mais jovem, entre 10 e 14 anos, é comum tal prática, sendo que entre esses de cada 10 jovens, aproximadamente oito usam algum método contraceptivo (Tabela 4.2).

TABELA 4.2 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por faixa etária, segundo utilização de algum método contraceptivo e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Usa algum método contraceptivo			
	Faixa etária			Total
	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	
Belém	87,7	87,8	89,5	**88,2**
Cuiabá	73,2	92,8	96,1	**90,1**
Distrito Federal	84,8	91,5	93,7	**90,8**
Florianópolis	84,8	95,6	97,2	**94,8**
Fortaleza	83,3	93,3	88,0	**90,7**
Goiânia	87,0	90,2	88,9	**89,5**
Maceió	79,2	86,3	81,4	**84,7**
Manaus	80,0	87,5	86,7	**86,6**
Porto Alegre	82,7	93,4	90,6	**91,8**
Recife	78,1	88,2	93,7	**88,0**
Rio de Janeiro	89,3	92,2	92,3	**92,0**
Salvador	78,0	90,9	91,1	**89,3**
São Paulo	78,7	89,5	75,0	**87,1**
Vitória	83,7	88,8	96,5	**89,5**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Para evitar gravidez, você ou seu(sua) parceiro(a) geralmente usam:* Os percentuais apresentados referem-se aos alunos que afirmaram utilizar pelo menos um dos métodos contraceptivos seguintes: *Pílula anticoncepcional; Tabelinha; Injeção anticoncepcional; Camisinha; DIU; Diafragma; Outro.*
(1) Dados expandidos.

Quanto à extensão do tipo de método utilizado para evitar a gravidez, verifica-se que camisinha é, de fato, o mais citado entre os jovens, com o percentual variando de 70,0%, em Florianópolis, até 48,1%, em Fortaleza, segundo a Tabela 4.3.

TABELA 4.3 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo utilização de camisinha como método contraceptivo e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Utiliza camisinha[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	62,5	59,1	61,1
Cuiabá	71,9	63,9	69,1
Distrito Federal	70,6	59,1	65,1
Florianópolis	71,0	68,4	70,0
Fortaleza	47,7	48,8	48,1
Goiânia	54,5	50,3	53,0
Maceió	67,9	55,7	63,3
Manaus	65,9	60,8	64,1
Porto Alegre	63,4	57,0	61,0
Recife	67,7	47,3	61,7
Rio de Janeiro	66,8	67,2	66,9
Salvador	52,0	48,5	50,6
São Paulo	66,4	67,1	66,6
Vitória	60,5	54,7	58,1

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Para evitar gravidez, você ou seu(sua) parceiro(a) usa(m).* Categoria selecionada: *camisinha.*
(1) Dados expandidos.
(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Considerando os diferenciais de preferência por sexo, tem-se que, apenas em algumas capitais, os rapazes parecem confiar mais na camisinha como forma de contracepção que as meninas, obtendo percentuais de 71,9% em Cuiabá a 47,7% em Fortaleza, sendo esse, também, o método mais popular para as alunas, variando de 68,4%, em Florianópolis, a 47,3%, em Recife. Observa-se que em capitais como Recife, Maceió e Distrito Federal há uma nítida preferência pela camisinha por parte dos jovens, chegando a apresentar uma diferença, entre os sexos, em termos percentuais, próximo a 20, 12 e 11 pontos,

respectivamente. Nas demais capitais, os percentuais a favor do uso do preservativo masculino são semelhantes para ambos os sexos.

Essa informação sobre a popularidade da camisinha entre as meninas merece destaque, sugerindo mudanças na cultura de gênero e sexualidade. Em primeiro lugar, chama a atenção a semelhança de proporções de moças e rapazes que selecionam a camisinha como método mais usado. Em segundo lugar, o significado sociocultural, passando as mulheres a optar por um método que tem como referência o corpo masculino e não o seu e que os rapazes aceitem tal prática, o que significa uma nova divisão sexual de responsabilidades quanto à contracepção.

No entanto, diferentemente das informações da Tabela 4.3 mencionada acima – onde predomina o uso da camisinha –, outros estudo mostram que as jovens referem-se constantemente à pílula e à injeção, seguido do preservativo masculino. Acompanhando a tendência apontada em diferentes investigações (DHS/96; Camarano, 2003), a pílula se destaca como a forma mais mencionada para evitar a gravidez, sobretudo pelas meninas.

Camarano (2003: 24) comenta que houve aumento no uso do preservativo e redução na utilização da pílula. Porém, argumenta que o preservativo nem sempre é o método escolhido para anticoncepção e sim, tem sido utilizado, basicamente, com a finalidade de prevenção das DST/Aids. As demais práticas, para evitar uma gravidez, principalmente a pílula – apesar de ter seu uso reduzido, continua sendo o método mais utilizado.

Esta percepção é confirmada nos depoimentos dos estudantes que receiam, ainda, que apenas um método não seja suficientemente seguro para evitar a gravidez. Assim, uma menina de Salvador comenta: *Eu uso anticoncepcional e camisinha também, os dois*.

Além de terem informações das formas de contracepção, os alunos apontaram, também, as possibilidades de falha destas, inferindo-se a necessidade de promover maiores espaços para o aprofundamento sobre o assunto, com o objetivo de se buscar e escolher o método mais adequado para cada um:

> *(...) sempre camisinha gente, por causa de que tem história da camisinha furar (risos). Então a gente vê que a mulher ficar grávida, pergunta se ele não usou camisinha, aí fala, usei, mas furou, se tivesse com dois métodos contra isso não tinha acontecido.* (Grupo focal com alunos, escola pública, Cuiabá)

> *Eu acho que eu tenho que usar a camisinha e a mulher a pílula. Aí não tem como ...vai que a camisinha estoura.* (Grupo focal com alunos, escola privada, Rio de Janeiro)

No *survey*, a pílula anticoncepcional se destaca, porém com taxas bem inferiores quando comparada com a utilização de preservativos. Os percentuais para a pílula variam de 38,1% (Vitória) a 17,2% (Belém).

No entanto, a pílula representa uma desproteção na era Aids[35], e não necessariamente contribui para desestabilizar clássicas divisões sexuais na responsabilidade com a contracepção, uma vez que o seu uso é de responsabilidade da mulher.

As alunas afirmam ser esse o método adotado pelo casal em percentuais significativamente mais elevados que os alunos. Por exemplo, em Vitória, 54% das jovens declaram recorrer à pílula, enquanto, nessa cidade, 27% dos meninos declaram que suas parceiras assim o fazem (Tabela 4.4).

TABELA 4.4 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo utilização de pílula anticoncepcional como método contraceptivo e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Utiliza pílula anticoncepcional[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	16,7	17,9	**17,2**
Cuiabá	18,4	34,3	**24,0**
Distrito Federal	21,4	35,7	**28,2**
Florianópolis	22,3	48,0	**32,3**
Fortaleza	15,9	21,5	**18,0**
Goiânia	18,7	29,5	**22,6**
Maceió	18,5	27,8	**22,0**
Manaus	15,9	22,8	**18,3**
Porto Alegre	28,1	44,7	**34,4**
Recife	15,2	40,7	**22,7**
Rio de Janeiro	27,7	46,3	**34,4**
Salvador	13,9	26,5	**19,0**
São Paulo	17,1	34,1	**22,7**
Vitória	27,0	54,0	**38,1**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Para evitar gravidez, você ou seu(sua) parceiro(a) usa(m).* Categoria selecionada: *Pílula anticoncepcional.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

[35] Ver Diniz e Villela, 1998, entre outros.

O uso da tabelinha vem em terceiro lugar, apresentando taxas de 9,5% (Distrito Federal) a 4,3% (Goiânia). Chama atenção que uma proporção significativa de jovens, ainda que baixa em relação aos outros métodos, recorram à tabelinha como método contraceptivo, por exemplo, 9,5% no Distrito Federal, 9,1% em Manaus, 8,3% em Belém, 7,9% em Fortaleza, 7,7% em Maceió, 7,5% no Rio de Janeiro e 7,3% em São Paulo (Tabela 4.5).

TABELA 4.5 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo utilização de tabelinha como método contraceptivo e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Utiliza tabelinha[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	6,3	11,0	**8,3**
Cuiabá	3,6	9,3	**5,6**
Distrito Federal	8,7	10,4	**9,5**
Florianópolis	5,9	8,5	**6,9**
Fortaleza	6,7	9,9	**7,9**
Goiânia	4,8	3,5	**4,3**
Maceió	5,6	11,3	**7,7**
Manaus	9,1	9,0	**9,1**
Porto Alegre	5,1	7,3	**5,9**
Recife	3,7	13,2	**6,5**
Rio de Janeiro	8,4	6,0	**7,5**
Salvador	4,5	5,1	**4,8**
São Paulo	5,6	10,8	**7,3**
Vitória	8,4	4,7	**6,8**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Para evitar gravidez, você ou seu(sua) parceiro(a) usa(m).* Categoria selecionada: *Tabelinha.*
(1) Dados expandidos.
(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Considera-se que o uso do método da tabelinha pressupõe saber sobre os ciclos de fertilidade, e quando perguntados sobre o conhecimento do período fértil das mulheres, os alunos respondem afirmativamente com proporções que variam de 59,1% (Rio e Janeiro) a 39,2% (Fortaleza). Sendo que as meninas, como era de se esperar, apresentam maior conhecimento do funcionamento de seu próprio corpo.

Mas também verifica-se que cerca de 15,0% das jovens praticam o ato sexual durante o período fértil. Este percentual varia de 33,5%, em Florianópolis, a 13,2%, em Fortaleza (Tabela 4.1-A, anexa).

O quarto método contraceptivo mais utilizado foi a injeção anticoncepcional, cujas percentagens variaram de 17,8%, em Belém, a 2,7%, no Rio de Janeiro. Interessante destacar os 17,8% de respostas afirmativas ocorridas em Belém, que é um percentual que destoa de todas as outras capitais, com tendência a estar abaixo dos 10%. Nota-se taxas significativamente mais elevadas entre as alunas, quando comparado aos alunos, em sete capitais, confirmando, nesse caso, a responsabilização das mulheres por garantir a contracepção (Tabela 4.6).

TABELA 4.6 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo utilização de injeção anticoncepcional como método contraceptivo e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Utiliza injeção anticoncepcional[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	12,7	24,6	17,8
Cuiabá	4,1	10,2	6,3
Distrito Federal	1,6	5,2	3,3
Florianópolis	2,5	3,3	2,8
Fortaleza	4,6	9,9	6,6
Goiânia	6,1	6,4	6,2
Maceió	2,5	13,4	6,6
Manaus	6,5	11,6	8,3
Porto Alegre	5,1	1,1	3,6
Recife	6,9	14,3	9,1
Rio de Janeiro	2,5	3,0	2,7
Salvador	5,3	9,9	7,2
São Paulo	2,9	4,2	3,4
Vitória	4,6	2,7	3,8

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Para evitar gravidez, você ou seu(sua) parceiro(a) usa(m).* Categoria selecionada: *Injeção anticoncepcional.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

O DIU e o diafragma são os métodos menos utilizados, sendo que, em alguns lugares, a sua menção não chega a 1%, como, por exemplo, Belém, Cuiabá e Distrito Federal (Tabela 4.2-A, anexa).

Os jovens encontram dificuldade com métodos tipo "abstinência periódica", como relata uma moça em Maceió: *Aquilo depende muito do período menstrual, se é correto*. E um rapaz complementa: *Esse negócio de Tabela não dá certo, tem mulher grávida aí por causa disso.*

4.1.2 Camisinha

Os debates sobre os tipos de métodos contraceptivos tendem a privilegiar um em especial – a camisinha. Tal tendência pode estar relacionada à preocupação destes tempos, com a Aids, já que esse seria o único método contraceptivo também de prevenção àquela epidemia.

No entanto, em vários depoimentos das jovens, observa-se que são os meninos que assumem a iniciativa e a responsabilidade pelo uso da camisinha, não necessariamente para evitar a gravidez, senão pelo medo das DST/Aids, como se analisa no diálogo a seguir, em que meninas de Goiânia declaram que: *a iniciativa é do homem*, pois *ela fica tímida em falar isso, então, às vezes, ele mesmo pensa*... O que é confirmado por uma outra colega:

QUADRO 4.1 – Pensando nele

Grupo focal com alunos, escola pública, Goiânia

Eu acho que o fato do rapaz tomar essa atitude, dele ter essa iniciativa de usar camisinha, é como ela falou, não é pensando na parceira, é pensando nele, ele tem medo de adquirir alguma doença dela. Como ela falou, a melhor conseqüência seria talvez a gravidez, porque apesar de tantas dificuldades fica mais fácil lidar do que com uma doença sexualmente transmissível.

Quando se questiona os alunos se normalmente eles usam camisinha, as respostas de que *nunca usam* oscilaram de 20,2% (Maceió) a 4,8% (Porto Alegre), o que corresponde, em números absolutos, a 7.358 e 3.390, respectivamente.

Mais da metade dos jovens, em 11 das capitais, declaram que usam camisinha em todas as relações. Estão abaixo desse nível: Fortaleza (36,0%), Salvador (39,2%) e Belém (42,2%) (Tabela 4.7).

TABELA 4.7 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por freqüência do uso da camisinha, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Freqüência do uso da camisinha[2]	Proporção
Belém	Nunca usa camisinha	11,4
	Usa em todas as relações sexuais	42,2
Cuiabá	Nunca usa camisinha	11,1
	Usa em todas as relações sexuais	59,9
Distrito Federal	Nunca usa camisinha	12,1
	Usa em todas as relações sexuais	58,5
Florianópolis	Nunca usa camisinha	5,2
	Usa em todas as relações sexuais	66,3
Fortaleza	Nunca usa camisinha	7,1
	Usa em todas as relações sexuais	36,0
Goiânia	Nunca usa camisinha	10,3
	Usa em todas as relações sexuais	61,1
Maceió	Nunca usa camisinha	20,6
	Usa em todas as relações sexuais	50,0
Manaus	Nunca usa camisinha	10,2
	Usa em todas as relações sexuais	54,4
Porto Alegre	Nunca usa camisinha	4,8
	Usa em todas as relações sexuais	50,3
Recife	Nunca usa camisinha	13,9
	Usa em todas as relações sexuais	55,7
Rio de Janeiro	Nunca usa camisinha	7,8
	Usa em todas as relações sexuais	58,3
Salvador	Nunca usa camisinha	5,3
	Usa em todas as relações sexuais	39,2
São Paulo	Nunca usa camisinha	8,4
	Usa em todas as relações sexuais	66,6
Vitória	Nunca usa camisinha	12,0
	Usa em todas as relações sexuais	56,6

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Você normalmente usa camisinha?* categorias selecionadas: *Nunca usa camisinha; Usa em todas as transas.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Com relação à faixa etária, chamam atenção os percentuais elevados em Maceió (34,1%) e São Paulo (28,6%) para as idades entre 20 e 24 anos que declaram o não uso de preservativos. Em São Paulo, chega a ser quase cinco vezes maior em relação à faixa anterior (15 a 19 anos) 5,9% e mais do que o dobro em relação à faixa de 10 a 14 anos de idade 12,5% (Tabela 4.3-A, anexa).

O *uso da camisinha em todas as relações sexuais* varia, para a faixa de 10 a 14 anos, de 65,6% (São Paulo) a 17,9% (Fortaleza); para a faixa de 15 a 19 anos, de 68,3% (Florianópolis) a 40,4% (Fortaleza), e na faixa etária de 20 a 24 anos, de 60,0% (Distrito Federal e Florianópolis) a 31,7% (Salvador e Maceió) (Tabela 4.3-A, anexa).

O uso da camisinha varia em função do significado da relação afetivo-sexual, o que relativiza que o tema da prevenção se associa apenas ao conhecimento e acesso. Depende do tipo de relações que se tem, conforme relato de um rapaz do Distrito Federal: *Isso daí só para quem não tem um relacionamento sério, agora, quem já tem* (...). Se a relação é considerada ou não estável, de acordo com um jovem do Rio de Janeiro: *Camisinha eu não uso não. Com uma mulher que eu não conheço, assim, eu vou usar, não é, mas se for uma parceira ideal aí eu não vou usar isso não, eu acho muito chato.*

Um elenco amplo de motivos para o não uso do preservativo foi apresentado aos alunos, para que marcassem os cinco principais (Tabela 4.8). Os outros motivos, menos selecionados, fazem parte da Tabela 4.4-A, anexa.

Entre os principais motivos citados, destaca-se *a falta da camisinha no momento do ato sexual*, principalmente entre os jovens do sexo masculino. Na maioria das capitais, o percentual oscilou por volta dos 50%, porém, em Salvador, Fortaleza e Porto Alegre, a taxa situa-se em torno dos 27% (Tabela 4.8).

Segue-se àquele, o motivo *transa só com parceiro(a) em quem confia*. Assim como no primeiro motivo, este aparece principalmente nas mesmas capitais (Salvador, Fortaleza e Porto Alegre), com os menores percentuais (cerca de 23%) de afirmações, enquanto nas demais a taxa varia de 43,5% (Manaus) a 33,3% (Cuiabá) (Tabela 4.8).

Em terceiro lugar destaca-se o motivo para não uso por *não achar necessário porque só transa com uma pessoa*. O percentual dos que selecionam tal alternativa varia de 43,0%, em Florianópolis, a 20,1%, em Salvador (Tabela 4.8).

O quarto motivo para não uso é *não gosta porque a camisinha diminui o prazer*. Esta assertiva é mais selecionada pelos jovens do sexo masculino. O percentual geral varia de 41,4%, no Rio de Janeiro, a 19,8%, em Salvador. Em Cuiabá, cerca de 41% dos meninos e 26% das meninas selecionam tal alternativa.

A quinta opção mais citada é *acha que não corre risco de pegar Aids*. Provavelmente, a resposta do por que alegam não correrem risco de pegar Aids seria a de que *sabem com quem se relacionam*, *somente os outros pegam Aids* – expressões freqüentes nos grupos focais. Nota-se, também, que o percentual de respostas positivas para esta alternativa é elevado, pois varia de 28,6% (Maceió) a 11,2% (Salvador).

TABELA 4.8 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo os cinco principais motivos assinalados para não usar camisinha e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Motivos para não usar camisinha[2]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	Não tem a camisinha à mão sempre que precisa	50,6	33,2	**43,1**
	Só mantém relações sexuais com quem confia	31,9	35,9	**33,6**
	Não acha necessário porque só tem um parceiro	23,5	33,6	**27,9**
	Acha que a camisinha diminui o prazer	29,9	24,3	**27,4**
	Acha que não corre risco de pegar Aids	18,5	15,6	**17,2**
Cuiabá	Não tem a camisinha à mão sempre que precisa	58,0	30,6	**48,6**
	Só mantém relações sexuais com quem confia	30,4	38,9	**33,3**
	Não acha necessário porque só tem um parceiro	29,0	48,6	**35,7**
	Acha que a camisinha diminui o prazer	40,6	26,4	**35,7**
	Acha que não corre risco de pegar Aids	28,3	27,8	**28,1**
Distrito Federal	Não tem a camisinha à mão sempre que precisa	56,3	41,8	**49,7**
	Só mantém relações sexuais com quem confia	32,5	46,3	**38,8**
	Não acha necessário porque só tem um parceiro	33,8	37,3	**35,4**
	Acha que a camisinha diminui o prazer	42,5	34,3	**38,8**
	Acha que não corre risco de pegar Aids	27,5	20,9	**24,5**
Florianópolis	Não tem a camisinha à mão sempre que precisa	54,7	51,1	**53,3**
	Só mantém relações sexuais com quem confia	36,7	50,0	**41,8**
	Não acha necessário porque só tem um parceiro	33,3	58,5	**43,0**
	Acha que a camisinha diminui o prazer	34,7	22,3	**29,9**
	Acha que não corre risco de pegar Aids	19,3	10,6	**16,0**

TABELA 4.8 – (continuação)

Capital	Motivos para não usar camisinha[2]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Fortaleza	Não tem a camisinha à mão sempre que precisa	30,8	28,1	**29,7**
	Só mantém relações sexuais com quem confia	20,0	25,6	**22,2**
	Não acha necessário porque só tem um parceiro	16,4	28,9	**21,2**
	Acha que a camisinha diminui o prazer	22,6	23,1	**22,8**
	Acha que não corre risco de pegar Aids	14,4	11,6	**13,3**
Goiânia	Não tem a camisinha à mão sempre que precisa	56,9	33,7	**49,4**
	Só mantém relações sexuais com quem confia	39,1	49,4	**42,4**
	Não acha necessário porque só tem um parceiro	32,2	49,4	**37,7**
	Acha que a camisinha diminui o prazer	32,8	28,9	**31,5**
	Acha que não corre risco de pegar Aids	26,4	22,9	**25,3**
Maceió	Não tem a camisinha à mão sempre que precisa	59,1	27,6	**47,3**
	Só mantém relações sexuais com quem confia	36,2	42,1	**38,4**
	Não acha necessário porque só tem um parceiro	20,5	61,8	**36,0**
	Acha que a camisinha diminui o prazer	42,5	38,2	**40,9**
	Acha que não corre risco de pegar Aids	29,9	26,3	**28,6**
Manaus	Não tem a camisinha à mão sempre que precisa	61,0	39,7	**53,8**
	Só mantém relações sexuais com quem confia	45,1	40,5	**43,5**
	Não acha necessário porque só tem um parceiro	36,6	40,5	**37,9**
	Acha que a camisinha diminui o prazer	37,4	27,8	**34,1**
	Acha que não corre risco de pegar Aids	23,2	16,7	**21,0**
Porto Alegre	Não tem a camisinha à mão sempre que precisa	33,2	15,1	**26,4**
	Só mantém relações sexuais com quem confia	21,7	29,1	**24,5**
	Não acha necessário porque só tem um parceiro	23,7	27,4	**25,1**
	Acha que a camisinh a diminui o prazer	22,7	19,0	**21,3**
	Acha que não corre risco de pegar Aids	12,9	11,7	**12,4**
Recife	Não tem a camisinha à mão sempre que precisa	53,3	39,7	**49,4**
	Só mantém relações sexuais com quem confia	35,8	42,6	**37,8**
	Não acha necessário porque só tem um parceiro	33,3	48,5	**37,8**
	Acha que a camisinha diminui o prazer	37,6	30,9	**35,6**
	Acha que não corre risco de pegar Aids	21,8	13,2	**19,3**

TABELA 4.8 – (continuação)

Capital	Motivos para não usar camisinha[2]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Rio de Janeiro	Não tem a camisinha à mão sempre que precisa	57,8	45,6	**53,5**
	Só mantém relações sexuais com quem confia	34,9	42,2	**37,5**
	Não acha necessário porque só tem um parceiro	34,3	38,9	**35,9**
	Acha que a camisinha diminui o prazer	39,8	44,4	**41,4**
	Acha que não corre risco de pegar Aids	21,7	27,8	**23,8**
Salvador	Não tem a camisinha à mão sempre que precisa	31,1	23,5	**28,0**
	Só mantém relações sexuais com quem confia	23,0	21,7	**22,5**
	Não acha necessário porque só tem um parceiro	16,4	25,4	**20,1**
	Acha que a camisinha diminui o prazer	20,5	18,8	**19,8**
	Acha que não corre risco de pegar Aids	13,9	7,4	**11,2**
São Paulo	Não tem a camisinha à mão sempre que precisa	56,8	43,9	**52,9**
	Só mantém relações sexuais com quem confia	37,4	48,6	**40,9**
	Não acha necessário porque só tem um parceiro	35,0	43,9	**37,7**
	Acha que a camisinha diminui o prazer	31,7	32,7	**32,0**
	Acha que não corre risco de pegar Aids	25,1	22,4	**24,3**
Vitória	Não tem a camisinha à mão sempre que precisa	62,7	33,7	**51,6**
	Só mantém relações sexuais com quem confia	35,9	43,2	**38,7**
	Não acha necessário porque só tem um parceiro	29,4	56,8	**39,9**
	Acha que a camisinha diminui o prazer	41,8	30,5	**37,5**
	Acha que não corre risco de pegar Aids	26,1	15,8	**22,2**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi solicitado aos alunos: *Marque, abaixo, os cinco principais motivos para você – ou um(a) jovem como você – não usar camisinha* (categorias de resposta apresentadas na Tabela).

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Na mesma linha de que *sabem com quem se relacionam*, há indicação de jovens que não usam camisinha porque o *seu parceiro não tem risco de passar Aids, pois é uma pessoa saudável e fiel*, o que congrega taxas variando entre 29,7% (Maceió) a 11,5% (Fortaleza) (Tabela 4.4-A, anexa).

Analisando as informações contidas nas Tabelas 4.4-A e 4.5-A (anexas), com relação aos outros motivos apresentados para o não uso do preservativo que tiveram menor índice de escolha, destaca-se a

justificativa de que *esquece porque, às vezes, transa drogado(a)*, as menores proporções foram registradas em Belém (2,9%), Fortaleza (4%) e Maceió (4,2%) – note-se que o valor mais alto, considerando-se esta alternativa, está em Vitória (10,9%).

Ainda entre as menos citadas como razões para o não uso do preservativo (Tabela 4.5-A, anexa), tem-se a alternativa *não usa, porque tem vergonha de comprar a camisinha*, destacam-se com os menores percentuais Fortaleza (12,7%), Vitória (12,1%), Salvador (8,9%) e Porto Alegre (7%). Com os maiores percentuais, destacam-se as capitais: Goiânia (22,4%), Manaus (21%), Florianópolis (19,3%) e Cuiabá (19%).

A alternativa para não uso do preservativo *porque brocha na hora de colocar a camisinha* (Tabela 4.4-A, anexa) é também selecionada por poucos jovens, considerando os outros motivos. Nas cidades de Cuiabá (3,2%), Porto Alegre (3,1%) e Salvador (2,2%) são verificadas as menores taxas, enquanto em Goiânia (8,6%), Florianópolis (7,4%) e Rio de Janeiro (6,6%), as maiores.

Já outros motivos, também menos selecionados, como *você é mulher, e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha e você não sabe usar a camisinha* (Tabela 4.4-A, anexa) aparecem em menor nível em Porto Alegre (2,2%/ 2,5%), Rio de Janeiro (2,2%/1,1%) e Salvador (1,8%/2,9%).

São muito poucos os que indicam que *não conhece a camisinha*, alternativa que varia de 5,2% em Goiânia a 2,1% em Porto Alegre (Tabela 4.4-A, anexa).

Os motivos mais citados para o não uso de preservativo diferenciam-se quando se consideram os alunos segundo o sexo, em uma clara indicação de que gênero conta no plano de organização da vida sexual e reprodutiva, e que, em tais divisões, a construção da afetividade, do sentimento, ou como se concebe a relação pode ser um preditor de comportamentos preventivos. Assim, tem-se que, para as jovens mulheres, os principais motivos para não prevenção, em particular no que diz respeito a pedir ao parceiro que use um preservativo, diz respeito à confiança e à presumida fidelidade desse. Já rapazes orientam mais sua decisão pelo não uso do preservativo por considerações ligadas ao prazer sexual, ou, o que se presume, se o impeça. Segundo um jovem de São Paulo: *Tira mais o prazer. Tira a sensibilidade, não é praticamente igual.* De fato, a menção de que a camisinha tira o prazer é recorrente em muitas falas, e há casos em que as jovens mesmo querendo que o parceiro a use, estendendo a prevenção aos

dois, predomina a vontade do rapaz. Tal conflito e desfecho, contra a vontade da mulher, é presente na fala de uma aluna de Recife: *Eu acho que tem que usar camisinha no relacionamento (...) meu ex-companheiro, eu transava com ele e... sinceramente (...) não dava para fazer que ele usasse, ele me dizia que dava mais prazer.* A construção de que o prazer é maior quando as práticas sexuais são mais *naturais* condiciona a recusa ao uso do preservativo, considerado *artificial*. Embora tal representação sobre sexualidade não tenha substrato na literatura especializada em sexualidade, ela faz parte do ideário de muitos jovens:

> *O negócio é assim, para falar a verdade para você, sou um daqueles concorrentes que não gosta de transar com camisinha, se vier transar, eu não vou querer ir transar com camisinha, mas se a mulher falar "você vai pegar a camisinha", "você vai transar com camisinha, é hoje". Porque a camisinha não dá gosto minha senhora... porque eu acho que meu negócio é natural, não artificial...* (Grupo focal com alunos, escola pública, Recife)

O argumento de que o sexo com o uso do preservativo, perderia o "gosto de natural", também seria usado por moças, como sugere o dialogo seguinte:

> *H – Mas também tem mulheres que não gostam de transar com camisinha.*
> *H – Não,* [elas] *acham melhor natural.*
> *M – Não são todas, não é.*
> *H – Não, dez garotas assim, quando saem com o namorado se pedir é uma ou duas, o resto não pede não.* (Grupo focal com alunos, escola pública, Maceió)

Entre os rapazes, também, se induz a negligenciar a prevenção, uma construção simbólica de masculinidade, pela qual se acham onipotentes. A confiança, neste caso, é traduzida de forma diferente aos discursos das jovens. Enquanto essas confiam porque amam, então para que se prevenir? Os jovens confiam na parceira porque confiam em si, projetando idealizações. Segundo um jovem do Rio de Janeiro: *Eu tenho um colega que todo dia da semana está com uma diferente, aí ele diz assim: "mas eu confio nela, eu não boto nada", ele nunca bota* [camisinha]*, ele mesmo diz, "é porque eu confio", e ele nem conhece a menina.*

A confiança também pode-se basear, em se tratando tanto de rapazes quanto de moças, no tempo da relação, assumindo-se que, com o tempo, essa se estabiliza e há fidelidade. Segundo alunos de Salvador: *Elas falam, eu namoro com ele e tenho que confiar, entendeu?* De fato, quando existe um envolvimento ou uma relação mais duradoura, o preservativo é dispensado, com a idéia de que o conhecimento do parceiro ou mesmo o amor conjugam-se à confiança e são fatores preventivos, como relatam alunos de Salvador: (...) *quando ela conheceu o namorado dela, ela passou oito meses transando com ele de camisinha, então ela achou que porque conhecia ele bem, que aparentemente era saudável, ela passou a transar com ele sem exigir a camisinha* (...).

Muitos consideram importante a prevenção, mas se abdica dessa em nome da confiança ou por inércia, pela rotina da relação:

> *Normalmente, as pessoas usam a primeira, a segunda, a terceira vez, depois vem a tal da confiança, aí você já passa a não usar mais. Geralmente, você fica com a pessoa durante um mês, dois meses... aí, depois, você passa a confiar na pessoa e não usa mais, mas é errado, mas sempre acontece.* (Grupo focal com alunos, escola privada, Recife)

A confiança no parceiro, principalmente por parte das mulheres, é destacada na literatura como uma das razões mais comuns para que se deixe de lado um comportamento preventivo. Segundo Cruz (2000: 53): "No lugar do preservativo usam a própria fidelidade, a confiança e o conhecimento do parceiro como uma fantasiosa forma de prevenção".

De acordo com Paiva (2000: 10), citando Guimarães (1992: 153):

> Culturalmente, o preservativo masculino não corresponde aos valores e às atitudes pautadas no modelo conjugal monogâmico, sustentados pelos pilares de fidelidade e de confiança mútua, estando muito mais associado à idéia de comportamentos sexuais promíscuos, irregulares ou desviantes do padrão monogâmico.

A mesma autora, citando Simões Barbosa (1999: 291), ressalta que "as mulheres, embora associem o sexo seguro à prevenção de doenças, entre elas a Aids, elas o atribuem à fidelidade do companheiro, na qual quase nenhuma delas confia".

De fato, confiança é tema comum em muitos discursos sobre o não uso da camisinha. O depoimento a seguir, de uma jovem aluna, ilustra que o parceiro não aceita o uso da camisinha, ao mesmo tempo em que ela considera que a culpa não é somente dele que não quer usar, e que a confiança é um fator fundamental:

> *Pede* [ao parceiro para usar camisinha], *mas não adianta não. Não adianta... Ele fala que não usa. Mas não é culpa dele só não, porque quando a gente convive com uma pessoa, eu acho que, no começo, ela acaba com clima, mas depois que está junto, você tem que confiar na pessoa, se já conhece a pessoa.* (Grupo focal com alunos, escola pública, Distrito Federal)

Mas há jovens que rebatem a propriedade da confiança e da assumida fidelidade do parceiro como orientação para não se prevenir. Confirmando Simões Barbosa *(op. cit.)*, o depoimento a seguir é incisivo, questionando a propriedade da fidelidade em si e a necessidade de um alerta permanente:

> *Eu uso anticoncepcional e camisinha também, os dois. Sou noiva já há quatro anos, mas eu, mais o tempo que a gente passa junto eu não vou confiar, porque ninguém é fiel, não sou fiel, ninguém é fiel, então eu peço sempre a Deus. Tomo comprimido só há dois meses, mas eu continuo usando camisinha, porque eu não sei o que que ele está fazendo lá.* (Grupo focal com alunos, escola pública, Rio de Janeiro)

A recorrência a preservativo é variável segundo o tipo de parceiro. Há os que afirmam que somente usam *quando se relacionam com garotas(os) de programa; ou com pessoas desconhecidas; ou do mesmo sexo; ou quando não confia na saúde do(a) parceiro(a)*. Verifica-se que, nestas três últimas alternativas, há uma predominância de respostas afirmativas para os alunos do sexo masculino. Considerando os que normalmente usam camisinha *quando transam com garotas/garotos de programa*, tem-se que o percentual varia entre 12,0% (Goiânia) a 4,4% (Distrito Federal) (Tabela 4.6-A, anexa).

Entre os que declaram que utilizam quando se relacionam *com pessoas desconhecidas e/ou quando não confia na saúde do parceiro*, os percentuais variam de 29,5% (Cuiabá) a 16,8% (Salvador) e de 27,2% (Manaus) a 13,0% (Fortaleza), respectivamente (Tabela 4.6-A, anexa).

Já entre os que usam camisinha quando mantêm relação sexual com pessoas do mesmo sexo, verifica-se uma variação que vai de 6,6% (Belém) a 1,2% (Rio de Janeiro) (Tabela 4.6-A, anexa).

Entre 28,1% (Distrito Federal) e 14,9% (Fortaleza) dos alunos citam que só utilizam se, no momento da transa, um deles tiver o preservativo: *Uma vez não* [usou camisinha]*, porque não tinha no momento.* Para esta alternativa, não se percebe diferenças significativas entre meninos e meninas (Tabela 4.6-A, anexa).

Nos grupos focais, há, ainda, referências a essa situação, o imperativo do momento, da oportunidade contribui contra postura preventiva. O uso do preservativo, também, pode não ser efetivo em situações em que a relação sexual é esporádica e não esperada, como relatam depoimentos de alunos de Cuiabá:(...) *tipo assim, eu não usei, não tinha na hora, eu não ia sair pedindo, quem tinha camisinha aí, eu não ia fazer isso, aí foi sem camisinha mesmo. A gente está sempre assim, tipo, querendo muito, aí você não vai perder aquela chance.*

Também tem lugar o princípio cultural de que "comigo não vai acontecer isso" ou que "foi só desta vez", um certo pensamento mágico próprio da cultura latina. Como comenta aluno em Maceió, (...) *não é possível que só dessa vez vai acontecer alguma coisa errada!*

Segundo o GTPO/ABIA/ECOS (1994), as principais causas dos jovens ainda terem relações desprotegidas vão desde dificuldades objetivas de acesso aos serviços de saúde até razões culturais. Os autores mencionam entre as causas: porque os pais nem sempre conversam com os filhos sobre a contracepção; porque a escola não fornece informações de qualidade; em nossa cultura, a contracepção é um assunto considerado feminino, e os adolescentes do sexo masculino ainda acreditam que não é um problema que diz respeito a eles; além de que os jovens, muitas vezes, não têm acesso aos serviços de saúde para atendimento ginecológico e a escolha de um método contraceptivo. Além disso, os programas voltados para sexualidade e saúde reprodutiva são poucos e as informações sobre prevenção de Aids, DST e gravidez entre os adolescentes ainda são escassas, assim como a distribuição de preservativos é insuficiente (ver, sobre o tema, *in* Rua e Abramovay, 2001).

No início da década de 90, com a expansão da epidemia na população feminina nos diferentes continentes, ficou evidente o grande desafio na promoção da adoção de práticas sexuais mais seguras no âmbito das interações heterossexuais, pois a negociação do uso do

preservativo masculino esbarrava nos padrões sociais vigentes nas relações de gênero, e a importância de focalizar a prevenção dando-se mais ênfase, como mencionado, às negociações entre o casal[36].

Quando questionados sobre se pedem ao(s) seu(s) parceiro(s)(as) que usem camisinha quando do ato sexual, observa-se que entre 81,0% (Manaus) e 65,1% (Maceió) dos alunos responderam que sim. Ressalta-se que não existem diferenças importantes nos percentuais para homens e mulheres, e que estas taxas situam-se acima dos 60% em todas as capitais pesquisadas (Tabela 4.9). Dado que pode estar sugerindo tendência das jovens serem mais ativas nas negociações sobre prevenção, em que pese os casos antes relatados que vão em outra direção.

Os dados da tabela seguinte indicam que, de fato, com maior probabilidade, as parceiras dos alunos, assim como as moças pesquisadas, tendem a solicitar ao parceiro que use camisinha: seis em 10 aproximadamente. Mas é de se notar, também, que é significativa a proporção de mulheres que não solicitam ao parceiro que use camisinha. Por exemplo, quatro entre 10 moças em Maceió e três entre 10 em Recife.

TABELA 4.9 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo solicitação ao parceiro para que use a camisinha e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Solicita ao parceiro para que use camisinha	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	Sim	78,0	80,1	78,9
	Não	22,0	19,9	21,1
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Cuiabá	Sim	72,5	76,3	74,0
	Não	27,5	23,7	26,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Distrito Federal	Sim	77,4	78,1	77,8
	Não	22,6	21,9	22,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Florianópolis	Sim	79,0	78,0	78,5
	Não	21,0	22,0	21,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

[36] Ver Patton, 1994; Villela e Diniz, 1998; entre outros.

TABELA 4.9 – (continuação)

Capital	Solicita ao parceiro para que use camisinha	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Fortaleza	Sim	74,3	77,1	75,5
	Não	25,7	22,9	24,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Goiânia	Sim	80,2	79,8	80,1
	Não	19,8	20,2	19,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Maceió	Sim	68,5	60,2	65,1
	Não	31,5	39,8	34,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	Sim	80,7	81,4	81,0
	Não	19,3	18,6	19,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Porto Alegre	Sim	80,9	77,7	79,6
	Não	19,1	22,3	20,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Recife	Sim	70,8	65,0	68,9
	Não	29,2	35,0	31,1
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Rio de Janeiro	Sim	74,8	74,0	74,5
	Não	25,2	26,0	25,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Salvador	Sim	77,5	76,8	77,2
	Não	22,5	23,2	22,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
São Paulo	Sim	78,9	81,1	79,7
	Não	21,1	18,9	20,3
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Vitória	Sim	71,7	72,7	72,1
	Não	28,3	27,3	27,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Quando transa, você pede ao(s) seu(s) parceiro(s) que use(m) camisinha?*
(1) Dados expandidos.

De acordo com Cruz (2000), é bastante restrito o número de mulheres que consegue negociar a camisinha com tranqüilidade. A maioria tem dificuldade de reivindicar o preservativo. Pois pode significar uma possível ameaça de perda do parceiro. Ao exigir a camisinha, as mulheres, muitas vezes, têm de lidar com crenças e preconceitos. Por isto, freqüentemente, as mulheres cedem, comenta aluna em Goiânia: *Se eu pedir* [para usar camisinha] *ele vai ficar com raiva, e vai largar (...).*

No que se refere ao risco de perda do parceiro, a autora acima mencionada, citando Barbosa (1996), destaca a diferenciação *do exercício da sexualidade feminina e masculina e os diferentes níveis e poder* nas relações:

> (...) Demandar de seu parceiro o uso da camisinha poderá significar colocar em risco a relação, o que pode ser particularmente significativo para as mulheres dependentes emocional e financeiramente do parceiro. Além disso, a convivência com um risco associado ao exercício da sexualidade é algo tão incorporado ao cotidiano e à própria identidade feminina, que se os custos sociais, econômicos e culturais forem muito altos, a mulher optará naturalmente por não correr o risco (Barbosa, 1996: 157).

De fato, observa-se, também, nos discursos das jovens alunas, que a não utilização do preservativo pode estar associada à decisão do parceiro. É quando não basta um querer. Comumente, como comentado, é então a mulher que se submete à vontade do outro.

Nesse caso, pode-se dar situações típicas de divisões sexuais de poder que minimizam a possibilidade de negociação por parte das mulheres, o que se reforça se o parceiro é mais velho. Segundo um aluno de Porto Alegre: *As meninas estão ficando com os caras mais velhos hoje em dia, então, os caras convencem elas, lá na hora o cara fala, "não! vamos sem camisinha, tal", aí a guria vai na onda do cara, entendeu.*

Na prática, mais que uma questão de informação, o uso do preservativo confronta-se com a necessidade de negociação com o parceiro. Vários estudos abordam essa temática e apontam a dificuldade feminina para lidar com a resistência masculina para adoção da camisinha[37].

[37] Ver, entre outros, Guimarães, 1992; Villela, 1996b; e Barbosa, 1996. *In*: Cruz, Elizabete e Brito, Nair.

De fato, as meninas declaram que não pedem que os meninos usem camisinha por vários motivos, além da comentada confiança e medo da perda, tais como: a iniciativa tem de partir dele, vergonha, quebrar o clima, interferência na espontaneidade do ato.

QUADRO 4.2 – Eu ia me sentir oferecida

Grupo focal com alunas, escola pública, São Paulo; Cuiabá

Ah, porque eu acho que isso tem que partir dele. E eu sou muito reservada. Então, eu acho que não faz o meu tipo,assim. Eu ia me sentir oferecida, entendeu? Mesmo se a gente soubesse que fosse acontecer alguma coisa. "Ah, coloca a camisinha". Eu não falaria. Eu acho que eu não falo. Por mim, eu não falo.

A maioria [das meninas] *fica com vergonha, não é? A maioria parece que, chega na hora, pensa que vai quebrar o clima. "Acho melhor não pedir. Sei lá. Depois, a gente dá um jeito. Na hora, a gente dá um jeito". Fica com vergonha, sem graça, com medo. Acaba o tesão, não é?* (risos).

Os jovens – e possivelmente não somente eles –, principalmente as mulheres, ainda têm muita dificuldade para negociar o uso da camisinha com seus parceiros por insegurança, medo de rejeição e desinformação, principalmente as que têm relações estáveis ou são casadas, como confirma uma aluna em Salvador: *É verdade, gente tem vergonha de pedir.*

Rapazes também indicam que o não uso do preservativo pode ocorrer porque a jovem parceira assim prefere, assumindo para si a responsabilidade com o controle da reprodução e, ao mesmo tempo em que negligenciam a prevenção contra Aids e DST, reforçam, desta forma, divisões de papéis sexuais, recorrendo a outros métodos, o que pode inclusive resultar em *erro de contas*, se o método é natural:

> *(...) teve uma namorada minha que ela falou assim, "não precisa usar camisinha que eu me responsabilizo, eu uso anticoncepcional". Aí eu falei, tudo bem. Aí quando foi um mês depois, ela começou a ficar chata. Aí ela falou para mim, "acho que eu estou grávida". "Mas você não tomava remédio?". "Ah! não sei o que há, errei as contas".* (Grupo focal com alunos, escola pública, Rio de Janeiro)

Nas negociações sobre o uso da camisinha, constata-se a diversidade de posturas e a dificuldade dos atores de defenderem suas convicções. Essa falta de negociação, que parece característica das moças, é também detectada nos rapazes, conforme é evidenciado na fala de um aluno de São Paulo: *Eu não usei não, só uso quando pede. Não, não é para pedir, mas... uma vez, quando ela pediu para não usar, uns poucos meses apareceu o resultado.*

Há polêmica sobre os porquês do uso da camisinha. Para alguns, como se identifica na fala a seguir, há jovens que não estão necessariamente preocupados com o vírus HIV e não associam sexo com a possibilidade de uma infecção: *O homem, ele não usa camisinha com esse pensamento, eu vou pegar, pegar Aids.* Mas, por outro lado, considera-se que o uso do preservativo teria mais eco e estaria aumentando pela sua funcionalidade como método de controle da natalidade:

> *A minha preocupação com a camisinha não é nem tanto, mas é também pela Aids; mas é mais com medo de ter um filho agora, por causa que eu tenho um colega que teve um filho no passado e, uma coisa que mexe tremendamente, se de repente chegar uma mulher assim para mim e falar: "estou grávida..." Porra! Completamente abala todas as minhas idéias e condições.* (Grupo focal com alunos, escola privada, Salvador)

Algumas professoras, contrariamente ao registrado entre os alunos que insistem que conhecem métodos contraceptivos e, em particular, a camisinha, consideram que os jovens desconhecem como utilizar alguns métodos:

> *(...) as meninas perguntam como fazer tabela; os meninos... teve um menino assim: "Professora, eu tenho o maior problema, (...) porque eu não uso a camisinha, porque eu não sei colocar, eu não sei colocar uma camisinha, então eu queria encontrar uma parceira, procurar uma mulher, assim na rua, uma mulher da vida, que me ensinasse porque eu não uso com a minha namorada, porque eu não sei usar camisinha". Eu até falei para ele que na própria camisinha havia as instruções (...). "Professora, eu li direitinho, é porque eu nunca peguei a camisinha" (...) Falam que sabem muito, às vezes, na realidade, não sabem nada.* (Grupo focal com professores, escola pública, Maceió)

Professores enfatizam que há entre os alunos uma vontade de conhecer mais sobre os métodos contraceptivos e que alguns, por razões diversas, estão longe do horizonte de conhecimentos dos jovens. O seguinte depoimento de uma professora do Rio de Janeiro exemplifica tal condição: *Eles me perguntam pela camisinha feminina, eles têm curiosidade, é interessante.*

Embora os dados coletados no *survey* apontem para um amplo uso de métodos contraceptivos pelos alunos e que tanto estes quanto seus pais corroborem tal fato, os professores divergem e declaram, em vários depoimentos, que seus alunos não costumam usar métodos contraceptivos, argumentando que se isso ocorresse não haveria tantos casos de gravidez juvenil na escola, assim como estaria diminuindo os casos de Aids, o que, para eles, não procede.

QUADRO 4.3 – Eles estão usando nenhum

Grupo focal com professores, escola pública, Goiânia

De um modo geral não [usam camisinha]. *Porque senão, eu acho que dentro da realidade das escolas, se realmente houvesse essa precaução, o número de aidéticos estaria diminuindo e o número de meninas adolescentes barrigudas também estaria diminuindo. (...) Eu acho que o índice de meninas grávidas estaria diminuindo e não está. Nenhum tipo de contraceptivo eles estão usando, nenhum.*

De fato, são poucos os professores que declaram que seus alunos fazem uso de camisinha, mas há casos em que as professoras destacam, inclusive, a prática das jovens se precaverem, apelando para ter à mão o preservativo. Segundo uma professora do Rio de Janeiro: *tem menina que já tem na bolsa.*

São muitos os possíveis motivos para o não uso de métodos contraceptivos, em particular a camisinha, por parte dos jovens, segundo os professores, o que se detalha a seguir.

Há professoras que ressaltam vieses de gênero para o não uso, como uma do Rio de Janeiro: *Alguns sim* [usam camisinha]*, outros falam que é igual, a fala de machão, chupar bala com papel.*

Na percepção de algumas professoras, um dos motivos destacados pelos alunos para não usar camisinha é a falta de dinheiro para comprá-las e o desconhecimento sobre como adquiri-la gratuitamente:

> *Eles* [alunos] *não usam preservativos, não usam anticoncepcional e falam assim: "Eu não tenho dinheiro para comprar camisinha". Vá no posto de saúde que é de graça.* (...) *Só que você está transando sem o preservativo..., são 10 camisinhas por semana que você pode pegar nos postos de saúde e são gratuitas, não cobram. É melhor que a tradicional que se compra na farmácia. Então, está faltando esse tipo de coisa assim...* (Grupo focal com professores, escola privada, Cuiabá)

O não uso da camisinha pode estar relacionado ao significado cultural do ato sexual, sua comum associação a vontade, impulso avesso a uma racionalidade ou um planejamento. No caso de discurso sobre a sexualidade dos jovens, está implícita a idéia de que estes são naturalmente irracionais, imaturos e que fazem as coisas, em particular no plano da sexualidade, sem pensar nas conseqüências:

> *É aquela história, vai usar a camisinha quem é que não está pensando que vai transar e na hora "espera aí, só um minutinho, vou pegar aqui a camisinha e colocar", não dá! Então, eu acho que a coisa é muito isso, está se dando muita informação, mas não se está preparando o jovem para isso.* (Grupo focal com professores, escola privada, Maceió)

> *Os hormônios, os hormônios estão, como se diz, à flor da pele, aí começa no beijinho, a mão na mão, beijinho... é agora... e não dá tempo de colocar o preservativo. Fica para a próxima, aí não há saída, não foi dessa vez que ela ficou grávida. Eles são assim mesmo. É, não deu tempo, não é? Não deu tempo, não tinha na hora.* (Grupo focal com professores, escola pública, Florianópolis)

Em relação aos estímulos ao uso de preservativos, concordando com os alunos, há professoras que consideram que a mídia não está colaborando e que poderia ter um impacto positivo, divulgando, principalmente por meio de programas para jovens e novelas, a importância do uso de preservativos. Considera-se que somente a publicidade feita em certos períodos, como vem-se dando no carnaval, não é suficiente:

A gente não vê, você vê aquelas menininhas novinhas, naquela novela Malhação, que vão para cama com o namorado, e você não vê em nenhum momento o namorado falando "olha, agora eu vou colocar a camisinha", não existe isso. Então, esse mundo colorido é muito bonito, é mostrado, só que a realidade é outra. E aí o que a gente vê, essa larga publicidade sobre camisinha, camisinha no carnaval, principalmente, como se o carnaval fosse feito para transar e não é isso. (Grupo focal com professores, escola privada, Vitória)

Os jovens também comentam que o governo deveria incentivar mais o uso da camisinha, por meio de propaganda e comerciais, não somente no carnaval, como observado por uma aluna de Maceió: *Na minha opinião, o governo federal não incentiva tanto o uso. Eles têm que fazer uma propaganda para o jovem se conscientizar que a maneira mais segura de se praticar sexo é usando a camisinha.*

4.1.3 O lugar da família e da escola quanto à prevenção

A proporção de pais de alunos que recomendam que seus filhos usem preservativos varia de 80,3%, em Porto Alegre, a 58,1%, no Distrito Federal. Quando se leva em conta o sexo dos pais, observa-se que, na maioria das capitais pesquisadas, predomina a indicação de uso pelas mães, à exceção do Distrito Federal, Recife e Salvador. Existem capitais com diferenças percentuais significativas a favor das mães, como, por exemplo: Fortaleza apresenta 24,6 pontos percentuais de diferença, seguido de Florianópolis (15,9 pontos), Goiânia (14,4 pontos) e São Paulo (13,3 pontos) (Tabela 4.10).

TABELA 4.10 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo recomendação para que o filho use preservativo e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Recomendam que o filho use preservativo	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	Sim	69,6	71,6	71,2
	Não	30,4	28,4	28,8
	Total	100,0	100,0	100,0

TABELA 4.10 – (continuação)

Capital	Recomendam que o filho use preservativo	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Cuiabá	Sim	64,4	71,3	69,7
	Não	35,6	28,7	30,3
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Distrito Federal	Sim	61,0	57,1	58,1
	Não	39,0	42,9	41,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Florianópolis	Sim	58,5	74,4	69,8
	Não	41,5	25,6	30,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Fortaleza	Sim	37,8	62,4	58,3
	Não	62,2	37,6	41,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Goiânia	Sim	50,9	65,3	61,9
	Não	49,1	34,7	38,1
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Maceió	Sim	56,7	64,7	63,1
	Não	43,3	35,3	36,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	Sim	68,3	74,7	73,1
	Não	31,7	25,3	26,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Porto Alegre	Sim	76,9	81,3	80,3
	Não	23,1	18,7	19,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Recife	Sim	63,8	62,4	62,7
	Não	36,2	37,6	37,3
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Rio de Janeiro	Sim	75,6	77,6	77,1
	Não	24,4	22,4	22,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Salvador	Sim	65,1	64,1	64,3
	Não	34,9	35,9	35,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 4.10 – (continuação)

Capital	Recomendam que o filho use preservativo	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
São Paulo	Sim	58,6	71,9	69,3
	Não	41,4	28,1	30,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Vitória	Sim	59,6	66,5	64,6
	Não	40,4	33,5	35,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Nota: Foi perguntado aos pais: *Vocês alguma vez recomendaram a seu(s) filho(s) que usassem o preservativo (camisinha) nas relações sexuais?*

Destaca-se o tipo de conversas sobre a utilização dos métodos de contracepção entre pais e filhos, sublinhando-se diferentes iniciativas das mães, como:

- O incentivo aos filhos na compra de preservativos, como, por exemplo, tem-se uma mãe de Porto Alegre que diz: *Nós compramos, conversamos bastante mesmo e se eles ficarem pais assim tão novos... e nem eles ainda têm condições de serem responsáveis. A nossa parte, eu tenho certeza que a gente faz, eu acho que cada um tem que fazer a sua (...).*
- O aconselhamento, como os das mães de alunos em Cuiabá: S*empre aconselhei a eles a usarem camisinha, eu espero que eles usem.* Na mesma linha de depoimentos dos pais, os alunos confirmam no Rio de Janeiro: *Eles falaram assim: "Vais fazer... mas, nunca deixe de usar camisinha".*
- O fornecimento de meios para que comprem, sendo esse o caso de uma mãe de Maceió: *Na minha opinião, eu acho que a pessoa deve fornecer o dinheiro, mas não precisa comprar o preservativo, se ele quiser que compre. Você orienta, olha, tem isso, tem aquilo, tome isso para você comprar (...).* E, até mesmo, a compra do preservativo, ainda que este não seja entregue diretamente aos filhos, mas colocados discretamente em locais perceptíveis, como o caso de uma mãe de Goiânia que menciona: *Eu facilito. Não dou dinheiro. Mas sempre tenho preservativo e deixo num lugar perceptível, é eu acho bom. Tem que ter. Tem que prevenir, porque a gente não sabe o que passa na cabeça dele.* Uma mãe de Florianópolis também declara a estratégia de

> colocar o preservativo na carteira dos filhos como estímulo para o seu uso, o que permite, em princípio, um certo estímulo ao comportamento de prevenção [para] *o rapaz. Eu já dei, inclusive eu não dei uma só; eu dei três, só que sempre eu olho a carteira, vou lá ver se tem camisinha.*

Como se pode observar, a partir dos depoimentos citados acima, há, por parte das mães, a busca de alternativas que possam incentivar o uso do preservativo masculino pelos filhos. Contudo, com relação às filhas, os relatos apontam para a sistemática reprodução dos valores de uma cultura de gênero, pela qual se codifica o que é próprio ou não para homens e mulheres. Assim, uma mãe que tem um filho em escola de Vitória fala: *Eu não sei se vou fazer o mesmo com a minha filha, eu não sei ainda, mas com ele sim, a gente compra.* Há um tempo modelado por gênero, adiando-se diálogos sobre contracepção: *(...) eu falar com a minha filha sobre camisinha? Não, não é o momento para ela agora não, deixa mais um tempo. Ela é esclarecida, converso com ela, mas não dou toda liberdade dela carregar isso.* Observa-se, nesse depoimento, a intenção de negação da liberdade da filha pelo uso da camisinha..

Na representação de professoras, há o reconhecimento de que os pais dão respaldo aos filhos homens no uso de preservativos. Segundo uma professora de Salvador: *Ainda existe pais que ficam orgulhosos de dar a primeira camisinha para o filho. O filho pode.*

Há casos em que o controle sobre a vida sexual dos filhos e a intervenção sobre esta se realiza pelos pais por uma racionalidade pautada em princípios religiosos. É quando o controle dos pais se exerce contra uma cultura preventiva, como exemplificado em depoimento de pai do Distrito Federal: *Não. Nós seguimos todas as normas da Igreja católica, preservativo em casa não é usado e também nós consideramos isso como fora da ética e moral que nós seguimos.*

Depoimento de um rapaz de São Paulo confirma que, para alguns pais, a posição quanto ao uso de preservativos por seus filhos se vê abalada pela religião: *Um dia minha mãe chegou e falou assim... "Eu sou católica. Eu estava lendo o jornal e li que a religião católica proíbe o uso da camisinha, não é?".*

Apesar das declarações críticas ao uso de preservativos como forma de prevenção, note-se que os pais tendem a ser favoráveis à distribuição de preservativos aos alunos na escola. Os pais que se declaram a favor justificam seu posicionamento pelos seguintes fatos, em ordem de

importância: Primeiro, porque *a educação para a saúde é função de todos, inclusive da escola,* sendo que o percentual que seleciona esta alternativa varia de 71,1%, em Belém, a 57,0%, em Manaus e Vitória; e, também, porque *quanto mais cedo for feita a prevenção, melhor*, sendo que a proporção para esta alternativa está entre 72,8%, em Belém, e 52,9%, em Vitória. Seguido de que a *Aids é uma doença mortal* – 70,9% em Belém a 46,8% em Vitória – e *o preservativo é a única forma efetiva de evitar as DST/Aids* – 63,9% em Belém a 45,5% em Vitória. Interessante ressaltar que a capital do Pará, seja qualquer uma das quatro alternativas dadas[38], apresenta o maior percentual, assim como Vitória aparece com a menor taxa (Tabela 4.11).

TABELA 4.11 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo opiniões favoráveis à distribuição de preservativos aos alunos nas escolas e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Opiniões favoráveis à distribuição de preservativos aos alunos[1]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	O preservativo é a única forma efetiva de evitar DST	63,0	64,1	**63,9**
	A Aids é uma doença mortal	65,8	72,2	**70,9**
	A educação para a saúde também é função da escola	72,6	70,8	**71,1**
	Quanto mais cedo for a prevenção, melhor	71,2	73,2	**72,8**
Cuiabá	O preservativo é a única forma efetiva de evitar DST	54,8	61,7	**60,1**
	A Aids é uma doença mortal	57,1	62,0	**60,9**
	A educação para a saúde também é função da escola	63,1	67,5	**66,5**
	Quanto mais cedo for a prevenção, melhor	65,5	68,2	**67,6**
Distrito Federal	O preservativo é a única forma efetiva de evitar DST	50,0	53,8	**52,9**
	A Aids é uma doença mortal	43,5	51,0	**49,2**
	A educação para a saúde também é função da escola	52,2	62,1	**59,7**
	Quanto mais cedo for a prevenção, melhor	47,8	60,7	**57,6**
Florianópolis	O preservativo é a única forma efetiva de evitar DST	50,0	55,3	**53,7**
	A Aids é uma doença mortal	56,7	59,5	**58,7**
	A educação para a saúde também é função da escola	53,8	64,2	**61,2**
	Quanto mais cedo for a prevenção, melhor	53,8	63,8	**60,9**
Fortaleza	O preservativo é a única forma efetiva de evitar DST	67,3	56,5	**58,3**
	A Aids é uma doença mortal	71,4	61,4	**63,1**
	A educação para a saúde também é função da escola	65,3	64,6	**64,7**
	Quanto mais cedo for a prevenção, melhor	65,3	68,3	**67,8**

[38] As quatro alternativas apresentadas aos entrevistados no questionário estão na Tabela 4.8.

TABELA 4.11 – (continuação)

Capital	Opiniões favoráveis à distribuição de preservativos aos alunos[1]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Goiânia	O preservativo é a única forma efetiva de evitar DST	58,1	56,4	**56,7**
	A Aids é uma doença mortal	62,9	59,0	**59,9**
	A educação para a saúde também é função da escola	66,1	66,1	**66,1**
	Quanto mais cedo for a prevenção, melhor	58,1	65,2	**63,7**
Maceió	O preservativo é a única forma efetiva de evitar DST	56,8	60,1	**59,4**
	A Aids é uma doença mortal	64,0	64,6	**64,5**
	A educação para a saúde também é função da escola	66,7	63,4	**64,1**
	Quanto mais cedo for a prevenção, melhor	65,8	68,6	**68,0**
Manaus	O preservativo é a única forma efetiva de evitar DST	58,9	47,5	**50,3**
	A Aids é uma doença mortal	60,3	47,1	**50,3**
	A educação para a saúde também é função da escola	60,3	56,1	**57,1**
	Quanto mais cedo for a prevenção, melhor	60,3	55,7	**56,8**
Porto Alegre	O preservativo é a única forma efetiva de evitar DST	48,3	53,3	**52,2**
	A Aids é uma doença mortal	56,7	53,3	**54,1**
	A educação para a saúde também é função da escola	61,7	63,3	**63,0**
	Quanto mais cedo for a prevenção, melhor	58,3	56,7	**57,0**
Recife	O preservativo é a única forma efetiva de evitar DST	52,3	51,9	**52,0**
	A Aids é uma doença mortal	56,9	58,6	**58,2**
	A educação para a saúde também é função da escola	67,7	64,4	**65,1**
	Quanto mais cedo for a prevenção, melhor	63,1	64,4	**64,1**
Rio de Janeiro	O preservativo é a única forma efetiva de evitar DST	54,2	55,7	**55,4**
	A Aids é uma doença mortal	58,3	59,7	**59,4**
	A educação para a saúde também é função da escola	58,3	65,9	**64,3**
	Quanto mais cedo for a prevenção, melhor	62,5	61,9	**62,1**
Salvador	O preservativo é a única forma efetiva de evitar DST	52,8	56,7	**55,8**
	A Aids é uma doença mortal	51,4	60,9	**58,7**
	A educação para a saúde também é função da escola	70,8	70,6	**70,6**
	Quanto mais cedo for a prevenção, melhor	59,7	64,7	**63,5**

TABELA 4.11 – (continuação)

Capital	Opiniões favoráveis à distribuição de preservativos aos alunos[1]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
São Paulo	O preservativo é a única forma efetiva de evitar DST	47,1	46,2	**46,4**
	A Aids é uma doença mortal	42,9	52,3	**50,3**
	A educação para a saúde também é função da escola	54,3	62,1	**60,5**
	Quanto mais cedo for a prevenção, melhor	48,6	54,9	**53,6**
Vitória	O preservativo é a única forma efetiva de evitar DST	37,5	48,7	**45,5**
	A Aids é uma doença mortal	44,2	47,9	**46,8**
	A educação para a saúde também é função da escola	55,8	57,5	**57,0**
	Quanto mais cedo for a prevenção, melhor	49,0	54,4	**52,9**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos pais: *Qual a sua opinião sobre a distribuição de preservativos aos alunos nas escolas?* (Categorias de resposta apresentadas na Tabela).
(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Para os que assinalam que são contra, os motivos citados são: em primeiro lugar, a crença de que a distribuição de preservativos acaba *estimulando o sexo precoce* – 30,4% em Vitória a 18,9% em Porto Alegre; em segundo lugar, opinam que isto *não é função da escola* – 24,9% em Vitória a 8,8% em Manaus; em terceiro e quarto lugares, com percentuais bem próximos, estão os que alegam que são contra *por motivos religiosos* – 10,7% em Maceió até 3,0% em Porto Alegre; e os que acreditam que o preservativo não *é uma proteção eficaz contra as DST/Aids* – 9,3% em Goiânia a 4,4% em Porto Alegre (Tabela 4.7-A, anexa).

Note-se que a idéia de que a educação sexual em idade jovem, assim como a distribuição de preservativos, acaba contribuindo para despertar o exercício do sexo precoce tem sido refutada pelo resultado de pesquisas em vários países, como Cuba, República Dominicana e Venezuela, promovidas pelo UNFPA. Segundo publicação deste organismo, em 2001, o impacto de programas de formação em saúde sexual e reprodutiva e acesso a métodos contraceptivos para jovens contribuiu para retardar o início das relações sexuais, além de estimular um exercício responsável naqueles que já haviam iniciado sua vida sexual.

Voltando à Tabela 4.7-A – anexa –, tem-se que os pais apresentam percentuais superiores ao das mães (embora semelhantes em algumas capitais) quando opinam sobre as justificativas contrárias à distribuição de preservativos aos alunos na escola. Isto poderia, à primeira vista, indicar que os homens (pais) são menos flexíveis. Há de se perceber, ainda, que as mães são quem mais conversam com seus filhos, apontando para uma dificuldade dos pais em acessar e negociar os cuidados preventivos.

Assim como os pais, o percentual de docentes que se declaram a favor da distribuição de preservativos aos alunos nas escolas é predominantemente superior aos que têm opinião contrária, conforme pode ser visualizado nas Tabelas 4.11 e 4.12 (além das Tabelas 4.7-A e 4.8-A, anexas). Corroborando esta afirmativa, pesquisa realizada por Rua e Abramovay (2001: 135) indica que: "A distribuição de preservativos aos alunos nas escolas é uma questão pouco consensual entre os professores, embora a maioria tenha afirmado ser favorável à medida".

Segundo aquelas autoras, o impacto mais importante das ações de prevenção nas escolas refere-se a mudanças de atitudes dos alunos com vida sexual ativa que foram expostos a essas ações – quando comparados aos que não o foram. Aqueles se mostram mais propensos a usar o preservativo, apresentando menores percentuais na categoria de alto risco.

Para os professores que são a favor da distribuição de preservativos na escola (Tabela 4.12), os principais motivos citados, em ordem decrescente, são: *a educação para a saúde é função de todos, inclusive da escola* – 71,8% em Recife a 56,3% em Vitória. Em segundo lugar, porque *quanto mais cedo for feita a prevenção, melhor* – 62,4% em Recife a 46,9% em São Paulo. Em terceiro lugar, porque *o preservativo é a única forma efetiva de evitar a Aids* – 60,4% em Recife a 39,0% no Distrito Federal. Por último, tem-se a justificativa de que *a Aids é uma doença mortal* – 56,4% em Recife a 35,3% no Distrito Federal. Nota-se que professores de Recife apresentam os percentuais mais elevados a favor da distribuição de preservativos nas escolas, para qualquer justificativa apontada, quando comparados com os das demais capitais.

TABELA 4.12 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo opiniões favoráveis à distribuição de preservativos aos alunos nas escolas e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Opiniões favoráveis à distribuição de preservativos nas escolas[1]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	A educação para a saúde é função da escola	70,9	63,3	**66,7**
	É melhor prevenir desde cedo	60,9	56,8	**58,6**
	O preservativo é a única forma de evitar as DST	57,3	41,0	**48,2**
	A Aids é uma doença mortal	54,5	46,0	**49,8**
Cuiabá	A educação para a saúde é função da escola	55,7	59,6	**58,5**
	É melhor prevenir desde cedo	51,4	50,5	**50,8**
	O preservativo é a única forma de evitar as DST	41,4	43,1	**42,6**
	A Aids é uma doença mortal	38,6	35,1	**36,0**
Distrito Federal	A educação para a saúde é função da escola	55,6	57,0	**56,6**
	É melhor prevenir desde cedo	44,4	50,0	**48,5**
	O preservativo é a única forma de evitar as DST	41,7	38,0	**39,0**
	A Aids é uma doença mortal	38,9	34,0	**35,3**
Florianópolis	A educação para a saúde é função da escola	68,8	63,4	**65,2**
	É melhor prevenir desde cedo	64,1	52,8	**56,7**
	O preservativo é a única forma de evitar as DST	51,6	49,6	**50,3**
	A Aids é uma doença mortal	46,9	41,5	**43,3**
Fortaleza	A educação para a saúde é função da escola	55,9	70,9	**66,1**
	É melhor prevenir desde cedo	49,2	55,9	**53,8**
	O preservativo é a única forma de evitar as DST	42,4	48,0	**46,2**
	A Aids é uma doença mortal	42,4	44,1	**43,5**
Goiânia	A educação para a saúde é função da escola	63,5	66,7	**65,8**
	É melhor prevenir desde cedo	59,6	57,8	**58,3**
	O preservativo é a única forma de evitar as DST	50,0	51,0	**50,8**
	A Aids é uma doença mortal	50,0	45,6	**46,7**
Maceió	A educação para a saúde é função da escola	63,6	61,2	**61,8**
	É melhor prevenir desde cedo	55,8	55,7	**55,7**
	O preservativo é a única forma de evitar as DST	51,9	51,9	**51,9**
	A Aids é uma doença mortal	51,9	47,3	**48,4**

TABELA 4.12 – (continuação)

Capital	Opiniões favoráveis à distribuição de preservativos nas escolas[1]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Manaus	A educação para a saúde é função da escola	62,1	57,3	**59,1**
	É melhor prevenir desde cedo	57,6	51,8	**54,0**
	O preservativo é a única forma de evitar as DST	53,0	43,6	**47,2**
	A Aids é uma doença mortal	43,9	40,9	**42,0**
Porto Alegre	A educação para a saúde é função da escola	61,5	59,9	**60,2**
	É melhor prevenir desde cedo	53,8	47,9	**48,9**
	O preservativo é a única forma de evitar as DST	40,4	44,0	**43,4**
	A Aids é uma doença mortal	53,8	42,8	**44,7**
Recife	A educação para a saúde é função da escola	71,2	72,2	**71,8**
	É melhor prevenir desde cedo	59,6	63,9	**62,4**
	O preservativo é a única forma de evitar as DST	59,6	60,8	**60,4**
	A Aids é uma doença mortal	61,5	53,6	**56,4**
Rio de Janeiro	A educação para a saúde é função da escola	60,4	69,7	**66,7**
	É melhor prevenir desde cedo	50,5	52,4	**51,8**
	O preservativo é a única forma de evitar as DST	42,9	45,4	**44,6**
	A Aids é uma doença mortal	41,8	44,9	**43,8**
Salvador	A educação para a saúde é função da escola	77,1	64,5	**67,7**
	É melhor prevenir desde cedo	66,7	55,8	**58,6**
	O preservativo é a única forma de evitar as DST	66,7	48,6	**53,2**
	A Aids é uma doença mortal	66,7	43,5	**49,5**
São Paulo	A educação para a saúde é função da escola	58,5	65,4	**63,7**
	É melhor prevenir desde cedo	49,2	46,1	**46,9**
	O preservativo é a única forma de evitar as DST	47,7	44,5	**45,3**
	A Aids é uma doença mortal	46,2	41,4	**42,6**
Vitória	A educação para a saúde é função da escola	62,7	53,4	**56,3**
	É melhor prevenir desde cedo	55,9	45,9	**49,0**
	O preservativo é a única forma de evitar as DST	47,5	35,3	**39,1**
	A Aids é uma doença mortal	45,8	31,6	**35,9**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Qual a sua opinião sobre a distribuição de preservativos aos alunos nas escolas?* (categorias de resposta apresentadas na Tabela).

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Os que se declaram contrários (Tabela 4.8-A, anexa) à distribuição de preservativos nas escolas alegam os seguintes motivos: *estimula o sexo precoce* – 25,0% em Vitória a 11,8% em Salvador; *não considera isto função da escola* – 19,9% no Rio de Janeiro a 6,5% em Salvador; *por motivos religiosos* – 9,6% no Distrito Federal a 1,1% no Rio de Janeiro; e, finalmente, porque *o preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST/Aids* – 6,6% no Distrito Federal até 1,6% em Salvador.

Pais e professores têm posicionamentos semelhantes quanto à distribuição de preservativos aos alunos nas escolas, elencando as justificativas "contra" na mesma ordem de importância. Quanto aos motivos "a favor", há uma pequena divergência, visto que os pais posicionam a opção de que a Aids é uma doença mortal como última alternativa, enquanto que para professores esta é a penúltima escolha.

- Os jovens têm um nível de informação significativo sobre as formas de contracepção mais conhecidas, dada a alta proporção de jovens alunos que utilizam algum tipo de método contraceptivo: De 10 jovens, aproximadamente nove citam que para evitar a gravidez utilizam algum método contraceptivo, havendo proximidade no percentual de declarações de uso por meninos e meninas em cada capital estudada.
- Contudo, há que destacar que, mesmo entre a população de jovens estudantes, existe um grande número deles que tem relações sexuais sem nenhuma cobertura de métodos. Por exemplo, em Maceió e São Paulo chega a 14,8% e a 12,7% a proporção de jovens que não recorrem a métodos contraceptivos, respectivamente.
- Há uma associação entre uso de método contraceptivo e o ciclo de vida, percebendo-se uma expansão do uso na medida em que aumenta a idade. Assim, na faixa de 20 a 24 anos, é comum que cerca de 90% dos jovens declarem que usam algum método contraceptivo.
- Quanto à extensão do tipo de método utilizado para evitar a gravidez, verifica-se que a camisinha é, de fato, o mais citado entre os jovens, com o percentual variando de 48,0% a 70,0%; seguido da pílula anticoncepcional, porém com taxas bem inferiores quando comparado com a utilização de preservativos (aproximadamente de 17% a 38%). O uso da tabelinha e da injeção anticoncepcional vem em terceiro lugar. A utilização de outros métodos, tais como DIU, diafragma, etc., não são citados em proporções significativas.
- Não há diferenciais por sexo quanto ao uso da camisinha. Em algumas capitais, tem-se que os rapazes parecem confiar mais nesse método contraceptivo (de 71,9% a 47,7%), sendo esse, também, o método mais popular para as meninas (de 68,4% a 47,3%). Essa informação sobre a popularidade da camisinha entre as meninas merece destaque, sugerindo mudanças na cultura de gênero e sexualidade. Com relação à pílula anticoncepcional, o percentual de mulheres que opta por este

método é, também, elevado e varia de 54,0% a 17,9%, enquanto os rapazes – referindo-se a suas namoradas ou parceiras – assinalam percentuais de 28,1% a 13,9%.

- Em relação aos métodos, tem-se que os jovens não optam por métodos do tipo "abstinência periódica" e "tabelinha".
- Quanto ao conhecimento do período fértil das mulheres, tem-se que ao redor de quatro a cinco de cada 10 alunos responderam afirmativamente, sendo que as meninas, como era de se esperar, possuem maior conhecimento do funcionamento de seu próprio corpo. Ainda assim, verifica-se que aproximadamente 15,5% dos jovens praticam o ato sexual durante o período fértil da jovem.
- O uso do preservativo masculino foi comentado como uma possibilidade de dupla proteção, servindo tanto para evitar a gravidez quanto para prevenção às DST e Aids. Assim como a camisinha e a pílula, muitas vezes, são combinadas e, também, utilizadas como dupla prevenção. Nesse contexto, a pílula está associada com a proteção contra a gravidez não planejada e a camisinha como prevenção contra DST e Aids. Os estudantes receiam, ainda, que apenas um método não seja suficientemente seguro para evitar a gravidez, apontando as possibilidades de falha destes.
- Para ambos os sexos, há interesse em que o homem participe da escolha do método, conjuntamente com a companheira, compreendendo que esta prática deveria ser assumida por ambos, no casal.
- Em vários depoimentos das jovens, observa-se que são os meninos que assumem a iniciativa e a responsabilidade pelo uso da camisinha, não necessariamente pelo cuidado com a parceira, mas pelo medo das DST/Aids, e, principalmente, pelo receio de uma gravidez precoce.
- Quando se questiona os alunos se normalmente eles usam os preservativos, de 20,2% a 4,8% afirmam nunca tê-lo feito. A despeito dos percentuais apresentados serem aparentemente baixos, não deixa de ser preocupante.
- Com relação à faixa etária, chama a atenção os percentuais elevados entre 20 e 24 anos que declaram o não uso de

preservativos. Por exemplo, em São Paulo, chega a ser quatro vezes maior em relação à faixa anterior (15 a 19 anos) e mais do que o dobro em relação à faixa de 10 a 14 anos de idade.

- Já entre os que declaram que usam camisinhas em todas as relações sexuais, os percentuais variam entre as capitais, de 66,6% a 36,0%.
- Provavelmente, o não uso de preservativo está relacionado, em muitos casos, ao tipo de representação que a pessoa tem do parceiro. Os principais motivos assinalados pelos jovens para o não uso de preservativos quando da relação sexual foram: *a falta da camisinha no momento do ato sexual; transa só com parceiro(a) em quem confia; não acha necessário porque só transa com uma pessoa; não gosta porque a camisinha diminui o prazer;* e porque *acha que não corre risco de pegar Aids*.
- Entre as razões mais citadas para não pedir ao parceiro que use a camisinha, entre as jovens mulheres, estão as que envolvem confiança e fidelidade. Já para os homens, as mais importantes estão relacionadas ao momento, ao prazer e ao fato de se achar não vulnerável.
- A recorrência a preservativo é variável segundo o tipo de parceiro. Há os que afirmam que somente usam *quando se relacionam com garotas(os) de programa*, ou *com pessoas desconhecidas*, ou *com pessoas do mesmo sexo*, ou *quando não confia na saúde do(a) parceiro(a)*.
- As mulheres que têm dificuldades de negociar o uso do preservativo, comumente alegam que não o fazem pelo medo da perda do parceiro; porque o parceiro não aceita o uso da camisinha; porque têm confiança; e pelo tempo de conhecimento.
- Muitos jovens, de ambos os sexos, não se sentem vulneráveis e não se consideram possíveis transmissores do HIV.
- O método do preservativo é substituído pela pílula conforme o relacionamento tende para o namoro.
- De cada 100 pais de alunos pesquisados, cerca de 60 a 80 deles recomendam que seus filhos usem preservativos. As mães, mais que os pais, têm o papel de transmitir informações, de insistir no uso do preservativo e até colaborar na compra do mesmo.

- Os pais que se declaram a favor da distribuição de camisinhas nas escolas, justificam seu posicionamento pelos seguintes fatos, em ordem de importância: *a educação para a saúde é função de todos*, *inclusive da escola* (71,1%)*; quanto mais cedo for feita a prevenção, melhor* (72,8%); *Aids é uma doença mortal* (63,9%); e *o preservativo é a única forma efetiva de evitar as DST/Aids* (70,9%).
- Os pais que assinalam que são contra a distribuição de preservativos na escola alegam para assim se posicionar, segundo ordem de importância da alternativa assinalada, que: a distribuição de preservativos acaba *estimulando o sexo precoce* (30,4%); que isto *não é função da escola* (24,9%); que são contra *por motivos religiosos* (10,7%); ou porque não consideram que o preservativo *é uma proteção eficaz contra as DST/Aids* (9,3%).
- A maioria dos professores é a favor da distribuição da camisinha nas escolas, mas há uma ampla variação regional desse grupo entre as capitais pesquisadas, de 71,8% a 35,3%.
- Para os professores que são a favor da distribuição de preservativos masculino nas escolas, os principais motivos citados, em ordem decrescente, são: *a educação para a saúde é função de todos, inclusive da escola* (71,8%, representando a maior proporção entre as capitais estudadas); porque *quanto mais cedo for feita a prevenção, melhor* (62,4%); porque *o preservativo é a única forma efetiva de evitar as DST* (60,4%); por último, a justificativa de que *a Aids é uma doença mortal* (56,4%).
- Os professores têm posicionamentos semelhantes aos pais quanto à distribuição de preservativos aos alunos nas escolas, elencando as justificativas "contra" na mesma ordem de importância. Quanto aos motivos "a favor", há uma pequena divergência, visto que os pais posicionam a opção de que a *Aids é uma doença mortal* como última alternativa, enquanto que para professores está é a penúltima escolha.

5. O ABORTO

O debate sobre o aborto, dependendo da época, congrega maior ou menor visibilidade social. Nos finais dos anos 70, o movimento de mulheres muito contribuiu para fazer público tal debate no Brasil. E pesquisa realizada em 2003, pela Comissão de Cidadania e Reprodução – CCR e IBOPE –, que entrevistou cerca de 2.000 pessoas, dá conta que muitos estão a par do debate. De fato, segundo essa pesquisa, 41% dos entrevistados declararam estar a par dessa discussão. Tal percentual cresce entre as mulheres (45%), entre as pessoas mais escolarizadas (48%) e entre aquelas com maior rendimento familiar (51%). Essa variedade indica que ainda que haja alguma visibilidade a respeito da polêmica sobre o aborto, sua repercussão varia de acordo com o grupo focalizado (Berquó e Lago, 2003).

Também as linhas, quer de defesa, quer da criminalização, ou quer da despenalização do aborto variam não somente por tipo de agência advocacional quanto pelos argumentos usados[39]. Por exemplo, principalmente a partir dos anos 80, sua despenalização[40] é mais

[39] Note-se que no Brasil o direito ao aborto é assegurado pelo artigo 128 do Código Penal de 1940, ou seja, quando a gravidez indesejada resulta de violência sexual (estupro) ou quando há risco de morte para a gestante. A garantia do exercício do direito de realizar o aborto, conforme previsto em lei, consta das seguintes Normas Técnicas do Ministério da Saúde: 1) Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes (1998); e 2) Gestação de alto risco – Manual Técnico. "No Brasil, o direito de realizar um aborto quando o feto é inviável – sem possibilidade de vida fora do útero – por anomalias graves, sobretudo anencefalia – ausência de cérebro – é respaldado pelo Conselho Federal de Medicina e por um número expressivo de juízes integrantes do Ministério Público. Embora sem o amparo da lei em vigor, o aborto por inviabilidade fetal tem encontrado a solidariedade de juízes e promotores que autorizam a sua realização há quase uma década no Brasil, levando em conta que o Código Penal data de 1940, época em que não havia meios para realização de diagnósticos precisos sobre inviabilidade fetal" (*In* Rede Feminista de Saúde, 2003).

[40] Retirar o aborto do Código Penal.

associada a direitos humanos das mulheres, frisando-se tanto saúde reprodutiva quanto direitos sexuais. A IV Conferência Internacional de População e Desenvolvimento realizada em 1994 no Cairo, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995 em Beijing, são marcos importantes, com tal alinhamento. A partir das Conferências do Cairo e de Beijing, a comunidade internacional qualifica o aborto inseguro como grave problema de saúde pública. Na plataforma daquelas conferências, há recomendações aos governos para que: invistam na reforma das leis que estabelecem medidas punitivas contra as mulheres que se submetam a abortos ilegais e garantam às mulheres o acesso a serviços de qualidade para tratar complicações derivadas de abortos[41].

Segundo a Organização Mundial da Saúde (1998), os países da América Latina e do Caribe estão no rol dos que possuem legislações mais restritivas em relação ao abortamento. Apesar de alguns países do continente possuírem leis que despenalizam a interrupção voluntária da gestação em situações de risco de morte para a mulher e em casos de estupro, predominam os que nem em casos como os citados o permitem. Somente em Barbados, Cuba, Porto Rico e Guiana o abortamento pode ser realizado a pedido da mulher, sem que seja considerado ilegal.

Neste capítulo, trata-se o aborto tendo como referência o imaginário e a ocorrência de casos envolvendo jovens na escola e pais e membros do corpo pedagógico. Discute-se a extensão do caso de abortos, motivos alegados para a sua recorrência e como se posicionam os atores pesquisados ante diferentes modalidades, como os previstos e os não amparados pela legislação brasileira (ver nota 39).

Os jovens na escola se constituem em uma peculiar juventude também em relação à posição sobre o tema aborto. Note-se que na pesquisa citada por Berquó e Lago frisa-se que:

> A escolaridade é uma das características que mais influenciou a opinião sobre a questão do aborto. Entre os analfabetos e com primário incompleto, foi de 45% a proporção contra um retrocesso na legislação [proibir o aborto em qualquer caso]. Esta proporção passa a 63%, 72% e 91% respectivamente, para os que não chegaram a completar o ginásio, nem o colegial, e para os que chegaram ao curso superior. (Berquó e Lago, 2003: s/n)

[41] Ver Pimentel, Pandjiarjian, Piovesan, 2000.

Precede essa análise o mapeamento de algumas estimativas sobre o número de abortos no âmbito mundial e nacional, destacando níveis de abortamento entre jovens e as associações entre aborto e riscos à saúde e vida das jovens.

5.1 ALGUMAS ESTIMATIVAS SOBRE ABORTOS

Estima-se que na América Latina e no Caribe, anualmente, cerca de 4 milhões e 200 mil mulheres submetem-se todo ano a abortamentos, sendo 95% desses procedimentos realizados na ilegalidade (OMS, 1998). Cerca de 21% das mortes maternas (6 mil/ano) "têm como causa as complicações do aborto inseguro sob a responsabilidade das leis restritivas ao aborto" (Rede Feminista de Saúde, 2003).

A Organização Mundial de Saúde (OMS)[42] adverte que, na América do Sul, ocorre o maior número de abortos clandestinos do mundo, vindo em segundo lugar a América Central e em terceiro a África. Estima-se que no Brasil sejam realizados um milhão de abortos clandestinos por ano e que esses apareçam como a quinta causa de internação hospitalar de mulheres no SUS – Sistema Único de Saúde, sendo causa de 9% dos óbitos maternos e de 25% dos casos de esterilidade por problemas tubários, segundo o Diagnóstico da Campanha por uma Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos[43].

O aborto, no caso de adolescentes e jovens, ganha níveis singulares e para alguns autores é alta a associação entre gravidez e abortamento, assim como abortamento e mortalidade nessa população. De acordo com Guzmán *et al.* (2001), em alguns países da América Latina, em cada quatro casos de gravidez de adolescentes um termina em aborto.

---

[42] Dados da Organização Mundial de Saúde elaborados por estimativas e antes de serem publicados já foram divulgados pela Rede Feminista de Saúde, 2003 (Dossiê Aborto Inseguro).

[43] In www.convencion.org.uy *cit. in* Rede Feminista de Saúde, 2003.

Relatório do Instituto Alan Guttmacher de 1998 indica que as taxas de aborto variam de país para país, registrando que na Alemanha a cada 1.000 adolescentes grávidas na faixa de 15 a 19 anos, três recorrem ao aborto; no Japão, seis em cada 1.000. Chegando até taxas elevadas, como no caso do Brasil, 32 em cada 1.000. Somente a República Dominicana (onde o aborto é proibido) e os Estados Unidos (onde é legalizado) têm taxas maiores que as brasileiras: em cada 1.000 adolescentes grávidas 36 recorrem ao aborto (Quadro 5.1).

QUADRO 5.1 – Número de abortamentos por mil entre adolescentes, 1998

País	Número de abortos/1000 (Mulheres de 15 a 19 anos)
Alemanha	3
Japão	6
Brasil	32
Estados Unidos	36

Fonte: Alan Guttmacher Institute, 1998.

De acordo com Hakkert (2001), pesquisa sobre sexualidade conduzida no âmbito da América Latina identifica a gravidez como sendo a conseqüência mais temida da atividade sexual entre adolescentes, sobretudo pelas dificuldades econômicas. No caso do Brasil, cerca de 75% das primeiras gestações são indesejadas, frente a uma gravidez consumada (DHS, 1994), portanto, não é estranho que o aumento na proporção de abortos/gestação tenha ocorrido nas mulheres com menos de 25 anos de idade, de forma particularmente acentuada entre as adolescentes. Assim, existe uma tendência a uma maior propensão de as adolescentes (15 a 19 anos) provocarem abortos do que entre as jovens de 20 a 24 anos de idade. Corroborando as informações de Hakkert (2001) de que há uma proporção maior de aborto na faixa etária dos 15 a 19 anos, Souza e Silva (2002) comentam o aumento de abortos assim como de gestação – cerca de 10% no decênio 1990/2000 – entre as mulheres com menos de 25 anos e particularmente entre as adolescentes. Tais informações colaboram com a assertiva de que as jovens constituem um grupo em situação de risco, pois o aborto provocado ilegalmente é uma das principais causa de internação de jovens por infecções sérias, além de morte materna.

Na América Latina e no Caribe, calcula-se que uma entre 10 mulheres internadas para correção de abortos mal-sucedidos tem menos de 20 anos de idade. Nessa faixa etária, estão também 1/3 das mulheres com infecções graves (OMS, 1998). Deste modo, as adolescentes constituem uma grande parcela das pacientes hospitalizadas por complicações advindas do abortamento clandestino.

No Brasil, no período entre 1993 e 1998, o número de adolescentes atendidas na rede pública de saúde com complicações de aborto ultrapassou 50 mil casos. Segundo dados do Ministério da Saúde, o aborto provocado constitui a quinta maior causa de internação de jovens: 146 internações por dia. Assim como, é a terceira causa de morte materna no país. Alguns autores cogitam que o aborto ilegal ocuparia, nos grandes centros urbanos brasileiros, o segundo lugar entre os motivos de morte materna[44].

Em 1995, 13% dos óbitos de jovens entre 15 e 19 anos e 22% dos óbitos entre 20 e 24 anos se deveram a causas maternas. O aborto representou 16% das mortes maternas de mulheres de 15 a 24 anos nas regiões mais pobres do país (Rede Feminista de Saúde, 1999).

Os dados apresentados nesta seção alertam que o aborto entre jovens vem se ampliando, portanto, deve-se considerar as conseqüências negativas do aborto provocado na vida de tantas mulheres.

5.2 ABORTOS POR JOVENS: O QUE SE SABE SOBRE QUANTOS E MOTIVOS

Acessa-se o nível de abortos entre jovens, considerando percepções de distintos atores relacionados à escola, registrando-se primeiro em que medida os jovens estão familiarizados com essa prática.

Quando perguntado aos alunos se conhecem moças ou mulheres que fizeram aborto a percentagem de respostas afirmativas varia entre 68,3%, em Maceió, a 42,0%, em Goiânia. Por ser um tema que socialmente é mais atribuído ao universo feminino, era de se esperar

[44] Ver Puffer, 1997, Laurenti, 1990.

que as jovens estivessem mais familiarizadas com tais casos. De fato, mais da metade das jovens tem tal conhecimento. O percentual de meninas que conhecem jovens e mulheres que já interromperam a gravidez varia entre 86,6%, no Rio de Janeiro, e 54,5%, em Fortaleza. Para os meninos, a variação é de 59,9%, em Maceió, a 31,7%, no Distrito Federal. Vale salientar o alto grau de conhecimento das meninas residentes no Rio de Janeiro e Maceió, onde mais de 82,0% delas assinalam que sim *conhecem moças ou mulheres que fizeram aborto*. A distância em pontos percentuais entre moças e rapazes favoráveis àquelas é bastante ampla no Rio de Janeiro (37,4 pontos percentuais), em Vitória (32,5 pontos percentuais) e em Recife (32,2 pontos percentuais) (Tabela 5.1).

TABELA 5.1 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que conhecem mulheres que fizeram aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Conhecem mulheres que fizeram aborto[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	52,9	74,1	**62,1**
Cuiabá	43,9	69,4	**53,0**
Distrito Federal	31,7	59,1	**44,8**
Florianópolis	37,8	68,4	**49,7**
Fortaleza	41,5	54,5	**46,5**
Goiânia	34,5	55,5	**42,0**
Maceió	59,9	82,5	**68,3**
Manaus	45,9	71,4	**55,0**
Porto Alegre	43,4	57,5	**48,7**
Recife	44,7	76,9	**54,2**
Rio de Janeiro	49,2	86,6	**62,6**
Salvador	40,2	64,0	**49,9**
São Paulo	40,4	67,7	**49,4**
Vitória	42,8	75,3	**56,2**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Você conhece moças ou mulheres que fizeram aborto?*
(1) Dados expandidos.
(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Os níveis de extensão da prática de aborto baixam muito quando, em vez de um conhecimento generalizado, pergunta-se sobre vivências próprias. Em relação à prática do aborto realizada pela jovem ou a namorada do jovem (atual ou passada), os dados indicam uma realidade bem contrária ao cenário antes mencionado. No total, o percentual de moças e rapazes que declaram ter tal vivência ou familiaridade com o exercício do aborto varia de 7,6%, em Manaus, a 2,4%, em São Paulo.

Considerando-se declarações de alunas tem-se que 11,3% de Maceió e 11,0% de Recife, assim como 1,8% de São Paulo já o fizeram[45]. Tais proporções correspondem, respectivamente a 1.556 (Maceió); 2.496 (Recife) e 2.363 São Paulo, de alunas que já fizeram aborto (Tabela 5.2).

TABELA 5.2 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo realização de aborto – pela respondente ou namorada – e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Já realizou aborto[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	4,1	8,0	**5,7**
Cuiabá	5,1	4,6	**4,9**
Distrito Federal	6,4	8,7	**7,5**
Florianópolis	5,5	0,0	**3,3**
Fortaleza	4,6	5,8	**5,1**
Goiânia	2,9	3,5	**3,1**
Maceió	2,5	11,3	**5,8**
Manaus	7,6	7,4	**7,6**
Porto Alegre	5,1	5,0	**5,1**
Recife	5,5	11,0	**7,1**
Rio de Janeiro	4,2	3,7	**4,0**
Salvador	4,5	7,0	**5,5**
São Paulo	2,7	1,8	**2,4**
Vitória	1,4	6,7	**3,6**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Você (ou sua namorada, atual ou passada) já fez aborto?*
(1) Dados expandidos.
(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

[45] O número de abortos citado por meninas em Florianópolis não foi significativo.

A informação sobre o nível de aborto entre os jovens, quando o informante não é o próprio aluno e sim membro do corpo pedagógico, varia entre 31,7% (Fortaleza) e 20,2% (Cuiabá) para os que afirmam que têm conhecimento de alunas que já tenham praticado aborto. Não existem grandes discrepâncias entre os percentuais de respostas de professores e professoras. Com exceção do Distrito Federal – onde 27,0% das professoras declaram saber de alunas que interromperam uma gravidez, enquanto somente 5,6% dos professores assim se manifestam – e Salvador – 34,8% das professoras contra 14,6% dos professores respondem positivamente. Vitória destaca-se como a única cidade onde os docentes do sexo masculino (25,4%) apresentam percentuais mais elevados do que as professoras (21,1%) quanto a saber sobre abortos praticados por alunas (Tabela 5.3).

TABELA 5.3 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo conhecimento de alunas que já fizeram aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Tem aluna que já fez aborto [1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	18,2	29,5	**24,5**
Cuiabá	20,0	20,2	**20,2**
Distrito Federal	5,6	27,0	**21,3**
Florianópolis	28,1	26,0	**26,7**
Fortaleza	27,1	33,9	**31,7**
Goiânia	17,3	22,4	**21,1**
Maceió	23,4	24,1	**23,9**
Manaus	25,8	26,4	**26,1**
Porto Alegre	25,0	27,2	**26,9**
Recife	21,2	23,7	**22,8**
Rio de Janeiro	29,7	32,4	**31,5**
Salvador	14,6	34,8	**29,6**
São Paulo	23,1	26,7	**25,8**
Vitória	25,4	21,1	**22,4**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Você tem alguma aluna que já tenha feito aborto?*
(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Assim, exemplificando por meio de relatos em grupos focais, professora de Salvador afirma que jovem aluna já recorreu à prática do aborto: *Eu já vi, eu já vi um caso de uma aluna que foi fazer o aborto e voltou para fazer prova.* E outra do Distrito Federal que nega tal ocorrência em sua escola: *eu não sei de nenhum caso, nessa escola, de aborto.*

As jovens dizem que a decisão de abortar parte da moças, ainda que algumas indiquem que a *decisão foi dos dois*.

Entre os motivos alegados para um aborto, comumente, elas destacam: a falta de aceitação da gravidez pela família ou o medo de comunicá-la; a impossibilidade de tê-lo por razões econômicas: *muitas das vezes é por condição financeira, mas quando a moça tem condições financeiras ela faz, o aborto, pra esconder da família;* o desejo de não ter o filho: *eu também posso deliberar sobre o meu corpo se eu quero ou não manter aquela gravidez;* a desinformação; ou porque o namorado não quer: *o pai* [do bebê] *diz que não vai dar certo e é melhor tirar.*

Os jovens se preocupam com os riscos que envolvem um aborto. E embora seja mais comum que esses sejam referidos por mulheres, há casos de rapazes conscientes sobre os perigos, como ilustra um aluno de Salvador: *A mulher sofre muito com o aborto, há vários tipos de aborto que a mulher morre, ou acontece algum problema muito sério, porque é um gancho que puxa o seu feto.*

5.3 PERCEPÇÕES SOBRE O ABORTO

Duas posturas extremas, não ser favorável ao aborto em nenhuma situação ou ser favorável quando a mulher assim o desejar, apresentam percentuais de variações muito próximos entre as cidades quando se focaliza a percepção dos jovens. A primeira varia entre cerca de 14% a 31% e a segunda entre 14% a 25% (Quadro 5.2, a seguir).

Os jovens se alinham à posição adotada legalmente pela sociedade brasileira, mais justificando o aborto nos casos em que este está legalizado ou já conta com jurisprudência (ver nota 39), ou seja, quando: *a gravidez decorre de um estupro; a vida da mãe corre perigo; ou o bebê pode nascer com defeito ou doença*. Tendem, os que responderam afirmativamente à possibilidade de um aborto em tais casos, a superar aqueles que são favoráveis ao aborto *quando a mulher não quer ter o filho*, situação que não está prevista na lei. Também o *não assumir o filho, pelo pai*, tem apelação para justificar um caso de aborto, entre os jovens.

QUADRO 5.2 – Porcentagem[1] de alunos segundo atitudes frente ao aborto

Atitudes	% Inferior/Capital	% Superior/Capital
Nada justifica fazer um aborto	14,3% (Porto Alegre)	31,3% (Maceió)
Situações em que se justifica o aborto		
Quando a gravidez é decorrência de estupro	39,8% (Goiânia)	62,1% (Rio de Janeiro)
Quando a vida da mãe corre perigo	30,4% (Fortaleza)	54,0% (Rio de Janeiro)
Quando o bebê pode nascer com defeito ou doença	20,8% (Manaus)	39,2% (Rio de Janeiro)
A mulher não quer ter o filho	14,9% (Goiânia)	25,0% (Rio de Janeiro)
O pai não quer assumir o filho	8,7% (Maceió)	18,0% (Belém)

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001 – Tabela 5.1-A, anexa.
Nota: (1) Porcentagem mínima e máxima entre as capitais pesquisadas.

Insiste-se que a postura *contra o aborto em qualquer situação* – posição que agrega no máximo a terça parte dos jovens (caso de Maceió) –, supera aquelas favoráveis, em que o aborto está amparado por lei, *i.e.*, associado a: violência (estupro) ou risco de morte da mãe. Note-se que esses casos chegam a congregar uma proporção de favorabilidade ao aborto de mais de 50% entre os jovens no Rio de Janeiro.

Também a situação que vem encontrando jurisprudência para sua realização - *casos em que o bebê pode nascer com defeito ou doença* - aparece como garantia para a legitimidade ao aborto. Cerca de 39% dos jovens no Rio de Janeiro optam por tal alternativa. O Rio de Janeiro também se destaca entre as capitais pesquisadas, quanto a congregar maiores proporções de jovens favoráveis ao aborto, como quando a alternativa é ser *a favor porque a mulher não quer ter o filho* (cerca de 25%). O quadro resumo 5.2, baseado na Tabela 5.1-A, anexa, bem mapeia tal cenário.

Para os jovens, do elenco de causas que lhes foi apresentado, a que mais justifica um aborto é o *estupro*, mas mesmo assim, como antes comentado, o mais elevado percentual de justificativa é da ordem de seis para cada 10 alunos (Rio de Janeiro).

Essa informação está de acordo com a repulsa social ao estupro, tipo de violência que é enfrentada com punições severas do violador, em distintos espaços, como nas comunidades e até mesmo nas prisões.

Chama a atenção os percentuais de respostas positivas informadas pelos jovens nas cidades de Fortaleza (26,9%) e Goiânia (39,8%), os

quais destoam significativamente do restante das capitais pesquisadas, apresentando-se bem inferiores. De fato, a justificativa do aborto por causa de um estupro chega a 62,1% no Rio de Janeiro.

Quanto à análise segundo gênero, nota-se que o percentual de meninos que justificam o aborto quando da ocorrência do estupro mostra-se inferior ao das moças, para a maioria das capitais pesquisadas. Chegando a uma diferença de 16,5 pontos percentuais na cidade de Florianópolis. Também vale ressaltar que quase sete em cada 10 moças residentes no Rio de Janeiro declaram-se favoráveis à interrupção da gravidez em caso de estupro. Porém, nas capitais de Belém, Goiânia e Maceió não há diferença entre os sexos (Tabela 5.4).

TABELA 5.4 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a gravidez é decorrência de um estupro e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	O aborto é justificável quando a gravidez é decorrência de um estupro[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	52,2	51,2	**51,7**
Cuiabá	54,1	63,9	**57,6**
Distrito Federal	43,6	52,2	**47,7**
Florianópolis	50,0	66,5	**56,4**
Fortaleza	22,6	33,9	**26,9**
Goiânia	39,7	39,9	**39,8**
Maceió	46,3	46,4	**46,3**
Manaus	42,1	54,5	**46,5**
Porto Alegre	49,5	62,0	**54,2**
Recife	51,6	63,7	**55,2**
Rio de Janeiro	57,1	70,9	**62,1**
Salvador	38,6	50,0	**43,3**
São Paulo	44,2	56,3	**48,2**
Vitória	51,2	64,0	**56,4**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Quando a moça ficou grávida por causa de estupro.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Muitos jovens, apesar de afirmarem ser contra o aborto, abrem uma exceção para uma gravidez fruto de estupro, conforme declara um aluno de Recife: *Eu sou contra o aborto, eu só sou a favor assim, em casos extremos, como um estupro. No caso, a pessoa não está se sentindo bem com aquele feto que foi gerado com violência, fora isso, eu sou contra o aborto*. Citam que a continuação da gravidez nessas circunstâncias pode ser considerada como uma lembrança permanente da violência sofrida.

QUADRO 5.3 – Dolorido pra ela

Grupo focal com alunos, escola pública, Vitória

Eu acho assim, que talvez uma pessoa abortasse, é o caso do estupro. Quando a mulher é estuprada e que disso gera um filho eu acho que isso seria muito dolorido pra ela, olhar para o rosto daquela criança e pensar bem assim, isso foi gerado através de um estupro, isso foi gerado através de uma violência. Acho que seria muito difícil pra qualquer pessoa agüentar, acho que essa criança sofreria conseqüências também, porque essa criança assim não ia ser amada.

O segundo motivo mais mencionado para justificar um caso de aborto é a situação de *quando a vida da mãe corre perigo* (54,0% no Rio de Janeiro contra 30,4% em Fortaleza). Há que se ressaltar que na cidade de Fortaleza, tanto para os meninos quanto para as meninas, este é o motivo mais importante a favor da interrupção da gravidez. Assim como detectado para o estupro, no Rio de Janeiro, seis em cada 10 jovens mulheres alegam que são favoráveis ao aborto *quando a vida da mãe corre perigo* (Tabela 5.5).

Vários depoimentos enfatizam que a vida da mãe justifica um aborto. Em alguns testemunhos nesta linha, mais que o direito à vida (da mulher) ressalta-se a importância da mãe, como declara uma estudante de Recife: *Se a mãe do bebê estiver correndo risco de vida, aí ela pode abortar, porque ela tem outros filhos que podem precisar dela, pra ter uma vida melhor.*

Entre os que não aceitam que o risco de morte da mãe pode justificar um aborto[46] aparecem justificativas embasadas em construto

[46] Além da hipertensão, diabetes, etc., há consenso em diferentes literaturas que a gravidez em mulheres abaixo de 16 anos deve ser considerada como "gravidez de risco", pois tem maiores chances de estar associada à hipertensão, formação incompleta do aparelho reprodutivo e nutrição. Também já foram detectadas maiores incidências de eclâmpsias, infecções urinárias e anemia em adolescentes gestantes (Rede Feminista de Saúde, 1999).

cultural que associa maternidade a amor romântico ou de abnegação[47]. É o caso de partos complicados e quando há necessidade de escolha por uma vida, opta-se pela vida do feto: *a maior prova de amor que pode ser dada por uma mãe*. Tal perspectiva é registrada em uma discussão entre rapazes e moças, mais por um jovem, enquanto as moças reagem de forma crítica a tal posição:

> H – *Ah! pelo amor que a mãe teve até aquele determinado momento de estar carregando o seu filho no ventre, de estar cuidando, dando o maior carinho já na barriga, ah se fosse eu, correria o risco de vida, mas eu queria salvar o meu filho, o último gesto de amor que eu teria por ele (...).*

TABELA 5.5 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a vida da mãe corre perigo e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	O aborto é justificável quando a vida da mãe corre perigo[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	41,3	42,2	**41,7**
Cuiabá	46,4	51,9	**48,4**
Distrito Federal	43,6	39,1	**41,5**
Florianópolis	42,9	59,9	**49,5**
Fortaleza	27,2	35,5	**30,4**
Goiânia	34,2	37,6	**35,4**
Maceió	40,7	41,2	**40,9**
Manaus	35,9	48,7	**40,5**
Porto Alegre	43,7	53,1	**47,3**
Recife	47,0	59,3	**50,6**
Rio de Janeiro	49,2	62,7	**54,0**
Salvador	32,3	43,4	**36,8**
São Paulo	37,2	44,3	**39,5**
Vitória	43,3	56,0	**48,5**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *A vida da mãe corre perigo.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

[47] Ver Badinter, 1985.

M – *Nesse caso aí, eu abortaria porque, sei lá! Uma criança nascer, porque amor de mãe é único, pode ter tia, avó, papagaio, o que for, você crescer sabendo que sua mãe morreu, que ela podia estar ali, aí é meio triste assim. Às vezes ia pensar assim "Poxa, ela morreu por minha causa".*
M – *Talvez nem seja isso, já pensou crescer assim sem você saber, você nem pode ser amiga da sua mãe, se dar bem, mas é sua mãe, ela tem seu sangue, sabe que quando precisar dela, estar sempre ali disposta a fazer tudo por você, ficar sem a mãe é chato, eu não queria perder minha mãe.* (Grupo focal com alunos, escola pública, Vitória)

Princípios de ordem religiosa são argumentados para negar a propriedade de um aborto em casos de riscos de morte da mãe, como ilustra a reflexão de um jovem no Rio de Janeiro: *Se fosse assim a mãe morre e o filho fica vivo, aparece quem crie. Deixa a criança nascer, a mãe que vá. Eu acho que é uma vontade de Deus. O que Deus quer ninguém pode impedir. Alguém cria, vai sofrer (...).*

Em terceiro lugar, das justificativas para um caso de aborto, aparece a situação *quando o bebê pode nascer com defeito ou doença* (39,2%, no Rio de Janeiro, a 17,1%, em Fortaleza). As meninas com maior probabilidade justificam mais a interrupção da gravidez nessa situação dos que os meninos. Assim, tem-se que em Recife as respostas favoráveis ao aborto em tal situação, considerando as moças (41,8%), é o dobro do verificado para os rapazes (18,4%), conforme indica a Tabela 5.6.

Mas o abortamento a partir do conhecimento sobre a presença de alguma anomalia fetal ou doença genética provoca controvérsias. Por um lado, há relatos favoráveis à realização da interrupção intencional da gravidez em tais casos, mas se marca a postura de considerar o aborto, *um crime*, como sugere uma aluna no Rio de Janeiro: *Eu abortaria. Melhor do que botar no mundo pra sofrer. Eu sei que é uma pessoa com Síndrome de Down, eu optaria pelo crime. Colocar um excepcional no mundo e você não saber se vai estar viva para (...) com quem vai ficar essa criança, com quem?*

Por outro lado, principalmente no que se refere a doenças como a Síndrome de Down, uma parte dos jovens, de ambos os sexos, menciona que não há razão para evitar o nascimento do feto e, acrescenta que tanto os pais quanto a sociedade em geral devem aprender a viver com os deficientes e não ter preconceitos contra eles.

TABELA 5.6 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a criança pode nascer com defeito ou doença e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	O aborto é justificável quando a criança pode nascer com defeito ou doença[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	18,2	24,6	21,0
Cuiabá	27,0	37,0	30,6
Distrito Federal	25,4	34,8	29,9
Florianópolis	24,4	35,5	28,7
Fortaleza	12,8	24,0	17,1
Goiânia	19,0	24,9	21,1
Maceió	21,0	21,6	21,2
Manaus	18,2	25,4	20,8
Porto Alegre	30,2	35,2	32,1
Recife	18,4	41,8	25,3
Rio de Janeiro	37,0	43,3	39,2
Salvador	19,4	32,0	24,6
São Paulo	21,8	32,3	25,3
Vitória	27,9	38,7	32,3

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Quando o bebê pode nascer com defeito ou doença.*
(1) Dados expandidos.
(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Lembrando essas crianças, eu sou contra também que seja abortado, mas também tem aquela coisa assim, essa criança ela vai sofrer, com saúde ela vai sofrer, ela vai sofrer com o preconceito, são muitas coisas que vão estar ali, entendeu? (Grupo focal com alunos, escola pública, Vitória)

Eu acho que depende muito da situação. Se tivesse, por exemplo, que nem ele falou, por má formação do feto eu acho que tem que deixar nascer. Existe hoje esse negócio de técnicas terapêuticas, em relação ao próprio pai, em como ele vai ter que se relacionar com o filho dele. Então, tem um monte de recurso que pode ajudar essa criança, esse ser humano mesmo a nascer, não digo uma vida comum, mas a não ser discriminado. (Grupo focal com alunos, escola privada, São Paulo)

O aborto como livre decisão da mulher aparece em quarto lugar entre as situações em que se o aceita. A alternativa favorável ao aborto porque *a mulher não quer ter filho* varia entre 25,0%, Rio de Janeiro, a 14,9%, Goiânia.

Surpreende que nesses casos haja uma ligeira tendência dos rapazes se posicionarem mais favoráveis ao abortamento do que as meninas. Destaca-se que em São Paulo os meninos (27,4%) apresentam respostas positivas quase três vezes superiores as das moças (10,8%) (Tabela 5.7). No Rio de Janeiro e em Recife não há diferenças significativas entre os níveis de respostas segundo sexo.

Tabela 5.7 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a mulher não quer ter o filho e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	O aborto é justificável quando a mulher não quer ter o filho[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	26,6	15,9	22,0
Cuiabá	22,4	15,7	20,1
Distrito Federal	29,4	15,6	22,8
Florianópolis	23,9	19,7	22,3
Fortaleza	18,5	16,5	17,7
Goiânia	17,4	10,4	14,9
Maceió	21,6	16,5	19,7
Manaus	27,4	16,9	23,6
Porto Alegre	27,5	12,8	21,9
Recife	20,7	20,9	20,8
Rio de Janeiro	25,2	24,6	25,0
Salvador	23,7	18,8	21,7
São Paulo	27,4	10,8	21,9
Vitória	25,1	16,7	21,6

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *A mulher não quer ter o filho.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Há relatos favoráveis ao abortamento como uma possível escolha da mulher no caso de uma gravidez não planejada, sendo ilustrativo desse grupo, o de um estudante de Recife. Contudo, em tal fala, a ênfase é no filho, nas possíveis condições negativas que ele terá de enfrentar: *Assim, se você ficou grávida e você acha que tem condições, você deve ter, agora se você acha que não tem, que ele vai só sofrer (...).*

Em outros depoimentos, entrelaçam-se gênero e geração na defesa da mulher jovem, para justificar um aborto:

> *Eu acho assim, dependendo da idade da mulher, se a mulher tiver com 14 anos, grávida e tal, eu acho legal o aborto porque a mulher não vai estragar a vida dela. Assim, na idade, por ser muito nova, já corre o risco de perder o filho por um acaso, tem o problema de morrer de parto, acho que se não foi programado, acho que pode abortar no começo.* (Grupo focal com alunos, escola privada, Maceió)

De fato, o direito dos jovens e a possível perda da autonomia por uma gravidez é construção presente entre falas de muitos que se declaram a favor do aborto, postura que também encontra resistência de outros jovens. A diversidade de posições é registrada no diálogo seguinte, que também alerta que a polêmica atravessa demarcações de gênero:

> M – *Você ainda perde parte da sua vida que é muito importante.*
> H – *Eu acho que assim se acontecer, cada um deveria fazer aborto, porque vai destruir a vida deles e vai destruir a vida do bebê que vai nascer e, assim, não vai ter tudo.*
> H – *Não concordo com vocês. Eu só concordo com aborto em estupro ou em alguns casos de violência.* (Grupo focal com alunos, escola privada, São Paulo)

Os valores mais baixos quanto ao elenco de alternativas de justificativas do aborto é a que se lê *quando o pai não quer assumir o filho,* variando de 18,0%, em Belém, a 8,7%, em Goiânia. Recife e Florianópolis são as únicas capitais em que as meninas superam os rapazes (Tabela 5.8).

TABELA 5.8 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando o pai não quer assumir o filho e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	O aborto é justificável quando o pai não quer assumir o filho[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	19,0	16,6	**18,0**
Cuiabá	12,2	12,0	**12,2**
Distrito Federal	15,1	10,4	**12,9**
Florianópolis	8,4	9,9	**9,0**
Fortaleza	12,3	10,7	**11,7**
Goiânia	10,0	6,4	**8,7**
Maceió	13,6	16,5	**14,7**
Manaus	17,1	13,8	**15,9**
Porto Alegre	12,2	7,8	**10,5**
Recife	14,3	19,8	**15,9**
Rio de Janeiro	14,7	14,2	**14,5**
Salvador	15,7	14,3	**15,1**
São Paulo	14,7	9,0	**12,8**
Vitória	13,5	10,0	**12,1**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *O pai não quer assumir o filho.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Focalizando os membros do corpo técnico-pedagógico em relação à justificativa ao aborto, encontra-se a mesma ordem quanto à expressão percentual das opções selecionadas no caso dos alunos. As que mais se destacam são as justificativas *quando a vida da mãe corre perigo* e o *estupro*, não existindo diferenças significativas nas médias totais dos percentuais apresentados para cada caso. Assim, a proporção de membros do corpo técnico pedagógico que justificam o aborto quando *a vida da mãe corre perigo* varia entre 73,3%, em São Paulo, e 48,5%, em Fortaleza – valores mais altos que os encontrados entre os jovens. No caso de justificativa de um aborto porque houve um *estupro*, o percentual situa-se entre 74,1%, em Salvador, e 48,5%, em Fortaleza – tais valores também são mais altos que os encontrados entre os jovens (Tabelas 5.2-A e 5.3-A, anexas, e o Quadro 5.2).

A sanção legal a algumas situações de aborto pesa na aceitação dessa prática em determinadas circunstâncias, ainda que se admita que a repercussão psicológica de um aborto é problemática, como ilustra a fala de um professor em Goiânia: *A lei apóia o aborto de estupro, a lei apóia o aborto quando a mãe corre risco de vida, mesmo assim é uma situação muito difícil. Psicologicamente fica para o resto da vida.*

Professores corroboram depoimentos dos jovens que, apesar de se posicionarem contra o aborto, concordam que esse é necessário em caso de uma gravidez por conseqüência de violência sexual ou do estupro. Mencionam que uma gestação, nesses casos, pode ser uma lembrança viva e permanente do abuso e da agressão sofridos, ocasionando recordações danosas tanto para mãe quanto para a criança:

> *Certo caso, eu sou favor. Assim, quando for estuprada e violentada e ficar grávida, eu sou a favor. Também só nesse caso. Porque quando ela tiver a criança, vai ver o estuprador.* (Grupo focal com pais, escola pública, Cuiabá)

> *Eu sou contra o aborto. Só no caso de violência, de estupro* [sou a favor]. *Eu acho o seguinte: que adolescente que ficar com aquela criança vai criar um trauma, toda vez que olhar pra aquela criança vai lembrar daquele momento.* (Grupo focal com pais, escola pública, Fortaleza)

O aborto também é justificado, por muitos professores *quando a criança pode nascer com defeito ou doença*, sendo que o percentual, para tal

situação, encontra-se em um patamar inferior (em torno dos 45%) ao estupro e quando a mãe corre risco de morte – mas, em média, também neste caso, são mais expressivas as proporções encontradas entre professores que entre alunos (Quadro 5.2). A porcentagem extrema encontra-se no Rio de Janeiro, onde 60,1% dos professores aprovam o aborto *quando a criança pode nascer com defeito ou doença*, enquanto que apenas 1/3 dos docentes de Fortaleza o fazem. Chama a atenção, quando da comparação por sexo/gênero, que 26,9% dos professores de Maceió declaram concordar com a interrupção da gravidez nas situações em que as crianças possam nascer com defeito ou com doença contra 40,1% das professoras (Tabela 5.4-A, anexa).

Nas situações em que *a mulher não quer ter o filho*, as opiniões justificando o aborto, por parte dos professores, mais se dispersam por cidades, pois o percentual varia na faixa dos 22,5%, no Rio de Janeiro, e 4,7%, em Manaus. Tal recorrido é menor do que o encontrado entre alunos favoráveis ao aborto em tal situação – entre cerca de 15,0% e 25,0% (Quadro 5.2), indicando que a heterogeneidade de posições sobre o aborto como um direito da mulher é regionalmente mais nítido entre tais adultos de referência, ou que o imaginário dos jovens sobre o aborto como direito da mulher tende a ser mais coeso. (Tabela 5.5-A, anexa).

Já o motivo *o pai não quer assumir o filho* encontra pouca adesão dos professores: em torno de 2% na média total justificam o aborto nesse caso (Tabela 5.6-A, anexa).

Professores de São Paulo comentam que, independentemente de ser ou não legalizado, abortos são feitos no país e, em grande quantidade, com risco de morte para as mulheres: *Sobre a questão do aborto, o que nós sabemos é que, ilegal ou não, acontece e com risco de vida para a mãe também, então, vão fazer aborto em lugares não apropriados.* Esses mesmo professores também consideram que o sistema de saúde deveria oferecer às mulheres que abortam serviços para que o façam com o mínimo de respeito a sua dignidade e defesa de sua vida: *Depois, quando chega no hospital até perde a vida (...) mas eu acho que de uma forma assim, deveria ter uma assistência médica legalizada.*

A associação entre aborto clandestino e o risco de morte para as mulheres leva a que muitos adultos entrevistados defendam a descriminalização do aborto.

QUADRO 5.4 – Aborto clandestino

Grupo focal com professores, escola privada, Florianópolis; Grupo focal com pais, escola privada, Fortaleza

Eu acho que isso é uma questão do amor (...) Deveria ser legalizado, porque inclusive, as pessoas não correriam riscos de morrer, fazendo clandestinamente. E deve ser legalizado justamente pra não correr risco de saúde (...).

(...) Deveria ser legalizado, o aborto... pra evitar a quantidade de mortes e problemas que acontecem com as jovens, porque fazem aborto clandestino. Têm muitas pessoas incompetentes para fazer isso. Porque se o aborto for legalizado, eu acho que ajuda mais, certo! (...).

Para os pais, de uma forma geral, observa-se o mesmo constatado entre jovens e professores. Isto é, os principais motivos alegados que justificam uma interrupção da gravidez seguem a mesma ordem que a registrada para os outros atores.

Os pais justificam o aborto principalmente *quando a moça engravidou por causa de estupro* – 72,3% no Rio de Janeiro a 50,3% em Fortaleza. Chamando a atenção a diferença em termos percentuais de 13 pontos entre os pais (63,0%) e mães (49,8%) na capital de Cuiabá (Tabela 5.7-A, anexa).

Reitera-se que, na comparação entre os atores, os jovens se destacam como menos flexíveis do que os adultos quando se trata da realização do aborto em caso de estupro, visto que, aproximadamente, metade deles concorda, enquanto que mais de 60% dos pais e professores o afirmam.

Depois da justificativa por estupro vem a situação *quando a vida da mãe corre perigo*. Os percentuais de pais que são favoráveis ao aborto diante desta condição variam de 66,8%, no Distrito Federal, e 43,9%, em Cuiabá. Existe uma predominância de respostas afirmativas por parte dos pais superior à das mães em favor do aborto neste caso, na maioria das capitais analisadas. Em termos de diferenças percentuais entre os sexos, nota-se que nas cidades de Salvador, Cuiabá e Maceió chegam a 16,5, 14,5 e 14,3 pontos, respectivamente (Tabela 5.8-A, anexa).

Logo após tem-se a justificativa de *quando o bebê pode nascer com defeito ou doença*. A proporção de pais que consideram este motivo como forma de realizar um aborto varia entre 54,9%, no Rio de Janeiro, e

29,6%, em Cuiabá. Em mais da metade das capitais pesquisadas, tanto pais quanto mães não divergem em suas opiniões favoráveis à interrupção da gravidez nesta condição. Em São Paulo, existe uma diferença de 12,5 pontos percentuais a mais de mães que dizem concordar com o aborto quando a criança corre risco de nascer com defeito ou doença (Tabela 5.9-A, anexa).

Por meio do seguinte relato, a posição de um pai de Florianópolis: (...) *um aborto que vai vir uma criança deficiente, doente, apesar de que é uma vida, mas para quê? Então, por que não impedir antes que ela nasça e que viva?*

Para os pais, entre as situações que poderiam justificar um aborto foi também apresentada a alternativa *quando a mulher é jovem demais*. Esta variável posiciona-se, na opinião dos pais, em quarto lugar, em relação às outras situações que justificariam um aborto. A cidade de Manaus (11,5%) apresenta o percentual favorável mais elevado, enquanto Fortaleza (6,3%) encontra-se no extremo inferior. Aproximadamente, a média das 14 capitais situa-se por volta dos 9%. Bastante próximo da seguinte justificativa apontada que é *quando a mulher não quer ter o filho*, com respostas favoráveis à interrupção da gravidez, em torno dos 8,0% (Tabelas 5.10-A e 5.11-A, anexas).

E, finalmente, a situação de que *o pai não quer assumir o filho* predomina como última opção, apresentando média total nas cidades analisadas de cerca de 4% (Tabela 5.12-A, anexa).

É comum se argumentar que a orientação religiosa é um fator que contribui para não se aceitar a prática de aborto, mas há, também, pesquisas sobre opiniões em relação ao aborto que questionam que a religião seja um preditor de opinião nesse campo[48].

Considerando adultos de referência – membros do corpo pedagógico das escolas e pais – encontra-se que ser ou não praticante de uma religião faz alguma diferença.

Ao se associar a prática de religião com opinião em relação ao aborto constata-se (Tabela 5.13-A, anexa) que os professores praticantes de uma religião indicam em menor proporção justificativas para o aborto. Por exemplo, em Recife, entre os que justificam o aborto em casos de estupro estão: 59,4% dos praticantes de alguma religião e 75% dos não-praticantes.

[48] Ver Berquó e Lago, 2003.

Alguns professores criticam a criminalização do aborto e o silêncio social sobre o tema, chamando atenção para o lugar da igreja em tal estado de coisas:

> *Eu acho que é um problema que a sociedade tem que encarar de uma outra forma, porque não adianta a gente falar "Não, faça isso", e essas clínicas estarem atoladas de crianças, meninas mulheres, fazendo abortos clandestinos, botando a vida em risco (...) Não dá para saber por que a sociedade ainda é contra o aborto. É hora de se discutir isso, eu acho que é uma questão também para ser colocada para uma discussão social mais ampla. Ainda fica muito presa à coisa da Igreja não permitir. Ora, a Igreja não permite tanta coisa e as pessoas fazem, e o pior é que são as máscaras. Eu acho muito pior andar com as máscaras. Legaliza, não sei (...). Faça alguma coisa que não permita que tantas mocinhas morram nessas clínicas clandestinas, igual está acontecendo.* (Entrevista com diretora, escola privada, Maceió)

No caso dos pais, a prática de uma religião também contribuiria para diminuir o nível de favorabilidade ao aborto em todas as situações analisadas (Tabela 5.14-A, anexa).

Vale analisar também os casos de posicionamentos totalmente contrários à prática do abortamento.

Entre os jovens, de 31,3% em Maceió a 14,3% em Porto Alegre afirmam que *nada justifica fazer um aborto* (Tabela 5.9). Na maioria das capitais pesquisadas, não se encontra diferença muito marcante entre os sexos.

A polêmica na sociedade sobre a interrupção voluntária da gravidez também ecoa entre jovens com uma posição contrária ao aborto, evocada pelo lado moral, religioso. Segundo o depoimento de uma jovem de Goiânia: *Eu penso assim, não precisa ter o aborto ou qualquer coisa a mais, Deus te deu então você não tem o direito de tirar mesmo, ninguém tem direito de tirar a vida de ninguém, nós não somos Deus, nós não temos esse direito.*

De fato, muitos dos relatos que são contra o abortamento são mediados por concepções religiosas e crenças sobre possíveis castigos divinos para a mulher que o praticar. Afirmam, alguns jovens, que o direito à vida é supremo, e mesmo em caso de defeito ou doença constatada no feto, ou nos casos de estupro, a interrupção da gravidez não deve acontecer.

TABELA 5.9 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que nada justifica o aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Nada justifica o aborto[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	20,8	27,9	23,9
Cuiabá	18,4	19,4	18,7
Distrito Federal	18,3	27,0	22,4
Florianópolis	19,7	17,1	18,7
Fortaleza	20,0	22,3	20,9
Goiânia	19,4	24,3	21,1
Maceió	31,5	30,9	31,3
Manaus	24,7	27,0	25,5
Porto Alegre	13,9	15,1	14,3
Recife	21,2	18,7	20,5
Rio de Janeiro	19,3	15,7	18,0
Salvador	16,7	15,8	16,3
São Paulo	20,9	25,1	22,3
Vitória	22,8	17,3	20,5

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Nada justifica fazer um aborto.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

(...) tem o pré-natal, ultra-som, então você vê como está sua gravidez, se está indo normal, se está tendo algum problema com a criança, alguma coisa assim e tem que se conformar com a vida, porque se Deus mandou uma criança defeituosa a gente tem que saber o que ela veio fazer realmente aqui, por que está com problema? (Grupo focal com alunos, escola pública, Salvador)

Nesses casos extremos [estupro], *assim, antigamente eu pensava isso, mas agora eu já penso de outra forma, porque Deus confiou a vida, não é de Deus, não, Deus confiou essa vida pra você, mesmo que você não for cuidar dele, tem muita gente que não pode ter filhos, tenha esse filho e depois dá, e o filho não é um boneco, ele está sendo martirizado antes mesmo de nascer, ele não tem culpa*

de quem foi o pai dele, nesse caso de violência. (Grupo focal com alunos, escola pública, Goiânia)

Alguns jovens se posicionam contra o aborto pelas condições com que comumente é feito, em clínicas clandestinas, sem condições de higiene e de atendimento, assim como pelas possíveis conseqüências psicológicas que possam advir de um aborto, como o arrependimento. Segundo alunos de São Paulo: *Tem gente que faz um aborto em clínicas que parecem sala de açougueiro. Às vezes, nem pode ter mais filhos. Aí que ela se arrepende mesmo, tem várias conseqüência, fora as psicológicas para tratar.*

Junto com o embasamento moral e religioso, há a implícita argumentação de que o feto é uma criança com vida, portanto, o aborto é um *crime*.

Sobre o aborto, aí eu também sou contra, porque a criança não pediu pra nascer, aconteceu. Então, eu sou contra, aí vai tentar matar a criança. Eu acho o aborto um crime, a pessoa que aborta é criminosa porque ela está matando uma vida. (Grupo focal com alunos, escola pública, Recife)

Olha só, no meu ponto de vista, sou contra a qualquer tipo de aborto, porque ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém, a criança não tem culpa de nada, entendeu? (Grupo focal com alunos, escola pública, Rio de Janeiro)

Muitas das posturas contrárias ao abortamento se referem à sua condição legal no país (ver nota 39), o fato de que o aborto é considerado "crime contra a vida" quando é provocado (Código Penal Brasileiro, artigos 124 a 128). Muitas vezes, comparam-no a um *crime* e interpretam a lei de forma singular:

Acontece que hoje em dia é crime o aborto, seja do jeito que for. O único aborto que acontece é espontâneo, que tem certeza que é espontâneo ou quando a criança tem algum problema, aí o médico acaba dando remédio, mas isso por ordem de juiz, por ordem de um monte de gente. (Grupo focal com alunos, escola pública, Recife)

Eu acho um crime, um crime, não pode, de jeito nenhum, fazer um aborto. Eu acho que o aborto é um crime como outro qualquer. Acho que é um assassinato mesmo. (Grupo focal com alunos, escola pública, Distrito Federal)

Com relação aos professores, tem-se que os que responderam afirmativamente que *nada justifica um aborto* representam entre 29,4%, no Distrito Federal, e 13,4%, em Florianópolis. Proporções que estão próximas às declaradas pelos alunos.

TABELA 5.10 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo a percepção de que nada justifica o aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Nada justifica o aborto[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	19,1	15,8	**17,3**
Cuiabá	25,7	19,1	**20,9**
Distrito Federal	25,0	31,0	**29,4**
Florianópolis	10,9	14,6	**13,4**
Fortaleza	8,5	22,8	**18,3**
Goiânia	17,3	24,5	**22,6**
Maceió	24,7	20,7	**21,7**
Manaus	19,7	25,5	**23,3**
Porto Alegre	19,2	17,5	**17,8**
Recife	9,6	26,8	**20,8**
Rio de Janeiro	14,3	16,8	**15,9**
Salvador	10,4	21,7	**18,8**
São Paulo	15,4	13,1	**13,7**
Vitória	18,6	12,8	**14,6**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Quando se justifica fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Nada justifica um aborto.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Os pais são mais incisivos que os jovens e seus professores no tocante ao tema aborto. Enquanto que discentes e docentes apresentam respostas afirmativas contra o aborto em média em torno de 25%, os pais o fazem em cerca de 35% dos casos.

Os pais dos alunos que responderam afirmativamente que *nada justifica um aborto* situa-se entre 40,0%, em Fortaleza, e 25,7%, em São Paulo. Quando se analisa por sexo/gênero, percebe-se que as mães, mais do que os pais discordam do aborto seja qual for a situação. Inclusive na

capital cearense, a diferença em percentuais entre pais (26,5%) e mães (42,7%) chega a 16 pontos percentuais. As únicas exceções se encontram no Rio de Janeiro e Recife, onde os percentuais de pais contra o aborto é claramente mais elevado do que o das mães (Tabela 5.11).

TABELA 5.11 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo a percepção de que nada justifica o aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Nada justifica o aborto[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	23,3	33,8	31,7
Cuiabá	33,3	37,6	36,6
Distrito Federal	32,6	39,3	37,7
Florianópolis	27,9	34,2	32,4
Fortaleza	26,5	42,7	40,0
Goiânia	30,6	37,9	36,3
Maceió	27,9	41,3	38,4
Manaus	28,8	39,8	37,1
Porto Alegre	25,0	30,5	29,3
Recife	33,8	30,5	31,3
Rio de Janeiro	33,3	26,1	27,7
Salvador	22,2	29,4	27,7
São Paulo	17,1	28,0	25,7
Vitória	27,9	25,7	26,3

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos pais: *Quando você acha que se justifica fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Nada justifica um aborto*.
(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Vários pais, como um de Belém, declaram-se contra o aborto por múltiplas referências: *(...) sou contra o aborto, nossa formação religiosa não permite isso, e não é porque é formação religiosa, porque é um crime, eu sou contra o aborto, então a gente tem que prevenir pra evitar.*

A associação entre *prática religiosa* e indicar que *nada justifica fazer um aborto,* entre os professores chega ao nível de variação entre 35,6%, no Distrito Federal, e 15,4%, em Florianópolis. Para os que afirmam não

ser praticantes de alguma religião os percentuais situam-se entre 38,9%, em Manaus, e 2,6%, em Vitória, tendendo, na maioria das capitais, a ser mais alta a proporção dos que declaram que *nada justifica um aborto* para os que se dizem praticantes de uma religião (Tabela 5.15-A, anexa).

Os membros do corpo técnico pedagógico, na mesma linha de depoimentos de alunos, indicam que as crenças religiosas vão contra a prática do aborto atribuindo vários sentimentos negativos para as pessoas que o vivenciaram, como a culpa, o pecado, o castigo e o medo. Além disso, condenam esta prática alegando que a partir da concepção já existe a vida e atentar contra tal vida é homicídio:

> *Sou contra o aborto porque a partir do momento que houve a concepção já é uma nova vida e se vai fazer um aborto você vai estar matando e matar é um pecado. Além de ser um pecado, é contra a lei, é igual a um processo penal porque você está praticando um homicídio.* (Grupo focal com professores, escola pública, Cuiabá)

> *Totalmente contra. Sou totalmente contra. Porque eu acho desde que houve a fertilização, é uma vida, e ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém. Sou totalmente contra o aborto.* (Entrevista com diretor, escola pública, Rio de Janeiro)

Há vários depoimentos contra o abortamento, alegando que é *pecado*, *crime contra as leis de Deus e da Igreja*, como exemplos temos:

> *Eu sou contra o aborto, já vou dizendo logo, eu sou contra o aborto. É a violência que faz contra uma pessoa que não tem direito nem de se quer pensar. É um crime contra a pessoa, contra Deus, contra tudo.* (Grupo focal com professores, escola pública, Manaus)

> *Eu acho que o aborto não deveria acontecer em hipótese nenhuma, nem em estupro, na minha opinião. A Igreja condena, é contra a lei de Deus, então tem que ser condenada.* (Entrevista com diretor, escola pública, Maceió)

Observa-se que, para os pais, a prática de uma religião e a discordância em praticar o aborto em qualquer situação tem forte

associação na maioria das capitais pesquisadas, pois os percentuais para os que se declaram contrários e afirmam ter prática religiosa é sempre superior. No Distrito Federal (41,0% contra 37,8%) e Cuiabá (37,2% contra 34,4%), os percentuais não apresentam diferenças significativas para quem é praticante ou não de alguma religião (Tabela 5.16-A, anexa).

Também entre os pais, a maioria dos depoimentos contrários à interrupção voluntária da gravidez fundamenta-se pelo lado religioso, como, por exemplo, o depoimento de um pai de aluno de Vitória: *Aborto, eu sou contra, pelos princípios religiosos.* Na mesma linha, um pai em Goiânia, enfatiza o argumento religioso, da criação: *Eu sou contra o aborto porque nós somos criados por Deus, criou a água, criou nós, é um processo natural, o ser humano tem que crescer, evoluir e reproduzir, eu acho que é querer brigar com o Criador.* A idéia de pecado acopla-se à do castigo, conforme comenta uma mãe de Manaus: *Quem faz aborto vai para o inferno, eu não concordo com isso (...).*

5.4 MAS SE TEM INFORMAÇÃO SOBRE ABORTO?

Ao serem questionados se possuem *conhecimento suficiente sobre o aborto*, tem-se, entre os professores, que o nível de respostas afirmativas varia entre 59,8%, no Rio de Janeiro, e 42,2%, em Belém. Na análise por sexo, constata-se, por meio da Tabela 5.12, que os professores afirmam ter mais conhecimento sobre o aborto do que as professoras, chegando a uma diferença, em termos percentuais, de mais de 15 pontos em capitais como Cuiabá, Fortaleza, Recife e Vitória. As únicas exceções são Belém e Porto Alegre (Tabela 5.12).

Já para os pais, esse grau de informação varia entre 53,2%, em Vitória, e 32,2%, em Goiânia. Portanto, nota-se que é reduzido (no máximo 53%) o conhecimento dos pais sobre a interrupção da gravidez. Interessante enfatizar que o grau de conhecimento dos pais sobre o aborto atinge percentuais mais elevados nas capitais pesquisadas das regiões Sul e Sudeste em relação às demais. Para esse ator, com relação à análise por sexo, observa-se exatamente o contrário do verificado para os professores. São as mães que detêm maior conhecimento sobre o aborto na maioria das cidades pesquisadas. Somente em Manaus (42,5% para pais contra 37,1% para as mães) e Goiânia (37,1% para pais contra 30,8% para mães) há uma inversão nesta tendência (Tabela 5.13).

TABELA 5.12 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo conhecimento suficiente sobre aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Tem conhecimento suficiente sobre aborto[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	39,1	44,6	**42,2**
Cuiabá	55,7	40,4	**44,6**
Distrito Federal	58,3	52,0	**53,7**
Florianópolis	62,5	49,6	**54,0**
Fortaleza	57,6	42,5	**47,3**
Goiânia	51,9	40,1	**43,2**
Maceió	44,2	43,0	**43,3**
Manaus	56,1	49,1	**51,7**
Porto Alegre	55,8	56,8	**56,6**
Recife	61,5	46,4	**51,7**
Rio de Janeiro	61,5	58,9	**59,8**
Salvador	52,1	47,1	**48,4**
São Paulo	58,5	53,4	**54,7**
Vitória	67,8	52,6	**57,3**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Entre os assuntos abaixo, sobre quais você tem informação suficiente?* Categoria selecionada: *Aborto.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Os indicadores de conhecimento sobre aborto entre professores e pais, ou seja, os que declaram ter conhecimento suficiente sobre o tema – cerca de 50% entre aqueles e 40% entre estes estão próximos ao registrado em pesquisa realizada com a população brasileira como um todo – 41% (CCR e Ibope, *in* Berquó e Lago, 2003).

Em síntese, na comparação entre jovens, professores e pais percebe-se que, para as justificativas de estupro, quando a mãe corre perigo ou quando a criança pode nascer com defeito ou doença, os alunos apresentam respostas afirmativas a favor da prática do aborto inferior aos seus professores e pais, demonstrando menos flexibilidade do que os seus adultos de referência. No entanto, o aborto é mais justificável para esses jovens quando a mulher não quer ter o filho, assim como quando o pai não quer assumir o filho.

TABELA 5.13 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conhecimento suficiente sobre aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Tem conhecimento suficiente sobre aborto[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	28,8	35,2	33,9
Cuiabá	32,1	38,7	37,2
Distrito Federal	34,8	40,7	39,3
Florianópolis	39,4	43,2	42,1
Fortaleza	30,6	35,8	34,9
Goiânia	37,1	30,8	32,2
Maceió	27,0	43,1	39,6
Manaus	42,5	37,1	38,4
Porto Alegre	38,3	42,4	41,5
Recife	36,9	38,5	38,2
Rio de Janeiro	35,4	46,6	44,2
Salvador	34,7	38,2	37,4
São Paulo	48,6	48,9	48,8
Vitória	45,2	56,3	53,2

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos pais: *Entre os assuntos abaixo, diga sobre os quais você tem conhecimento suficiente?* Categoria selecionada: *Aborto.*
(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Constata-se que entre os jovens, assim como entre os professores e os pais, há uma relativa heterogeneidade de posições sobre o aborto, sendo que o grupo que declara que nada justifica o aborto tende a se aproximar do nível do grupo que se declara favorável ao aborto porque é um direito da mulher não querer ter filho. Enfatiza-se que os níveis de favorabilidade ao aborto são maiores, principalmente, em situações que contam com o respaldo da lei, o que corrobora outras pesquisas sobre o tema. Segundo Berquó e Lago:

> É animador o resultado de que 63% da população não quer que a lei retroceda a ponto de proibir o aborto em qualquer caso (...), ou seja, sete em cada 10 dos entrevistados [que acompanham o debate sobre aborto] não concordam

> com o retrocesso. Mas mesmo para os que não acompanham o debate, seis em cada 10 não concordam com a perda dos direitos já adquiridos pela sociedade. (Berquó e Lago, 2003: s/n)

Como analisado na seção precedente, são muitas as declarações contrárias ao aborto, e há uma influência religiosa, ainda que não seja este o único condicionante em tal postura. Mas os dados sobre conhecimentos do tema sugerem a hipótese de que o ideário sobre aborto, sua criminalização ou não, não se respalda necessariamente no grau de conhecimento, já que 60% dos membros do corpo pedagógico e 53,0% dos pais indicam que têm conhecimento suficiente sobre aborto.

- Entre 42,0% e 68,3% dos jovens afirmam que conhecem moças ou mulheres que fizeram aborto. Por ser um tema que socialmente é mais atribuído ao universo feminino, era de se esperar que as jovens, do sexo feminino, tivessem mais informações sobre esse assunto do que os meninos. O que é confirmado: o percentual de moças que conhece alguém que já fez aborto é superior (entre 54,5% e 86,6%) ao constatado para os meninos (de 31,7% a 59,9%).
- Os níveis de extensão da prática de aborto baixam muito quando em vez de um conhecimento generalizado pergunta-se sobre vivências próprias. Em relação à prática do aborto realizada pela jovem ou pela namorada do jovem (atual ou passada), os dados indicam uma realidade bem contrária à questão mencionada acima. O percentual de moças e rapazes que declaram ter tal vivência ou familiaridade com o exercício do aborto varia de 7,6%, em Manaus, a 2,4%, em São Paulo.
- Entre os motivos alegados pelas moças para que uma jovem recorra a um aborto, comumente, destacam: a falta de aceitação da gravidez pela família ou o medo de comunicá-la; o desejo de não ter o filho; a impossibilidade de tê-lo por razões econômicas; e a desinformação.
- Duas posturas extremas – *não ser favorável ao aborto em nenhuma situação* ou *ser favorável quando a mulher assim o desejar* –, apresentam percentuais de variações muito próximos entre as cidades, quando se focaliza a percepção dos jovens em relação ao aborto. A primeira varia entre as capitais, entre cerca de 14 a 31% e a segunda entre 14 a 25%.
- Os jovens se alinham à posição adotada legalmente pela sociedade brasileira, mais justificando o aborto nos casos em que este está legalizado ou já conta com jurisprudência, ou seja, quando: *a gravidez decorre de um estupro; a vida da mãe corre perigo; ou o bebê pode nascer com defeito ou doença*. Os que responderam afirmativamente à possibilidade de um aborto em tais casos

tendem a superar àqueles que são favoráveis ao aborto *quando a mulher não quer ter o filho*, situação que não está prevista na lei. Também o *não assumir o filho, pelo pai,* tem apelação menor para justificar um caso de aborto, entre os jovens.

- Para os jovens, do elenco de causas que lhes foi apresentado, a que mais justifica um aborto é o *estupro*, mas, mesmo assim, o mais elevado percentual de justificativa é da ordem de seis para cada 10 alunos (Rio de Janeiro). Essa informação está de acordo com a repulsa social ao estupro.
- O segundo motivo mais mencionado para justificar um caso de aborto é a situação de *quando a vida da mãe corre perigo* (54,0% no Rio de Janeiro a 30,4 em Fortaleza).
- Em terceiro lugar, das justificativas para um caso de aborto aparece a situação *quando o bebê pode nascer com defeito/doença* (39,2% no Rio de Janeiro a 17,1% em Fortaleza). Mas o abortamento a partir do conhecimento sobre a presença de alguma anomalia fetal ou doença genética provoca controvérsias. Por um lado, há relatos favoráveis à realização da interrupção intencional da gravidez em tais casos, mas se marca a postura de considerar o aborto *um crime*.
- O aborto como livre decisão da mulher aparece em quarto lugar entre as situações em que se o aceita. A alternativa favorável ao aborto porque *a mulher não quer ter filho* varia entre 25,0%, no Rio de Janeiro, e 14,9%, em Goiânia. Há relatos favoráveis ao abortamento como uma possível escolha da mulher no caso de uma gravidez não planejada. De fato, o direito das jovens e a possível perda da autonomia por uma gravidez é construção presente entre falas de muitos que se declaram a favor do aborto, postura que também encontra resistência de outros jovens.
- Os valores mais baixos quanto ao elenco de alternativas de justificativas do aborto, pelos alunos, segundo situações, é a que se lê *quando o pai não quer assumir o filho,* variando de 18,0%, em Belém, a 8,7%, em Goiânia.
- Entre os membros do corpo técnico-pedagógico, em relação à justificativa ao aborto segundo situações, encontra-se a mesma

ordem quanto à expressão percentual da opção selecionada antes registrada para o caso dos alunos.

- Nas situações em que *a mulher não quer ter o filho*, o aborto se justificaria, também, para uma menor proporção, entre os professores, tal grupo mais se dispersa por cidades, pois o percentual varia na faixa dos 22,5%, no Rio de Janeiro, a 4,7%, em Manaus. Tal recorrido é menor do que o encontrado entre alunos favoráveis ao aborto em tal situação – entre cerca de 15 e 25% –, indicando que a heterogeneidade de posições sobre o aborto como um direito da mulher é regionalmente mais nítido entre tais adultos de referência, ou que o imaginário dos jovens sobre o aborto como direito da mulher tende a ser mais coeso nacionalmente.
- Para os pais, de uma forma geral, observa-se o mesmo constatado entre jovens e professores. Isto é, os principais motivos alegados que justificam uma interrupção da gravidez são, em ordem decrescente, *quando a moça engravidou por causa de estupro*, com o percentual variando de 72,3%, no Rio de Janeiro, a 50,3%, em Fortaleza. Reitera-se que na comparação entre os atores, os jovens se destacam como menos flexíveis do que os adultos quando se trata da realização do aborto em caso de estupro, visto que, aproximadamente, metade deles concorda, enquanto que mais de 60% dos pais e professores o afirmam.
- Para os pais, entre as situações que poderiam justificar um aborto, foi também apresentada a alternativa *quando a mulher é jovem demais*. Esta variável posiciona-se, na opinião dos pais, em quarto lugar, em relação às outras situações que justificariam um aborto. As cidades de Salvador (11,1%) e Goiânia (11,0%) apresentam os percentuais favoráveis mais elevados, enquanto que Fortaleza (6,3%) encontra-se no extremo inferior. Aproximadamente, a média total das 14 capitais situa-se por volta dos 9%. Bastante próximo da seguinte justificativa apontada que é *quando a mulher não quer ter o filho*, com respostas favoráveis à interrupção da gravidez em torno dos 8%. E, finalmente, a situação de que *o pai não quer assumir o filho* predomina como última opção, apresentando média total nas cidades analisadas de cerca de 4%.

- Na comparação entre jovens, professores e pais, percebe-se que, para as justificativas de estupro, a mãe correr perigo ou a criança poder nascer com defeito ou doença, os alunos apresentam respostas afirmativas a favor da prática do aborto inferior aos seus professores e pais, demonstrando menos flexibilidade do que os seus adultos de referência. No entanto, o aborto é mais justificável para esses jovens quando a mulher não quer ter o filho, assim como quando o pai não quer assumir o filho.
- Professores comentam que, independentemente de o aborto ser ou não legalizado, abortos são feitos no país, e em grande quantidade, com risco de morte para as mulheres.
- Entre os jovens, 31,3% em Maceió a 14,3% em Porto Alegre afirmam que nada justifica fazer um aborto. Percebe-se na declaração de vários jovens uma posição contrária ao aborto, evocada pelo lado moral, religioso.
- Alguns jovens se posicionam contra o aborto, pelas condições com que comumente é feito, em clínicas clandestinas, sem condições de higiene e de atendimento, assim como pelas possíveis conseqüências psicológicas que possam advir de um aborto, como o arrependimento.
- Com relação aos professores, tem-se que os que responderam afirmativamente que nada justifica um aborto situam-se entre 29,4%, no Distrito Federal, e 13,4%, em Florianópolis. Proporções que estão próximas às declaradas pelos jovens alunos.
- Os pais são mais incisivos que os jovens e seus professores no tocante a não aceitar o aborto. Enquanto que discentes e docentes apresentam respostas afirmativas contra o aborto, em média, em torno de 25%, os pais o fazem em cerca de 35% dos casos. Os pais dos alunos que responderam afirmativamente que nada justifica um aborto situa-se entre 40,0%, em Fortaleza, e 25,7%, em São Paulo.
- Constata-se que entre os jovens, assim como entre os professores e os pais, há uma relativa heterogeneidade de posições sobre o aborto, sendo que o grupo que declara que nada justifica o aborto tende a se aproximar do nível do grupo que se declara favorável ao aborto porque é um direito da

mulher não querer ter filho. Enfatiza-se que os níveis de favorabilidade ao aborto são maiores quando se o qualifica em situações, principalmente naquelas com respaldo na lei.

- São muitas as declarações contrárias ao aborto, e há uma influência religiosa, ainda que não seja este o único condicionante em tal postura. Mas os dados sobre conhecimentos em relação ao tema aborto, sugerem a hipótese de que o ideário sobre aborto, sua criminalização ou não, não se respalda necessariamente no grau de conhecimento. Cerca de 60% dos membros do corpo pedagógico e 53,0% entre os pais indicam que têm conhecimentos suficientes sobre aborto, contudo, nos debates, os argumentos contra o aborto tendem a ser por construções sobre o certo e o errado de acordo com parâmetros "morais" e religiosos.
- O percentual de pais que declaram possuir conhecimento suficiente sobre aborto varia entre 32,2% e 53,2%, dependendo da capital pesquisada. Porém, observa-se que o grau de conhecimento dos pais sobre o tema atinge percentuais mais elevados nas cidades pertencentes às regiões Sul e Sudeste em relação às demais. Na análise por sexo, constata-se que as mães afirmam ter mais conhecimento sobre o aborto do que os pais.
- Já para os professores, esse grau de informação varia entre 42,2% e 59,8%. Para os docentes, com relação à análise por sexo, observa-se exatamente o contrário verificado para os pais. Aqui, são os professores do sexo masculino que detêm maior conhecimento sobre o aborto, na maioria das cidades pesquisadas, chegando a uma diferença, em termos percentuais, de mais de 15 pontos em capitais como Cuiabá, Fortaleza, Recife e Vitória.

6. RESSIGNIFICANDO SEXUALIDADE, POR VIOLÊNCIAS, PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES

Nos estudos que a UNESCO vem realizando, em particular os que se remetem à escola, sublinha-se a diversidade de ocorrências ou os múltiplos sentidos que o termo violência vem adquirindo e as fluidas fronteiras entre esse e preconceitos e discriminações, ou como aquele se configura comumente tanto em ataques, ofensas, ameaças quer verbais quer físicas, quanto em intenções, opiniões, estereótipos e mesmo silenciamentos.

Assim, adverte-se sobre os limites de não tratar preconceitos e discriminações também como tipos de violências, demonstrando-se inclusive que o outro e a outra – a vítima –, comumente, mas não necessariamente percebe tais expressões como algo que fere e magoa.

Se a violência comporta diversas expressões e se é normatizada, visando a punições, também, requer portos, corpos, especificidades, quando cada fala é uma fala que reverbera a dor de muitos, mas é própria, singular e plural. Daí a ênfase nesses estudos na combinação entre grandes números e percepções individualizadas.

Vem também se alertando para a naturalização de muitas dessas violências, como o racismo, o sexismo e a homofobia, que podem não ser percebidos como algo negativo e intencional. Isto é mais grave quando ocorre em ambiência escolar e dela participam ativa ou passivamente, além de alunos, também professores, que deixam assim de exercer a função pedagógica de combate das violências.[49]

[49] Ver publicações UNESCO, tais como: Abramovay e Castro, 2003; Rua e Abramovay, 2002; Abramovay *et.alli* (Coord.), 2002; Abramovay *et.alli* (Coord.), 2003; Castro e Abramovay, março de 2003. no prelo; Castro e Abramovay, 2003b.

Muitas violências decolam de reconstruções do sexual, de re-significações do corpo, de relações afetivas e da libido e se reforçam por estereótipos e discriminações contra o outro. É quando, por exemplo, o sistema de gênero – as assimetrias entre os sexos e a objetificação do corpo da mulher em função do desejo do outro –, colaboram para práticas de violências, abusos e assédios e na valorização e tratamento negativo, em nome de desejos e até de afetos.

O sexual, por ser uma das referências básicas da vida social e engendrar-se por moralismos, inseguranças, preconceitos e negações do outro, da outra, também colabora na reprodução de sistemas discriminatórios como por ilustração com o racismo – o mito do homem negro, como mais ativo sexualmente e agressor e da mulher negra, a "mulata", como mais sexualmente disponível e libidinosa.

O sexual é ponta de lança para construção de masculinidades estereotipadas e divisões sexuais assimétricas. De fato, o questionamento de uma cultura de produção de masculinidade que potencializa violências de várias ordens e a construção de uma cultura de paz, ou o "aprender a ser", defendido por autores como Morin (1999) e Delors (2001), são, em grande medida, ainda uma utopia.

O movimento de mulheres, os organismos internacionais em prol de direitos humanos e, mais recentemente, várias entidades na sociedade civil têm contribuído para dar visibilidade social e aprimorar políticas e programas contra violências em relação a crianças e adolescentes, bem como contra as mulheres.

Já as violências com nexos na sexualidade vivida por jovens de ambos os sexos não são comumente tratadas com identidade própria ainda que se configurem como importante área dos direitos humanos.

Na equação sexo-violências/preconceitos/discriminações, as naturalizações assim como as banalizações de formas depreciativas e abusivas de tratamento do outro são mais comuns e socialmente aceitas, o que torna os conceitos e tipologias relativos, em particular quando se tem como referência o código penal.

Mas a conceituação formal e legal se faz também necessária para a institucionalização da denúncia, a visibilidade social sobre tais ocorrências e a normatização da punição e processualística da prevenção. O que é abuso, assédio, ofensa, preconceito e discriminação sexual? Quais as diferenças entre eles? Quais os parâmetros para tais classificações? Quais os critérios legais, formais ou o testemunho dos atores que as vivenciam?

Acessa-se violências que podem aparecer em diversos locais, tais como a casa, a escola, a rua, atingindo, principalmente, mulheres.

Organiza-se o capítulo apontando-se alguns tipos de violências sexuais, seguindo-se tanto a literatura quanto a percepção dos jovens e membros do corpo pedagógico em relação ao assédio, ao estupro, e ao incesto. Analisam-se, também, comportamentos e motivos dos adultos e dos jovens para a não-denúncia. Passa-se, a seguir, a discutir sobre discriminações e preconceitos apoiados em construções sobre a sexualidade, enfatizando a discriminação aos homossexuais nas escolas, tanto pela sua gravidade, por ser uma violação de direitos humanos, quanto pela escassa literatura sobre o tema.

6.1 VIOLÊNCIAS SEXUAIS

6.1.1 Assédio nas escolas

Do ponto de vista legal, a violência sexual se subdivide em: assédio sexual, sedução, atentado violento ao pudor, prostituição infantil, incesto e estupro.

Com o conceito de violência sexual amplia-se a definição jurídica mais orientada para enquadrar como tal todo ato ou jogo sexual cujo agressor tenha algum poder de dominação, físico, social ou intelectual, sobre a vítima, conseguindo seus fins por meio de pressão. No debate feminista e de direitos humanos tais práticas são impostas por meio de jogo emocional, violência física, ameaças ou indução de sua vontade, podendo variar na prática sem ou com contato sexual, alem de se enfatizar assimetrias nas relações. A violência sexual realiza-se por vários tipos, com enquadramentos diferenciados no plano da lei.

O termo assédio sexual é definido pelo Código Penal Brasileiro (Ventura, 2002: 107) como "constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se, o agente, da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função". Manifesta-se por meio de propostas indecorosas, falas obscenas, pressão para ter relações sexuais que o outro não deseja.

A violência sexual que se traduz em abuso é considerada a segunda forma mais recorrente de violência contra crianças, adolescentes e jovens – a primeira é a agressão física (Ippolito, 2003).

A ABRAPIA (1997) estima que, no Brasil, 165 crianças ou adolescentes sofrem abuso sexual por dia. Já em relação a assédio contra crianças, adolescentes e jovens, não se conta com estimativas, o que pode estar associado a sua relativa naturalização e não-denúncia legal por parte das vítimas, pais e responsáveis, ainda que o assédio sexual tenha passado a ser crime e integrar o Código Penal a partir de 2001.

Segundo Abramovay e Rua (2002: 247):

> Embora pouco estudado enquanto manifestação de violência e muitas vezes ignorado, o assédio sexual pode ter graves conseqüências sobre os jovens, criando uma cultura permissiva em que atos desse tipo não são vistos como sérios e passiveis de punição.

As autoras, no estudo que tem como referência violências nas escolas, consideram importante para melhor mapear formas de relacionamento entre os jovens e a cultura de violência que vem-se afirmando em distintas ambiências, como, por exemplo, a escola, que se amplie o conceito de assédio, da concepção jurídica "que se refere à indução de favores sexuais mediante pressões, tendo por base assimetrias nas posições de poder" (Abramovay e Rua *op cit*.). Abramovay e Rua (2000: 247) propõem que se compreenda o assédio também pesquisando: "formas diversas de intimidação sexual – olhares, gestos, piadas, comentários obscenos, exibições – de abusos – como propostas, insinuações e contatos físicos aparentemente não intencionais – além de fofocas, frases, desenhos nos banheiros".

Quando se pergunta se houve casos de assédio nas escolas, a maioria dos atores responde negativamente, dizendo que *desconhecem* ou que *não existe nem boato.* Há os que afirmam que é difícil identificar o que seria assédio *já que está tudo muito liberado*. Contudo, durante o processo de entrevistas, vários relatos surgiram sobre distintas ocorrências que alguns nomeiam como assédio, e outros, *brincadeiras*. Os jovens pesquisados tendem a não precisar fatos, e poucos afirmam *eu vi*, prevalecendo, o ouvir dizer: *eu soube, eu ouvi falar.*

Ainda que a concepção legal de assédio sugira uma relação hierárquica entre atores, um abuso de poder para fins sexuais, é comum que se utilize o termo para se referir também a casos entre jovens. A forma mais comum, nas interações entre jovens, são as chamadas

brincadeiras, que comumente têm como alvo as meninas. Estas mais se queixam, como observa um diretor em Vitória: *Casos de assédio (...) hoje mesmo uma aluna veio reclamar que os meninos estão passando as mãos nela (...).*

No entanto, em uma escola do Rio de Janeiro, o coordenador relata casos de rapazes assediados**:** *Tem essas brincadeiras, deles de adolescente, de um passa a mão na bunda do outro. (...), até mesmo agora as meninas é que estão dando beliscõezinhos nos meninos porque de tanto "popô" à mostra masculino (...).*

É comum se ouvir das jovens expressões tais como [um colega] *passou as mãos nos meus peitos*; *me chamou de gostosa; encostou; passou a mão na minha bunda,* entre outros gestos e agressões verbais, comumente tidas, muitas vezes até pela jovem objeto de tais manifestações, como *brincadeiras*: *Não, não é assédio, (...)" [...] – (...), não, brincadeira sem gosto.*

Mas também há alunos que repudiam abordagens verbais depreciativas**,** ainda que envoltas em sedução e apreciação dos atributos físico-sexuais. Na maioria das vezes, os alunos referem-se a *brincadeiras* que podem gerar constrangimentos àqueles aos quais são dirigidas. Segundo alunas de Cuiabá: *Não são brincadeiras inocentes. São grosserias que não têm cabimento (...) eu prefiro, às vezes, fingir que não escuto, digamos... fingir que você não está nem aí.* Em outros casos, essas abordagens também podem ser vistas como normais: *Isso aí é normal. A gente anda por aí assim. Tanto de coisas que falam!*

No caso de relações professores e alunos, o conceito de assédio também é fluido, pois como afirmam distintos diretores, são muitos os casos de alunas que se apaixonam por professores, assim como há casos de relações afetivo-sexuais com consentimento mútuo. Mas, há também relatos, principalmente por parte de alunos, detalhando situações explícitas que tomam várias formas, como *brincadeiras*, linguagem desrespeitosa, ameaças e outras violências, circulando pelo simbólico e embasadas em abusos de poder.

As *brincadeiras* seriam recurso usado não somente por alunos, mas também por professores para disfarçar comportamentos e estereótipos. Alunos relatam casos em que professores declaram às alunas que determinadas atitudes delas estão atrapalhando seu trabalho, conforme relata uma aluna de Vitória: *Se a gente tiver com a perna pra cima, ele chega e fala assim: "Eu não vou conseguir prestar atenção. Eu não vou conseguir dar a matéria direito se você continuar sentada assim".*

A expressão assédio sexual é mais verbalizada para casos entre professores e alunos, do que entre alunos. E impressiona o número de depoimentos que relatam fatos em muitas das escolas pesquisadas. Segundo Abramovay e Rua (2002: 247), o "o assédio sexual é percebido como uma das formas mais comuns de violência de professores contra alunos, principalmente contra as mulheres".

Existe uma relação desigual que se revela, por exemplo, na tentativa de sedução de alunos ou alunas por professores ou professoras, mediante concessões e chantagens: *A gente pedia a ele* [professor] *para ir ao banheiro ou fazer alguma coisa e ele falava assim: "só se você me der um beijo"* (*in* Abramovay e Rua, 2002: 248).

A ênfase em casos de assédio que se dão no contexto da relação professores e alunos, indicam que há uma percepção social que tal abuso de poder ocorre entre personagens na escola, que possuem papéis institucionais diferentes e desiguais. De fato, em alguns relatos, principalmente de alunas, o assédio por parte de professores está associado a ameaças, tais como reprovação.

QUADRO 6.1 – Professor dando em cima de aluna

Grupo focal com alunos, escola pública, Vitória

Eu já vi professor dando em cima de aluna, falando, jogando piada, você entendeu, deixando aluna, às vezes, até sem graça. Já vi professor convidando pra sair, e já vi gente falar, que se essa pessoa não aceitasse a paquera do professor, se não quisesse sair, o professor poderia reprovar, entende? eu já vi.

Alunas criticam o assédio dos professores, deixando claro que a situação as constrange, ainda que se presuma que muitos casos sejam silenciados. Vale ressaltar que, embora se minimize a gravidade da questão, considerada *brincadeira*, há também registros de certa consciência coletiva:

> *(...) Uma amiga minha e um professor, uma vez, eu e outra amiga minha, ele mandou a gente calar a boca, se não ele dava um beijo na gente, pra gente calar a boca, e falava muito pra uma amiga nossa, que aumentava a nota dela se ela ficasse com ele. Esse professor acabou ficando com uma aluna do colégio, e a gente falou que ia contar pro diretor (...) ele pediu, foi embora.* (Grupo focal com alunas, escola pública, Distrito Federal)

O depoimento seguinte também ressalta reações das jovens, enfrentando o agressor, o professor, com ameaça de denunciá-lo para a polícia e para o juizado de menores. Se tal depoimento é um indicador positivo da assunção pelos alunos da defesa de seus direitos, por outro lado, também sugere que há casos de assédio que são testemunhados e não denunciados. Esse depoimento embasa a hipótese, antes expressa, que, com maior probabilidade, muitos casos de assédio nas escolas são abafados pela "lei do silencio"[50].

Eu tive um professor, que era professor e diretor da escola. Ele, muitas vezes, já tentou assediar a minha melhor amiga. Ela foi e falou pra mim "vamos denunciar o (...) porque assim não pode, porque quantas vezes ele já não tentou fazer isso com outras garotas, você pode ser a décima, se nenhuma fizer nada, ele vai continuar fazendo mal a gente". Quando foi no outro dia que a gente foi na escola, eu o vi agarrando uma menina atrás da caixa d'água, que era minha amiga também, aí isso foi no ano retrasado. Quando foi no ano passado, ele ficou só no meu pé porque eu sabia de tudo que ele tinha feito, então ele começou a ficar no meu pé, e achando que ia poder fazer o mesmo que fez com elas, veio pra cima de mim, eu falei pra ele que se ele fizesse alguma coisa comigo, ele ia se ferrar, porque além dele mexer com a polícia, ele ia mexer com o juizado de menores. (Grupo focal com alunas, escola pública, Distrito Federal)

A lei do silêncio é quebrada quando atitudes de repúdio ou denúncia são acionadas de forma individual ou coletiva. O depoimento seguinte ilustra essa afirmação de direitos, por parte de alunos, inclusive contra postura conciliadora e de não encorajamento pela direção da escola:

O ano passado, na escola onde eu estudava, teve um professor de educação física, ele foi até mandado embora rapidamente, porque, as meninas passavam, ele passava a mão na bunda. Se falasse assim, "professor, posso pegar aquela bola?", ele já levava pro outro sentido, já começava a levar tudo na maldade, as aulas dele tudo (...) fizemos um abaixo assinado e conseguimos tirar ele (...) levamos até ao conhecimento da diretora, a diretora "ah, que é isso que o professor, é um bom professor, ele veio de uma ótima escola, ele dá aula em escola particular e tal". Não interessa, só que ele estava assediando mesmo, e

[50] Ver sobre lei do silencio nas escolas em Abramovay e Rua, 2002.

pediu número de telefone, queria ligar pras casas, assim das meninas, chamar pra sair, olhava assim e dizia "poxa, seu peito está bonito", desse jeito. (Grupo focal com alunos, escola pública, Vitória)

As investidas de professores podem ser vistas como *galanteios*, amparadas por uma cultura em que o homem deve tentar uma aproximação porque senão pode até *ser chamado de veado*.

Não [assédio] *não tem. Tem, às vezes, falta de postura de um professor, mas são coisas que a gente releva, e que é fácil de administrar. Não é assédio exatamente, mas é tipo, vamos dizer, galanteio, sei lá, eu não sei dizer exatamente o termo. É tipo, o cara é solteiro e as meninas hoje em dia, se o cara não chega junto, elas até chamam de viado, aí ele até se sente menosprezado como ser humano, como masculino. Aí, às vezes, reage. Acho que tem professor que já teve namoro, um rolo eu não vou negar, mas não é assédio.* (Entrevista com Diretor, escola pública, Distrito Federal)

A ambigüidade do reconhecimento sobre o que é ou não assédio, sua rotulação como brincadeiras, ou minimização por referências várias, confunde o sujeito objeto, como sugere um aluno que tem dúvidas sobre o que lhe foi infligido por uma professora. Esse depoimento é também indicativo que, ainda que menos comum, pode-se dar o caso em que o agressor é uma professora e o vitimizado, um aluno do sexo masculino.

QUADRO 6.2 – Isso é um assédio?

Grupo focal com alunos, escola pública, São Paulo

Oh! Eu acho que fui assediado por uma professora. Ela sempre era brincalhona e passava a mão na nossa bunda. Eu não sei bem se foi um assédio! Passar mão na nossa bunda assim. Aí teve um dia que teve uma comemoração na nossa escola, "ah! você não vai me dar um abraço?". Aí eu dei um abraço meio tímido nela. Aí ela veio assim e me deu um abraço bem forte. E deu um beijo assim quase no meu pescoço, sério, isso é um assédio?

Em alguns casos, ambos os envolvidos são do sexo masculino. O vocabulário sobre esses casos remete à homofobia, pois mais que a violência em si do assédio, as referências são à homossexualidade do professor, descrita de forma pejorativa. Também chama atenção o fato de que o professor foi denunciado e saiu da escola privada.

QUADRO 6.3 – O cara veio com estória pra cima de mim

Grupo focal com alunos, escola privada, Fortaleza

O professor de redação, o pessoal dizendo que ele era veado... estava só eu e um colega meu e o cara veio com estória pra cima de mim. Eu estava fazendo a prova de redação e outra coisa. A outra prova que eu estava fazendo era... e ele se tocou. Ele chegou e pegou a prova de um aluno que já tinha terminado e colocou do meu lado. Aí eu fiquei na boa.
"Tu não vai sair? Tu não vai não sei o quê!?" Aí o colega meu se tocou... "Como é? Tu vai querer sair no final de semana!? Eu vou sair com os amigos meus!" Rapaz, quando ele saiu que me contou: "Tu não sabe o que perdeu! O bicho é palhaço! Ele veio perguntar se eu não queria sair com ele no final de semana". Eu reclamei na coordenação! Eu não sei se foi pra outro colégio, só que no final do ano ele saiu.

Se como assédio se compreendem também casos de provocações de cunho sexual, há, de fato, relatos de membros do corpo pedagógico sobre alunas que assediam tanto os outros alunos, como os professores, como descreve um inspetor de uma escola em São Paulo: *Tem alunas que dizem "ah, professor, sabia que o senhor é bonito, é gostoso..." As alunas falam para os professores, mas os professores ficam na deles.*

Realmente, os professores também seriam assediados por alunos. Os dados da Tabela 6.1 indicam que quase 10% dos professores, em algumas cidades, já passaram por tal experiência – 9,6% em Manaus a 2,1% no Rio de Janeiro. Interessante observar que o percentual de professores que afirmam que se sentem sexualmente assediados é significativamente mais elevado que o de professoras, na maioria das capitais pesquisadas. Principalmente em Goiânia (19,2%), Manaus (21,2%), Salvador (16,7%) e Belém (14,5%), os professores homens *já se sentiram sexualmente assediados pelos alunos*. Esses casos no mínimo

superam duas vezes aqueles em que a professora é o objeto de assédio. E em Fortaleza, chegam esses a ser 19 vezes mais altos – 15,3% dos professores se dizem assediados por alunos contra 0,8% das professoras. Também em Manaus, é alta a diferença, 18 pontos – 21,2% de professores contra 2,7% de professoras. São Paulo é a única capital em que professores e professoras afirmam, praticamente, a mesma percentagem, ou seja, 4,6% e 4,7% respectivamente de professores e professoras já se sentiram assediados por seus alunos (Tabela 6.1).

TABELA 6.1 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo indicação de que já se sentiu sexualmente assediado pelos alunos e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Já se sentiu sexualmente assediado (a)[1]		Total
	Sexo		
	Masculino	Feminino	
Belém	14,5	2,9	8,0
Cuiabá	10,0	3,2	5,0
Distrito Federal	5,6	2,0	2,9
Florianópolis	9,4	3,3	5,3
Fortaleza	15,3	0,8	5,4
Goiânia	19,2	5,4	9,0
Maceió	11,7	0,8	3,5
Manaus	21,2	2,7	9,7
Porto Alegre	9,6	1,9	3,2
Recife	11,5	5,2	7,4
Rio de Janeiro	5,5	0,5	2,2
Salvador	16,7	7,2	9,7
São Paulo	4,6	4,7	4,7
Vitória	13,6	2,3	5,7

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Na sua relação com os alunos, como professor desta escola você alguma vez já se sentiu sexualmente assediado(a)?*
(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Membros do corpo pedagógico associam casos de assédio a posturas ou roupas das alunas, em uma clara atitude de inculpação da mulher vitimizada, eximindo o professor do abuso de seu papel pedagógico de respeito aos alunos. No primeiro depoimento, a seguir,

também uma discriminação pela classe social dos alunos, sugerindo que a presumida "provocação" por parte da aluna ao professor se deve à sua classe social:

> *O assédio sexual há sim, é a fase em que a sociedade está vivendo, a classe social desses meninos, então mostra a saínha curta. A aluna que vem com a saia bem curta, e senta lá na frente pra mostrar as pernas pro professor, então isso existe em todos os lugares, o colégio não vai ficar de fora não é?. Então há o assédio sim! E também há o assédio de se chegar, de fazer uma cantada, vamos dizer assim. Isso tem sim.* (Entrevista, coordenador de disciplina, escola particular, Goiânia)

> *Tem muito* [assédio sexual]*, por isso que nós estávamos cobrando das meninas, porque elas vinham muito assim, sabe, com aqueles shortinhos, com aquelas saínhas. Então conversar, falar para as meninas que elas tão vindo é para escola, então a escola é um ambiente que tem que vir vestido de um tipo de roupa diferente.* (Entrevista com diretor, escola pública, Cuiabá)

Há uma ambigüidade entre *brincadeira* e abuso de autoridade, como a culpabilização das jovens por atitudes provocadoras, além de desconsiderar a busca por identidades juvenis por meio da roupa e a postura rígida sobre divisões sexuais de papéis, em que a moça "provoca" e o rapaz "não controla" seus impulsos sexuais. Note-se que não há depoimentos sobre a roupa dos rapazes e o seu possível significado:

> *Tem todos os dias* [casos de assédio sexual]. *Não sei se pode ser permitido, vamos dizer assim, a moça chega e diz: "Diretor, ele pegou na minha bunda! Ele pegou nos meus peitos!" Muitas vezes, eu brinco com elas: "Ah, se eu fosse eles eu pegava também." Eu não pego porque eu tenho minha formação intelectual, moral, eu sei que isso é só pra ser visto, pra te ver como gente, né, mas tem gente com a metade do seio de fora, sem sutiã, não pode se mexer que tá mostrando a calcinha, está atraindo algo que vai forçar uma situação que o jovem adolescente já vivencia isso e deseja isso e vai praticar com certeza absoluta.* (Entrevista com diretor, escola pública, Fortaleza)

Alunos relatam casos de assédio em distintas relações sociais, ou seja, não somente nas que se dão com os professores, mas também

fora do ambiente escolar. É comum casos em que os jovens mencionem como agressor o seu empregador, como indica uma aluna de Goiânia: *Eu já, em quase todos os meus empregos que eu trabalhei, eles me assediaram, tanto que quando eu vou procurar um emprego eu tenho um certo trauma.*

Alguns casos são denunciados e levados às instâncias que possam colaborar na punição dos culpados, como menciona uma aluna do Distrito Federal: *Eu já fui assediada pelo patrão. Contei pro meu pai e a gente o levou na justiça. Não chegou a acontecer nada, mas foi graças a Deus porque por mim teria acontecido porque eu não teria força pra conseguir, eu era uma criança.*

Uma das relações de trabalho envolvendo crianças, adolescentes e jovens em que historicamente mais se registra casos de assédios e outras violências de corte sexual é a do trabalho doméstico remunerado, contando-se com ampla literatura sobre o tema (ver, por exemplo, Chaney e Castro, 1988).

> *Eu também já fui* [assediada] *uma vez. Eu trabalhei numa casa e o homem (...) só que ela sabia como era o esposo dela, ela pegou e me falou, "se ele for com alguma coisa assim pro seu lado, pode chegar em mim e falar porque eu acredito, eu conheço meu marido". Aí ele foi com gracinha pro meu lado, e ela não estava, eu estava sozinha. Aí, quando ela chegou, eu peguei e falei pra ela. Ela chamou atenção dele. Aí ela falou que era pra eu sempre contar pra ela. Então, às vezes, ela ia sair e eu falei pra ela, que eu não ia ficar que ela ficasse comigo, ou eu ia pra casa da minha irmã. Aí ela perguntou porque, aí eu contei de novo, que foi umas três vezes. Depois eu saí do serviço.* (Grupo focal com alunas, escola pública, Goiânia)

São vários os relatos sobre casos de assédio sexual no trabalho envolvendo jovens, de ambos os sexos, e o seguinte é emblemático de práticas que se entrelaçam ao assédio, como o abuso de poder e a recorrência a chantagem:

> *Isso aconteceu na empresa onde eu trabalho, mas não comigo, com uma colega minha. Então aconteceu entre ela e os supervisores que trabalham junto com ela: de passar a mão, de fazer gracinhas. Como ela trabalha sozinha com eles e ela não podendo chegar na autoridade da empresa, porque quem conseguiu o emprego pra ela foi um deles, e ele fazia tipo chantagem dizendo que ia botar ela pra rua. Então isso pra ela era caso de polícia, ela devia denunciar, só que ela com medo de perder o emprego não fez nada.* (Grupo focal com alunos, escola pública, Porto Alegre)

Em alguns casos, o assédio toma a forma de estímulo à prostituição, o que no relato seguinte foi repudiado pelo aluno mas não chegou a ser denunciado, indicando, mais uma vez, a força da "lei do silêncio" e a falta de mecanismos que incentivem a denúncia:

> *Aconteceu-me também no meu colégio, e realmente tinha assédio mesmo, eu conversando com o professor de... no colégio (...) eu tava precisando de muito dinheiro, eu tava desempregado, aí eu tava procurando emprego doido pra arrumar dinheiro. Aí ele pegou e falou assim pra mim "ó, eu sei um jeito fácil de você arrumar dinheiro", aí deixei pra lá, pensei que ele tava brincando, aí depois eu falei assim, o professor que tipo de trabalho é esse, há é que tem uns colegas meus que saem assim, é um dinheiro fácil, eu falei, então explica né professor, que eu to precisando de trabalhar..."* [...] *Era, era programa, aí ele falou pra min que era programa com homossexuais, sabe, (...) aí parei tudo, aí assim, não falei nada com ninguém, mas falei se isso acontecesse novamente eu ia arrumar um problema com ele, eu ia falar com a diretoria."* (Grupo focal com alunos, escola pública, Vitória)

A reação aos casos de assédio é variada. Muitas vezes, se dá a omissão e a desqualificação, considerando que se trata de *brincadeiras* ou de provocação sexual. Mas em duas escolas do universo pesquisado, diretores respondem processo por abuso sexual contra alunas.

Muitas escolas, no caso de violência intrafamiliar e de assédio no entorno da escola, assumem a proteção dos jovens, denunciando para o SOS Criança e o Conselho Tutelar.

O quadro seguinte resume os principais tipos de assédio narrados por jovens e membros do corpo pedagógico, considerando os atores envolvidos:

QUADRO 6.4 – Tipos de assédio

Atores[1]	Tipos de assédio
Aluno/Aluno	*Alunos mais velhos que passam a mão em mais jovens* *Tem essas brincadeiras, deles de adolescente, de um passa a mão e na bunda do outro*
Aluna/Aluno	Brincadeiras verbais *Passada de mão*
Aluno/Aluna	Brincadeiras verbais – *sem graça; chamar de gostosa* *Passam a mão na bunda das meninas* *Passam a mão nos peitos* No banheiro: tentar tocar nas partes genitais *Pegar a força e beijar na boca* *Trancar menina no armário para uma relação à força*

QUADRO 6.4 – (continuação)

Atores[1]	Tipos de assédio
Professor/Aluna	Linguagem íntima: *Meu amorzinho* *Bonitinha* *Levanta não sei o que* *A sua boca é linda* *Boca combinar de sair?* *Cala a boca se não dou* *Beijo na boca* *Cantadinha* Coerção, chantagem: *Quer passar?* *Dá notinha alta* *Ameaça de reprovação* Processo de assedio ou de abuso: *Pedem beijos às meninas* *Pedem às meninas para sentarem no colo deles* *Ele disse: tu não vai querer sair no fim de semana?* *O professor perguntou se eu não queria ir a seu hotel com ele*
Professor/Aluno	Convidar para programa com homossexuais
Aluna/Professor	Linguagem íntima: *ele é gostoso* *Canta professores* *Dão em cima do professor*
Aluno/Professor	Aluno drogado tentando agarrar professora Aluno que fala *coisas indevidas para professora* *Chama de gostosa*

Fonte:UNESCO: Pesquisa *Violências nas Escolas*. Brasília: UNESCO, 2002.
(1) Depoimentos de alunos e professores.

6.1.2 Estupro e incesto

Segundo Diegole (2003), se define como estupro o ato de constranger a mulher de qualquer idade ou condição à conjunção carnal, por meio de violência ou grave ameaça. Do ponto de vista jurídico, é crime previsto no artigo 213 do Código Penal Brasileiro. O estupro deve ser diferenciado do atentado violento ao pudor. Este consiste em constranger alguém mediante violência ou grave ameaça a praticar ou permitir que se pratique ato libidinoso diverso da conjugação carnal. O atentado violento ao pudor também é crime previsto no artigo 214 do Código Penal Brasileiro.

O estupro, o incesto, assim como outras formas de abuso sexual, podem acontecer mais dentro de casa do que na rua.

Segundo Ventura (2002: 102), "No Brasil, o tipo penal que define o estupro somente admite como vítima, a mulher. Assim, uma relação homossexual forçada não configura estupro, pois exige união heterossexual. Na realização de um estupro de corte homossexual, o crime é caracterizado como atentado violento ao pudor".

Geralmente, quem abusa é uma pessoa que a criança e/o adolescente jovem conhece. Segundo Barbosa (1999: 39):

> O abuso sexual é a utilização para fins sexuais de corpo de uma criança ou adolescente, por parte de um adulto. Caracteriza-se pelo não consentimento da vítima, que é coagida física, emocional ou psicologicamente. Trata-se, portanto, de uma relação bilateral para satisfação unilateral do abusador. Compreende desde atos libidinosos até o estupro. Em aproximadamente 80% dos casos, o agressor faz parte do sistema familiar, convive de alguma maneira com a vítima, exerce sobre ela poder ou influência, mantém com ela laços de autoridade e afeto. Geralmente é o pai, avô, tio, irmão, primo, amigo da família ou namorado.

Ainda segundo Barbosa (1999: 40):

> O incesto ocorre em todas as sociedades e em todos os níveis sociais, mas as estatísticas não refletem sua incidência. Isto se explica pelas inúmeras implicações de ordem familiar, psicológica e social que ele acarreta. Uma das características do incesto é a chamada síndrome de adaptação da criança, que envolve três situações: segredo, falta de defesa e adaptação. Segredo: a criança sofre abuso quando está sozinha com o adulto e o fato não deve ser compartilhado com ninguém. Falta de defesa: o adulto é alguém da família. Como a criança foi orientada de que "na família tudo é permitido" e só se deve desconfiar de "estranhos", vive um conflito que facilita o exercício do domínio perverso por quem dela abuse. Adaptação: a criança se sente numa armadilha e não busca ajuda. Desprotegida, só lhe resta aprender a aceitar a situação e conviver com a mesma.

Em particular, o estupro atinge, sobretudo, meninas, adolescentes e mulheres jovens. De fato, o estupro, assim como o incesto, não ao azar se pauta por singularidades de gênero e de geração, por vulnerabilidades que se reforçam pela dependência afetiva e econômica dos mais jovens. Azevedo e Guerra (1997) *apud* Ippolito (2003) também documentam que "a grande maioria das crianças e adolescentes abusadas são meninas na idade entre 7 e 14 anos. No Brasil, estima-se que uma em cada três ou quatro meninas e jovens é abusada sexualmente antes de completar 18 anos". Mas entre meninos e rapazes

também é alta a incidência, um entre seis a 10 é abusado até 18 anos. Entre maio e agosto de 2003, segundo Ippolito (2003), o Disque-Denúncia registrou 264 casos de abuso sexual.

Distintos atores referem-se a casos de estupros que vitimizaram alunos, mas não se restringem a nomear ocorrências no âmbito da família. Os professores indicam que nas escolas e no seu entorno, em particular no trajeto casa/escola, há casos de estupro e de violência sexual: *Aqui, no ano passado, na rua da escola, teve uma menina que foi estuprada. Ela era do 2º ano*. Segundo inspetores, uma das conseqüências ampliadas dessas formas de violência é o medo de ir à escola, acarretando, muitas vezes, a desistência de estudar naquele estabelecimento de ensino ou até de dar continuidade aos estudos (Rua e Abramovay, 2002).

As Tabelas 6.2 e 6.3[51], a seguir, ilustram a extensão relativa das respostas à questão sobre ocorrências de estupro ou violência sexual em ambiente escolar. Como pode ser constatado, ocorrências brutais foram mais registradas pelos alunos de Cuiabá (12%), São Paulo (11%), Manaus (11%) e Distrito Federal (9%).

Caso fossem menores, os percentuais encontrados já incomodariam, mas são altos, quer nas falas de alunos (de 5% em Vitória a 12% em Cuiabá), quer na de professores, como veremos a seguir. Estes dados, porém, não permitem avaliar a magnitude da repercussão desta violência, considerando os traumas na vida das vítimas, o desrespeito e a ofensa.

Quando perguntados se tinham conhecimento de alguma violência sexual ou estupro dentro ou perto da escola, o percentual de professores que responderam afirmativamente varia entre 20,6%, no Distrito Federal, e 2,5%, no Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que o Distrito Federal, seguido de São Paulo (18,0%), destoa das demais cidades pesquisadas, apresentando elevadas percentagens de conhecimento desses casos, visto que nas as outras capitais esse percentual varia entre 2,5% e 9,7% (Tabela 6.3).

[51] Informações sobre esta temática são do banco de dados da pesquisa da UNESCO: Violências nas Escolas, 2002. Retirado de Abramovay e Rua, 2002: 251.

TABELA 6.2 – Proporção de Alunos do ensino fundamental e médio, por indicação de estupro ou violência sexual na escola ou perto dela, segundo capitais de Unidades da Federação, 2000[1]

Capital	Indicação de estupro ou violência sexual na escola ou perto dela[2]
Belém	5
Cuiabá	12
Distrito Federal	9
Florianópolis	6
Fortaleza	5
Goiânia	7
Maceió	7
Manaus	11
Porto Alegre	9
Recife	6
Rio de Janeiro	6
Salvador	9
São Paulo	11
Vitória	5

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, Unesco, 2001.

Notas: Foi solicitado aos alunos: *Marque com um X se você sabe que já aconteceu nesta escola.* Categoria selecionada: *Houve estupro ou violência sexual dentro ou perto da escola.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 6.3 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo indicação de estupro ou violência sexual na escola ou perto dela e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Indicação de estupro ou violência sexual na escola ou perto dela[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	5,5	5,0	**5,2**
Cuiabá	10,0	4,3	**5,8**
Distrito Federal	25,0	19,0	**20,6**
Florianópolis	9,4	5,7	**7,0**
Fortaleza	6,8	4,7	**5,4**
Goiânia	5,8	6,1	**6,0**
Maceió	3,9	3,0	**3,2**
Manaus	7,6	10,9	**9,7**
Porto Alegre	9,6	6,6	**7,1**
Recife	9,6	8,2	**8,7**
Rio de Janeiro	4,4	1,6	**2,5**
Salvador	6,3	3,6	**4,3**
São Paulo	15,4	18,8	**18,0**
Vitória	5,1	4,5	**4,7**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi solicitado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Marque com um X tudo o que você sabe que aconteceu nesta escola.* Categoria selecionada: *Houve estupro ou violência sexual dentro ou perto da escola.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

O medo e ameaças fazem com que as vítimas não denunciem ou não levem adiante as denúncias contra os agressores. Algumas vezes, como demonstra o depoimento que se segue, retirando a queixa policial em decorrência de intimidação à integridade física da vítima ou de seus familiares, *eles tinham mais medo que eu*. De fato além do não apoio, algumas vezes pela própria família, essa pressiona a vítima para que retire a queixa – caso do depoimento seguinte. Note-se também que, neste caso, o agressor era das Forças Armadas, o que torna a vítima e seus familiares mais indefesos, além de perpetuar o medo:

> *Eu sofri uma tentativa de estupro o ano passado, então eu fiquei assim com muito medo, foi um caso assim muito sério, eu cheguei a contar o caso na delegacia pra saber quem era, então tive hematomas, dele. Ele era grisalho (...), ficou marcas de revólver em mim e gente eu corri muito, fiz tudo que eu podia, (...). Pessoas, aliás, da polícia mesmo, de onde trabalhava, me ajudaram bastante. A gente correu atrás até que ele começou a ameaçar, falou que ia me dar um tiro, ia tirar meu sossego, falou que ia me matar, aí eu vinha pra escola e vinha acompanhada, trazia minha prima (...) A minha família em vez de me ajudar, eles tinham mais medo que eu, e pelo fato dele ser policial, minha família ficou com muito medo e ficou pedindo pra mim ir lá e retirar a queixa. Eu fui, retirei a queixa do soldado. Já estava abrindo sindicância e acabei tirando, depois disso a gente se encontrou e ele teve que prometer que nada ia acontecer comigo, que se alguma coisa acontecesse comigo ele seria o culpado. Até hoje eu fico assustada, eu venho pra escola, eu fico assustada, eu tenho muito medo (...)* (Grupo focal com alunos, escola pública, Goiânia)

A família é uma das instituições onde ocorrem violências sexuais contra crianças e adolescentes, contando-se com ampla literatura sobre o tema. Recorrendo à estatisticas do IBGE e dados do CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, de 1999 citados no documento Sexualidade: Prazer em conhecer da Fundação Roberto Marinho (2001: 168), tem-se que:

> Na grande maioria dos casos de violência dentro de casa contra crianças e adolescentes, o agressor é o pai, seguido do padrasto, irmão e vizinhos. Raramente a mãe aparece como agressora e sim como conivente com a violência (...). O Ministério da Justiça registra cerca de 50 mil casos por ano de violência sexual contra crianças e adolescentes. É possível que esse número represente apenas 10% dos casos.

Como ressalta uma professora, no depoimento que segue, são múltiplos os traumas e sofrimentos de uma violência sexual em uma criança ou jovem, em particular quando o agressor é um parente. No caso de violência com estupro, mais se multiplicam os malefícios, em muitos casos, irreparáveis, como bem traduz a expressão popular *desgraçou a vida da menina*:

> *Eu acompanhei um caso de uma menina que com nove anos que engravidou do padrasto dela que a violentou. A menina sofreu muito com isso e teve problema de saúde porque, segundo o médico, o corpo dela não estava preparado pra essa gravidez e acabou no final das contas a mãe dela tendo que cuidar do filho dela e... arcando com a conseqüência, porque a menina adoeceu com esse trauma e ainda está no hospital. Aí a mãe dela fica ameaçando ela pra ela não falar nada pra polícia sobre o acontecido... que o padrasto violentou ela, aí, como se diz, desgraçou a vida da menina.* (Grupo focal com professores, escola pública, Mato Grosso)

Mais uma vez, tendo como referência o depoimento anterior, chama-se atenção para a fragilidade das vítimas – jovens e crianças – e a falta de rede institucional que informe como proceder e ampare a denúncia, sendo que a própria família pode ser cúmplice ou enredada na lei do silêncio.

É sabido que, em muitos casos, familiares escondem da polícia e das instituições de proteção à infância, a violência física, a exploração e o abuso sexual praticados em casa, por outros familiares. Jovens pesquisados também se referem a tal omissão, mas registram, resistências e rebeliões contra a tentativa e prática de violências sexuais por familiares:

> *Eu já fui do meu padrasto, o segundo marido da minha mãe. Ela casou com meu pai, separou e teve mais dois maridos. O segundo ele era assim, era até com as filhas dele mesmo, eu ficava admirada com isso, eu até cheguei a ficar assim super-revoltada, até com elas, pelo fato delas estarem com ele, então imagina. Foi uma coisa horrível demais, minha avó falava assim que eu ia ser uma menina revoltada, mas eu falei assim, uai! "minha família nunca dá certo em nada na vida por causa disso, porque tinha acontecido isso, o que aconteceu". (...) desde que ele começou a namorar a minha mãe, eu tinha onze, então ele ficou com a minha mãe até quando eu tinha dezoito. Mas ele parou com isso*

quando eu tinha quinze, porque aí eu comecei a falar pra todo mundo da minha família. Antes eu não tinha coragem, ele me ameaçava assim, então eu não tinha coragem, mas depois que eu falei ele parou. (Grupo focal com alunos, escola pública, Goiânia)

Às vezes, a violência sexual na família não é denunciada, apesar de identificada, na tentativa de preservar o núcleo familiar. De um lado, as relações de afinidade e consangüinidade entre crianças/adolescentes/jovens abusados e os agressores gera a complacência de outros membros da família: por exemplo, alunos de uma escola em Florianópolis relatam conhecer uma menina que era obrigada a ter relações sexuais com o tio e que apesar de contar para os pais, *entra por um ouvido e sai pelo outro, não fazem nada e não querem acreditar na guria. Ela tem medo de ir à polícia, porque o cara é policial.*

Em muitos casos de abuso ou incesto, evidencia-se que as mães silenciam, mesmo quando há queixas concretas das filhas. Uma hipótese, que se embasa na literatura, em particular a feminista, sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes no Brasil (ver Saffioti, 1997), é que, nesse tipo de crime, muitas vezes, é o criminoso quem sustenta o lar, assim a família teme fazer denúncia. Mas, também, se ressalta que a dependência afetiva da mãe em relação ao marido ou parente pode ser um complicador na sua defesa dos direitos dos filhos.

Pode ocorrer, também, que a jovem não denuncie para preservar outros parentes próximos da dor do reconhecimento que alguém querido é um violador, por vergonha e a ambigüidade dos sentimentos em relação ao violador/parente. A dificuldade de diálogo entre pais e filhos pode também inibir a denúncia por parte dos jovens:

Mas eu tenho dó, tenho dó, eu olho assim... meu tio sou uma criança, uma criança, sobrinha e o respeito pela minha mãe, por mim, caramba, né? Sei lá. Eu tenho dó, eu não falei nada porque eu tenho dó, como eu sou muito assim com a minha família eu sei que eu ia acabar com a vida dele se eu falasse alguma coisa. Eu também, eu não tinha como eu sou fechada com a minha mãe, como que eu ia chegar: "mãe, o tio fez isso e isso comigo, não tem fundamento. Eu para mim, deve ser por isso que eu tenho tanta vergonha (...)". (Grupo focal com alunos, escola pública, São Paulo)

A falta de respaldo dos pais, em particular da mãe, quando a denúncia de tentativa de estupro, incesto ou de sedução, é ressentida pelos jovens, ocorrendo casos em que as filhas são postas para fora de casa, mandadas para casa de um outro parente e as mães permanecem com o marido/companheiro agressor:

> *Ela falou pra mim que quando ia dormir ele mexia com ela, no mesmo quarto da mãe dela. Ela contou pra mãe: "mãe, esse homem esta mexendo comigo". A mãe dela não acreditou nela, a mãe dela falou "você está mentindo". Aí mandou ela morar lá em (...) na casa da tia dela e disse que ela estava dando em cima do marido dela.* (Grupo focal com alunos, escola pública, São Paulo)

Não somente alunos, também membros do corpo pedagógico ressaltam casos de omissão e conivência das mães com situações de estupro sofridas por moças no ambiente familiar, chegando à rejeição da filha agredida, optando pelo agressor, o companheiro. De acordo com uma professora em Vitória: *Foi o ano passado, aquela menina, a mãe mandou a filha pra casa da avó, pra não se separar do homem, sabendo que o homem molestava a menina de noite. A menina pequena, novinha, menina, menina.*

O depoimento seguinte documenta a mesma temática, além de sugerir que o não apoio da mãe a uma filha violentada por seu companheiro – padrasto da moça – pode, também, colaborar para que a jovem se envolva em outras relações sexuais e afetivas em que é desrespeitada pelos parceiros da relação. Desencadeia-se então uma corrente de vivências em situações de violências de várias ordens. Mas também sugere, o depoimento, a importância de professores no ouvir e amparar os jovens em suas angustias e intermediar conflitos familiares:

> *Estava na minha aula e a menina começou a chorar na sala e falou "professora, eu preciso conversar com a senhora, preciso conversar com a senhora só e lá fora". Fui lá, e ela começou a chorar e falou que estava grávida, que eu contasse para a mãe dela, pois ela não tinha coragem de contar. Aí eu falei "você mora aqui perto?" "moro". "Sua mãe está lá?" Então telefonei e mandei a mãe vir imediatamente. Aí a mãe falou "eu não te avisei que isso ia acontecer, ela vive na rua, chega de madrugada, ela sai". Botou a culpa toda na menina. Aí nós conversamos muito com ela. "Olha que a culpa também é sua". Infelizmente a mãe teria que apoiar e parece que deu resultado e através dessa conversa também nós descobrimos coisas terríveis, que aconteciam na casa dela.*

Ela foi molestada pelo padrasto, inclusive eu pensei, primeiramente, que o filho fosse do padrasto, mas é do vizinho que também não quer tomar nem conhecimento, não quer saber. Segundo a mãe, mora junto ainda, aqui é assim quando acontecem essas coisas a mãe não separa do pai, ela bota é a filha para fora (...) Teve um caso ano passado que a mãe botou a filha para fora, porque disse que a filha era que era safada, que ela não queria perder o homem dela. (Grupo focal com professores, escola pública, Vitória)

Mas não necessariamente os adultos de referência, como os professores, colaboram na denúncia dos agressores e, muitas vezes, a escola se omite, considerando que o tema é privado e não do seu âmbito.[52]

Um agente de segurança, em Fortaleza, afirma que na escola há muitos jovens que andam armados para se proteger, na medida em que aí houveram duas tentativas de estupro sem que a escola tomasse providências. O depoimento seguinte também ilustra a omissão de um professor, que mesmo tomando conhecimento de um caso de violência sexual, apenas ameaça denunciar se ocorrer novamente:

Quando eu falei pra mãe, a sua filha teve relação com seu companheiro", a mãe fingiu que não aconteceu, não, pensou assim" é mentira dela". E eu falei "mãe! as acusações são gravíssimas, é caso de denúncia, e se tornar a acontecer a escola vai denunciar, alguém vai denunciar". E a mãe ficou defendendo o companheiro. Eu falei com ela [aluna] *que se ele te molestar outra vez você me fala e a gente faz uma denúncia, mas ela não comentou mais nada.* (Grupo focal com professores, escola pública, Vitória)

As violências de cunho sexual em crianças e jovens atravessam tempos, sem cicatrização previsível e o contar faz parte do processo de cuidar desse trauma, tentar lidar ou superá-lo. Insiste-se na importância do diálogo para o processo de afirmação identitária dos jovens. É quando o contar sobre uma violência tão significativa, como a violação do seu corpo e da sua confiança em parente próximo, ganha mais importância. Impressiona no depoimento seguinte que o grupo focal, o estar entre

[52] Note-se que pela lei brasileira, todo adulto que desconfia ou sabe que uma criança sofre algum tipo de abuso ou violência é obrigado a comunicar o fato à Justiça, conforme disposto nos artigos 13 e 245 do ECA.

pares, conversando sobre um tema que remexe intimidades, levou uma jovem pela primeira vez a revelar memórias sofridas sobre tal violência e que até ela se espante do ato: *Nossa! eu não contei isso, até hoje,* o que indica a falta de interlocutores, a vontade de compartir, falar, livrar-se da memória ruim, sem encontrar chão para tanto:

> *(...) Foi, foi muito assim, eu já passei por isso. Eu, gente, espero que fique por aqui, mas é que eu tenho um tio, que não vou citar nomes e nunca citei, que ele já tentou me agarrar a força na minha casa, na casa da minha avó, entendeu? Chegou a tirar minha roupa, tudo, só que eu consegui sair fora dele. Teve uma vez que eu estava assim dormindo ele começou passar a mão assim em mim tudo, eu não sabia o que estava acontecendo e na hora que eu fui ver, ele já estava colocando a camisinha, eu tinha o que 9, 10 anos. Nossa! eu não contei isso, até hoje. Nunca contei para ninguém.*
> *A minha mãe começou a desconfiar, porque teve um certo dia que ele estava realmente, estava nu onde eu estava dormindo, porque ele morava na minha casa. É assim, ele morava. Então minha mãe o viu no meu quarto 1 hora da manhã, na hora que ela acendeu a luz ele se escondeu debaixo do colchão. Ele estava praticamente nu e eu fingi que estava dormindo e a minha mãe fingiu que não viu nada, entendeu? Percebeu. Mas a mãe ficou desconfiada, mas eu percebi que o temperamento dela comigo mudou, ela foi tentando afastar ele dali, ele daqui. E foi tomando conta mais de mim, até hoje eu durmo com meus pais. Mas a minha mãe nunca falou nada para mim, mas eu conheço ela e eu sei que ela chegou a saber.* (Grupo focal com alunos, escola pública, São Paulo)

Jovens que passaram pela experiência terrível de uma tentativa de abuso sexual ou que foram violentados expressam dor e revolta, como o caso de uma aluna do Rio de Janeiro: *Tenho, muita raiva, muito ódio, tem dia que eu, sei lá, voto pela pena de morte pro estuprador, eu acho um crime, não fui violentada sexualmente mas o que eu passei assim era muito criança, guardo na cabeça e aí eu tenho muito ódio.*

6.2 PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES: O CASO DA HOMOFOBIA

Privilegia-se, nesta seção, um tipo de violência pouco documentado quando se tem referência a escola, a homofobia, o tratamento preconceituoso, as discriminações sofridas por jovens tidos como

homossexuais, sendo que, muitas vezes, os professores não apenas silenciam, mas colaboram ativamente na reprodução de tal violência.

Mas ainda que se focalize aqui mais a questão da homofobia, são diversos os preconceitos, discriminações que em nome da sexualidade, desrespeitam, ferem a dignidade do outro, constituindo, muitas vezes, para quem é o objeto desses, sofrimentos e revoltas. São legitimados por padrões culturais que cultivam simbólica e explicitamente hierarquias e moralismos em nome da virilidade, da masculinidade e da rigidez que codifica uma determinada vivencia da sexualidade como a normal, a consentida. Muitas expressões de preconceitos e discriminações em torno do sexual tendem a ser naturalizadas, até prestigiadas e não entendidas necessariamente como violências[53].

Em seminário promovido pela UNESCO, em Oslo, 1997, insiste-se contra violência nas relações sociais de gênero, o que, no plano da escola, teria como vetor discutir o incentivo ou a banalização pelo silenciamento a expressões de masculinidade que apelariam para o desrespeito ao outro. Breines, Cornell e Eide (2000) expressam que, entre as várias referências de tal seminário, a família, as relações interpessoais e a relação comunidade e escola seriam priorizadas como possíveis espaços para se construir convivências positivas, em que os seres masculino e feminino não sejam esmaecidos, mas afirmados por respeito à individualização de cada sexo/gênero e por orientação coletiva por compromissos com os direitos humanos.

Costa (1994) considera que a organização cultural das práticas eróticas, ou seja, a aprovação do que é ou não normal tem a ver com a nomeação de identidades, o que se dá de forma coletiva, não sendo ao azar que um dos receios básicos quanto ao lidar com uma identidade não aprovada seria os outros, ou seja, como se será considerado pelo grupo de referencia no seu trato com o "estranho". A ênfase de Costa (1994) está na linguagem e na comunicação como construtos de preconceitos. E, de fato, como se tem enfatizado neste e em outros trabalhos da UNESCO, há que mais cuidar sobre a linguagem, as formas de comunicação, as brincadeiras na escola de teor preconceituoso e discriminatório.

---

[53] Ver, entre outros, sobre juventude, violências e banalizações, em particular das de cunho sexual, por exemplo: Abramovay e Rua, 2002; Castro, 2002; e Castro e Abramovay, 2003a.

Um tipo de estranhamento, que para vários autores associa-se à representação da masculinidade ou da masculinidade legítima e aprendida como a "normal", e que pode-se traduzir em diversos tipos de violências, comumente encontrada na literatura sobre jovens, diz respeito à discriminação contra os homossexuais.

Observa-se que, embora os jovens estejam mais envolvidos na violência chamada de "dura", (Chesnais *in* Abramovay e Rua, 2002), a percepção de rapazes e moças sobre o que é violência muito se assemelha. Ambos, quando solicitados a indicar, de uma relação proposta pela pesquisa, as cinco mais graves formas de violência, selecionam os mesmos itens, mas com uma singular exceção: a questão da agressão a homossexuais. Neste caso, percebe-se maior sensibilidade das jovens com este tipo de violência. *Bater em homossexuais* é classificada pelas jovens como a terceira violência mais grave, enquanto para os jovens ela ocupa a sexta posição (Tabela 6.4).

TABELA 6.4 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo e por ordem de indicação, segundo as cinco ações consideradas mais violentas, Brasil – conjunto de 14 cidades, 2000[1]

Ações consideradas mais violentas[2]	Masculino		Feminino	
	Posição	(%)	Posição	(%)
Atirar em alguém	1º	82,6	1º	86,3
Estuprar	2º	68,5	2º	84,0
Bater em homossexuais	6º	36,1	3º	47,8
Usar drogas	3º	48,1	4º	46,0
Roubar	4º	45,3	5º	44,6
Andar armado	5º	44,0	6º	42,1

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.
Solicitou-se aos informantes: *Entre as ações abaixo, marque as cinco que você considera mais violentas* (categorias de resposta apresentadas na tabela).
(1) Dados expandidos.
(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

De fato, a discriminação contra homossexuais, ao contrário das de outros tipos, como as relacionadas a racismo e a sexismo, são não somente mais abertamente assumidas, em particular por jovens alunos,

além de ser valorizada entre eles, o que sugere um padrão de masculinidade por estereótipos e medo ao estranho próximo, o outro, que não deve ser confundido consigo.

> A homofobia, o medo voltado contra os(as) homossexuais, pode-se expressar ainda numa espécie de "terror em relação à perda do gênero", ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher "reais" ou "autênticos(as)" (Louro, 1997: 29).

Quando se pergunta aos alunos sobre quais pessoas ele não gostaria de ter como seu colega de classe, aproximadamente 1/4 dos alunos indicam que não gostariam de ter um colega homossexual, sendo que os percentuais extremos dessas respostas ficam entre 30,6% (Fortaleza) e 22,6% (Belém), o que corresponde em números absolutos a 112.477 (Fortaleza) e a 43.127 (Belém).

Ressalta-se que os jovens do sexo masculino, em qualquer capital analisada, rechaçam com maior intensidade a homossexualidade. Por exemplo, em Porto Alegre, enquanto 42% dos rapazes indicam tal preconceito, no caso das moças, baixa para 13% (Tabela 6.5).

São mais altas que no caso de alunos, as proporções de pais que mencionam que não gostariam que homossexuais fossem colegas de escola do seu filho. Tal indicador de rejeição está entre 47,5%, em Fortaleza, e 22,2%, em Porto Alegre. Corroborando a tendência antes analisada, os homens são mais preconceituosos, chegando, em Recife, a 60% e, em Fortaleza, a 59,2%. (Tabela 6.6).

Já comparativamente a alunos e pais, são mais baixas as proporções de membros do corpo técnico-pedagógico que selecionam a opção que indica que *não gostariam de ter homossexuais como seus alunos*: 5,9% no Distrito Federal a 1,9% em Porto Alegre (Tabela 6.7).

As menores taxas de rejeição, por parte dos adultos, encontra-se em Porto Alegre apesar da elevada diferença, em percentuais, entre pais (22,2%) e professores (1,9%). Na mesma capital, já entre alunos (25%) e pais não se nota tanta diferença nas taxas de rejeição.

Muitos dizem que não têm preconceito, desde que o homossexual permaneça longe, não se aproxime e, principalmente, que não insinue que eles possam ser um igual ou um parceiro da relação. Os rapazes têm aversão às "cantadas" vindas de homossexuais, sentindo-se ameaçados em sua masculinidade e, muitas vezes, reagindo com violência:

– *Eu não sou nada contra não, mas longe de mim!.*
– *Também não aceito não. Eu sou muito preconceituoso, parte antiga também. Eu Não aceito perto de mim.*
– *Rapaz, eu sei de uma coisa, se você quer ter um amigo homossexual, pode ter. Mas não dê uma abertura não! Não abra não porque ele entra mesmo. Eu nunca gostei de ficar perto de homossexual não.* (Grupo focal com alunos, escola privada, Fortaleza)

Tenho [preconceito]*, mas uma certa parte. Meu preconceito é, como se chama, com o gay. Meu preconceito não é totalmente em cima da pessoa. É, por exemplo, se a pessoa que é gay vier com gracinhas para mim.* (Grupo focal com alunos de escola pública, diurno, Teresina)

TABELA 6.5 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo a opinião de que não gostariam de ter homossexuais como colegas de classe e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Não gostaria de ter homossexuais como colegas de classe[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	33,5	15,0	22,6
Cuiabá	35,0	15,1	24,1
Distrito Federal	39,7	19,8	28,2
Florianópolis	35,6	16,3	26,1
Fortaleza	42,3	21,3	30,6
Goiânia	40,9	20,1	30,0
Maceió	44,0	16,4	27,8
Manaus	36,3	17,4	26,0
Porto Alegre	42,0	13,4	27,4
Recife	39,6	22,1	30,1
Rio de Janeiro	39,7	10,0	24,2
Salvador	37,5	16,3	25,4
São Paulo	40,9	15,2	28,0
Vitória	44,9	13,1	27,7

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Quais das pessoas abaixo você não gostaria de ter como colega de classe?* Categoria selecionada: *Homossexuais*.
(1) Dados expandidos.
(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 6.6 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo a indicação de que não gostaria que homossexuais fossem colegas de classe dos filhos e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Não gostaria que homossexuais fossem colegas de classe dos filhos[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	47,9	35,2	37,8
Cuiabá	41,7	33,6	35,5
Distrito Federal	17,4	26,9	24,6
Florianópolis	37,5	21,8	26,3
Fortaleza	59,2	45,1	47,5
Goiânia	37,1	31,7	32,9
Maceió	47,7	39,4	41,2
Manaus	46,6	35,3	38,1
Porto Alegre	36,7	18,1	22,2
Recife	60,0	42,7	46,4
Rio de Janeiro	37,5	29,0	30,8
Salvador	38,9	39,9	39,7
São Paulo	35,7	31,1	32,0
Vitória	37,5	26,4	29,6

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos pais: *Quais das pessoas abaixo você não gostaria que fossem colegas de classe do seu filho?* Categoria selecionada: *Homossexuais.*
(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Sobre a necessidade de não ser confundido com o outro, o homossexual, reflete Freire (1992) que as nossas condutas obedecem a um certo tipo de ordenação que é tida como modelo a ser seguido, sendo que os que se afastam de tais modelos são os reprovados, como transgressores ou anormais.

No imaginário popular, se diferencia preconceitos de discriminações, uma vez que estas se materializam em atos explícitos ou implícitos contra terceiros. Não se leva em conta a tênue barreira entre tais formações psicossocioculturais e, muito menos, o que causam ao outro. O depoimento seguinte ilustra a naturalização de preconceitos, a subliminar justificativa de que se é preconceituoso sem causas e, conseqüentemente, sem condições de combatê-los. Vive-se uma cultura que se reproduz por inércia e que tem causas complexas,

desencadeadas pelo outro, que assim é culpado de algo que não se sabe bem o que, o que tornam todos impotentes. É, também, muito significativo o depoimento seguinte, porque indica como os preconceitos se acumulam e se reforçam mutuamente:

> *Sempre tem* [preconceito]. *Eu acho que é, tipo assim, como um trauma assim, que existe em algumas pessoas: "Ah, eu não gosto de negro. Ah, eu não gosto de gay, sabe?" É alguma coisa que aconteceu com ele, sabe? Não tem explicação, embora eu não goste de nenhum gay e se não chegar perto, mas se chegar também, eu fico com raiva, eu não gosto, eu conheço vários sapatão, mas eu não gosto, sabe? Se quiser ser, tudo bem, né? Mas ele lá e eu aqui, converso numa boa, tenho vários amigos assim, só que ele lá e eu aqui.* (Grupo focal com alunos, escola pública, Cuiabá)

TABELA 6.7 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo indicação de que não gostaria de ter homossexuais como alunos e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Não gostaria de ter homossexuais como alunos[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	8,2	4,3	6,0
Cuiabá	5,7	1,1	2,3
Distrito Federal	5,6	6,0	5,9
Florianópolis	3,1	2,4	2,7
Fortaleza	6,8	6,3	6,5
Goiânia	0,0	3,4	2,5
Maceió	3,9	3,0	3,2
Manaus	4,5	3,6	4,0
Porto Alegre	0,0	2,3	1,9
Recife	5,8	3,1	4,0
Rio de Janeiro	6,6	1,6	3,3
Salvador	4,2	2,2	2,7
São Paulo	3,1	2,1	2,3
Vitória	0,0	3,0	2,1

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Quais das pessoas abaixo você não gostaria de ter como seus alunos?* Categoria selecionada: *Homossexuais.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

As referências ao lesbianismo são menos comuns, sendo uma exceção o depoimento de auto-exposição da opção sexual por parte de uma moça e sua reação a um tratamento discriminatório. Entretanto, há, entre jovens, maior censura e autocensura em relação à homossexualidade feminina, é comum o tratamento depreciativo e por pseudobrincadeiras, como indicam alunos do Rio de Janeiro: *Até aconteceu comigo, eu cheguei para a garota e falei que ia processar ela, porque ela falou que eu era sapatão, eu falei: "sou assumida há três anos nessa escola e eu assumo o meu papel, quem quiser falar alguma coisa comigo vem comigo". Ela ficou falando gracinha.*

Os casos de homossexualidade feminina são menos citados pelos alunos, mas tão estigmatizados, nos discursos, quanto homossexualidade masculina:

M – *Quando é mulher, mesma coisa.*
H – *Eu não aceito, muié com muié é nojento.*
M – *Também é feio.*
H – *Ah, eu não acho nojento.*
H – *Mulher com mulher sempre é muito feio.*
M – *É sim, é ridículo, o meu pai viu umas mulheres se beijando no centro da cidade e ficava uma pegando nas partes da outra, o meu pai é um daqueles bem antigo assim.* (Grupo focal com alunos, escola pública, São Paulo)

Em relação aos homossexuais em geral, há indicações de que as jovens seriam menos preconceituosas. Professores percebem que, para os meninos, o preconceito de ter um amigo homossexual é mais forte do que para as meninas, conforme relato de uma professora de Cuiabá: *(...) Eu acho que o homem tem mais preconceito de ter amigos homossexuais do que a mulher.*

Para os pais, os casos de lesbianismo seriam menos comuns em comparação com os casos de homossexualismo masculino, mas tal representação deve-se associar a uma menor visibilidade do lesbianismo pela maior censura social e conseqüente vulnerabilidade negativa das mulheres envolvidas em tal relação:

Então, eu não sei explicar assim o que anda acontecendo com o mundo, com respeito ao sexo nesse sentido [homossexualidade]. *O que eu estou achando é que eu estou abobada com que eu estou percebendo, vendo, lendo e assistindo,*

porque eu estou achando que está demais, alguma coisa está errada. E aí o pessoal fala assim que com mulheres é a mesma coisa, mas eu não vejo. A gente parece que vê menos. (Grupo focal com pais, escola privada, Cuiabá)

No testemunho seguinte, a insinuação do medo, da autocensura, do reconhecimento de que o lesbianismo é uma orientação sofrida, em particular pelos preconceitos sociais e negações que resvalam para violências de distintas ordens:

Eu conheço uma menina (...). Aí ela contou que estava gostando de uma outra menina, mas ela não queria isso. A menina que ela estava gostando já era sapatona, ela já era, já gostava... aí ela pegou e começou a conversar comigo da coisa. Aí ela falou que não queria gostar e estava se afastando. Aí eu falei, "ah! eu espero que você consiga se afastar, porque não é um mundo fácil, porque é um mundo que todo mundo apronta na rua, todo mundo discrimina, todo mundo é contra, com os outros pode, mas com a gente. (Grupo focal com alunos, escola pública, diurno, São Paulo)

Além da intolerância e da rejeição ao homossexual, alguns depoimentos de jovens alunos indicam idéias preconcebidas, estereótipos, como se lê na fala de um aluno de Fortaleza: *De todos os homossexuais que eu vi, com certeza, 80 ou 90% são moleques, são safados, são não sei o quê! E dá em cima de você.* Tais estereótipos mais racionalizam a repulsa em relação a esta orientação sexual, que também se sustentam pela identificação das relações amorosas entre iguais como "suja". Um aluno de São Paulo assim verbaliza sua repulsa: *Homem beijando homem com bigode. Ah, que nojo! Se sem bigode para mim já é... imagine com bigode. Bigode brigando, véio.*

Segundo Abramovay *et alli* (2002: 42), "são múltiplas as normas de relações sociais que se pautam por discriminações. Por exemplo, ocorre discriminação devido aos estereótipos em torno das orientações de exercício da sexualidade". A norma de discriminação contra homossexuais e travestis pode levar a atos de extrema violência por parte dos próprios jovens.

Ratificando tal alerta, o depoimento a seguir documenta um ato de violência física acoplado à violência verbal, por xingamento, cometido por um jovem contra um homossexual:

Uma coisa, que eu fiquei indignado quando eu estava com uma menina assim na rua, né. Aí teve um, um veado passou e me deu uma flor, aí eu peguei num pau e tive que... fui vítima.. .tive que fazer uma sessão nele. Eu peguei um pau e dei na cabeça dele! Não dei na cabeça dele, foi assim na parte do tórax. O que os outro vão pensar? (Grupo focal com alunos, escola pública, São Paulo)

A recorrência a linguagem pejorativa é comum nas violências contra homossexuais. É importante destacar a linguagem porque por ela se apresenta visões de mundo, representações e também a nomeação do outro por formas negativas ou contrárias à sua vontade, com o intuito de humilhar, discriminar, ofender, ignorar, isolar, tiranizar e ameaçar. No caso da escola, em que o verbo é matéria-prima, o cuidado com a linguagem, com os discursos de alunos e de professores ganha mais relevância, indicando problemas no objetivo do projeto escolar, de formar mentalidades por parâmetros de igualdade. Vários autores ressaltam tal importância do estudo de linguagens no âmbito escolar, em particular sobre sexualidade.

> A linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino, e sim, também pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso (ou não) do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos e os gêneros (do mesmo modo como utilizam esses mecanismos em relação às raças, etnias, classes, sexualidades etc.). Além disso, tão ou mais importante do que *escutar* o que é *dito* sobre os sujeitos, parece ser perceber o *não-dito*, aquilo que é silenciado – os sujeitos que *não são,* seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não podem ser nomeados (Louro, 1997: 67).

No Quadro 6.5, há registros de nomeações do outro, dos tidos como homossexuais, colhidas em grupos focais com alunos.

Os depoimentos abaixo ilustram discriminações que resultam no abandono da escola, a intenção de interromper carreira e na falta de pertencimento ao ambiente escolar:

> *Teve um menino que era homossexual, os alunos ficavam chateando ele e os professores não ligavam, que ele desistiu de estudar.* (Grupo focal com alunos, escola pública, Maceió)

Tinha um menino sabe, ele era um menino delicado, você entende? Homem não é assim, não aceita isso. Mas era o jeito dele, não era porque ele era gay e tal, afeminado, ele era uma pessoa assim que, sabe? Ele era completamente diferente de um menino, assim, ele não é diferente as atitudes dele, o jeito dele agir, ele não tinha aquele machismo, ele tratava as pessoas mais com clareza. A amizade com os meninos sabe, ele não tinha, porque todo mundo falava que ele era gay e chegou assim a ter um caso assim altamente drástico dentro da sala, ele falou que ia parar de estudar por causa disso. (Grupo focal com alunos, escola pública, Rio Branco)

QUADRO 6.5 – Apelidos atribuídos pelos alunos aos considerados homossexuais

Boiola (Boiolão)
Bicha (Bichinha e Bichona)
Viado
Travesti
Luz Clarita (em referência a personagem da novela de TV "Chiquititas")
Vera Verão (em referência a personagem do programa de TV "Zorra Total")
Sapatão (Sapatona)
Gay

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Documenta-se na fala seguinte a indiferença da escola com a vigência de tal violência e a crítica pela falta de uma ação mais dirigida contra a *falta de respeito ao outro*:

Na minha sala, tinha um menino homossexual e a galera, os meninos, o perturbaram tanto até ele sair da escola, não voltou. Ele chegava assim, todo assim, e os meninos ficavam perturbando, fazendo hora, brincando. Acabou que teve de sair da escola porque foi muito forte a história. Acho que deveria ter mais campanha na escola para alertar a galera que vivemos num país democrático. Hoje cada um é e pode ser o que quer. Acho que é importante respeitar os outros. (Grupo focal com alunos, escola pública, Salvador)

Ao mesmo tempo em que se registram discursos que revelam postura preconceituosa, há também outros, em sentido contrário, em que os alunos *reconhecem* o preconceito como algo negativo. Em seus relatos, eles são sempre testemunhas ou vítimas, quase nunca sujeitos

ativos da discriminação. Observa-se, contudo como a linguagem, os termos, denunciam alguma cumplicidade passiva, uma violência na nomeação, quando se usa expressões pejorativas, xingamentos.

QUADRO 6.6 – Não chegam perto dele

Grupo focal com alunos, escola pública, São Paulo

Tem preconceito porque tem um menino que é meio afeminado. Travesti. Muitos jogam ovos nele. Muitos ficam tirando "sarro". Muitos não chegam perto dele. Parece que ele tem uma doença contagiosa. Eles julgam pela aparência e não conhece para saber o que e como ele se sente.

Em fala de alunos de São Paulo, considera-se que a discriminação não seria justa porque não tinha provas: *Tem preconceito sim. Tinha um menino aqui com um jeito meio afeminado mesmo. Todo mundo mexia com ele. Chamava de "viadinho" e tal. Não tinha provas verídicas.*

Professores confirmam que há discriminação contra homossexuais por parte de alunos. Nota-se, em um dos testemunhos, a tentativa de banalizar tal fato. Segundo uma professora de Goiânia, essa prática (hostilizar um aluno tido como homossexual): *Eles* [os alunos] *têm alguma reserva com um aluno* [homossexual] *que nós temos aqui. Então, às vezes, eles falam alguma coisinha, mas não para o aluno. Então a gente tenta chamar a atenção, mas não é nada tão grave não.*

Alguns professores comentam que, apesar de abordarem a questão da homossexualidade pelo lado do respeito humano, é bastante difícil lidar com o assunto, pois os alunos sempre levam para a brincadeira. Já outros assumem uma postura de distanciamento e assim de cumplicidade passiva com a violência contra jovens tidos como homossexuais – *cada um é, pode ser como quiser* ou como um tema que não é de sua alçada. Dessa forma, omite-se o debate sobre assuntos que são engendrados por preconceitos e discriminações, quando muito pregando uma abstrata tolerância, em que cada um poderia ser o que quisesse, quando, na pratica, não é isso que ocorre. O depoimento seguinte se alinha a uma série de incoerências, quando ao tempo que se prega tolerância e divisão entre privado e público, assume-se uma implícita não aceitação por determinados tipos de comportamentos:

O preconceito com relação ao homossexualismo existe e eu combato porque eu acho que cada um é, pode ser, como quiser, imagina se a gente vai ficar controlando a vida dos outros, não pode... "bicha? quando que tu tiraste a prova?", eu digo "epa! alto lá! respeite seu colega". Eu não me incomodo, ele pode ser do jeito que quiser, a vida particular dele não me interessa, interessa a vida dele escolar. Aqui na sala, ele sabe se comportar. É um bom aluno, está me tratando bem? Correndo tudo direitinho, sabe, a vida particular não me interessa, não me interessa se a minha aluna vai sair daqui e rodar bolsinha, não interessa, sabe? (Grupo focal com professores, escola pública, Belém)

Muitos professores desempenham uma conivência não assumida com discriminações e preconceitos em relação a homossexuais, ao considerarem que expressões de conotação negativa em relação a esses seriam *brincadeiras, coisas sem importância.*

De fato, a discriminação contra alunos que são ou que são considerados homossexuais por parte dos colegas ocorre principalmente de forma velada/disfarçada**,** por meio de referências preconceituosas. De acordo com depoimentos de alguns diretores e professores, principalmente os meninos têm esse tipo de atitude como forma de constrangimento e intimidação àqueles que têm uma orientação sexual diferente da sua, ou cuja aparência não se enquadra no padrão esperado do ser homem.

Enquanto alguns consideram que as brincadeiras não são manifestações de agressão, naturalizando e banalizando as expressões de preconceitos, há os que enfatizam que as piadinhas ofendem e partem, freqüentemente, dos meninos e rapazes[54]:

Os alunos comentaram "da cor da calcinha dele". É brincadeira, "você viu? hoje ele está de calcinha cor de rosa". Mas, assim..., não foi rejeitado. Não foi tratado agressivamente, não. (Entrevista com diretor**,** escola particular, São Paulo)

O preconceito que existe que eu percebo é quando um aluno faz sua escolha sexual, principalmente o homem. Quando parte para a homossexualidade. Principalmente na sala é que é motivo de brincadeiras, preconceito, mas isto acontece em qualquer lugar. (Grupo focal com professores, escola privada, Teresina)

[54] Os depoimentos que seguem são de Rua e Abramovay, 2001.

Alguns professores declaram que reconhecem que existe preconceito e discriminação na escola, mas que esses só se dariam nas relações entre alunos, negando a vigência desses nas interações entre professores e alunos, como sugerem professores de Belém: *Noto muito preconceito e me incomodo. Eu acho que tem que respeitar cada um como é. Existe* [preconceito] *entre os colegas, não existe de professor pra aluno, eles* [alunos] *discriminam mesmo*.

Contradizendo tal assertiva, alguns professores assinalam casos de discriminação explícita, como sugere o depoimento seguinte: *Eu tenho um caso com um aluno do primeiro ano, que é homossexual. E um professor do segundo ano passou por ele no corredor e disse que ele é um ser extraterrestre, que é uma aberração.*

Já no depoimento a seguir, há insinuação de que a culpa é da vítima, ou seja, de que os jovens que optam por uma sexualidade não tida como padrão tendem a se autodiscriminar, *sentindo-se injustiçados* e se isolando.

> *Eu acho que tem discriminação, o que costuma acontecer aqui é um certo isolamento da pessoa, então as pessoas meio diferentes, de orientação sexual ou não, costumam ter um isolamento, direto com as pessoas (...) sempre se sentindo injustiçado, sempre tem essa separação, então isola um pouquinho. A gente tem um caso com um menino de segundo ano que ele é meio isolado...* (Grupo focal com professores, escola privada, São Paulo)

Observe-se, na reflexão dos professores a seguir, a mentalidade que tende a uma censura consentida, ao se considerar que um homossexual se não deixar transparecer seria considerado como os demais.

> *Graças a Deus, eu nunca tive problemas sérios de ter que chamar a atenção de alguém. E essas pessoas que os outros consideram diferentes, que para mim não são diferentes, são como eu, apenas uma opção sexual diferente, elas convivem normalmente, pelo menos na minha aula não deixam transparecer. Às vezes, a gente até brinca, mas jamais seria ofendendo.* (Grupo focal com professores, escola pública, Cuiabá)

Por outro lado, o depoimento indica a autocontensão de preconceitos, não pelo seu convencimento de que eles se fundamentam em estereótipos,

em valores negativos, mas sim, pela demarcação social crítica contra discriminações, ou seja, o medo da punição social se for caracterizado como preconceituoso

> *Mas é complicado. O professor tem que estar muito aberto, porque uma palavra... Às vezes, você se acha certinho a vida toda, mas uma palavrinha que você fala vai no outro dia na secretaria: "Olha! esse professor aqui me desrespeitou, é preconceituoso". Sai no jornal. Um deslize assim e já estão degradando a imagem do professor. Tem que ter cuidado.* (Grupo focal com professores, escola pública, Cuiabá)

Estabelece-se um círculo vicioso que colabora na reprodução de estigmas. Assim como o professor da fala anterior não anuncia abertamente seus preconceitos porque poderia vir a ser censurado, outros não atuam, com receio de censura coletiva. Assim, há professores que relatam que sofrem expressões de preconceito por parte dos alunos, que reagem até ao fato deles conversarem com os tidos como homossexuais:

> *Tem um aluno aqui, que eu observei que é homossexual. Já conversei com ele e com o amigo. Conversando com os dois, tanto ele quanto o colega que não é homossexual, sentem o preconceito porque gostam de conversar. Então existe o preconceito sim, com relação ao sexo e por eu estar conversando com os dois, vi que alguns alunos olhavam para mim com certa surpresa. Quis deixar claro que aquilo é uma opção deles e não fará mal a ninguém.* (Grupo focal com professores, escola pública, Teresina)

Mas há também depoimentos que sugerem que a escola pode desconstruir a discriminação, tanto por ação planejada e intencional quanto por tratamento pró-inclusão, incentivando o respeito à diversidade e ressaltando nos alunos a auto-estima e qualidades como o esforço e o desempenho escolar.

> *Temos aluno homossexual e assumido. É o mais inteligente da turma, uma pessoa que não sofre preconceito da sala.* (Grupo focal com professores, escola privada, Rio Branco)

No ano passado, eu tinha cinco adolescentes gays assumidos, três lésbicas assumidas na sala de aula, e todos eles com o maior respeito de toda a turma. Foram líderes de turma e botavam a turma para frente. Sem nenhum problema. (Grupo focal com professores, escola pública, Porto Alegre)

Na medida em que a questão da discriminação não é focalizada institucionalmente, fica à deriva o registro de tendências, que segue orientações, formas de ser individuais, dependendo, portanto, de quem é o professor ou o diretor.

Mas há, também, casos em que esses reconhecem que não sabem como lidar com seus preconceitos, seus valores aprendidos, então: Como formar para uma cultura da diversidade, os seus alunos, mais além da tolerância formal?

Respeitar o negro, respeitar a mulher, respeitar o homossexual, mas tem coisas que eu mesma... eu tenho dificuldades de aceitar. Eu respeito, mas eu não aceito ainda. Eu vi dois homossexuais caminhando de mãos dadas, dois homens, aqui na frente passando, e eu fiquei olhando e não acreditava no que eu estava vendo. Mas eu sempre oriento, eu falo; "tem que respeitar, eles não estão me atingindo, tudo bem", mas eu tenho dificuldade de aceitar isso. É que todos os valores que eu recebi durante a minha vida de repente se quebram. (Grupo focal com professores, escola privada, Porto Alegre)

Observe-se que na concepção de alguns pais, uma pessoa que optou por uma sexualidade própria tem uma "anormalidade": *Pra começar, é desvio de sexo, que é uma disfunção* (...). Assim como no imaginário de alguns professores, essa pessoa teria uma *deficiência*:

Nessa escola, no meu turno, nós temos casos de alguns rapazes que têm deficiência e isso no começo que eles aparecem e se matriculam, no começo do ano, já é uma dificuldade, pelo menos para mim. Tenho essa dificuldade de trabalhar a respeito e eu procuro evitar esse tipo de piadinha, chacota, entendeu? Orientando dentro da minha disciplina, então volta e meia eu faço o quê? Eu tento fazer um comentário extra, eu tento de alguma forma este conhecimento, essas informações em respeito ao direito do outro de escolher a sua própria sexualidade. (Grupo focal com professores, escola pública, Cuiabá)

Contudo, é promissor que, segundo dados do *survey* com os alunos, registre-se que mais de 80%, em cada capital pesquisada, não assinalam a assertiva de que o *homossexualismo é uma doença*. Mas também preocupa que os percentuais dos que concordam varie entre 18,0% (Goiânia) e 11,9% (Porto Alegre), o que corresponde, em números absolutos a 35.153 (Goiânia) e 19.162 (Porto Alegre).

Tem-se que o percentual de meninas que concordam com a perspectiva de que o *homossexualismo é uma doença* é sempre inferior ao dos meninos, para qualquer uma das cidades em estudo (Tabela 6.8).

TABELA 6.8 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo a percepção de que a homossexualidade é uma doença e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Percepção de que a homossexualidade é uma doença[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	19,4	13,3	**15,8**
Cuiabá	19,3	10,9	**14,7**
Distrito Federal	20,3	11,6	**15,3**
Florianópolis	17,9	10,3	**14,1**
Fortaleza	20,0	12,2	**15,7**
Goiânia	22,4	13,9	**18,0**
Maceió	20,4	9,9	**14,2**
Manaus	22,1	12,1	**16,6**
Porto Alegre	18,1	5,9	**11,9**
Recife	18,7	12,3	**15,3**
Rio de Janeiro	23,2	7,6	**15,1**
Salvador	18,4	9,5	**13,3**
São Paulo	18,3	7,0	**12,6**
Vitória	20,3	11,9	**15,8**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi solicitado aos alunos: *Marque somente as frases com as quais você concorda.* Categoria selecionada: *Homossexualismo é uma doença.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Considerando os jovens segundo a faixa etária observa-se que, para a maioria das capitais pesquisadas (exceto Distrito Federal e Florianópolis), a concordância com uma afirmação preconceituosa do tipo o *homossexualismo é uma doença* cresce entre os mais velhos, é mais alta entre os que têm de 20 a 24 anos. Por exemplo, em Cuiabá, cerca de 26% dos jovens entre 20 e 24 anos acatam a idéia de que homossexualidade é uma doença, enquanto, na mesma capital, cerca de 15% dos que têm entre 10 e 14 anos assim se manifestam (Tabela 6.1-A, anexa).

É um pouco inferior o nível de respostas denotando preconceito entre os professores, quando comparados com os alunos, e há mais heterogeneidade de situações entre cidades. O percentual de professores que selecionam a alternativa que sugere que a homossexualidade é uma doença, varia entre 22,0%, em Fortaleza, e 7,0%, em Florianópolis. (Tabela 6.9).[55]

Os preconceitos e discriminações se distanciam de conhecimentos sobre o tema e muitos atores reconhecem que pouco conhecem sobre homossexualidade, mas, por outro lado, várias de suas declarações sugerem que sem autocrítica expressam seus preconceitos.

Quando perguntado aos pais se eles *têm conhecimento suficiente sobre homossexualidade*, observa-se que o percentual de respostas afirmativas varia entre 41,1% (Vitória) e 23,5% (Belém). Com relação à distribuição por sexo, não se nota diferenças relevantes, isto é, homens e mulheres têm, praticamente, o mesmo grau de conhecimento, ou melhor, nível de desconhecimento (Tabela 6.10). Em Belém, por exemplo, entre 10 mães e pais, respectivamente, menos de três admitem que têm conhecimento suficiente sobre homossexualidade.

[55] Os movimentos de direitos humanos dos homossexuais frisam sobre a carga dos conceitos. O termo homossexualismo foi criado no século passado por um médico que defendia ser esse um comportamento anormal, que se diferenciava do comportamento heterossexual, tido como normal; advogava também ser um comportamento inato e não adquirido. Assim o homossexualismo fez parte da Classificação Internacional de Doenças – CID, e foi classificado como distúrbio mental. Só em 1975, o homossexualismo conseguiu ser revisto. E em 1985, a OMS declarou que o homossexualismo deixava de ser considerado uma doença e passava a ser percebido como sintomas decorrentes de circunstâncias psicossociais. Isto é, passou a ser considerado um desajuste social decorrente de discriminação política, religiosa ou sexual. Assim, passa-se a designar homossexualidade, troca-se o sufixo "ismo" que significa doença e assume-se o sufixo "dade" que expressa uma forma de ser (Câmara dos Deputados, Comissão de Direitos Humanos, Brasília, 2000).

TABELA 6.9 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo a percepção de que a homossexualidade é uma doença e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Homossexualidade é uma doença[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	13,6	10,8	**12,0**
Cuiabá	11,4	11,7	**11,6**
Distrito Federal	11,1	15,0	**14,0**
Florianópolis	10,9	4,9	**7,0**
Fortaleza	30,5	18,1	**22,0**
Goiânia	15,4	17,7	**17,1**
Maceió	14,3	15,6	**15,3**
Manaus	18,2	21,8	**20,5**
Porto Alegre	15,4	16,0	**15,9**
Recife	13,5	11,3	**12,1**
Rio de Janeiro	20,9	14,1	**16,3**
Salvador	6,3	14,5	**12,4**
São Paulo	15,4	8,4	**10,2**
Vitória	15,3	17,3	**16,7**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Entre as frases abaixo, marque somente as que você concorda.* Categoria selecionada: *O homossexualismo é uma doença.*
(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Para a maioria dos docentes, nas cidades pesquisadas, o percentual de afirmação de que conhecem suficientemente sobre homossexualidade, em média, situa-se no patamar dos 30% a 52,9% (Tabela 6.11). Na análise por sexo, percebe-se que os professores afirmam que possuem mais informações do que suas colegas e a diferença por sexo/gênero quanto a tal conhecimento em algumas capitais é ampla, como em Cuiabá onde para cada cinco em 10 professores que afirmam ter conhecimento suficiente sobre homossexualidade, há cerca de três professoras que assim se alinham. Essa relação se repete em Goiânia (Tabela 6.11).

TABELA 6.10 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conhecimento suficiente sobre homossexualidade e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Tem conhecimento suficiente sobre homossexualidade[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	23,3	23,6	**23,5**
Cuiabá	26,2	23,0	**23,7**
Distrito Federal	26,1	29,7	**28,8**
Florianópolis	33,7	37,0	**36,0**
Fortaleza	26,5	26,0	**26,1**
Goiânia	38,7	29,5	**31,5**
Maceió	21,6	28,2	**26,8**
Manaus	27,4	26,2	**26,5**
Porto Alegre	36,7	32,9	**33,7**
Recife	35,4	27,2	**28,9**
Rio de Janeiro	35,4	33,5	**33,9**
Salvador	20,8	29,8	**27,7**
São Paulo	41,4	37,1	**38,0**
Vitória	32,7	44,4	**41,1**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos pais: *Entre os assuntos abaixo, diga sobre os quais você tem conhecimento suficiente?* Categoria selecionada: *Homossexualismo.*
(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

As análises das tabelas sobre preconceito contra homossexuais e declaração quanto a conhecimento discutidas nesta seção indicam que não necessariamente o maior conhecimento sobre tal orientação sexual colabora para a diminuição dos preconceitos. Enquanto os professores homens mais que as mulheres têm percentual mais elevado de *conhecimento suficiente sobre homossexualidade*, comumente, esses tendem a se destacar como os que menos gostariam de ter alunos homossexuais.

A orientação iluminista da educação é questionada para o caso de preconceitos e discriminações, que se sustentam não por racionalidades, mas por racionalizações a pedir investimentos em uma cultura de convivência com a diversidade que pode apelar para a informação, mas, principalmente, para o debate e o questionamento das racionalizações e irracionalidades que sustentam discriminações.

TABELA 6.11 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo conhecimento suficiente sobre homossexualidade e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Tem conhecimento suficiente sobre homossexualidade[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	30,9	30,2	**30,5**
Cuiabá	54,3	27,7	**34,9**
Distrito Federal	44,4	41,0	**41,9**
Florianópolis	53,1	40,7	**44,9**
Fortaleza	49,2	32,3	**37,6**
Goiânia	48,1	26,5	**32,2**
Maceió	41,6	34,2	**36,0**
Manaus	51,5	40,0	**44,3**
Porto Alegre	46,2	42,4	**43,0**
Recife	50,0	36,1	**40,9**
Rio de Janeiro	57,1	50,8	**52,9**
Salvador	43,8	34,8	**37,1**
São Paulo	50,8	41,9	**44,1**
Vitória	59,3	42,9	**47,9**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Entre os assuntos abaixo, sobre quais você tem informação suficiente?* Categoria selecionada: *Homossexualidade.*
(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

Apesar do quadro mapeado de violências, preconceitos e discriminações envolvendo todos os atores, há subliminarmente vontade e ações contra esse cenário material e simbólico. A escola é referência em tal postura. Vários professores afirmam que o preconceito deve ser combatido pela escola. As diferenças devem ser respeitadas e os alunos devem-se posicionar para não serem vítimas de discriminação, como ilustra a fala de professores de Maceió: *Eu acho que a escola tem que brigar contra. Tem que fazer de tudo pra acabar com o preconceito. Eu acho que esse é o papel da escola, humanizar mais as pessoas, trabalhar a diversidade, o respeito, o sexo, a classe. É, tudo.*

Um diretor informou que é feito um trabalho de conscientização sobre a homossexualidade junto aos alunos na escola que trabalha, onde é ressaltado o respeito pelas diferenças. Segundo o diretor, esse trabalho é desenvolvido principalmente por existir um número considerável de alunos e profissionais de sua escola que são homossexuais:

> *A gente desenvolve um trabalho no nosso jovem sobre o respeito pelo outro. Se você respeita o outro, não importa a opção sexual dele, como não importa a religião, não importa o partido político ao qual ele pertence ou a cor. Ele é um ser humano e como ser humano tem que ser respeitado* (...). (Entrevista com diretor, escola pública, Salvador)

Outro diretor verbaliza o mal-estar, que possivelmente deve ser de muitos, em não saber como tratar com sua carga cultural de preconceitos e assim vir a lidar com o tema homossexualidade na escola:

> *Eu vou ser sincera, não só a minha mentalidade, o meu jeito de pensar e ver que não estão tão preparados para isso, não temos segurança para tratar sobre homossexualidade, não temos conhecimento, mesmo alunos não sendo preconceituosos, a gente não sabe como orientar* (...). (Entrevista com diretor, escola pública, Maceió)

A conversa informal é uma das medidas adotadas por algumas escolas para tentar evitar que alunos que tenham outras preferências sexuais sejam discriminados.

Entretanto, não há indícios de que a homossexualidade tenha sido trabalhada de forma mais consistente na sala de aula, de forma a criar entre os alunos uma familiaridade com o tema, desconstruindo preconceitos e socializando no convívio com a diferença:

> *Quando existe qualquer forma de discriminação por parte dos colegas, nós colocamos essa discussão à tona, a discussão da discriminação das minorias, das opções. Tem que conversar, discutir o assunto, nós procuramos discutir essa relação para justamente impedir que esses alunos se sintam prejudicados ou discriminados dentro da escola.* (Entrevista com diretor, escola pública, Rio de Janeiro)

Aqui a gente procura acabar com essa história se por ventura existir, preconceito racial, social... a gente procura sempre conversar com eles nessa questão. (Grupo focal com professores, escola pública, Maceió)

Neste capítulo, se documenta diversos tipos de violências que decolam de construções sobre a sexualidade. Referindo-se aos limites de restringir-se analises nessa área somente àquelas sancionadas por lei, já que são varias as que magoam, ferem a dignidade e contribuem para deteriorar as relações sociais, o que é mais grave quando se tem como cenário de pesquisa jovens em instituições escolares, que, por princípio, deveriam ser frentes ativas contra violências.

Mas até violências legalmente definidas, muitas vezes, passam despercebidas. Por exemplo, o assédio sexual, violência que toma distintas formas, nem sempre é assumido como tal. Vários dos atores pesquisados são mais enfáticos na menção de casos de assédio em que o agressor é um professor e, em casos mais raros, uma professora. Há depoimentos de professores e diretores eximindo o colega porque consideram que o mesmo foi provocado pelo tipo de roupas das jovens.

Muitas alunas se queixam das formas como são tratadas também por seus pares, sendo comum a expressão de que *passam a mão.* É recorrente a ideologia de que incivilidades, violências e até atentados ao pudor e tentativas de assedio são *brincadeiras*, banalizando-se tais situações como *coisas de jovens*. Contudo, em muitos casos, os atingidos se revoltam e reclamam, há registros de queixas formais, em particular à direção da escola.

Assédios, não somente nas escolas, mas também nas relações de trabalho, são referidos por jovens de ambos os sexos, frisando-se que o medo da autoridade, de uma possível perda do emprego, faz calar a queixa, mas não a magoa ou o *trauma.*

Também se registra casos de estupros e tentativas desses na família e, ainda, relatos sobre o silêncio de pais quando os filhos denunciam, em particular as mães.

Em todas essas situações de violências envolvendo jovens, chama a atenção a fragilidade desses, que não dispõem de mecanismos que amparem suas queixas e denúncias. Impera, em muitos casos, a "lei do silencio", na qual jovens e adultos, por medo, ameaças ou mesmo indiferença, se calam.

Discute-se, também, o lugar de instituições como a escola para um papel mais ativo contra tais violências e se ilustra, focalizando o tema homossexualidade, como a escola pode, inclusive, colaborar na reprodução de preconceitos e discriminações.

Se não se sabe trabalhar com a questão da homossexualidade, ter um papel mais ativo no combate aos preconceitos, cala-se, silencia-se sobre o tema, ou se faz repreensões soltas, quando há alguma expressão preconceituosa explícita.

Há escolas que, junto com alunos, constroem novos parâmetros e regras de relações sociais, como, por exemplo, uma escola em Cuiabá que mudou o seu regimento e os próprios alunos escolheram que deveriam ter liberdade de namorar, de abraçar e de beijar, ou seja, o proibido tornou-se permitido. Nessa escola, segundo a diretora, tal negociação sobre namoro, contribuiu inclusive para diminuição dos casos de assédio:

> *Nesses quase quatro anos de direção, o assédio não chegou ao nosso conhecimento, mas nós acreditamos que até não haja, porque nós permitimos até mesmo o próprio namoro, no regimento da escola, o próprio alunado escolheu que deveria ter essa liberdade de namorar, de abraçar, de beijar, é permitido.* (Entrevista com diretor, escola pública, Cuiabá)

Em outras escolas, ampliam-se as negociações e diálogos, com a participação, além dos alunos, de familiares e professores, desalojando a sexualidade do âmbito da interdição, do silêncio e dos estigmas:

> *Assédio sexual a gente tem tentado, tentado trabalhar com os pais, alguns alunos, assim, que tem muito aflorado a questão da sexualidade, até por isso estarmos desenvolvendo esse tema (...) sexualidade agora, porque estava acontecendo muito assim, boatos de meninas que chegavam aqui e davam conhecimento à gente que estavam sendo convidadas a ir para casa de um outro aluno depois da aula, né? Então, começou a haver muito esse tipo de conversa. Chamamos os alunos conversamos, chamamos os pais, colocamos a situação. Então, agora, não está se percebendo nada, mas já houve e a gente tem feito esse trabalho junto com os professores em relação a sexualidade, violência e drogas juntamente com a orientadora educacional. Parece ter sortido efeito, que pelos menos não temos ouvido da forma como estava.* (Entrevista com inspetor, escola pública, Distrito Federal)

Olha, de assédio sexual... não consta, vou lhe dizer por quê? Quando há alguma paquerinha, isso é fácil de perceber porque eu estou sempre no meio deles, eu não paro. Tinha um aluno com uma aluna, eu chamo os dois e chamo os pais. E ligo para os dois e ligo para os pais. Escola é um lugar onde se aprende e se ensina. (Entrevista com vice-diretor, escola particular, Fortaleza)

SUMÁRIO

- Há ambigüidade no reconhecimento sobre o que é ou não assédio, por sua rotulação como brincadeiras, ou minimização por referências várias, o que confunde o sujeito vitimizado.
- Os jovens quando comentam casos de assédio sexual referem-se, geralmente, a algum colega. Tendem, também, a não precisar fatos, e poucos afirmam *eu vi*, prevalecendo o ouvir dizer: *eu soube, eu ouvi falar.* A forma mais comum de assédio, nas interações entre jovens, são as chamadas *brincadeiras,* que comumente têm como alvo as meninas. As *brincadeiras* seriam recurso usado não somente por alunos, mas também por professores para disfarçar comportamentos e estereótipos.
- O assédio, quer entre alunos quer entre professores e alunos, toma outras formas além de brincadeiras, tais como: linguagem desrespeitosa e ameaças, circulando pelo simbólico e embasadas em abusos de poder, principalmente quando o agressor é um(a) professor(a).
- A expressão assédio sexual é mais verbalizada para casos entre professores e alunos, do que entre alunos. Alunos repudiam abordagens verbais depreciativas pelos professores**,** ainda que envoltas em sedução e apreciação dos atributos físico-sexuais.
- O percentual de membros do corpo técnico-pedagógico que declaram ser assediados por alunos, regionalmente varia entre cerca de 10%, em Manaus, e 2%, no Rio de Janeiro. Quanto ao sexo, o nível de professores que afirmam se sentir sexualmente assediados é significativamente mais elevado do que o registrado para as professoras, na maioria das capitais pesquisadas, apresentando diferenças, no mínimo, de duas

vezes (em Recife e Salvador), chegando, o máximo, a 19 vezes (em Fortaleza).

- Membros do corpo pedagógico associam casos de assédio a posturas ou roupas das alunas em uma clara atitude de inculpação da mulher, eximindo o professor do abuso de seu papel pedagógico de respeito aos alunos.
- Alunos relatam casos de assédio em distintas relações sociais, ou seja, não somente no ambiente escolar, mas também fora. É comum os jovens mencionarem como agressor o seu empregador, sendo que vários relatos se referem a situações vividas no âmbito do trabalho doméstico remunerado.
- Os percentuais de respostas afirmativas dos alunos quanto a ocorrências de estupro ou violência sexual são elevados, variando de 5%, em Vitória e Belém, a 12%, em Cuiabá. Estes dados, porém, não permitem avaliar a magnitude desta violência, considerando os traumas na vida das vítimas, o desrespeito e a ofensa.
- Os professores indicam que nas escolas e no seu entorno, em particular no trajeto casa/escola, há casos de estupro e de violência sexual. Cerca de 21% dos professores do Distrito Federal a 2,5% do Rio de Janeiro afirmam ter conhecimento de violência sexual ou estupro dentro ou perto da escola. Cabe ressaltar que o Distrito Federal, seguido de São Paulo (18%), destoa das demais cidades pesquisadas, apresentando elevadas percentagens de conhecimento desses casos, visto que nas outras capitais esse percentual varia entre cerca de 3% e 10%.
- Há casos de assédio que são testemunhados e não denunciados. O medo e as ameaças fazem com que as vítimas não levem adiante as denúncias contra os agressores ou que até mesmo iniciem um processo. Assim como, provavelmente, muitos casos de assédio, nas escolas, são abafados pela "lei do silêncio".
- Em muitos casos de abuso ou incesto, evidencia-se que as mães silenciam, mesmo quando há queixas concretas das filhas. Também membros do corpo técnico-pedagógico ressaltam casos de omissão e conivência das mães com situações de estupro sofridas por moças no ambiente familiar.

- Em alguns casos, professores colaboram para a não-denúncia dos agressores, porque não sabem o que fazer ou porque a escola considera que o tema é privado.
- Quando solicitados a indicar cinco das formas mais graves de violência, rapazes e moças selecionam os mesmos itens, mas com uma singular exceção: a questão da agressão a homossexuais. *Bater em homossexuais* é classificado pelas jovens como a terceira violência mais grave, enquanto que para os rapazes ela ocupa a sexta posição.
- Cerca de ¼ dos alunos afirmam que não gostaria de ter um colega de classe que fosse homossexual, sendo que os percentuais extremos dessas respostas ficam, aproximadamente, entre 31%, em Fortaleza, e 23%, em Belém, representando em números absolutos 112.477 e 43.127, respectivamente.
- Os homens têm mais preconceito do que as mulheres sobre o convívio com homossexuais. Quando questionados sobre se não gostaria ter como colegas homossexuais, o percentual de respostas afirmativas varia entre as capitais, em cerca de 45%, em Vitória, e 34%, em Belém, para os meninos e entre 22%, em Recife, e 10%, no Rio de Janeiro, para as meninas.
- A discriminação contra alunos que são ou que são considerados homossexuais por parte dos colegas ocorre principalmente de forma velada**,** por meio de referências preconceituosas. A recorrência à linguagem pejorativa é comum nas violências contra homossexuais, com o intuito de humilhar, discriminar, ofender, ignorar, isolar, tiranizar e ameaçar.
- Alguns professores desempenham uma não assumida conivência com discriminações e preconceitos em relação a homossexuais, ao considerar que expressões de conotação negativa em relação a esses seriam *brincadeiras, coisas sem importância.*
- Os pais que mencionam que não gostariam que homossexuais fossem colegas de escola do seu filho chegam a cerca de 48% em Fortaleza, sendo que a menor expressão desse indicador de rejeição está em torno de 22% em Porto Alegre.

- Já entre os professores, a rejeição explícita aos homossexuais é mais baixa: cerca de 6% dos professores no Distrito Federal afirmam que não gostariam de ter homossexuais como seus alunos. No outro extremo, considerando as 14 cidades, encontra-se que tal percentagem de rejeição chega a cerca de 2% em Porto Alegre.
- Constata-se elevada diferença, em percentuais, entre pais e professores quanto à aceitação da homossexualidade. Os professores demonstram maior aceitação, contrariamente ao observado entre alunos e pais, os quais apresentam altas taxas de rejeição.
- Alguns professores declaram que reconhecem que existe preconceito e discriminação na escola, mas que esses só se dariam nas relações entre alunos, negando a vigência desses nas interações entre professores e alunos. Contradizendo tal assertiva, vários alunos assinalam casos de discriminação explícita dos professores em relação a alunos homossexuais.
- Mais de 80% dos alunos, em cada capital pesquisada, não assinalam a assertiva de que a *homossexualidade é uma doença*. Mas preocupam os percentuais dos que concordam: varia entre cerca de 18,% e 12%. O percentual de meninas que concordam que a *homossexualidade é uma doença* é sempre inferior ao dos meninos, para qualquer uma das cidades em estudo.
- Apesar do quadro mapeado de violências, preconceitos e discriminações envolvendo todos os atores na escola, há subliminarmente vontade e ações contra esse cenário material e simbólico, principalmente entre muitos professores.
- Vários professores afirmam que o preconceito deve ser combatido pela escola. Há, também, depoimentos que sugerem que a escola pode desconstruir a discriminação, tanto por ação planejada e intencional quanto por tratamento pró-inclusão, incentivando o respeito à diversidade e ressaltando nos alunos a auto-estima e qualidades como o esforço e o desempenho escolar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, indica-se que sexualidade é tema que tem prioridade para os jovens, que provoca debates, polêmicas, interesse e atenção.

Em falas juvenis, sexualidade se entrelaça tanto com afetividade, quanto com sociabilidade e relações sociais de distintas ordens. Tanto provoca risos, ênfase em discursos sobre prazer e amorosidade, quanto receios, preocupações e cuidados, ainda que tal tônica esteja mais presente em discursos de pais e professores, o que se relaciona aos tempos de Aids e aumento da gravidez juvenil.

Cercando-se o tema por distintas dimensões identifica-se que não há orientações únicas, ou que se possa falar em uma geração mais ou menos progressista quanto a valores ou uma única tendência.

Os quadros a seguir, síntese das dimensões analisadas como componentes do tema sexualidade, indicam variações regionais e diversidade de posturas por gênero, o que reforça a idéia de que há juventudes e não uma juventude e que há de se conhecer tendências e sentidos diversificados dados por jovens a um tema que oscila entre o privado e o público, o amplamente divulgado – tema da mídia – e o "cochichado".

Enfatizam-se marcas de gênero não só quanto a percepções e vivências e constituição de individualidades no feminino e no masculino, quanto a alguns diferenciais de situações vividas, como o início da vida sexual e práticas de prevenção.

Ainda que haja variações em nível nacional, a idade média da primeira relação sexual é sempre cerca de um ano inferior para os meninos, que com a maior probabilidade, têm a primeira experiência no começo da adolescência, aos 14 anos. De fato, a iniciação sexual tem fronteiras

amplas por gênero, considerando-se que entre os de 10 a 14 anos chega-se a altos índices de diferenciais[56]: cerca de 4% até 70% mais meninos começaram sua vida sexual antes que as meninas — os valores extremos se registram em Belém, onde 31% dos meninos e 9% das meninas declaram que já tiveram relações sexuais (Quadro 7.1).

Mas tais marcas de gênero não são tão nítidas em outras materialidades focalizadas quanto à sexualidade. Por exemplo, não se notam diferenças significativas por sexo, quando se pergunta sobre o uso de métodos contraceptivos e se observa os valores extremos registrados entre as cidades estudadas. Tanto entre rapazes como entre moças, mais de 82% declaram que utilizam algum método para evitar gravidez, e entre 60% e 81% usam ou solicitam ao parceiro que use camisinha.

A prevenção pelo recurso do preservativo tem *nuances* que merecem alerta sobre tal prática ou não-prática. O uso da camisinha quando se transa com uma pessoa desconhecida é muito mais baixo entre as jovens, o que também pode estar indicando que é menos comum tal situação entre elas (5% a 15% – enquanto entre os rapazes varia entre 22% e 40%). Entretanto, mais que os diferenciais por gênero, é preocupante que também entre os rapazes se encontre tais percentuais.

A importância do Programa Saúde nas Escolas de Disponibilização do Preservativo do Governo Federal para democratizar a distribuição da camisinha entre os jovens, de ambos os sexos, é comprovada na pesquisa, considerando que muitos não a usam porque não têm uma à mão quando precisam.

Também a preocupação com a recorrência ao aborto, possivelmente em situações de vulnerabilidade negativa pela sua criminalização, encontra chão nos dados coletados, uma vez que são altas as taxas entre as alunas e as namoradas dos alunos.

A "cabeça" dos jovens sobre sexualidade é mapeada por distintas dimensões na pesquisa (Quadro 7.1). Um dos maiores pontos de consenso e de alta receptividade entre rapazes e moças diz respeito ao valor que relativiza a virgindade, considerando-a como coisa do passado.

[56] Os índices de diferenciais por gênero são calculados desta forma: (% de meninos) – (% de meninas)/(% de meninos) x 100. Tal índice dá uma medida de quantos meninos proporcionalmente superam ou estão em posição menor que as meninas em relação a uma determinada variável.

Outro ponto de consenso que embasa tese de autoras feministas de que as meninas estariam avançando em termos de defender princípios mais igualitários no gênero diz respeito ao valor do sexo para ambos os sexos. Tanto moças como rapazes estão em um nível muito similar na recusa da assertiva de que o sexo é mais importante para os homens do que para as mulheres. Também se aproximam na recusa da declaração de que os homens gostam de *ficar* e as mulheres de namorar.

QUADRO 7.1 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo e percentuais extremos nas capitais pesquisadas[1], segundo síntese das percepções sobre temas relacionados à sexualidade – 2000

Percepções sobre temas relacionados à sexualidade[2]	Masculino		Feminino	
	% Inferior	% Superior	% Inferior	% Superior
Iniciação Sexual				
Média de idade dos alunos na primeira relação sexual	13 anos (Vitória)	15 anos (Florianópolis)	15 anos (Porto Alegre, Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo)	16 anos (Belém)
Adolescentes (10 a 14 anos) que já tiveram relações sexuais	16% (Maceió)	31% (Belém)	2% (Fortaleza)	9% (Belém)
Virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	51% (Distrito Federal)	74% (Porto Alegre)	34% (Distrito Federal)	63% (Porto Alegre)
As moças gostam de namorar, os rapazes gostam de ficar	33% (Distrito Federal)	51% (Fortaleza)	46% (Florianópolis)	62% (Fortaleza)
Meu (a) namorado (a) só transa comigo	28% (Salvador)	43% (Belém e Maceió)	32% (Distrito Federal)	55% (Maceió)
O amor proibido sempre é mais gostoso	38% (Distrito Federal)	50% (Manaus)	34% (Maceió)	45% (Belém)
DST são assuntos que interessam mais aos homens	10% (Vitória e Goiânia)	19% (Manaus)	2% (Rio de Janeiro)	11% (Fortaleza)
O sexo é mais importante para os homens do que para as mulheres	21% (Florianópolis)	29% (Fortaleza)	18% (Cuiabá)	30% (Maceió)
Gravidez Juvenil				
Sabe de alguma jovem grávida na escola	36% (Salvador e Rio de Janeiro)	57% (Maceió)	46% (Goiânia)	69% (Manaus)
Ter um filho tão cedo prejudica a vida dos jovens e ela vai ter um peso para o resto da vida	58% (Maceió)	70% (Salvador)	49% (Recife)	64% (Vitória)
Contracepção				
Sabe o que é período fértil	33% (Fortaleza)	53% (Rio de Janeiro)	49% (Fortaleza)	73% (São Paulo)
Para evitar a gravidez, você ou seu parceiro(a) utiliza algum método contraceptivo	87% (Belém, Maceió e São Paulo)	94% (Florianópolis)	83% (Maceió)	97% (Florianópolis)

QUADRO 7.1 – (continuação)

Percepções sobre temas relacionados à sexualidade[2]	Masculino		Feminino	
	% Inferior	% Superior	% Inferior	% Superior
Usa ou solicita ao parceiro que use a camisinha quando transa	69% (Maceió)	81% (Manaus e Porto Alegre)	60% (Maceió)	81% (Manaus e São Paulo)
Usa camisinha quando transa com pessoas desconhecidas	22% (Maceió)	40% (Cuiabá)	5% (Porto Alegre)	15% (Manaus, Goiânia, Recife e Vitória)
Não usa camisinha porque não tem a camisinha à mão sempre que precisa	31% (Fortaleza e Salvador)	63% (Vitória)	15% (Porto Alegre)	51% (Florianópolis)
Não usa camisinha porque acha que não corre o risco de pegar Aids	13% (Porto Alegre)	30% (Maceió)	8% (Salvador)	28 % (Rio de Janeiro e Cuiabá)
Não usa camisinha porque só mantém relações sexuais com quem confia	20% (Fortaleza)	45% (Manaus)	22% (Salvador)	50% (Florianópolis)
Não usa camisinha porque acha que a camisinha diminui o prazer	21% (Salvador)	43% (Maceió e Distrito Federal)	19% (Salvador e Porto Alegre)	44% (Rio de Janeiro)
Aborto				
Você ou sua namorada já fez aborto	1% (Vitória)	8% (Manaus)	2% (Florianópolis)	11% (Maceió e Recife)
Nada justifica fazer um aborto	14% (Porto Alegre)	32% (Maceió)	15% (Porto Alegre)	31% (Maceió)
O aborto é justificável quando é decorrência de um estupro	23% (Fortaleza)	57% (Rio de Janeiro)	34% (Fortaleza)	71% (Rio de Janeiro)
O aborto é justificável quando a vida da mãe corre perigo	27% (Fortaleza)	49% (Rio de Janeiro)	36% (Fortaleza)	63% (Rio de Janeiro)
O aborto é justificável quando o bebê pode nascer com defeito ou doença	13% (Fortaleza)	37% (Rio de Janeiro)	22% (Maceió)	43% (Rio de Janeiro)
O aborto é justificável quando a mulher não quer ter o filho	17% (Goiânia)	29% (Distrito Federal)	10% (Goiânia)	25% (Rio de Janeiro)
Violências, Preconceitos e Discriminações				
Não gostaria de ter colegas de classe homossexuais	34% (Belém)	45% (Vitória)	10% (Rio de Janeiro)	22% (Recife)
Homossexualidade é uma doença	18% (Florianópolis e Porto Alegre)	23% (Rio de Janeiro)	6% (Porto Alegre)	14% (Goiânia)

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: (1) Percentuais extremos encontrados entre as 14 cidades de referência.
(2) Questões apresentadas aos alunos no *survey*.

Na pesquisa, ressalta-se a preocupação com a vigência de posturas discriminatórias e expressões de preconceitos, particularmente contra os homossexuais. Frisa-se que o índice de diferenciais por gênero,

quando se pergunta se homossexualidade é uma doença, demonstra que os meninos, mais que as meninas, concordam com essa afirmação (Quadro 7.1).

Comprova-se a propriedade de usar o termo juventudes no plural, não somente pelos diferenciais por gênero e por idade explorados na pesquisa, como também pelas variações de situações e percepções em âmbito nacional, entre as cidades focalizadas, o que se sintetiza tanto no Quadro 7.1, como no Quadro 7.1-A, anexo.

Na pesquisa, indica-se que, em muitos temas, alunos, professores e pais se acercam, como em relação a posições sobre o aborto - mais aceitando os casos previstos por lei; relativizando a valorização da virgindade; considerando que os jovens têm amplo conhecimento sobre métodos contraceptivos; que a gravidez juvenil prejudica o bom desenvolvimento dos jovens e sua qualidade de vida, em particular o desempenho e continuidade na escola. Mas os pais tendem a ser mais "conservadores" que os professores, e estes a serem mais "progressistas" do que os alunos, ainda que tais ajuizamentos sejam, em si, relativos, pois pedem referências, como se frisa, à diversidade regional de situações e à influência de gênero, entre outras identidades.

Por exemplo, pais são mais reticentes e críticos à disponibilização da camisinha na escola que os professores, mas também entre aqueles predominam os que a apóiam, em particular porque consideram que Aids é um risco e que cabe a escola lidar com tal risco, evitando-o. De fato, ainda que alguns pais tenham reserva contra a educação sexual na escola, a maioria não somente a apóia como a pede, como também os jovens.

Em um tema mais se distanciam os atores: a questão do namorar e do *ficar*, avaliando os pais e os professores, com reservas, a prática do *ficar,* sendo que para alguns atores ela facilitaria certa "promiscuidade" e "precocidade" sexual. Mas tal percepção não se coaduna com o encontrado entre os jovens, que transitam entre o namorar e o *ficar,* sem fixar limites rígidos. Por outro lado, ainda que a idade média da primeira relação, em particular para os rapazes, ocorra no início da adolescência, a intensidade da vida sexual dos jovens não alerta propriamente para percentuais elevados, em especial nos primeiros ciclos, e a fidelidade é um valor cultuado por muitos jovens.

Fidelidade e prazer são temas que podem também levar a que muitos jovens abram guarda no uso da camisinha e assim negligenciar

a prevenção. Em que pese as amplas proporções de alunos que usam camisinha em relações sexuais, principalmente, quando o parceiro não é conhecido, preocupa a confiança que muitos depositam nos parceiros, em especial as jovens.

Vulnerabilidade é conceito que quando referido ao campo da sexualidade é comumente compreendida como formulado por Mann (1996), isto é, dizendo respeito às situações em que o indivíduo ou a coletividade se encontra que os fazem mais suscetíveis às epidemias, restringindo sua qualidade de vida e limitando suas possibilidades de ação. Esse conceito envolve, então, dimensões individuais, sociais e de políticas públicas mais abrangentes.

A vulnerabilidade coletada junto a jovens no campo da sexualidade é registrada na pesquisa por distintos indicadores, como casos de desconhecimento sobre os ciclos reprodutivos; gravidez juvenil; abortos; não uso de preservativos, principalmente em relações estáveis; de não necessária correspondência entre idade de início das relações sexuais e a conversa sobre sexualidade com adultos de referência ou de desconhecimento sobre o tema e falta de diálogo na família; limites individuais e por conta da relação, em particular em nome da afetividade, na negociação sobre a prevenção a uma gravidez não desejada e contra DST e Aids; e aqueles de violências de várias ordens, como assédios, estupros e discriminações por conta de gênero e da opção sexual.

Mais que ressaltar níveis em termos estatísticos, vale o alerta de que essas vulnerabilidades existem, como sugerem distintos depoimentos, e ferem, doem, magoam e comprometem o que pode ser um dos construtos mais ricos e importantes da vida dos seres humanos, do processo de construção identitária dos jovens, a sexualidade – principalmente se entendida como elã de vida, afetividade e sentimentos, ou seja, além da genitalidade e analidade:

> O termo sexualidade mesmo que tenha perdido em precisão pontual [no texto da autora] ganhou em abrangência, para não mais significar genitalidade ou analidade, e sim, propositadamente, confundir-se, nos seus efeitos, com intimidade, desejo, afetividade; tudo com aquiescência conceitual de uma certa psicanálise que não vem ao caso discutir em detalhes teóricos, no escopo deste texto (Freud, 1921). (Guirado, 1997: 25)

Note-se que no campo da sexualidade, juventudes também se destacam por vulnerabilidades positivas[57], quando sua "ignorância" e qualidades tidas por alguns como "problemáticas", como a impulsividade, a adrenalina, o correr riscos, estimula criatividade, curiosidades pelas possibilidades do seu corpo e das relações com o outro, buscas, ímpeto por mudanças e construção do novo.

Tais vulnerabilidades positivas também foram registradas na pesquisa: rebeliões sobre estereótipos, tabus, preconceitos e vontade de saber e construir relacionamentos mais ricos e afetuosos, dando sentidos positivos coletivamente, ou para as relações, como as que se desenvolvem entre pares para a busca por prazer.

Essa possibilidade de mudança de sinais nas vulnerabilidades, como a potencialidade, quer para a felicidade individual imediata, quer para ética de convivência mais perene, da busca por prazer pelos jovens, não sempre são entendidas quando o conhecimento se move apenas no campo da ciência e da informação, em termos de prevenção. É quando há que mais debater limites e possibilidades da escola e, além da prevenção, avançar no campo da sexualidade.

7.2 RECOMENDAÇÕES

Gerais

- investir em programas nacionais e regionais, considerando a variação nacional, as desigualdades sociais e regionais de situações, atentos a realidades locais de diversas juventudes;
- documentar experiências inovadoras sobre educação sexual na escola e apoiar a constituição de redes nacionais de intercâmbio sobre o tema;
- investir em pesquisas, por um contínuo e atualizado conhecimento sobre percepções dos jovens e dos adultos de referência para melhor refletir sobre temas importantes à qualidade de vida daqueles e melhorias nas instituições em que circulam, como a escola;

[57] Além da orientação expressa no texto, o conceito de vulnerabilidade vem também sendo empregado para se referir a distintos campos e unidades analíticas – indivíduos, sociedades, comunidades, por exemplo (ver referências a tais debates sobre o conceito fora do campo da Aids e da sexualidade em Abramovay, 2002). É quando se faz referência a vulnerabilidades negativas, no plano de obstáculos, e vulnerabilidades positivas, ou seja fragilidades e singularidades que podem contar a favor das unidades de referência – no caso desta pesquisa, os jovens.

- realizar avaliações de políticas e programas que contemplem temas de saúde sexual, reprodutiva e juventudes de forma quantitativa e qualitativa, com especial atenção às representações dos jovens sobre o impacto em suas vidas;
- apoiar redes de direitos humanos dos e das jovens, voltadas a denúncias sobre violências sexuais e discriminações por conta da opção sexual. Inclusive mais atentar para a importância de empoderar os jovens e a população em geral para denúncias de casos de violência sexual;
- ressaltar formatação do planejamento familiar para a população jovem, de ambos os sexos no âmbito de políticas públicas. Contemplar nestas, o pré-natal e os cuidados com a gestação;
- "reacessar" os programas existentes no campo da saúde para jovens, avaliando suas atuais condições e alcance, para melhor beneficiá-los;
- implantar, no Ministério da Educação e/ou nas secretarias estaduais e municipais serviço de disque-denúncia de violências sexuais que envolvam jovens;
- apoiar projetos com a intenção de construção de masculinidade avessa a estereótipos, divisões sexuais de poderes e assimetrias nas relações de gênero;
- Fortalecer movimentos sociais e ONGs de mulheres jovens que tenham como orientação os direitos sexuais e reprodutivos das jovens.

Específicas

A pesquisa aponta algumas diretrizes de trabalho específicas, mais relacionadas com a comunidade escolar, a saber:

- mais uma vez, insiste-se em tese defendida em distintas pesquisas da UNESCO, de que a escola se bem exercer sua função cognitiva[58] e constituir-se em espaço de participação e protegido,

[58] "Em suma: se utilizarmos uma concepção da psicogênese, como a walloniana, que supõe a reciprocidade da construção das duas dimensões (afetividade, em que se insere a sexualidade, e inteligência), então será necessário concluir que a melhor contribuição da escola [no campo da sexualidade] consiste no exercício competente da sua própria função, que é cognitiva. Cabe-lhe realizar o adequado manejo das condições afetivas do desenvolvimento das inteligências, assim como dar lugar, no plano das relações interpessoais, para o exercício das possibilidades novas" (Souza Pinto, 1997: 50).

ou seja, em que os jovens se sintam bem, estará apta a bem lidar não só com aprendizagem em temas clássicos do conhecimento, como com temas de cunho existencial, caros à cultura juvenil[59];

- ressalta-se o espaço laico da escola – necessário – para a formação do indivíduo e de sua saúde;
- importa que a escola bem lide com a sua função de aliar ensino de qualidade a afetividade e respeito nas relações entre os diversos atores e assim bem se desempenhar, quer com a sua matéria-prima – a reflexão, o exercício da razão crítica, o verbo, a comunicação, o conhecimento, a ética e a estética –, quer com temas também relacionados ao existencial e básico tanto para uma cultura escolar como para uma cultura juvenil, como a sexualidade, a afetividade e as relações de gênero;
- insiste-se também que, para tanto, o clima escolar e a qualidade de vida e a formação de diversos atores, como os adultos de referência dos jovens e os próprios jovens, devem ser mais bem atendidos em suas necessidades formativas e vitais;
- recomenda-se a assunção, nas escolas públicas, do Programa Saúde nas Escolas de Disponibilização do Preservativo do Ministério da Saúde – Programa Nacional de DST e Aids – e o Ministério da Educação, lançado no dia 19 de agosto 2003, sobre a disponibilização de preservativos onde informação e insumos serão doravante distribuídos, garantindo uma contrapartida local, de maneira a não se resumir na distribuição e sim na educação dos jovens sobre sua sexualidade;
- importa uma maior colaboração entre Conselhos Tutelares, Ministério Público e escola no campo de acolhida das denúncias dos jovens sobre violências de cunho sexual que se passem em distintos ambientes, contribuindo para fazer frente à "lei do silêncio", o medo e a vulnerabilidade negativa dos jovens frente a poderes;
- seguindo a orientação do Conanda e do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, referendados no ECA, a escola deve ser um pólo de identificação de violências sexuais e discriminações sofridas por crianças, adolescentes e jovens;

[59] Ver, entre outros, Abramovay e Rua, 2002; Castro e Abramovay, 2002; e Abramovay e Castro, 2003.

- inserção na agenda do Programa Abrindo Espaços, promovido pela UNESCO e que se refere a atividades artísticas, culturais, desportivas e de educação para a cidadania para jovens nos espaços das escolas, nos finais de semana, temas relacionados à sexualidade;
- formação de jovens multiplicadores em programas, com secretarias de educação municipais e estaduais com a concorrência de ONGs, voltados à prevenção e à disponibilização de informações sobre os direitos ao acesso a serviços públicos de saúde e educação;
- capacitação de professores, com a colaboração de especialistas, possibilitando e problematizando suas vivências sobre sexualidade, de forma a subsidiar espaços de escuta e direcionamento/ orientação para alunos e pais;
- divulgação, entre os professores, de informações sobre serviços especializados para atendimento de casos de violência sexual, assédio, estupros, quer no âmbito da escola e da família como em outros espaços, para que bem possam encaminhar os jovens vitimizados;
- investimento em espaço para escuta e debate com os pais e, principalmente, com as mães sobre temas relacionados à sexualidade dos jovens.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1 – Número de escolas, turmas e alunos no universo e na amostra, segundo capitais de Unidades da Federação 53

TABELA 1.2 – Número de pais e membros do corpo técnico-pedagógico pesquisados, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000 54

TABELA 1.3 – Número e tipo de instrumentos qualitativos aplicados, segundo capitais de Unidades da Federação 58

TABELA 1.4 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000 60

TABELA 1.5 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por faixa etária, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000 61

TABELA 1.6 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por composição familiar, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000 62

TABELA 1.7 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por escolaridade da mãe, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000 63

TABELA 1.8 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por escolaridade do pai, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000 64

TABELA 2.1 – Média de idade da primeira relação sexual dos alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação dos alunos e capitais de Unidades da Federação – 2000 70

TABELA 2.2 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo faixa etária da primeira relação sexual e capitais de Unidades da Federação – 2000 71

TABELA 2.3 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo percepção sobre virgindade e capitais de Unidades da Federação – 2000 76

TABELA 2.4 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que as moças gostam de namorar e os rapazes de ficar e capitais de Unidades da Federação – 2000 94

TABELA 2.5 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por faixa etária, segundo indicação de que as moças gostam de namorar e os rapazes de ficar e capitais de Unidades da Federação – 2000 95

TABELA 2.6 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo indicação de que as moças gostam de namorar e os rapazes de ficar e capitais de Unidades da Federação – 2000 98

TABELA 2.7 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo crença na fidelidade do parceiro e capitais de Unidades da Federação – 2000 100

TABELA 2.8 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo percepções sobre fidelidade e capitais de Unidades da Federação – 2000 102

TABELA 2.9 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conversa sobre sexo com os filhos e capitais de Unidades da Federação – 2000 107

TABELA 2.10 – Média de idade dos alunos do ensino fundamental e médio quando da primeira conversa sobre sexo com os pais, por sexo, segundo indicação dos alunos e capitais de Unidades da Federação – 2000 110

TABELA 2.11 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conversa com os filhos sobre DST e capitais de Unidades da Federação – 2000 ... 112

TABELA 2.12 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conhecimento suficiente sobre DST e capitais de Unidades da Federação – 2000 115

TABELA 2.13 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico questionados pelos alunos sobre DST, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000 116

TABELA 2.14 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico questionados pelos alunos sobre Aids, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000 117

TABELA 2.15 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo conhecimento suficiente sobre DST e capitais de Unidades da Federação – 2000 118

TABELA 3.1 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo conhecimento suficiente sobre gravidez e controle de natalidade e capitais de Unidades da Federação – 2000 136

TABELA 3.2 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo informação suficiente sobre gravidez e controle de natalidade e capitais de Unidades da Federação – 2000 137

TABELA 3.3 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conhecimento de alguma jovem grávida na escola e capitais de Unidades da Federação – 2000 138

TABELA 3.4 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por conhecimento de alunas menores de 18 anos grávidas na escola, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000 139

TABELA 3.5 – Proporção de alunas do ensino fundamental e médio, por faixa etária, segundo indicação de que já engravidou e capitais de Unidades da Federação – 2000 140

TABELA 3.6 – Proporção de alunas do ensino fundamental e médio, por faixa etária da primeira gravidez, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000 142

TABELA 3.7 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conversa com os filhos sobre gravidez precoce e métodos contraceptivos e capitais de Unidades da Federação – 2000 150

TABELA 3.8 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo percepções sobre conseqüências da gravidez na adolescência e capitais de Unidades da Federação – 2000 152

TABELA 3.9 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo percepções sobre as conseqüências da gravidez na adolescência e capitais de Unidades da Federação – 2000 155

TABELA 3.10 – Proporção de alunas do ensino médio que abandonou os estudos, por dependência administrativa da escola, segundo indicação de que o fez porque ficou grávida e capitais de Unidades da Federação – 2002 163

TABELA 4.1 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo utilização de algum método contraceptivo e capitais de Unidades da Federação – 2000 176

TABELA 4.2 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por faixa etária, segundo utilização de algum método contraceptivo e capitais de Unidades da Federação – 2000 177

TABELA 4.3 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo utilização de camisinha como método contraceptivo e capitais de Unidades da Federação – 2000 178

TABELA 4.4 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo utilização de pílula anticoncepcional como método contraceptivo e capitais de Unidades da Federação – 2000 180

TABELA 4.5 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo utilização de tabelinha como método contraceptivo e capitais de Unidades da Federação – 2000 181

TABELA 4.6 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo utilização de injeção anticoncepcional como método contraceptivo e capitais de Unidades da Federação – 2000 182

TABELA 4.7 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por freqüência do uso da camisinha, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000 184

TABELA 4.8 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo os cinco principais motivos assinalados para não usar camisinha e capitais de Unidades da Federação – 2000 186

TABELA 4.9 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo solicitação ao parceiro para que use a camisinha e capitais de Unidades da Federação – 2000 194

TABELA 4.10 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo recomendação para que o filho use preservativo e capitais de Unidades da Federação – 2000 201

TABELA 4.11 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo opiniões favoráveis à distribuição de preservativos aos alunos nas escolas e capitais de Unidades da Federação – 2000 205

TABELA 4.12 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo opiniões favoráveis à distribuição de preservativos aos alunos nas escolas e capitais de Unidades da Federação – 2000 209

TABELA 5.1 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que conhecem mulheres que fizeram aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000 222

TABELA 5.2 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo realização de aborto pela respondente ou namorada e capitais de Unidades da Federação – 2000 223

TABELA 5.3 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo conhecimento de alunas que já fizeram aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000 224

TABELA 5.4 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a gravidez é decorrência de um estupro e capitais de Unidades da Federação – 2000 227

TABELA 5.5 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a vida da mãe corre perigo e capitais de Unidades da Federação – 2000 229

TABELA 5.6 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a criança pode nascer com defeito ou doença e capitais de Unidades da Federação – 2000 231

TABELA 5.7 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a mulher não quer ter o filho e capitais de Unidades da Federação – 2000 232

TABELA 5.8 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando o pai não quer assumir o filho e capitais de Unidades da Federação – 2000 234

TABELA 5.9 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que nada justifica o aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000 240

TABELA 5.10 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo a percepção de que nada justifica o aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000 242

TABELA 5.11 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo a percepção de que nada justifica o aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000 243

TABELA 5.12 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo conhecimento suficiente sobre aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000 246

TABELA 5.13 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conhecimento suficiente sobre aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000 247

TABELA 6.1 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo indicação de que já se sentiu sexualmente assediado pelos alunos e capitais de Unidades da Federação – 2000 264

TABELA 6.2 – Proporção de Alunos do ensino fundamental e médio, por indicação de estupro ou violência sexual na escola ou perto dela, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000 271

TABELA 6.3 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo indicação de estupro ou violência sexual na escola ou perto dela e capitais de Unidades da Federação – 2000 271

TABELA 6.4 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo e por ordem de indicação, segundo as cinco ações consideradas mais violentas, Brasil – conjunto de 14 cidades – 2000 279

TABELA 6.5 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo a opinião de que não gostariam de ter homossexuais como colega de classe e capitais de Unidades da Federação – 2000 281

TABELA 6.6 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo a indicação de que não gostaria que homossexuais fossem colegas de classe dos filhos e capitais de Unidades da Federação – 2000 282

TABELA 6.7 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo indicação de que não gostaria de ter homossexuais como alunos e capitais de Unidades da Federação – 2000 283

TABELA 6.8 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo a percepção de que a homossexualidade é uma doença e capitais de Unidades da Federação – 2000 293

TABELA 6.9 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo a percepção de que a homossexualidade é uma doença e capitais de Unidades da Federação – 2000 295

TABELA 6.10 – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conhecimento suficiente sobre homossexualidade e capitais de Unidades da Federação – 2000 296

TABELA 6.11 – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo conhecimento suficiente sobre homossexualidade e capitais de Unidades da Federação – 2000 297

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.1 – Número de questionários aplicados de acordo com respondente 59

QUADRO 1.2 – Número de entrevistas e grupos focais realizados 59

QUADRO 2.1 – Importante não é, mas honroso é 80

QUADRO 2.2 – Namorar é sério, ficar, uma noite 93

QUADRO 3.1 – Falta de informações da minha mãe, da minha avó 145

QUADRO 3.2 – Não é falta de informação 146

QUADRO 4.1 – Pensando nele 183

QUADRO 4.2 – Eu ia me sentir oferecida 197

QUADRO 4.3 – Eles estão usando nenhum 199

QUADRO 5.1 – Número de abortamentos por mil entre adolescentes, 1998 220

QUADRO 5.2 – Porcentagem de alunos segundo atitudes frente ao aborto 226

QUADRO 5.3 – Dolorido pra ela 228

QUADRO 5.4 – Aborto clandestino 237

QUADRO 6.1 – Professor dando em cima de aluna 260

QUADRO 6.2 – Isso é um assédio? 262

QUADRO 6.3 – O cara veio com estória pra cima de mim 263

QUADRO 6.4 – Tipos de assédio 267

QUADRO 6.5 – Apelidos atribuídos pelos alunos aos considerados homossexuais 287

QUADRO 6.6 – Não chegam perto dele 288

QUADRO 7.1 – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo e percentuais extremos nas capitais pesquisadas, segundo síntese das percepções sobre temas relacionados à sexualidade – 2000 307

ANEXO I – TABELAS ESTATÍSTICAS

CAPÍTULO 2: A INICIAÇÃO SEXUAL DOS JOVENS

TABELA 2.1-A – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por faixa etária, segundo percepção sobre virgindade e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Percepção sobre virgindade	Faixa etária			Total
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	
Belém	O homem deve ficar virgem até casar	4,4	1,3	1,0	2,2
	A mulher deve ficar virgem até casar	11,8	12,7	10,6	12,1
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	35,7	29,9	19,6	30,1
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	48,0	56,1	68,8	55,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Cuiabá	O homem deve ficar virgem até casar	5,1	0,8	2,7	2,5
	A mulher deve ficar virgem até casar	19,5	13,9	16,2	16,1
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	35,8	29,8	27,0	31,9
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	39,6	55,5	54,1	49,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Distrito Federal	O homem deve ficar virgem até casar	5,4	5,2	2,6	5,1
	A mulher deve ficar virgem até casar	13,9	11,4	2,6	12,0
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	47,0	38,4	44,7	42,4
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	33,8	45,0	50,0	40,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Florianópolis	O homem deve ficar virgem até casar	3,4	0,5	0,0	1,4
	A mulher deve ficar virgem até casar	11,9	7,9	7,3	9,2
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	41,2	25,9	22,0	30,7
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	43,5	65,6	70,7	58,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Fortaleza	O homem deve ficar virgem até casar	4,8	0,9	1,4	2,8
	A mulher deve ficar virgem até casar	13,2	17,5	18,8	15,6
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	41,6	35,4	27,5	37,6
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	40,4	46,2	52,2	44,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.1-A – (continuação)

Capital	Percepção sobre virgindade	Faixa etária			Total
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	
Goiânia	O homem deve ficar virgem até casar	3,5	1,3	0,0	2,3
	A mulher deve ficar virgem até casar	10,6	12,0	11,8	11,3
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	39,1	31,8	22,4	34,6
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	46,8	54,9	65,8	51,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Maceió	O homem deve ficar virgem até casar	3,6	1,0	0,0	2,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	20,2	21,1	33,3	21,7
	Casar virgem é igual mente importante para homem e mulher	44,0	24,5	22,2	31,9
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	32,1	53,3	44,4	44,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	O homem deve ficar virgem até casar	5,8	2,9	1,5	3,9
	A mulher deve ficar virgem até casar	15,3	12,6	13,2	13,7
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	46,8	32,3	29,4	37,6
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	32,1	52,2	55,9	44,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Porto Alegre	O homem deve ficar virgem até casar	4,0	0,4	0,0	1,8
	A mulher deve ficar virgem até casar	9,4	6,5	2,6	7,5
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	31,0	17,6	15,8	22,7
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	55,5	75,5	81,6	68,1
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Recife	O homem deve ficar virgem até casar	6,8	2,2	3,1	4,1
	A mulher deve ficar virgem até casar	12,7	18,0	20,0	16,1
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	46,6	29,8	23,1	35,8
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	34,0	50,0	53,8	44,1
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.1-A – (continuação)

Capital	Percepção sobre virgindade	Faixa etária			Total
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	
Rio de Janeiro	O homem deve ficar virgem até casar	2,5	1,6	0,0	1,7
	A mulher deve ficar virgem até casar	9,5	8,8	9,4	9,0
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	30,3	21,5	26,4	24,2
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	57,7	68,1	64,2	65,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Salvador	O homem deve ficar virgem até casar	4,9	1,3	2,9	2,8
	A mulher deve ficar virgem até casar	16,0	12,6	15,4	14,1
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	38,1	29,8	22,1	32,2
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	41,0	56,3	59,6	51,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
São Paulo	O homem deve ficar virgem até casar	4,6	1,1	2,9	2,7
	A mulher deve ficar virgem até casar	10,5	8,3	11,4	9,4
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	34,4	25,4	25,7	29,5
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	50,4	65,2	60,0	58,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Vitória	O homem deve ficar virgem até casar	5,0	1,2	1,3	2,7
	A mulher deve ficar virgem até casar	9,8	10,2	5,3	9,6
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	44,3	30,3	36,0	36,3
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	40,9	58,4	57,3	51,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Na sua opinião* (categorias de resposta apresentadas na tabela).
(1) Dados expandidos.

TABELA 2.2-A – Proporção de membros do corpo técnico-pedgógico, por sexo, segundo percepção sobre a virgindade e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Percepção sobre a virgindade	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	O homem deve ficar virgem até casar	3,3	0,0	1,5
	A mulher deve ficar virgem até casar	5,6	8,2	7,0
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	20,0	38,2	30,0
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	71,1	53,6	61,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Cuiabá	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,7	0,5
	A mulher deve ficar virgem até casar	8,9	6,7	7,3
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	30,4	32,9	32,2
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	60,7	59,7	60,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Distrito Federal	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	13,8	0,0	3,9
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	34,5	44,6	41,7
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	51,7	55,4	54,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Florianópolis	O homem deve ficar virgem até casar	1,8	0,0	0,7
	A mulher deve ficar virgem até casar	0,0	1,1	0,7
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	25,5	26,9	26,4
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	72,7	72,0	72,3
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Fortaleza	O homem deve ficar virgem até casar	1,9	0,0	0,6
	A mulher deve ficar virgem até casar	9,6	8,2	8,6
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	34,6	36,4	35,8
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	53,8	55,5	54,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.2-A – (continuação)

Capital	Percepção sobre a virgindade	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Goiânia	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,9	0,6
	A mulher deve ficar virgem até casar	4,7	2,6	3,1
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	30,2	37,1	35,2
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	65,1	59,5	61,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Maceió	O homem deve ficar virgem até casar	1,5	1,1	1,2
	A mulher deve ficar virgem até casar	4,6	16,0	13,0
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	29,2	30,3	30,0
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	64,6	52,7	55,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	5,5	8,1	7,1
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	30,9	41,9	37,6
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	63,6	50,0	55,3
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Porto Alegre	O homem deve ficar virgem até casar	2,4	0,0	0,4
	A mulher deve ficar virgem até casar	2,4	3,6	3,3
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	16,7	17,8	17,6
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	78,6	78,7	78,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Recife	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	1,4	0,8
	A mulher deve ficar virgem até casar	6,4	5,6	5,9
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	23,4	29,2	26,9
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	70,2	63,9	66,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Rio de Janeiro	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	6,3	3,3	4,4
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	21,5	14,7	17,0
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	72,2	82,0	78,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.2-A – (continuação)

Capital	Percepção sobre a virgindade	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Salvador	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	2,4	4,8	4,1
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	12,2	27,6	23,3
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	85,4	67,6	72,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
São Paulo	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	5,4	4,6	4,8
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	32,1	23,5	25,8
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	62,5	71,9	69,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Vitória	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	5,6	4,0	4,5
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	27,8	35,0	32,5
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	66,7	61,0	63,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Na sua opinião: (Marque uma só resposta).*

Tabela 2.3-A – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por prática religiosa, segundo percepção sobre a virgindade e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Percepção sobre a virgindade	É praticante de alguma religião		Total
		Sim	Não	
Belém	O homem deve ficar virgem até casar	1,4	2,0	1,6
	A mulher deve ficar virgem até casar	7,7	6,1	7,3
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	35,0	18,4	30,7
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	55,9	73,5	60,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Cuiabá	O homem deve ficar virgem até casar	0,6	0,0	0,5
	A mulher deve ficar virgem até casar	7,9	3,2	7,1
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	34,5	19,4	32,1
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	57,0	77,4	60,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Distrito Federal	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	4,0	5,0	4,2
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	54,7	15,0	46,3
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	41,3	80,0	49,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Florianópolis	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	2,2	0,7
	A mulher deve ficar virgem até casar	1,1	0,0	0,7
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	34,4	13,3	27,5
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	64,5	84,4	71,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Fortaleza	O homem deve ficar virgem até casar	0,8	0,0	0,7
	A mulher deve ficar virgem até casar	11,1	0,0	9,3
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	37,3	36,0	37,1
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	50,8	64,0	53,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Goiânia	O homem deve ficar virgem até casar	0,9	0,0	0,6
	A mulher deve ficar virgem até casar	3,4	2,7	3,2
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	42,7	10,8	35,1
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	53,0	86,5	61,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Tabela 2.3-A – (continuação)

Capital	Percepção sobre a virgindade	É praticante de alguma religião		Total
		Sim	Não	
Maceió	O homem deve ficar virgem até casar	1,1	0,0	0,8
	A mulher deve ficar virgem até casar	13,0	13,0	13,0
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	33,2	24,1	31,1
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	52,7	63,0	55,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem a té casar	6,4	6,7	6,5
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	41,3	33,3	40,3
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	52,3	60,0	53,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Porto Alegre	O homem deve ficar virgem até casar	0,7	0,0	0,4
	A mulher deve ficar virgem até casar	3,3	3,9	3,5
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	20,0	11,7	17,2
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	76,0	84,4	78,9
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Recife	O homem deve ficar virgem até casar	1,3	0,0	1,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	6,7	6,7	6,7
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	30,7	16,7	26,7
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	61,3	76,7	65,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Rio de Janeiro	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	5,0	4,6	4,9
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	22,3	10,8	18,6
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	72,7	84,6	76,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Salvador	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	5,4	4,8	5,2
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	29,0	16,7	25,2
	A virgindade não tem importân cia alguma, é coisa do passado	65,6	78,6	69,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Tabela 2.3-A – (continuação)

Capital	Percepção sobre a virgindade	É praticante de alguma religião		Total
		Sim	Não	
São Paulo	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	5,1	3,8	4,7
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	31,9	15,1	27,2
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	63,0	81,1	68,1
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Vitória	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	6,2	0,0	4,8
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	39,8	15,6	34,5
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	54,0	84,4	60,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Na sua opinião: (Marque uma só resposta).*

TABELA 2.4-A – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo percepção sobre a virgindade e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Percepção sobre a virgindade	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	O homem deve ficar virgem até casar	1,6	0,8	1,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	15,6	21,2	20,1
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	31,3	28,6	29,1
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	51,6	49,4	49,8
	Total	100,0	100,0	100,0
Cuiabá	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem a té casar	26,9	30,6	29,8
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	29,9	35,1	34,0
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	43,3	34,3	36,2
	Total	100,0	100,0	100,0
Distrito Federal	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	1,6	1,2
	A mulher deve ficar virgem até casar	30,0	18,3	21,1
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	27,5	46,8	42,2
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	42,5	33,3	35,5
	Total	100,0	100,0	100,0
Florianópolis	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	8,0	13,9	12,1
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	43,2	33,8	36,7
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	48,9	52,2	51,2
	Total	100,0	100,0	100,0
Fortaleza	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	2,0	1,6
	A mulher deve ficar virgem até casar	25,0	31,5	30,5
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	32,5	38,9	37,9
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	42,5	27,6	30,0
	Total	100,0	100,0	100,0
Goiânia	O homem deve ficar virgem até casar	2,0	0,6	0,9
	A mulher deve ficar virgem até casar	16,0	23,0	21,5
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	38,0	44,4	43,0
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	44,0	32,0	34,6
	Total	100,0	100,0	100,0

TABELA 2.4-A – (continuação)

Capital	Percepção sobre a virgindade	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Maceió	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,0	0,0
	A mulher deve ficar virgem até casar	34,0	33,5	33,6
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	32,0	36,6	35,6
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	34,0	29,9	30,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,6	0,4
	A mulher deve ficar virgem até casar	23,7	14,6	17,0
	Casar virgem é igualment e importante para homem e mulher	33,9	49,7	45,7
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	42,4	35,1	37,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Porto Alegre	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,6	0,5
	A mulher deve ficar virgem até casar	14,9	12,6	13,1
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	31,9	28,7	29,4
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	53,2	58,1	57,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Recife	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,5	0,4
	A mulher d eve ficar virgem até casar	25,0	33,8	31,8
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	25,0	31,4	30,0
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	50,0	34,3	37,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Rio de Janeiro	O homem deve ficar vi rgem até casar	2,6	0,0	0,5
	A mulher deve ficar virgem até casar	17,9	17,8	17,9
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	20,5	26,1	25,0
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	59,0	56,1	56,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Salvador	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,5	0,4
	A mulher deve ficar virgem até casar	13,3	19,3	17,9
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	33,3	34,5	34,2
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	53,3	45,7	47,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.4-A – (continuação)

Capital	Percepção sobre a virgindade	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
São Paulo	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,5	0,4
	A mulher deve ficar virgem até casar	8,5	14,0	12,8
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	32,2	32,0	32,0
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	59,3	53,6	54,8
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Vitória	O homem deve ficar virgem até casar	0,0	0,4	0,3
	A mulher deve ficar virgem até casar	19,1	15,2	16,3
	Casar virgem é igualmente importante para homem e mulher	32,6	35,0	34,3
	A virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	48,3	49,3	49,0
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001
Notas: Foi perguntado aos pais: *Na sua opinião: (As categorias de resposta estão apresentadas na tabela).*

TABELA 2.5-A – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo número de pessoas com as quais manteve relações sexuais nos últimos 12 meses, faixa etária e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Faixa etária	Número de pessoas com as quais manteve relações sexuais nos últimos 12 meses	Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Belém	10 a 14 anos	Uma pessoa	54,8	94,8	70,0
		De duas a cinco pessoas	32,3	5,2	22,0
		De seis a dez pessoas	9,7	0,0	6,0
		Mais de dez pessoas	3,2	0,0	2,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	15 a 19 anos	Uma pessoa	57,1	84,1	68,4
		De duas a cinco pessoas	33,1	15,1	25,6
		De seis a dez pessoas	7,4	0,8	4,6
		Mais de dez pessoas	2,3	0,0	1,3
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	20 a 24 anos	Uma pessoa	50,0	76,4	65,8
		De duas a cinco pessoas	39,6	20,8	28,3
		De seis a dez pessoas	6,2	1,4	3,3
		Mais de dez pessoas	4,2	1,4	2,5
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Cuiabá	10 a 14 anos	Uma pessoa	52,4	71,4	57,1
		De duas a cinco pessoas	23,8	14,3	21,4
		De seis a dez pessoas	4,8	0,0	3,6
		Mais de dez pessoas	19,0	14,3	17,9
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	15 a 19 anos	Uma pessoa	52,3	84,6	64,4
		De duas a cinco pessoas	42,2	13,8	31,6
		De seis a dez pessoas	4,6	0,0	2,9
		Mais de dez pessoas	0,9	1,5	1,2
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	20 a 24 anos	Uma pessoa	60,0	100,0	87,5
		De duas a cinco pessoas	40,0	0,0	12,5
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.5-A – (continuação)

Capital	Faixa etária	Número de pessoas com as quais manteve relações sexuais nos últimos 12 meses	Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Distrito Federal	10 a 14 anos	Uma pessoa	72,7	100,0	82,4
		De duas a cinco pessoas	27,3	0,0	17,6
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	15 a 19 anos	Uma pessoa	63,2	79,2	70,9
		De duas a cinco pessoas	26,3	15,1	20,9
		De seis a dez pessoas	7,0	5,7	6,4
		Mais de dez pessoas	3,5	0,0	1,8
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	20 a 24 anos	Uma pessoa	75,0	80,0	78,2
		De duas a cinco pessoas	25,0	20,0	21,8
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Florianópolis	10 a 14 anos	Uma pessoa	86,6	100,0	91,3
		De duas a cinco pessoas	13,4	0,0	8,7
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	15 a 19 anos	Uma pessoa	59,6	81,7	70,7
		De duas a cinco pessoas	40,4	18,3	29,3
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	20 a 24 anos	Uma pessoa	61,5	92,4	76,9
		De duas a cinco pessoas	38,5	7,6	23,1
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.5-A – (continuação)

Capital	Faixa etária	Número de pessoas com as quais manteve relações sexuais nos últimos 12 meses	Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Fortaleza	10 a 14 anos	Uma pessoa	59,1	100,0	64,0
		De duas a cinco pessoas	36,4	0,0	32,0
		De seis a dez pessoas	4,5	0,0	4,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	15 a 19 anos	Uma pessoa	69,5	93,0	79,4
		De duas a cinco pessoas	23,7	7,0	16,7
		De seis a dez pessoas	3,4	0,0	2,0
		Mais de dez pessoas	3,4	0,0	2,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	20 a 24 anos	Uma pessoa	52,6	89,5	71,0
		De duas a cinco pessoas	42,1	10,5	26,3
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	5,3	0,0	2,6
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Goiânia	10 a 14 anos	Uma pessoa	60,0	63,6	61,1
		De duas a cinco pessoas	32,0	27,3	30,6
		De seis a dez pessoas	8,0	9,1	8,3
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	15 a 19 anos	Uma pessoa	62,1	79,6	67,6
		De duas a cinco pessoas	30,2	20,4	27,1
		De seis a dez pessoas	5,2	0,0	3,5
		Mais de dez pessoas	2,6	0,0	1,8
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	20 a 24 anos	Uma pessoa	65,2	72,0	68,7
		De duas a cinco pessoas	34,8	24,0	29,2
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	4,0	2,1
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.5-A – (continuação)

Capital	Faixa etária	Número de pessoas com as quais manteve relações sexuais nos últimos 12 meses	Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Maceió	10 a 14 anos	Uma pessoa	70,0	88,9	79,0
		De duas a cinco pessoas	10,0	11,1	10,5
		De seis a dez pessoas	20,0	0,0	10,5
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	15 a 19 anos	Uma pessoa	52,7	87,0	64,0
		De duas a cinco pessoas	39,8	13,0	30,9
		De seis a dez pessoas	4,3	0,0	2,9
		Mais de dez pessoas	3,2	0,0	2,2
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	20 a 24 anos	Uma pessoa	45,4	81,3	66,7
		De duas a cinco pessoas	36,4	18,7	25,9
		De seis a dez pessoas	18,2	0,0	7,4
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	10 a 14 anos	Uma pessoa	71,4	84,6	76,5
		De duas a cinco pessoas	28,6	15,4	23,5
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	15 a 19 anos	Uma pessoa	57,9	82,2	66,2
		De duas a cinco pessoas	37,4	16,8	30,4
		De seis a dez pessoas	3,1	1,0	2,4
		Mais de dez pessoas	1,5	0,0	1,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	20 a 24 anos	Uma pessoa	56,5	100,0	78,3
		De duas a cinco pessoas	21,7	0,0	10,9
		De seis a dez pessoas	8,7	0,0	4,4
		Mais de dez pessoas	13,1	0,0	6,5
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.5-A – (continuação)

Capital	Faixa etária	Número de pessoas com as quais manteve relações sexuais nos últimos 12 meses	Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Porto Alegre	10 a 14 anos	Uma pessoa	70,4	77,8	72,2
		De duas a cinco pessoas	14,8	22,2	16,7
		De seis a dez pessoas	3,7	0,0	2,8
		Mais de dez pessoas	11,1	0,0	8,3
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	15 a 19 anos	Uma pessoa	49,0	92,6	66,0
		De duas a cinco pessoas	45,6	7,4	30,7
		De seis a dez pessoas	2,7	0,0	1,6
		Mais de dez pessoas	2,7	0,0	1,6
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	20 a 24 anos	Uma pessoa	66,6	83,3	75,0
		De duas a cinco pessoas	16,7	16,7	16,7
		De seis a dez pessoas	16,7	0,0	8,3
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Recife	10 a 14 anos	Uma pessoa	76,9	100,0	80,6
		De duas a cinco pessoas	23,1	0,0	19,4
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	15 a 19 anos	Uma pessoa	53,5	90,9	64,8
		De duas a cinco pessoas	46,5	9,1	35,2
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	20 a 24 anos	Uma pessoa	73,7	93,3	82,4
		De duas a cinco pessoas	26,3	6,7	17,6
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.5-A – (continuação)

Capital	Faixa etária	Número de pessoas com as quais manteve relações sexuais nos últimos 12 meses	Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Rio de Janeiro	10 a 14 anos	Uma pessoa	75,0	66,7	73,7
		De duas a cinco pessoas	25,0	33,3	26,3
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	15 a 19 anos	Uma pessoa	53,0	82,4	64,5
		De duas a cinco pessoas	43,9	16,5	33,2
		De seis a dez pessoas	1,5	1,2	1,4
		Mais de dez pessoas	1,5	0,0	0,9
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	20 a 24 anos	Uma pessoa	35,3	88,9	53,8
		De duas a cinco pessoas	52,9	0,0	34,6
		De seis a dez pessoas	5,9	11,1	7,7
		Mais de dez pessoas	5,9	0,0	3,8
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Salvador	10 a 14 anos	Uma pessoa	82,9	77,8	81,8
		De duas a cinco pessoas	17,1	11,1	15,9
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	11,1	2,3
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	15 a 19 anos	Uma pessoa	64,9	80,2	70,9
		De duas a cinco pessoas	29,1	19,8	25,4
		De seis a dez pessoas	4,1	0,0	2,5
		Mais de dez pessoas	2,0	0,0	1,2
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	20 a 24 anos	Uma pessoa	67,9	89,7	80,6
		De duas a cinco pessoas	21,4	10,3	14,9
		De seis a dez pessoas	7,1	0,0	3,0
		Mais de dez pessoas	3,6	0,0	1,5
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.5-A – (continuação)

Capital	Faixa etária	Número de pessoas com as quais manteve relações sexuais nos últimos 12 meses	Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
São Paulo	10 a 14 anos	Uma pessoa	66,7	90,0	71,4
		De duas a cinco pessoas	33,3	10,0	28,6
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	15 a 19 anos	Uma pessoa	63,8	90,3	73,0
		De duas a cinco pessoas	30,5	9,7	23,2
		De seis a dez pessoas	4,0	0,0	2,6
		Mais de dez pessoas	1,7	0,0	1,1
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	20 a 24 anos	Uma pessoa	72,7	77,8	75,0
		De duas a cinco pessoas	18,2	22,2	20,0
		De seis a dez pessoas	9,1	0,0	5,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Vitória	10 a 14 anos	Uma pessoa	66,6	100,0	74,2
		De duas a cinco pessoas	33,4	0,0	25,8
		De seis a dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Mais de dez pessoas	0,0	0,0	0,0
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	15 a 19 anos	Uma pessoa	55,9	88,8	70,3
		De duas a cinco pessoas	39,2	11,2	26,9
		De seis a dez pessoas	3,9	0,0	2,2
		Mais de dez pessoas	1,0	0,0	0,6
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
	20 a 24 anos	Uma pessoa	60,0	88,9	78,6
		De duas a cinco pessoas	20,0	11,1	14,3
		De seis a dez pessoas	13,3	0,0	4,7
		Mais de dez pessoas	6,7	0,0	2,4
		Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Com quantas pessoas diferentes você transou nos últimos 12 meses?*
(1) Dados expandidos.

TABELA 2.6-A – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo momento da conversa com o filho sobre DST, gravidez e contracepção e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Momento da conversa com o filho	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	Antes da primeira relação sexual	83,0	75,7	77,3
	Depois da primeira relação sexual	0,0	3,8	2,9
	Não sabe	13,2	13,5	13,4
	Não teve essa conversa	3,8	7,0	6,3
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Cuiabá	Antes da primeira relação sexual	75,5	71,1	72,0
	Depois da primeira relação sexual	5,7	4,2	4,5
	Não sabe	11,3	10,0	10,3
	Não teve essa conversa	7,5	14,7	13,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Distrito Federal	Antes da primeira relação sexual	56,3	70,7	66,9
	Depois da primeira relação sexual	3,1	3,3	3,2
	Não sabe	37,5	18,5	23,4
	Não teve essa conversa	3,1	7,6	6,5
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Florianópolis	Antes da primeira relação sexual	71,8	76,6	75,2
	Depois da primeira relação sexual	3,8	4,3	4,1
	Não sabe	17,9	14,4	15,4
	Não teve essa conversa	6,4	4,8	5,3
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Fortaleza	Antes da primeira relação sexual	60,9	60,4	60,5
	Depois da primeira relação sexual	8,7	6,5	6,8
	Não sabe	4,3	20,9	18,5
	Não teve essa conversa	26,1	12,2	14,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Goiânia	Antes da primeira relação sexual	71,8	71,4	71,5
	Depois da primeira relação sexual	2,6	2,9	2,8
	Não sabe	17,9	12,9	14,0
	Não teve essa conversa	7,7	12,9	11,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.6-A – (continuação)

Capital	Momento da conversa com o filho	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Maceió	Antes da primeira relação sexual	62,1	72,3	70,4
	Depois da primeira relação sexual	5,2	2,7	3,2
	Não sabe	10,3	14,5	13,7
	Não teve essa conversa	22,4	10,5	12,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Manaus	Antes da primeira relação sexual	61,8	74,0	70,7
	Depois da primeira relação sexual	5,5	5,3	5,4
	Não sabe	23,6	14,0	16,6
	Não teve essa conversa	9,1	6,7	7,3
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Porto Alegre	Antes da primeira relação sexual	79,5	80,6	80,4
	Depois da primeira relação sexual	2,3	3,0	2,9
	Não sabe	13,6	10,3	11,0
	Não teve essa conversa	4,5	6,1	5,7
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Recife	Antes da primeira relação sexual	69,8	74,7	73,6
	Depois da primeira relação sexual	0,0	4,5	3,6
	Não sabe	14,0	11,0	11,7
	Não teve essa conversa	16,3	9,7	11,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Rio de Janeiro	Antes da primeira relação sexual	72,2	72,3	72,3
	Depois da primeira relação sexual	0,0	3,6	2,9
	Não sabe	16,7	15,3	15,6
	Não teve essa conversa	11,1	8,8	9,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Salvador	Antes da primeira relação sexual	67,3	75,6	73,7
	Depois da primeira relação sexual	2,0	4,8	4,1
	Não sabe	22,4	12,5	14,7
	Não teve essa conversa	8,2	7,1	7,4
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

TABELA 2.6-A – (continuação)

Capital	Momento da conversa com o filho	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
São Paulo	Antes da primeira relação sexual	73,9	81,6	80,0
	Depois da primeira relação sexual	4,3	1,7	2,2
	Não sabe	17,4	10,1	11,6
	Não teve essa conversa	4,3	6,7	6,2
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Vitória	Antes da primeira relação sexual	77,0	78,9	78,4
	Depois da primeira relação sexual	2,7	2,1	2,2
	Não sabe	13,5	13,9	13,8
	Não teve essa conversa	6,8	5,2	5,6
	Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Nota: Foi perguntado aos pais: *Esta conversa que tiveram com seus filhos sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e sobre Aids aconteceu antes ou depois de os filhos terem tido a primeira relação sexual?*

TABELA 3.1-A – Média de idade da primeira gravidez das alunas do ensino fundamental e médio, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Média de idade da primeira gravidez
Belém	17,5
Cuiabá	16,8
Distrito Federal	16,3
Florianópolis	16,5
Fortaleza	16,9
Goiânia	16,9
Maceió	16,2
Manaus	16,3
Porto Alegre	16,5
Recife	16,3
Rio de Janeiro	16,9
Salvador	16,8
São Paulo	16,6
Vitória	16,5

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado às alunas: *Quantos anos você tinha quando ficou grávida a primeira vez?*
(1) Dados expandidos.

TABELA 3.2-A – Proporção e número total de alunos do ensino médio, por dependência administrativa da escola, segundo o abandono de estudo e capitais das Unidades da Federação – 2002[1]

Capital[2]	Abandono de estudo	Dependência Administrativa (%)		Total[3]
		Público	Privado	
Belém	Sim	31,3	3,3	27,3
	Não	68,7	96,7	72,7
	Total	100,0 (78.822)	100,0 (13.168)	100,0 (91.990)
Belo Horizonte	Sim	18,2	2,7	15,3
	Não	81,8	97,3	84,7
	Total	100,0 (124.964)	100,0 (28.736)	100,0 (153.700)
Cuiabá	Sim	18,5	3,4	15,7
	Não	81,5	96,6	84,3
	Total	100,0 (19.665)	100,0 (4.604)	100,0 (24.269)
Curitiba	Sim	17,0	4,0	14,0
	Não	83,0	96,0	86,0
	Total	100,0 (67.642)	100,0 (20.103)	100,0 (87.745)
Goiânia	Sim	26,1	1,8	22,1
	Não	73,9	98,2	77,9
	Total	100,0 (60.611)	100,0 (12.233)	100,0 (72.844)
Macapá	Sim	30,0	4,8	26,9
	Não	70,0	95,2	73,1
	Total	100,0 (16.891)	100,0 (2.385)	100,0 (19.276)
Maceió	Sim	31,5	6,3	21,1
	Não	68,5	93,7	78,9
	Total	100,0 (21.396)	100,0 (14.954)	100,0 (36.350)
Porto Alegre	Sim	22,6	2,6	17,3
	Não	77,4	97,4	82,7
	Total	100,0 (47.035)	100,0 (17.237)	100,0 (64.272)

TABELA 3.2-A – (continuação)

Capital[2]	Abandono de estudo	Dependência Administrativa (%)		Total[3]
		Público	Privado	
Rio Branco	Sim	27,5	3,4	24,4
	Não	72,5	96,6	75,6
	Total	**100,0 (11.147)**	**100,0 (1.624)**	**100,0 (12.771)**
Rio de Janeiro	Sim	20,5	...	20,5
	Não	79,5	...	79,5
	Total	**100,0 (191.422)**	**...**	**100,0 (191.422)**
Salvador	Sim	25,4	...	25,4
	Não	74,6	...	74,6
	Total	**100,0 (150.399)**	**...**	**100,0 (150.399)**
São Paulo	Sim	3,5	3,7	3,6
	Não	96,5	96,3	96,4
	Total	**100,0 (193.192)**	**100,0 (101.067)**	**100,0 (294.259)**
Teresina	Sim	31,0	10,1	24,4
	Não	69,0	89,9	75,6
	Total	**100,0 (31.944)**	**100,0 (14.705)**	**100,0 (46.649)**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Ensino Médio, 2002.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Você já abandonou os estudos alguma vez?*

... Dado não disponível.

(1) Dados expandidos.

(2) Comprovou-se que há uma associação entre as variáveis dependência administrativa e abandono.

(3) Há evidências suficientes para afirmar que as proporções do total são diferentes em um nível de confiança de 95%.

TABELA 3.3-A – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que não gostaria de ter mães solteiras como colega de classe e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Não gostaria de ter mãe solteira como colega de classe[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	3,2	1,7	2,4
Cuiabá	3,7	2,5	3,0
Distrito Federal	3,7	2,5	3,0
Florianópolis	4,8	2,6	3,7
Fortaleza	5,7	3,9	4,7
Goiânia	5,2	2,2	3,6
Maceió	4,5	1,7	2,8
Manaus	4,3	3,6	3,9
Porto Alegre	2,8	1,8	2,3
Recife	2,9	4,3	3,6
Rio de Janeiro	3,4	1,2	2,2
Salvador	3,8	3,0	3,4
São Paulo	2,9	1,6	2,2
Vitória	3,8	1,3	2,5

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Quais das pessoas abaixo você não queria ter como seus (suas) colegas de classe?* Categoria selecionada: *Mães solteiras.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 3.4-A – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo a indicação de que não gostaria que mães solteiras fossem colegas de classe dos filhos e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Não gostaria que mães solteiras fossem colegas de classe dos filhos[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	1,4	6,7	5,6
Cuiabá	8,3	5,5	6,1
Distrito Federal	0,0	2,1	1,6
Florianópolis	2,9	2,7	2,8
Fortaleza	8,2	7,3	7,5
Goiânia	4,8	3,1	3,5
Maceió	1,8	4,7	4,1
Manaus	4,1	4,5	4,4
Porto Alegre	1,7	1,4	1,5
Recife	1,5	8,4	6,9
Rio de Janeiro	4,2	1,7	2,2
Salvador	1,4	1,7	1,6
São Paulo	1,4	3,0	2,7
Vitória	3,8	3,8	3,8

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos pais: *Quais das pessoas abaixo você não gostaria que fossem colegas de escola do seu filho?* Categoria selecionada: *Mães solteiras.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 4.1-A – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo conhecimento e comportamento sexual durante o período fértil e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Conhecimento e comportamento sexual durante o período fértil	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	Sabe o que é período fértil	40,8	63,8	50,7
	Mantém relações sexuais durante o período fértil	10,1	15,0	12,2
Cuiabá	Sabe o que é período fértil	47,4	70,4	55,6
	Mantém relações sexuais durante o período fértil	16,3	20,4	17,8
Distrito Federal	Sabe o que é período fértil	46,0	62,6	53,9
	Mantém relações sexuais durante o período fértil	16,7	18,3	17,4
Florianópolis	Sabe o que é período fértil	44,5	73,7	55,9
	Mantém relações sexuais durante o período fértil	12,6	33,5	20,8
Fortaleza	Sabe o que é período fértil	33,3	48,8	39,2
	Mantém relações sexuais durante o período fértil	9,7	13,2	11,1
Goiânia	Sabe o que é período fértil	44,5	54,9	48,2
	Mantém relações sexuais durante o período fértil	12,9	14,5	13,5
Maceió	Sabe o que é período fértil	38,3	66,0	48,7
	Mantém relações sexuais durante o período fértil	8,6	30,9	17,0
Manaus	Sabe o que é período fértil	42,6	60,8	49,1
	Mantém relações sexuais durante o período fértil	12,9	20,1	15,5
Porto Alegre	Sabe o que é período fértil	37,6	62,6	47,0
	Mantém relações sexuais durante o período fértil	13,6	25,1	17,9
Recife	Sabe o que é período fértil	41,9	64,8	48,7
	Mantém relações sexuais durante o período fértil	10,6	16,5	12,3
Rio de Janeiro	Sabe o que é período fértil	52,5	70,9	59,1
	Mantém relações sexuais durante o período fértil	14,7	27,6	19,4
Salvador	Sabe o que é período fértil	36,1	52,6	42,8
	Mantém relações sexuais durante o período fértil	7,8	19,5	12,6

TABELA 4.1-A – (continuação)

Capital	Conhecimento e comportamento sexual durante o período fértil	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
São Paulo	Sabe o que é período fértil	40,1	73,1	51,0
	Mantém relações sexuais durante o período fértil	9,1	22,2	13,4
Vitória	Sabe o que é período fértil	49,8	69,3	57,8
	Mantém relações sexuais durante o período fértil	9,8	26,0	16,4

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi solicitado aos alunos: *Marque somente se a resposta for sim* (categorias de resposta apresentadas na tabela).
(1) Dados expandidos.

TABELA 4.2-A – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação dos métodos contraceptivos utilizados pelos alunos e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Métodos contraceptivos utilizados pelos alunos[2]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	DIU	1,3	0,0	**0,7**
	Diafragma	1,0	0,0	**0,6**
Cuiabá	DIU	1,0	0,0	**0,7**
	Diafragma	1,0	0,9	**1,0**
Distrito Federal	DIU	1,6	0,0	**0,8**
	Diafragma	2,4	0,0	**1,2**
Florianópolis	DIU	2,9	1,3	**2,3**
	Diafragma	2,9	0,0	**1,8**
Fortaleza	DIU	2,6	3,3	**2,8**
	Diafragma	1,5	0,0	**0,9**
Goiânia	DIU	4,5	1,2	**3,3**
	Diafragma	2,6	0,6	**1,9**
Maceió	DIU	3,1	2,1	**2,7**
	Diafragma	3,1	1,0	**2,3**
Manaus	DIU	1,2	1,1	**1,1**
	Diafragma	2,1	0,0	**1,3**
Porto Alegre	DIU	6,1	0,6	**4,0**
	Diafragma	3,7	0,0	**2,3**
Recife	DIU	0,9	2,2	**1,3**
	Diafragma	1,4	1,1	**1,3**
Rio de Janeiro	DIU	1,7	1,5	**1,6**
	Diafragma	0,4	0,7	**0,5**
Salvador	DIU	1,8	4,4	**2,8**
	Diafragma	1,8	0,0	**1,0**
São Paulo	DIU	1,2	2,4	**1,6**
	Diafragma	0,9	0,0	**0,6**
Vitória	DIU	2,3	1,3	**1,9**
	Diafragma	2,3	0,0	**1,4**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Para evitar gravidez, você ou seu (sua) parceiro usa(m):* (categorias de repostas apresentadas na tabela).

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 4.3-A – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por faixa etária, segundo freqüência do uso da camisinha e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Freqüência do uso da camisinha[2]	Faixa etária			Total
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	
Belém	Nunca usa camisinha	11,4	12,7	6,6	**11,1**
	Usa em todas as relações sexuais	48,6	44,0	34,7	**42,2**
Cuiabá	Nunca usa camisinha	26,8	7,6	19,2	**11,5**
	Usa em todas as relações sexuais	56,1	61,6	50,0	**59,7**
Distrito Federal	Nunca usa camisinha	14,7	12,1	6,7	**11,8**
	Usa em todas as relações sexuais	61,8	57,9	60,0	**58,8**
Florianópolis	Nunca usa camisinha	17,7	4,3	0,0	**5,3**
	Usa em todas as relações sexuais	53,0	68,3	60,0	**66,1**
Fortaleza	Nunca usa camisinha	7,5	7,7	6,3	**7,3**
	Usa em todas as relações sexuais	17,9	40,4	42,9	**36,1**
Goiânia	Nunca usa camisinha	17,2	8,2	12,9	**10,5**
	Usa em todas as relações sexuais	60,3	62,9	54,8	**61,1**
Maceió	Nunca usa camisinha	19,2	17,7	34,1	**20,6**
	Usa em todas as relações sexuais	57,7	53,0	31,7	**50,0**
Manaus	Nunca usa camisinha	26,5	7,6	12,1	**10,2**
	Usa em todas as relações sexuais	44,9	57,1	48,3	**54,7**
Porto Alegre	Nunca usa camisinha	3,1	4,6	11,1	**4,8**
	Usa em todas as relações sexuais	40,8	54,5	38,9	**50,5**
Recife	Nunca usa camisinha	26,5	13,4	8,2	**14,1**
	Usa em todas as relações sexuais	47,1	59,9	49,0	**56,3**
Rio de Janeiro	Nunca usa camisinha	13,3	7,0	10,3	**7,9**
	Usa em todas as relações sexuais	53,3	60,9	43,6	**58,2**
Salvador	Nunca usa camisinha	6,5	5,7	4,0	**5,6**
	Usa em todas as relações sexuais	20,3	48,5	31,7	**39,5**

TABELA 4.3-A – (continuação)

Capital	Freqüência do uso da camisinha[2]	Faixa etária			Total
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	
São Paulo	Nunca usa camisinha	12,5	5,9	28,6	**8,3**
	Usa em todas as relações sexuais	65,6	67,6	53,6	**66,4**
Vitória	Nunca usa camisinha	15,2	10,7	14,0	**11,9**
	Usa em todas as relações sexuais	60,9	59,4	40,0	**56,6**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos alunos: *Você normalmente usa camisinha?* Categorias selecionadas: Nunca usa camisinha; Usa em todas as transas.

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 4.4-A – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por motivos assinalados para não usar camisinha, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Motivos para não usar camisinha[2]	Proporção
Belém	O seu parceiro não tem risco de passar Aids: é saudável e fiel	18,4
	Você brocha na hora de colocar a camisinha	4,3
	Você tem vergonha de colocar a camisinha	7,4
	Você é mulher e acha que não pode pedir o parceiro que use camisinha	3,3
	Você é mulher e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha	3,7
	Você não sabe usar a camisinha	4,8
	Você não conhece camisinha	2,2
Cuiabá	O seu parceiro não tem risco de passar Aids: é saudável e fiel	20,8
	Você brocha na hora de colocar a camisinha	3,2
	Você tem vergonha de colocar a camisinha	9,7
	Você é mulher e acha que não pode pedir o parceiro que use camisinha	2,8
	Você é mulher e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha	6,9
	Você não sabe usar a camisinha	4,2
	Você não conhece camisinha	4,6
Distrito Federal	O seu parceiro não tem risco de passar Aids: é saudável e fiel	22,8
	Você brocha na hora de colocar a camisinha	4,7
	Você tem vergonha de colocar a camisinha	10,1
	Você é mulher e acha que não pode pedir o parceiro que use camisinha	11,9
	Você é mulher e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha	6,0
	Você não sabe usar a camisinha	6,7
	Você não conhece camisinha	2,7
Florianópolis	O seu parceiro não tem risco de passar Aids: é saudável e fiel	27,5
	Você brocha na hora de colocar a camisinha	7,4
	Você tem vergonha de colocar a camisinha	9,0
	Você é mulher e acha que não pode pedir o parceiro que use camisinha	5,3
	Você é mulher e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha	6,4
	Você não sabe usar a camisinha	5,3
	Você não conhece camisinha	3,3

TABELA 4.4-A – (continuação)

Capital	Motivos para não usar camisinha[2]	Proporção
Fortaleza	O seu parceiro não tem risco de passar Aids: é saudável e fiel	11,5
	Você brocha na hora de colocar a camisinha	4,3
	Você tem vergonha de colocar a camisinha	5,9
	Você é mulher e acha que não pode pedir o parceiro que use camisinha	3,3
	Você é mulher e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha	3,3
	Você não sabe usar a camisinha	4,3
	Você não conhece camisinha	3,1
Goiânia	O seu parceiro não tem risco de passar Aids: é saudável e fiel	20,1
	Você brocha na hora de colocar a camisinha	8,6
	Você tem vergonha de colocar a camisinha	12,7
	Você é mulher e acha que não pode pedir o parceiro que use camisinha	8,4
	Você é mulher e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha	4,8
	Você não sabe usar a camisinha	7,1
	Você não conhece camisinha	5,2
Maceió	O seu parceiro não tem risco de passar Aids: é saudável e fiel	29,7
	Você brocha na hora de colocar a camisinha	4,7
	Você tem vergonha de colocar a camisinha	9,0
	Você é mulher e acha que não pode pedir o parceiro que use camisinha	9,2
	Você é mulher e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha	10,5
	Você não sabe usar a camisinha	5,2
	Você não conhece camisinha	2,4
Manaus	O seu parceiro não tem risco de passar Aids: é saudável e fiel	19,9
	Você brocha na hora de colocar a camisinha	5,6
	Você tem vergonha de colocar a camisinha	10,6
	Você é mulher e acha que não pode pedir o parceiro que use camisinha	3,2
	Você é mulher e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha	3,2
	Você não sabe usar a camisinha	6,4
	Você não conhece camisinha	3,5

TABELA 4.4-A – (continuação)

Capital	Motivos para não usar camisinha[2]	Proporção
Porto Alegre	O seu parceiro não tem risco de passar Aids: é saudável e fiel	17,4
	Você brocha na hora de colocar a camisinha	3,1
	Você tem vergonha de colocar a camisinha	6,8
	Você é mulher e acha que não pode pedir o parceiro que use camisinha	1,1
	Você é mulher e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha	2,2
	Você não sabe usar a camisinha	2,5
	Você não conhece camisinha	2,1
Recife	O seu parceiro não tem risco de passar Aids: é saudável e fiel	21,1
	Você brocha na hora de colocar a camisinha	4,6
	Você tem vergonha de colocar a camisinha	8,4
	Você é mulher e acha que não pode pedir o parceiro que use camisinha	7,4
	Você é mulher e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha	5,9
	Você não sabe usar a camisinha	3,8
	Você não conhece camisinha	3,0
Rio de Janeiro	O seu parceiro não tem risco de passar Aids: é saudável e fiel	26,6
	Você brocha na hora de colocar a camisinha	6,6
	Você tem vergonha de colocar a camisinha	4,6
	Você é mulher e acha que não pode pedir o parceiro que use camisinha	2,2
	Você é mulher e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha	1,1
	Você não sabe usar a camisinha	3,1
	Você não conhece camisinha	2,3
Salvador	O seu parceiro não tem risco de passar Aids: é saudável e fiel	13,2
	Você brocha na hora de colocar a camisinha	2,2
	Você tem vergonha de colocar a camisinha	5,0
	Você é mulher e acha que não pode pedir o parceiro que use camisinha	3,7
	Você é mulher e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha	1,8
	Você não sabe usar a camisinha	2,9
	Você não conhece camisinha	2,3

TABELA 4.4-A – (continuação)

Capital	Motivos para não usar camisinha[2]	Proporção
São Paulo	O seu parceiro não tem risco de passar Aids: é saudável e fiel	19,2
	Você brocha na hora de colocar a camisinha	4,8
	Você tem vergonha de colocar a camisinha	10,5
	Você é mulher e acha que não pode pedir o parceiro que use camisinha	2,8
	Você é mulher e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha	4,7
	Você não sabe usar a camisinha	5,6
	Você não conhece camisinha	4,0
Vitória	O seu parceiro não tem risco de passar Aids: é saudável e fiel	27,0
	Você brocha na hora de colocar a camisinha	5,5
	Você tem vergonha de colocar a camisinha	4,7
	Você é mulher e acha que não pode pedir o parceiro que use camisinha	4,2
	Você é mulher e é o homem quem decide se usa ou não a camisinha	5,3
	Você não sabe usar a camisinha	7,4
	Você não conhece camisinha	4,3

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi solicitado aos alunos: *Marque, abaixo, os cinco principais motivos para você – ou um(a) jovem como você – não usar camisinha* (categorias de resposta apresentadas na tabela).

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 4.5-A – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por motivos assinalados para não usar camisinha, segundo capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Motivos para não usar camisinha[2]	Proporção
Belém	Por motivos religiosos	5,5
	O(A) seu(sua) parceiro(a) não gosta	17,1
	Você esquece porque às vezes transa bêbado(a)	12,1
	Você esquece porque às vezes transa drogado(a)	2,9
	Às vezes você não tem dinheiro para comprar camisinha	22,3
	Você tem vergonha de comprar camisinha	14,7
	Você não acredita que a camisinha realmente dê proteção contra Aids	10,1
	Você acha que pode parecer desconfiança do(a) parceiro(a)	13,5
Cuiabá	Por motivos religiosos	7,4
	O(A) seu(sua) parceiro(a) não gosta	14,8
	Você esquece porque às vezes transa bêbado(a)	16,7
	Você esquece porque às vezes transa drogado(a)	9,7
	Às vezes você não tem dinheiro para comprar camisinha	13,9
	Você tem vergonha de comprar camisinha	19,0
	Você não acredita que a camisinha realmente dê proteção contra Aids	19,0
	Você acha que pode parecer desconfiança do(a) parceiro(a)	14,4
Distrito Federal	Por motivos religiosos	8,1
	O(A) seu(sua) parceiro(a) não gosta	20,8
	Você esquece porque às vezes transa bêbado(a)	17,4
	Você esquece porque às vezes transa drogado(a)	10,7
	Às vezes você não tem dinheiro para comprar camisinha	16,8
	Você tem vergonha de comprar camisinha	17,4
	Você não acredita que a camisinha realmente dê proteção contra Aids	14,8
	Você acha que pode parecer desconfiança do(a) parceiro(a)	16,1
Florianópolis	Por motivos religiosos	6,6
	O(A) seu(sua) parceiro(a) não gosta	19,7
	Você esquece porque às vezes transa bêbado(a)	10,2
	Você esquece porque às vezes transa drogado(a)	6,1
	Às vezes você não tem dinheiro para comprar camisinha	13,9
	Você tem vergonha de comprar camisinha	19,3
	Você não acredita que a camisinha realmente dê proteção contra Aids	11,1
	Você acha que pode parecer desconfiança do(a) parceiro(a)	13,5

TABELA 4.5-A – (continuação)

Capital	Motivos para não usar camisinha[2]	Proporção
Fortaleza	Por motivos religiosos	6,5
	O(A) seu(sua) parceiro(a) não gosta	11,8
	Você esquece porque às vezes transa bêbado(a)	10,2
	Você esquece porque às vezes transa drogado(a)	4,0
	Às vezes você não tem dinheiro para comprar camisinha	9,0
	Você tem vergonha de comprar camisinha	12,7
	Você não acredita que a camisinha realmente dê proteção contra Aids	7,8
	Você acha que pode parecer desconfiança do(a) parceiro(a)	9,6
Goiânia	Por motivos religiosos	11,2
	O(A) seu(sua) parceiro(a) não gosta	19,0
	Você esquece porque às vezes transa bêbado(a)	18,7
	Você esquece porque às vezes transa drogado(a)	9,7
	Às vezes você não tem dinheiro para comprar camisinha	15,7
	Você tem vergonha de comprar camisinha	22,4
	Você não acredita que a camisinha realmente dê proteção contra Aids	13,1
	Você acha que pode parecer desconfiança do(a) parceiro(a)	15,7
Maceió	Por motivos religiosos	7,1
	O(A) seu(sua) parceiro(a) não gosta	19,8
	Você esquece porque às vezes transa bêbado(a)	15,6
	Você esquece porque às vezes transa drogado(a)	4,2
	Às vezes você não tem dinheiro para comprar camisinha	16,5
	Você tem vergonha de comprar camisinha	17,0
	Você não acredita que a camisinha realmente dê proteção contra Aids	15,1
	Você acha que pode parecer desconfiança do(a) parceiro(a)	20,8
Manaus	Por motivos religiosos	8,2
	O(A) seu(sua) parceiro(a) não gosta	17,8
	Você esquece porque às vezes transa bêbado(a)	14,4
	Você esquece porque às vezes transa drogado(a)	8,0
	Às vezes você não tem dinheiro para comprar camisinha	27,9
	Você tem vergonha de comprar camisinha	21,0
	Você não acredita que a camisinha realmente dê proteção contra Aids	14,9
	Você acha que pode parecer desconfiança do(a) parceiro(a)	17,3

TABELA 4.5-A – (continuação)

Capital	Motivos para não usar camisinha[2]	Proporção
Porto Alegre	Por motivos religiosos	4,1
	O(A) seu(sua) parceiro(a) não gosta	11,6
	Você esquece porque às vezes transa bêbado(a)	7,5
	Você esquece porque às vezes transa drogado(a)	5,0
	Às vezes você não tem dinheiro para comprar camisinha	9,5
	Você tem vergonha de comprar camisinha	7,0
	Você não acredita que a camisinha realmente dê proteção contra Aids	5,0
	Você acha que pode parecer desconfiança do(a) parceiro(a)	7,5
Recife	Por motivos religiosos	10,5
	O(A) seu(sua) parceiro(a) não gosta	23,6
	Você esquece porque às vezes transa bêbado(a)	12,2
	Você esquece porque às vezes transa drogado(a)	6,3
	Às vezes você não tem dinheiro para comprar camisinha	17,7
	Você tem vergonha de comprar camisinha	17,7
	Você não acredita que a camisinha realmente dê proteção contra Aids	12,2
	Você acha que pode parecer desconfiança do(a) parceiro(a)	21,5
Rio de Janeiro	Por motivos religiosos	8,9
	O(A) seu(sua) parceiro(a) não gosta	24,7
	Você esquece porque às vezes transa bêbado(a)	17,4
	Você esquece porque às vezes transa drogado(a)	9,3
	Às vezes você não tem dinheiro para comprar camisinha	16,6
	Você tem vergonha de comprar camisinha	16,2
	Você não acredita que a camisinha realmente dê proteção contra Aids	8,9
	Você acha que pode parecer desconfiança do(a) parceiro(a)	17,0
Salvador	Por motivos religiosos	4,6
	O(A) seu(sua) parceiro(a) não gosta	11,5
	Você esquece porque às vezes transa bêbado(a)	7,7
	Você esquece porque às vezes transa drogado(a)	4,6
	Às vezes você não tem dinheiro para comprar camisinha	10,3
	Você tem vergonha de comprar camisinha	8,9
	Você não acredita que a camisinha realmente dê proteção contra Aids	6,5
	Você acha que pode parecer desconfiança do(a) parceiro(a)	9,2

TABELA 4.5-A – (continuação)

Capital	Motivos para não usar camisinha[2]	Proporção
São Paulo	Por motivos religiosos	7,9
	O(A) seu(sua) parceiro(a) não gosta	16,4
	Você esquece porque às vezes transa bêbado(a)	15,8
	Você esquece porque às vezes transa drogado(a)	8,8
	Às vezes você não tem dinheiro para comprar camisinha	20,3
	Você tem vergonha de comprar camisinha	17,8
	Você não acredita que a camisinha realmente dê proteção contra Aids	11,6
	Você acha que pode parecer desconfiança do(a) parceiro(a)	16,7
Vitória	Por motivos religiosos	9,4
	O(A) seu(sua) parceiro(a) não gosta	20,3
	Você esquece porque às vezes transa bêbado(a)	21,5
	Você esquece porque às vezes transa drogado(a)	10,9
	Às vezes você não tem dinheiro para comprar camisinha	18,7
	Você tem vergonha de comprar camisinha	12,1
	Você não acredita que a camisinha realmente dê proteção contra Aids	16,4
	Você acha que pode parecer desconfiança do(a) parceiro(a)	17,3

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi solicitado aos alunos: *Marque, abaixo, os cinco principais motivos para você – ou um(a) jovem como você – não usar camisinha* (Categorias de resposta apresentadas na tabela).

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 4.6-A – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo situações em que usa o preservativo e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Situações em que usa o preservativo	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	Quando transa com pessoas desconhecidas	37,2	13,6	**27,0**
	Se tiver com você ou com o parceiro no momento da transa	29,1	25,2	**27,4**
	Quando não confia na saúde do parceiro	29,1	18,9	**24,7**
	Quando transa com garotas de programa	13,9	1,3	**8,5**
	Quando transa com pessoas do mesmo sexo	8,4	4,3	**6,6**
Cuiabá	Quando transa com pessoas desconhecidas	39,8	8,7	**29,5**
	Se tiver com você ou com o parceiro no momento da transa	23,7	28,3	**25,2**
	Quando não confia na saúde do parceiro	23,1	15,2	**20,5**
	Quando transa com garotas de programa	15,6	1,1	**10,8**
	Quando transa com pessoas do mesmo sexo	7,0	2,2	**5,4**
Distrito Federal	Quando transa com pessoas desconhecidas	30,6	9,5	**20,7**
	Se tiver com você ou com o parceiro no momento da transa	30,6	25,3	**28,1**
	Quando não confia na saúde do parceiro	20,4	10,5	**15,8**
	Quando transa com garotas de programa	7,4	1,0	**4,4**
	Quando transa com pessoas do mesmo sexo	3,7	0,0	**2,0**
Florianópolis	Quando transa com pessoas desconhecidas	27,6	11,2	**21,2**
	Se tiver com você ou com o parceiro no momento da transa	20,0	20,2	**20,1**
	Quando não confia na saúde do parceiro	25,7	9,0	**19,2**
	Quando transa com garotas de programa	13,8	1,5	**9,0**
	Quando transa com pessoas do mesmo sexo	5,2	0,0	**3,2**
Fortaleza	Quando transa com pessoas desconhecidas	26,2	13,2	**21,2**
	Se tiver com você ou com o parceiro no momento da transa	16,4	12,4	**14,9**
	Quando não confia na saúde do parceiro	13,8	11,6	**13,0**
	Quando transa com garotas de programa	6,7	2,5	**5,1**
	Quando transa com pessoas do mesmo sexo	4,6	0,8	**3,2**
Goiânia	Quando transa com pessoas desconhecidas	27,8	15,2	**23,8**
	Se tiver com você ou com o parceiro no momento da transa	16,9	21,4	**18,3**
	Quando não confia na saúde do parceiro	21,1	18,7	**20,3**
	Quando transa com garotas de programa	16,9	1,8	**12,0**
	Quando transa com pessoas do mesmo sexo	6,8	0,9	**4,9**

TABELA 4.6-A – (continuação)

Capital	Situações em que usa o preservativo	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Maceió	Quando transa com pessoas desconhecidas	22,4	8,8	**17,3**
	Se tiver com você ou com o parceiro no momento da transa	25,7	26,4	**25,9**
	Quando não confia na saúde do parceiro	18,4	13,2	**16,5**
	Quando transa com garotas de programa	15,1	2,2	**10,3**
	Quando transa com pessoas do mesmo sexo	5,3	0,0	**3,3**
Manaus	Quando transa com pessoas desconhecidas	35,3	15,2	**28,2**
	Se tiver com você ou com o parceiro no momento da transa	28,7	29,9	**29,1**
	Quando não confia na saúde do parceiro	27,7	26,2	**27,2**
	Quando transa com garotas de programa	13,3	0,6	**8,8**
	Quando transa com pessoas do mesmo sexo	5,7	0,6	**3,9**
Porto Alegre	Quando transa com pessoas desconhecidas	26,1	4,5	**17,9**
	Se tiver com você ou com o parceiro no momento da transa	18,6	12,8	**16,5**
	Quando não confia na saúde do parceiro	19,0	6,7	**14,3**
	Quando transa com garotas de programa	10,8	0,6	**7,0**
	Quando transa com pessoas do mesmo sexo	3,4	0,6	**2,3**
Recife	Quando transa com pessoas desconhecidas	34,7	15,4	**29,2**
	Se tiver com você ou com o parceiro no momento da transa	28,6	23,1	**27,1**
	Quando não confia na saúde do parceiro	24,1	10,3	**20,2**
	Quando transa com garotas de programa	13,6	5,1	**11,2**
	Quando transa com pessoas do mesmo sexo	4,0	3,8	**4,0**
Rio de Janeiro	Quando transa com pessoas desconhecidas	33,0	9,7	**24,6**
	Se tiver com você ou com o parceiro no momento da transa	20,2	28,2	**23,1**
	Quando não confia na saúde do parceiro	19,3	12,9	**17,0**
	Quando transa com garotas de programa	14,7	1,6	**9,9**
	Quando transa com pessoas do mesmo sexo	1,4	0,8	**1,2**
Salvador	Quando transa com pessoas desconhecidas	23,0	7,7	**16,8**
	Se tiver com você ou com o parceiro no momento da transa	17,9	19,9	**18,7**
	Quando não confia na saúde do parceiro	16,9	11,8	**14,8**
	Quando transa com garotas de programa	6,6	1,8	**4,6**
	Quando transa com pessoas do mesmo sexo	3,5	1,1	**2,5**

TABELA 4.6-A – (continuação)

Capital	Situações em que usa o preservativo	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
São Paulo	Quando transa com pessoas desconhecidas	25,2	6,1	**18,9**
	Se tiver com você ou com o parceiro no momento da transa	20,9	20,9	**20,9**
	Quando não confia na saúde do parceiro	16,2	6,8	**13,1**
	Quando transa com garotas de programa	10,3	0,0	**6,9**
	Quando transa com pessoas do mesmo sexo	3,0	0,0	**2,0**
Vitória	Quando transa com pessoas desconhecidas	32,8	14,7	**25,5**
	Se tiver com você ou com o parceiro no momento da transa	27,0	18,6	**23,6**
	Quando não confia na saúde do parceiro	27,5	8,5	**19,8**
	Quando transa com garotas de programa	12,7	3,1	**8,8**
	Quando transa com pessoas do mesmo sexo	4,8	3,1	**4,1**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Você normalmente usa camisinha?*
(1) Dados expandidos.
(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 4.7-A – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo opiniões contrárias à distribuição de preservativos aos alunos nas escolas e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Opiniões contrárias à distribuição de preservativos aos alunos[1]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	Estimula o sexo precoce	24,7	20,8	**21,6**
	É contra, por motivos religiosos	8,2	5,3	**5,9**
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra DST	5,5	6,3	**6,2**
	Não considera isto função da escola	16,4	8,1	**9,8**
Cuiabá	Estimula o sexo precoce	32,1	19,3	**22,3**
	É contra, por motivos religiosos	7,1	9,1	**8,7**
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra DST	11,9	8,4	**9,2**
	Não considera isto função da escola	14,3	9,1	**10,3**
Distrito Federal	Estimula o sexo precoce	32,6	25,5	**27,2**
	É contra, por motivos religiosos	8,7	8,3	**8,4**
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra DST	8,7	6,9	**7,3**
	Não considera isto função da escola	10,9	11,7	**11,5**
Florianópolis	Estimula o sexo precoce	33,7	23,7	**26,6**
	É contra, por motivos religiosos	7,7	5,1	**5,8**
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra DST	2,9	8,2	**6,6**
	Não considera isto função da escola	20,2	11,7	**14,1**
Fortaleza	Estimula o sexo precoce	30,6	19,9	**21,7**
	É contra, por motivos religiosos	6,1	11,4	**10,5**
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra DST	6,1	7,7	**7,5**
	Não considera isto função da escola	12,2	12,2	**12,2**
Goiânia	Estimula o sexo precoce	32,3	24,7	**26,3**
	É contra, por motivos religiosos	14,5	8,4	**9,7**
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra DST	12,9	8,4	**9,3**
	Não considera isto função da escola	17,7	15,4	**15,9**
Maceió	Estimula o sexo precoce	22,5	23,3	**23,1**
	É contra, por motivos religiosos	13,5	9,9	**10,7**
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra DST	8,1	5,9	**6,4**
	Não considera isto função da escola	13,5	15,6	**15,1**

TABELA 4.7-A – (continuação)

Capital	Opiniões contrárias à distribuição de preservativos aos alunos[1]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Manaus	Estimula o sexo precoce	23,3	19,5	20,4
	É contra, por motivos religiosos	2,7	5,0	4,4
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra DST	5,5	7,2	6,8
	Não considera isto função da escola	9,6	8,6	8,8
Porto Alegre	Estimula o sexo precoce	18,3	19,0	18,9
	É contra, por motivos religiosos	6,7	1,9	3,0
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra DST	3,3	4,8	4,4
	Não considera isto função da escola	16,7	9,5	11,1
Recife	Estimula o sexo precoce	23,1	25,5	25,0
	É contra, por motivos religiosos	15,4	8,4	9,9
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra DST	12,3	8,4	9,2
	Não considera isto função da escola	9,2	18,8	16,8
Rio de Janeiro	Estimula o sexo precoce	31,3	22,7	24,6
	É contra, por motivos religiosos	4,2	6,8	6,3
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra DST	6,3	4,0	4,5
	Não considera isto função da escola	31,3	15,3	18,8
Salvador	Estimula o sexo precoce	26,4	21,0	22,3
	É contra, por motivos religiosos	5,6	5,9	5,8
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra DST	8,3	4,2	5,2
	Não considera isto função da escola	22,2	10,5	13,2
São Paulo	Estimula o sexo precoce	32,9	23,9	25,7
	É contra, por motivos religiosos	11,4	4,9	6,3
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra DST	5,7	4,2	4,5
	Não considera isto função da escola	27,1	15,2	17,7
Vitória	Estimula o sexo precoce	37,5	27,6	30,4
	É contra, por motivos religiosos	14,4	8,8	10,4
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra DST	9,6	5,4	6,6
	Não considera isto função da escola	26,0	24,5	24,9

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos pais: *Qual a sua opinião sobre a distribuição de preservativos aos alunos nas escolas?* (categorias de resposta apresentadas na tabela).

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 4.8-A – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo opiniões contrárias à distribuição de preservativos aos alunos nas escolas e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Opiniões contrárias à distribuição de preservativos nas escolas[1]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	Estimula o sexo precoce	13,6	15,1	**14,5**
	Não é uma função da escola	4,5	8,6	**6,8**
	É contra por motivos religiosos	4,5	5,8	**5,2**
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST	1,8	5,0	**3,6**
Cuiabá	Estimula o sexo precoce	17,1	15,4	**15,9**
	Não é uma função da escola	14,3	12,8	**13,2**
	É contra por motivos religiosos	8,6	5,3	**6,2**
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST	2,9	5,3	**4,7**
Distrito Federal	Estimula o sexo precoce	19,4	26,0	**24,3**
	Não é uma função da escola	5,6	15,0	**12,5**
	É contra por motivos religiosos	8,3	10,0	**9,6**
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST	0,0	9,0	**6,6**
Florianópolis	Estimula o sexo precoce	15,6	13,0	**13,9**
	Não é uma função da escola	9,4	10,6	**10,2**
	É contra por motivos religiosos	4,7	3,3	**3,7**
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST	4,7	5,7	**5,3**
Fortaleza	Estimula o sexo precoce	25,4	11,8	**16,1**
	Não é uma função da escola	16,9	6,3	**9,7**
	É contra por motivos religiosos	13,6	3,1	**6,5**
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST	1,7	2,4	**2,2**
Goiânia	Estimula o sexo precoce	9,6	16,3	**14,6**
	Não é uma função da escola	7,7	8,2	**8,0**
	É contra por motivos religiosos	3,8	8,2	**7,0**
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST	1,9	7,5	**6,0**
Maceió	Estimula o sexo precoce	19,5	11,4	**13,4**
	Não é uma função da escola	9,1	10,5	**10,2**
	É contra por motivos religiosos	9,1	5,5	**6,4**
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST	6,5	3,8	**4,5**

TABELA 4.8-A – (continuação)

Capital	Opiniões contrárias à distribuição de preservativos nas escolas[1]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Manaus	Estimula o sexo precoce	15,2	20,0	18,2
	Não é uma função da escola	13,6	10,0	11,4
	É contra por motivos religiosos	6,1	2,7	4,0
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST	6,1	6,4	6,3
Porto Alegre	Estimula o sexo precoce	17,3	13,2	13,9
	Não é uma função da escola	11,5	14,4	13,9
	É contra por motivos religiosos	5,8	3,1	3,6
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST	3,8	4,7	4,5
Recife	Estimula o sexo precoce	15,4	11,3	12,8
	Não é uma função da escola	17,3	9,3	12,1
	É contra por motivos religiosos	5,8	2,1	3,4
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST	5,8	2,1	3,4
Rio de Janeiro	Estimula o sexo precoce	19,8	11,4	14,1
	Não é uma função da escola	22,0	18,9	19,9
	É contra por motivos religiosos	2,2	0,5	1,1
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST	3,3	2,2	2,5
Salvador	Estimula o sexo precoce	6,3	13,8	11,8
	Não é uma função da escola	6,3	6,5	6,5
	É contra por motivos religiosos	0,0	2,9	2,2
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST	0,0	2,2	1,6
São Paulo	Estimula o sexo precoce	13,8	17,8	16,8
	Não é uma função da escola	90,6	89,4	89,8
	É contra por motivos religiosos	4,6	3,1	3,5
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST	1,5	3,7	3,1
Vitória	Estimula o sexo precoce	22,0	26,3	25,0
	Não é uma função da escola	11,9	13,5	13,0
	É contra por motivos religiosos	5,1	9,0	7,8
	O preservativo não é uma proteção eficaz contra as DST	3,4	6,0	5,2

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Qual a sua opinião sobre a distribuição de preservativos aos alunos nas escolas?* (Categorias de resposta apresentadas na tabela).

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.1-A – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo motivos que justificam o aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Motivos que justificam o aborto[2]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Belém	A gravidez é decorrente de um estupro	52,2	51,2	**51,7**
	A vida da mãe corre perigo	41,3	42,2	**41,7**
	A criança pode nascer com alguma doença/defeito	18,2	24,6	**21,0**
	A mãe não quer ter o filho	26,6	15,9	**22,0**
	O pai não quer assumir o filho	19,0	16,6	**18,0**
Cuiabá	A gravidez é decorrente de um estupro	54,1	63,9	**57,6**
	A vida da mãe corre perigo	46,4	51,9	**48,4**
	A criança pode nascer com alguma doença/defeito	27,0	37,0	**30,6**
	A mãe não quer ter o filho	22,4	15,7	**20,1**
	O pai não quer assumir o filho	12,2	12,0	**12,2**
Distrito Federal	A gravidez é decorrente de um estupro	43,6	52,2	**47,7**
	A vida da mãe corre perigo	43,6	39,1	**41,5**
	A criança pode nascer com alguma doença/defeito	25,4	34,8	**29,9**
	A mãe não quer ter o filho	29,4	15,6	**22,8**
	O pai não quer assumir o filho	15,1	10,4	**12,9**
Florianópolis	A gravidez é decorrente de um estupro	50,0	66,5	**56,4**
	A vida da mãe corre perigo	42,9	59,9	**49,5**
	A criança pode nascer com alguma doença/defeito	24,4	35,5	**28,7**
	A mãe não quer ter o filho	23,9	19,7	**22,3**
	O pai não quer assumir o filho	8,4	9,9	**9,0**
Fortaleza	A gravidez é decorrente de um estupro	22,6	33,9	**26,9**
	A vida da mãe corre perigo	27,2	35,5	**30,4**
	A criança pode nascer com alguma doença/defeito	12,8	24,0	**17,1**
	A mãe não quer ter o filho	18,5	16,5	**17,7**
	O pai não quer assumir o filho	12,3	10,7	**11,7**

TABELA 5.1-A – (continuação)

Capital	Motivos que justificam o aborto[2]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Goiânia	A gravidez é decorrente de um estupro	39,7	39,9	**39,8**
	A vida da mãe corre perigo	34,2	37,6	**35,4**
	A criança pode nascer com alguma doença/defeito	19,0	24,9	**21,1**
	A mãe não quer ter o filho	17,4	10,4	**14,9**
	O pai não quer assumir o filho	10,0	6,4	**8,7**
Maceió	A gravidez é decorrente de um estupro	46,3	46,4	**46,3**
	A vida da mãe corre perigo	40,7	41,2	**40,9**
	A criança pode nascer com alguma doença/defeito	21,0	21,6	**21,2**
	A mãe não quer ter o filho	21,6	16,5	**19,7**
	O pai não quer assumir o filho	13,6	16,5	**14,7**
Manaus	A gravidez é decorrente de um estupro	42,1	54,5	**46,5**
	A vida da mãe corre perigo	35,9	48,7	**40,5**
	A criança pode nascer com algum a doença/defeito	18,2	25,4	**20,8**
	A mãe não quer ter o filho	27,4	16,9	**23,6**
	O pai não quer assumir o filho	17,1	13,8	**15,9**
Porto Alegre	A gravidez é decorrente de um estupro	49,5	62,0	**54,2**
	A vida da mãe corre perigo	43,7	53,1	**47,3**
	A criança pode nascer com alguma doença/defeito	30,2	35,2	**32,1**
	A mãe não quer ter o filho	27,5	12,8	**21,9**
	O pai não quer assumir o filho	12,2	7,8	**10,5**
Recife	A gravidez é decorrente de um estupro	51,6	63,7	**55,2**
	A vida da mãe corre perigo	47,0	59,3	**50,6**
	A criança pode nascer com alguma doença/defeito	18,4	41,8	**25,3**
	A mãe não quer ter o filho	20,7	20,9	**20,8**
	O pai não quer assumir o filho	14,3	19,8	**15,9**
Rio de Janeiro	A gravidez é decorrente de um estupro	57,1	70,9	**62,1**
	A vida da mãe corre perigo	49,2	62,7	**54,0**
	A criança pode nascer com alguma doença/defeito	37,0	43,3	**39,2**
	A mãe não quer ter o filho	25,2	24,6	**25,0**
	O pai não quer assumir o filho	14,7	14,2	**14,5**

TABELA 5.1-A – (continuação)

Capital	Motivos que justificam o aborto[2]	Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Salvador	A gravidez é decorrente de um estupro	38,6	50,0	**43,3**
	A vida da mãe corre perigo	32,3	43,4	**36,8**
	A criança pode nascer com alguma doença/defeito	19,4	32,0	**24,6**
	A mãe não quer ter o filho	23,7	18,8	**21,7**
	O pai não quer assumir o filho	15,7	14,3	**15,1**
São Paulo	A gravidez é decorrente de um estupro	44,2	56,3	**48,2**
	A vida da mãe corre perigo	37,2	44,3	**39,5**
	A criança pode nascer com alguma doença/defeito	21,8	32,3	**25,3**
	A mãe não quer ter o filho	27,4	10,8	**21,9**
	O pai não quer assumir o filho	14,7	9,0	**12,8**
Vitória	A gravidez é decorrente de um estupro	51,2	64,0	**56,4**
	A vida da mãe corre perigo	43,3	56,0	**48,5**
	A criança pode nascer com alguma doença/defeito	27,9	38,7	**32,3**
	A mãe não quer ter o filho	25,1	16,7	**21,6**
	O pai não quer assumir o filho	13,5	10,0	**12,1**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Notas: Foi perguntado aos alunos: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?*
(1) Dados expandidos.
(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.2-A – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a gravidez é decorrência de um estupro e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	O aborto é justificável quando a gravidez é decorrência de um estupro[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	70,9	64,0	67,1
Cuiabá	57,1	64,9	62,8
Distrito Federal	50,0	48,0	48,5
Florianópolis	78,1	69,1	72,2
Fortaleza	72,9	63,8	66,7
Goiânia	50,0	56,5	54,8
Maceió	63,6	57,0	58,6
Manaus	60,6	54,5	56,8
Porto Alegre	73,1	74,3	74,1
Recife	78,8	57,7	65,1
Rio de Janeiro	69,2	75,1	73,2
Salvador	75,0	58,7	62,9
São Paulo	70,8	74,9	73,8
Vitória	66,1	69,9	68,8

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Quando a moça ficou grávida por causa de estupro.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.3-A – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a vida da mãe corre perigo e capitais de Unidades da Federação- 2000

Capital	O aborto é justificável quando a vida da mãe corre perigo[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	68,2	66,9	**67,5**
Cuiabá	58,6	62,8	**61,6**
Distrito Federal	50,0	48,0	**48,5**
Florianópolis	79,7	69,9	**73,3**
Fortaleza	78,0	63,8	**68,3**
Goiânia	55,8	63,9	**61,8**
Maceió	72,7	65,8	**67,5**
Manaus	74,2	58,2	**64,2**
Porto Alegre	69,2	71,2	**70,9**
Recife	82,7	60,8	**68,5**
Rio de Janeiro	72,5	69,2	**70,3**
Salvador	79,2	66,7	**69,9**
São Paulo	67,7	73,8	**72,3**
Vitória	69,5	69,9	**69,8**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Quando a vida da mãe corre perigo.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.4-A – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a criança pode nascer com defeito ou doença e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	O aborto é justificável quando a criança pode nascer com defeito ou doença[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	41,8	40,3	**41,0**
Cuiabá	48,6	46,3	**46,9**
Distrito Federal	30,6	32,0	**31,6**
Florianópolis	59,4	48,0	**51,9**
Fortaleza	42,4	40,2	**40,9**
Goiânia	26,9	40,1	**36,7**
Maceió	44,2	50,2	**48,7**
Manaus	47,0	44,5	**45,5**
Porto Alegre	48,1	57,2	**55,7**
Recife	40,4	38,1	**38,9**
Rio de Janeiro	52,7	63,8	**60,1**
Salvador	47,9	47,1	**47,3**
São Paulo	44,6	46,6	**46,1**
Vitória	42,4	44,4	**43,8**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Quando o bebê pode nascer com defeito ou doença.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.5-A – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a mulher não quer ter o filho e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	O aborto é justificável quando a mulher não quer ter o filho[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	12,7	7,9	**10,0**
Cuiabá	5,7	4,3	**4,7**
Distrito Federal	8,3	6,0	**6,6**
Florianópolis	26,6	14,6	**18,7**
Fortaleza	10,2	4,7	**6,5**
Goiânia	1,9	6,8	**5,5**
Maceió	9,1	6,8	**7,3**
Manaus	10,6	9,1	**9,7**
Porto Alegre	13,5	19,5	**18,4**
Recife	7,7	10,3	**9,4**
Rio de Janeiro	20,9	23,2	**22,5**
Salvador	10,4	7,2	**8,1**
São Paulo	10,8	9,4	**9,8**
Vitória	15,3	10,5	**12,0**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Quando a mulher não quer ter o filho.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.6-A – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando o pai não quer assumir o filho e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	O aborto é justificável quando o pai não quer assumir o filho[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	2,7	1,4	2,0
Cuiabá	2,9	1,1	1,6
Distrito Federal	5,6	0,0	1,5
Florianópolis	4,7	0,8	2,1
Fortaleza	1,7	0,8	1,1
Goiânia	0,0	1,4	1,0
Maceió	2,6	1,3	1,6
Manaus	3,0	0,9	1,7
Porto Alegre	3,8	3,5	3,6
Recife	1,9	0,0	0,7
Rio de Janeiro	5,5	3,8	4,3
Salvador	6,3	0,7	2,2
São Paulo	3,1	0,0	0,8
Vitória	6,8	0,8	2,6

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Quando o pai não quer assumir o filho.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.7-A – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a gravidez é decorrência de um estupro e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	O aborto é justificável quando a gravidez é decorrência de um estupro[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	68,5	65,5	66,1
Cuiabá	60,7	63,5	62,8
Distrito Federal	47,8	51,0	50,3
Florianópolis	58,7	63,4	62,0
Fortaleza	65,3	61,0	61,7
Goiânia	61,3	56,4	57,4
Maceió	56,8	56,7	56,7
Manaus	63,0	49,8	53,1
Porto Alegre	71,7	63,8	65,6
Recife	66,2	69,0	68,4
Rio de Janeiro	75,0	71,6	72,3
Salvador	77,8	68,5	70,6
São Paulo	70,0	67,8	68,3
Vitória	74,0	70,9	71,8

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Quando a moça ficou grávida por causa de um estupro.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.8-A – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a vida da mãe corre perigo e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	O aborto é justificável quando a vida da mãe corre perigo[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	52,1	52,1	52,1
Cuiabá	46,4	49,6	48,9
Distrito Federal	56,5	44,8	47,6
Florianópolis	66,3	55,6	58,7
Fortaleza	59,2	51,2	52,5
Goiânia	59,7	45,4	48,4
Maceió	58,6	52,0	53,4
Manaus	54,8	40,3	43,9
Porto Alegre	71,7	55,2	58,9
Recife	53,8	59,8	58,6
Rio de Janeiro	62,5	64,8	64,3
Salvador	75,0	64,3	66,8
São Paulo	68,6	58,3	60,5
Vitória	62,5	58,2	59,5

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Quando a vida da mãe corre perigo.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.9-A – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a criança pode nascer com defeito ou doença e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	O aborto é justificável quando a criança pode nascer com defeito ou doença[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	32,9	33,5	33,3
Cuiabá	33,3	38,7	37,4
Distrito Federal	21,7	35,2	31,9
Florianópolis	34,6	47,1	43,5
Fortaleza	46,9	37,4	39,0
Goiânia	32,3	35,2	34,6
Maceió	29,7	31,7	31,3
Manaus	28,8	29,9	29,6
Porto Alegre	50,0	49,5	49,6
Recife	30,8	37,2	35,9
Rio de Janeiro	52,1	55,7	54,9
Salvador	54,2	46,6	48,4
São Paulo	45,7	47,3	47,0
Vitória	42,3	41,4	41,6

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos pais: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Quando o bebê pode nascer com defeito ou doença.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.10-A – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a mulher é jovem demais e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	O aborto é justificável quando a mulher é jovem demais[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	8,2	10,2	9,8
Cuiabá	8,3	12,4	11,5
Distrito Federal	0,0	8,3	6,3
Florianópolis	8,7	9,7	9,4
Fortaleza	6,1	8,9	8,5
Goiânia	14,5	8,4	9,7
Maceió	8,1	8,7	8,5
Manaus	8,2	6,3	6,8
Porto Alegre	16,7	9,5	11,1
Recife	10,8	7,5	8,2
Rio de Janeiro	12,5	8,0	8,9
Salvador	9,7	9,7	9,7
São Paulo	8,6	8,3	8,4
Vitória	18,3	8,0	11,0

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos pais: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Quando a mulher é jovem demais.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.11-A – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando a mulher não quer ter o filho e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	O aborto é justificável quando a mulher não quer ter o filho[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	4,1	8,1	7,3
Cuiabá	3,6	11,7	9,8
Distrito Federal	4,3	4,1	4,2
Florianópolis	5,8	10,1	8,9
Fortaleza	8,2	10,6	10,2
Goiânia	4,8	3,5	3,8
Maceió	3,6	6,9	6,2
Manaus	4,1	4,1	4,1
Porto Alegre	15,0	13,3	13,7
Recife	6,2	5,0	5,3
Rio de Janeiro	14,6	10,2	11,2
Salvador	8,3	5,0	5,8
São Paulo	8,6	8,3	8,4
Vitória	15,4	11,1	12,3

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos pais de alunos: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Quando a mulher não quer ter o filho.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.12-A – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo indicação de que o aborto é justificável quando o pai não quer assumir o filho e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	O aborto é justificável quando o pai não quer assumir o filho[1]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	1,4	6,0	5,0
Cuiabá	4,8	9,9	8,7
Distrito Federal	0,0	0,0	0,0
Florianópolis	1,9	2,3	2,2
Fortaleza	4,1	8,1	7,5
Goiânia	1,6	1,8	1,7
Maceió	9,9	6,9	7,6
Manaus	2,7	4,1	3,7
Porto Alegre	6,7	1,9	3,0
Recife	6,2	5,4	5,6
Rio de Janeiro	6,3	4,0	4,5
Salvador	5,6	2,5	3,2
São Paulo	1,4	2,7	2,4
Vitória	7,7	3,1	4,4

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos pais: *Quais dos motivos abaixo justificariam fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Quando o pai não quer assumir o filho.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.13-A – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por prática religiosa, segundo motivos que justificam o aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Motivos que justificam o aborto[1]	É praticante de alguma religião		Total
		Sim	Não	
Belém	A mulher não quer ter filho	7,2	13,6	8,8
	O pai não quer assumir o filho	2,8	0,0	2,1
	A vida da mãe corre perigo	62,8	78,0	66,5
	A moça ficou grávida por causa de estupro	61,7	79,7	66,1
	O bebê pode nascer com defeito/doença	36,7	52,5	40,6
Cuiabá	A mulher não quer ter filho	3,4	7,3	4,1
	O pai não quer assumir o filho	2,0	0,0	1,6
	A vida da mãe corre perigo	62,0	68,3	63,0
	A moça ficou grávida por causa de estupro	61,5	73,2	63,4
	O bebê pode nascer com defeito/doença	46,8	53,7	48,0
Distrito Federal	A mulher não quer ter filho	6,9	4,2	6,4
	O pai não quer assumir o filho	0,0	4,2	0,8
	A vida da mãe corre perigo	45,5	54,2	47,2
	A moça ficou grávida por causa de estupro	45,5	58,3	48,0
	O bebê pode nascer com defeito/doença	23,8	50,0	28,8
Florianópolis	A mulher não quer ter filho	10,6	28,8	16,0
	O pai não quer assumir o filho	0,8	5,8	2,3
	A vida da mãe corre perigo	66,7	82,7	71,4
	A moça ficou grávida por causa de estupro	64,2	86,5	70,9
	O bebê pode nascer com defeito/doença	38,2	76,9	49,7
Fortaleza	A mulher não quer ter filho	5,6	10,3	6,4
	O pai não quer assumir o filho	1,4	0,0	1,2
	A vida da mãe corre perigo	64,6	82,8	67,6
	A moça ficou grávida por causa de estupro	62,5	82,8	65,9
	O bebê pode nascer com defeito/doença	38,2	48,3	39,9

TABELA 5.13-A – (continuação)

Capital	Motivos que justificam o aborto[1]	É praticante de alguma religião		Total
		Sim	Não	
Goiânia	A mulher não quer ter filho	4,8	8,9	**5,8**
	O pai não quer assumir o filho	0,7	2,2	**1,0**
	A vida da mãe corre perigo	60,3	73,3	**63,4**
	A moça ficou grávida por causa de estupro	54,1	62,2	**56,0**
	O bebê pode nascer com defeito/doença	33,6	53,3	**38,2**
Maceió	A mulher não quer ter filho	3,4	16,7	**6,4**
	O pai não quer assumir o filho	0,4	6,1	**1,7**
	A vida da mãe corre perigo	63,4	75,8	**66,1**
	A moça ficou grávida por causa de estupro	55,6	65,2	**57,7**
	O bebê pode nascer com defeito/doença	44,4	62,1	**48,3**
Manaus	A mulher não quer ter filho	5,8	27,8	**8,3**
	O pai não quer assumir o filho	0,7	5,6	**1,3**
	A vida da mãe corre perigo	63,8	55,6	**62,8**
	A moça ficou grávida por causa de estupro	55,8	55,6	**55,8**
	O bebê pode nascer com defeito/doença	47,1	44,4	**46,8**
Porto Alegre	A mulher não quer ter filho	15,7	20,6	**17,4**
	O pai não quer assumir o filho	2,6	4,9	**3,4**
	A vida da mãe corre perigo	64,9	83,3	**71,3**
	A moça ficou grávida por causa de estupro	68,6	83,3	**73,7**
	O bebê pode nascer com defeito/doença	54,5	56,9	**55,3**
Recife	A mulher não quer ter filho	4,2	16,7	**7,6**
	O pai não quer assumir o filho	1,0	0,0	**0,8**
	A vida da mãe corre perigo	61,5	77,8	**65,9**
	A moça ficou grávida por causa de estupro	59,4	75,0	**63,6**
	O bebê pode nascer com defeito/doença	37,5	44,4	**39,4**

TABELA 5.13-A – (continuação)

Capital	Motivos que justificam o aborto[1]	É praticante de alguma religião		Total
		Sim	Não	
Rio de Janeiro	A mulher não quer ter filho	15,8	29,7	20,0
	O pai não quer assumir o filho	4,1	5,4	4,5
	A vida da mãe corre perigo	64,3	83,8	70,2
	A moça ficou grávida por causa de estupro	69,0	83,8	73,5
	O bebê pode nascer com defeito/doença	53,8	71,6	59,2
Salvador	A mulher não quer ter filho	7,4	8,0	7,6
	O pai não quer assumir o filho	2,5	2,0	2,3
	A vida da mãe corre perigo	64,8	80,0	69,2
	A moça ficou grávida por causa de estupro	57,4	70,0	61,0
	O bebê pode nascer com defeito/doença	44,3	54,0	47,1
São Paulo	A mulher não quer ter filho	6,9	10,9	8,0
	O pai não quer assumir o filho	0,0	1,6	0,4
	A vida da mãe corre perigo	68,8	82,8	72,6
	A moça ficou grávida por causa de estupro	67,6	87,5	73,0
	O bebê pode nascer com defeito/doença	37,6	64,1	44,7
Vitória	A mulher não quer ter filho	7,6	21,1	10,4
	O pai não quer assumir o filho	2,8	0,0	2,2
	A vida da mãe corre perigo	64,8	89,5	69,9
	A moça ficou grávida por causa de estupro	64,1	84,2	68,3
	O bebê pode nascer com defeito/doença	38,6	63,2	43,7

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Quando se justifica fazer um aborto?* (categorias de resposta apresentadas na tabela).

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.14-A – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio, por prática religiosa, segundo motivos que justificam o aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Motivos que justificam o aborto[1]	É praticante de alguma religião		Total
		Sim	Não	
Belém	Quando a mulher é jovem demais	9,9	9,7	9,9
	Quando a mulher não quer ter o filho	7,4	6,5	7,3
	Quando o pai não quer assumir o filho	5,0	6,5	5,2
	Quando a moça engravidou por causa de estupro	63,1	80,6	66,3
	Quando o bebê pode nascer com defeito/doença	31,2	41,9	33,1
	Quando a vida da mãe corre perigo	49,6	62,9	52,0
Cuiabá	Quando a mulher é jovem demais	13,4	3,3	11,5
	Quando a mulher não quer ter o filho	10,8	6,6	10,0
	Quando o pai não quer assumir o filho	10,0	1,6	8,5
	Quando a moça engravidou por causa de estupro	62,8	60,7	62,4
	Quando o bebê pode nascer com defeito/doença	36,1	36,1	36,1
	Quando a vida da mãe corre perigo	49,1	44,3	48,2
Distrito Federal	Quando a mulher é jovem demais	6,0	8,1	6,4
	Quando a mulher não quer ter o filho	1,5	8,1	2,9
	Quando o pai não quer assumir o filho	0,0	0,0	0,0
	Quando a moça engravidou por causa de estupro	50,0	51,4	50,3
	Quando o bebê pode nascer com defeito/doença	34,3	29,7	33,3
	Quando a vida da mãe corre perigo	44,0	54,1	46,2
Florianópolis	Quando a mulher é jovem demais	9,1	12,5	9,9
	Quando a mulher não quer ter o filho	7,9	10,0	8,4
	Quando o pai não quer assumir o filho	2,0	2,5	2,1
	Quando a moça engravidou por causa de estupro	59,7	71,3	62,5
	Quando o bebê pode nascer com defeito/doença	42,3	47,5	43,5
	Quando a vida da mãe corre perigo	57,7	66,3	59,8

TABELA 5.14-A – (continuação)

Capital	Motivos que justificam o aborto[1]	É praticante de alguma religião		Total
		Sim	Não	
Fortaleza	Quando a mulher é jovem demais	9,6	4,3	**8,7**
	Quando a mulher não quer ter o filho	9,6	10,9	**9,8**
	Quando o pai não quer assumir o filho	7,8	6,5	**7,6**
	Quando a moça engravidou por causa de estupro	62,2	60,9	**62,0**
	Quando o bebê pode nascer com defeito/doença	37,4	47,8	**39,1**
	Quando a vida da mãe corre perigo	53,0	58,7	**54,0**
Goiânia	Quando a mulher é jovem demais	9,4	6,8	**9,0**
	Quando a mulher não quer ter o filho	3,1	6,8	**3,7**
	Quando o pai não quer assumir o filho	1,8	2,3	**1,9**
	Quando a moça engravidou por causa de estupro	53,8	68,2	**56,2**
	Quando o bebê pode nascer com defeito/doença	34,5	31,8	**34,1**
	Quando a vida da mãe corre perigo	47,1	52,3	**47,9**
Maceió	Quando a mulher é jovem demais	7,9	10,6	**8,6**
	Quando a mulher não quer ter o filho	5,4	8,0	**6,0**
	Quando o pai não quer assumir o filho	7,3	7,1	**7,3**
	Quando a moça engravidou por causa de estupro	50,3	70,8	**55,2**
	Quando o bebê pode nascer com defeito/doença	25,7	46,9	**30,8**
	Quando a vida da mãe corre perigo	47,5	68,1	**52,5**
Manaus	Quando a mulher é jovem demais	5,2	14,6	**6,8**
	Quando a mulher não quer ter o filho	4,3	2,1	**3,9**
	Quando o pai não quer assumir o filho	3,0	8,3	**3,9**
	Quando a moça engravidou por causa de estupro	51,3	68,8	**54,3**
	Quando o bebê pode nascer com defeito/doença	27,6	43,8	**30,4**
	Quando a vida da mãe corre perigo	42,7	60,4	**45,7**

TABELA 5.14-A – (continuação)

Capital	Motivos que justificam o aborto[1]	É praticante de alguma religião		Total
		Sim	Não	
Porto Alegre	Quando a mulher é jovem demais	10,8	11,8	11,1
	Quando a mulher não quer ter o filho	10,8	18,8	13,4
	Quando o pai não quer assumir o filho	2,8	2,4	2,7
	Quando a moça engravidou por causa de estupro	59,1	77,6	65,1
	Quando o bebê pode nascer com defeito/doença	43,8	60,0	49,0
	Quando a vida da mãe corre perigo	54,5	69,4	59,4
Recife	Quando a mulher é jovem demais	7,6	7,8	7,6
	Quando a mulher não quer ter o filho	4,0	7,8	5,1
	Quando o pai não quer assumir o filho	5,6	3,9	5,1
	Quando a moça engravidou por causa de estupro	64,6	81,8	69,5
	Quando o bebê pode nascer com defeito/doença	34,3	41,6	36,4
	Quando a vida da mãe corre perigo	55,1	71,4	59,6
Rio de Janeiro	Quando a mulher é jovem demais	8,7	8,2	8,5
	Quando a mulher não quer ter o filho	6,5	20,5	11,4
	Quando o pai não quer assumir o filho	3,6	5,5	4,3
	Quando a moça engravidou por causa de estupro	64,5	87,7	72,5
	Quando o bebê pode nascer com defeito/doença	49,3	68,5	55,9
	Quando a vida da mãe corre perigo	59,4	75,3	64,9
Salvador	Quando a mulher é jovem demais	7,0	16,5	9,7
	Quando a mulher não quer ter o filho	5,0	5,1	5,0
	Quando o pai não quer assumir o filho	2,5	3,8	2,9
	Quando a moça engravidou por causa de estupro	61,8	86,1	68,7
	Quando o bebê pode nascer com defeito/doença	42,2	59,5	47,1
	Quando a vida da mãe corre perigo	59,8	83,5	66,5

TABELA 5.14-A – (continuação)

Capital	Motivos que justificam o aborto[1]	É praticante de alguma religião		Total
		Sim	Não	
São Paulo	Quando a mulher é jovem demais	9,1	7,1	8,6
	Quando a mulher não quer ter o filho	6,5	14,1	8,6
	Quando o pai não quer assumir o filho	2,6	3,5	2,9
	Quando a moça engravidou por causa de estupro	64,3	75,3	67,3
	Quando o bebê pode nascer com defeito/doença	40,4	61,2	46,0
	Quando a vida da mãe corre perigo	52,6	78,8	59,7
Vitória	Quando a mulher é jovem demais	8,9	16,3	10,8
	Quando a mulher não quer ter o filho	6,1	22,1	10,2
	Quando o pai não quer assumir o filho	3,6	5,8	4,2
	Quando a moça engravidou por causa de estupro	67,2	83,7	71,5
	Quando o bebê pode nascer com defeito/doença	36,8	55,8	41,7
	Quando a vida da mãe corre perigo	55,1	73,3	59,8

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos pais: *Quando você acha que se justifica fazer um aborto?* (categorias de resposta apresentadas na tabela).

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.15-A – Proporção de membros do corpo técnico-pedagógico, por prática religiosa, segundo a percepção de que nada justifica o aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Nada justifica o aborto[1]		
	É praticante de alguma religião		Total
	Sim	Não	
Belém	20,6	10,2	**18,0**
Cuiabá	22,4	4,9	**19,5**
Distrito Federal	35,6	16,7	**32,0**
Florianópolis	15,4	11,5	**14,3**
Fortaleza	22,2	3,4	**19,1**
Goiânia	23,3	20,0	**22,5**
Maceió	26,3	9,1	**22,5**
Manaus	23,2	38,9	**25,0**
Porto Alegre	22,0	10,8	**18,1**
Recife	21,9	22,2	**22,0**
Rio de Janeiro	21,6	6,8	**17,1**
Salvador	24,6	8,0	**19,8**
São Paulo	17,9	4,7	**14,3**
Vitória	17,9	2,6	**14,8**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: *Quando se justifica fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Nada justifica um aborto.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 5.16-A – Proporção de pais de alunos do ensino fundamental e médio por prática religiosa, segundo a percepção de que nada justifica o aborto e capitais de Unidades da Federação – 2000

Capital	Nada justifica o aborto[1]		
	É praticante de alguma religião		Total
	Sim	Não	
Belém	33,7	24,2	32,0
Cuiabá	37,2	34,4	36,7
Distrito Federal	41,0	37,8	40,4
Florianópolis	35,6	22,5	32,4
Fortaleza	41,7	28,3	39,5
Goiânia	38,6	31,8	37,5
Maceió	44,9	23,0	39,6
Manaus	38,4	22,9	35,7
Porto Alegre	34,7	18,8	29,5
Recife	34,3	24,7	31,6
Rio de Janeiro	32,6	17,8	27,5
Salvador	34,2	12,7	28,1
São Paulo	32,2	9,4	26,0
Vitória	30,8	15,1	26,7

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi perguntado aos pais: *Quando você acha que se justifica fazer um aborto?* Categoria selecionada: *Nada justifica um aborto.*

(1) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 6.1-A – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por faixa etária, segundo a percepção de que a homossexualidade é uma doença e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	Percepção de que o homossexualismo é uma doença [2]			
	Faixa etária			Total
	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	
Belém	16,5	14,6	18,0	**15,7**
Cuiabá	14,6	13,6	25,6	**14,5**
Distrito Federal	14,5	16,5	8,9	**15,1**
Florianópolis	15,8	13,4	11,5	**14,2**
Fortaleza	16,6	13,3	24,1	**15,9**
Goiânia	17,5	18,0	19,3	**17,8**
Maceió	13,4	14,6	17,2	**14,3**
Manaus	16,3	16,6	18,4	**16,6**
Porto Alegre	11,4	12,2	14,6	**11,9**
Recife	17,2	12,9	21,5	**15,3**
Rio de Janeiro	13,4	15,6	18,0	**15,1**
Salvador	12,7	13,2	16,7	**13,3**
São Paulo	12,1	12,8	18,6	**12,6**
Vitória	15,8	14,5	24,1	**15,8**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi solicitado aos alunos: *Marque somente as frases com as quais você concorda.*Categoria selecionada: *homossexualismo é uma doença.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 7.1-A – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo a percepção de que DST são assuntos que interessam mais aos homens e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	DST são assuntos que interessam mais aos homens[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	18,1	6,8	**11,5**
Cuiabá	12,4	5,4	**8,5**
Distrito Federal	13,2	3,3	**7,5**
Florianópolis	10,6	3,9	**7,2**
Fortaleza	16,6	11,4	**13,7**
Goiânia	9,8	3,1	**6,3**
Maceió	17,7	7,6	**11,7**
Manaus	19,2	6,9	**12,5**
Porto Alegre	12,1	4,1	**8,0**
Recife	13,0	6,7	**9,6**
Rio de Janeiro	11,3	2,0	**6,4**
Salvador	14,3	5,9	**9,5**
São Paulo	14,5	4,4	**9,4**
Vitória	9,7	4,4	**6,8**

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi solicitado aos alunos: *Marque somente as frases com as quais você concorda.* Categoria selecionada: *Doenças sexualmente transmissíveis são assuntos que interessam mais aos homens.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

TABELA 7.2-A – Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo, segundo a percepção de que o sexo é mais importante para os homens que para as mulheres e capitais de Unidades da Federação – 2000[1]

Capital	O sexo é mais importante para os homens que para as mulheres[2]		
	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Belém	25,6	28,5	27,3
Cuiabá	21,9	18,4	20,0
Distrito Federal	24,5	22,5	23,4
Florianópolis	21,1	19,4	20,3
Fortaleza	29,1	26,9	27,8
Goiânia	23,2	27,0	25,2
Maceió	25,4	30,3	28,3
Manaus	25,6	26,5	26,1
Porto Alegre	26,5	27,2	26,9
Recife	23,7	22,1	22,8
Rio de Janeiro	21,5	18,8	20,1
Salvador	26,1	20,8	23,1
São Paulo	24,6	22,1	23,4
Vitória	25,0	20,2	22,4

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Notas: Foi solicitado aos alunos: *Marque somente as frases com as quais você concorda.* Categoria selecionada: *O sexo é mais importante para os homens do que para as mulheres.*

(1) Dados expandidos.

(2) Foram consideradas apenas as respostas afirmativas.

QUADRO 7.1-A – Síntese de diferenciais quanto a percepções de alunos sobre temas relacionados à sexualidade, por capitais selecionadas – 2000 (%)

Temas Sobre Sexualidade (1)	Belém	Cuiabá	Maceió	Rio de Janeiro	Porto Alegre
Iniciação Sexual					
Virgindade não tem importância alguma, é coisa do passado	55,7	49,4	44,7	65	68,1
As moças gostam de namorar, os rapazes gostam de ficar	49,9	50,3	53,6	47	49,7
Meu(a) namorado(a) só transa comigo	41,2	35,5	47,5	39	39
O amor proibido sempre é mais gostoso	44,8	42,6	37,0	38,2	42,5
DST são assuntos que interessam mais aos homens que às mulheres	11,5	8,5	11,7	6,4	8,0
O sexo é mais importante para os homens do que para as mulheres	27,3	20	28,3	20,1	26,9
Gravidez Juvenil					
Sabe de alguma jovem grávida na escola	47,7	56,9	59,5	41,4	45,1
Ter um filho tão cedo prejudica a vida dos jovens e ela vai ter um peso para o resto da vida	62,8	60,0	57,3	64,3	64,4
Contracepção					
Sabe o que é período fértil	50,7	55,6	48,7	59,1	47,0
Para evitar a gravidez, você ou seu parceiro(a) utiliza algum método contraceptivo	87,9	89,5	85,2	91,7	91,9
Usa ou solicita ao parceiro que use a camisinha quando transa	78,9	74,0	65,1	74,5	79,6
Usa camisinha quando transa com pessoas desconhecidas	27,0	29,5	17,3	24,6	17,9
Não usa camisinha porque não tem a camisinha à mão sempre que precisa	43,1	48,6	47,3	53,5	26,4
Não usa camisinha porque acha que não corre o risco de pegar Aids	17,2	28,1	28,6	23,8	12,4
Não usa camisinha porque só mantém relações sexuais com quem confia	33,6	33,3	38,4	37,5	24,5
Não usa camisinha porque acha que a camisinha diminui o prazer	27,4	35,7	40,9	41,4	21,3
Aborto					
Você ou sua namorada já fez aborto	5,7	4,9	5,8	4,0	5,1
Nada justifica fazer um aborto	23,9	18,7	31,3	18,0	14,3

QUADRO 7.1-A – (continuação)

Temas Sobre Sexualidade (1)	Belém	Cuiabá	Maceió	Rio de Janeiro	Porto Alegre
Aborto					
O aborto é justificável quando é decorrência de um estupro	51,7	57,6	46,3	62,1	54,2
O aborto é justificável quando a vida da mãe corre perigo	41,7	48,4	40,9	54,0	47,3
O aborto é justificável quando o bebê pode nascer com defeito ou doença	21,0	30,6	21,2	39,2	32,1
O aborto é justificável quando a mulher não quer ter o filho	22,0	20,1	19,7	25,0	21,9
Violências, Preconceitos e Discriminações					
Não gostaria de ter colegas de classe homossexuais	22,6	27,8	24,1	24,2	27,4
Homossexualidade é uma doença	15,8	14,2	14,7	15,1	11,9

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.
Nota: (1) Questões de acordo com o perguntado aos alunos no *survey*.

ANEXO 2 – GLOSSÁRIO e SIGLAS

ABRAPIA: Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência.

ATO DE ABORTAR OU ABORTAMENTO: O ato de abortar é o ato de causar/provocar a morte de um feto – durante qualquer momento da etapa que vai desde a fecundação (união do óvulo com o espermatozóide) até o momento prévio ao nascimento. Aqui, não se considera o "abortamento espontâneo", no qual a mãe é agente passivo. O primeiro termo é mais utilizado, ainda que o "abortamento" esteja atualmente mais difundido no uso popular, como, por exemplo, nos movimentos sociais. A expressão "*aborto*", que significa o resultado do abortamento, é freqüente e erroneamente usada como sinônimo de "abortamento" (RedeSaúde, 1999).

ABORTAMENTO ILEGAL: A lei brasileira (Código Penal, art. 128) considera crime a interrupção voluntária da gravidez, sujeitando a gestante e o praticante a penas privativas de liberdade. Admite, no entanto, duas exceções: se não há outro meio de salvar a vida da gestante e se a gravidez resultou de estupro e o abortamento é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. Assim, a prática de interrupção voluntária da gravidez só não é ilegal nestes dois casos.

ABUSO SEXUAL: trata-se de qualquer tipo de contato físico íntimo que envolva uma relação de poder, na qual a parte com mais poder (adulto) consiga, por meio da sedução, coerção ou intimidação, chantagear ou ameaçar a vítima (criança ou jovem); o abuso sexual é caracterizado pelo não-consentimento da vítima na relação com o adulto. As formas mais comuns de agressão sexual contra crianças ou jovens relatadas por especialistas que trabalham com a psicoterapia nos casos de abuso são: as "carícias", o contato com a genitália, a masturbação e a relação sexual vaginal, anal ou oral.

ADOLESCÊNCIA: a partir da definição da Organização Mundial de Saúde, a adolescência corresponde ao período referente ao segundo decênio da vida, ou seja, dos 10 aos 19 anos de idade. Este conceito é definido tendo como base a passagem das características sexuais secundárias para a maturidade sexual, a evolução dos padrões psicológicos, juntamente com a identificação do indivíduo que evolui da fase infantil para a adulta, e a passagem do estado de total dependência para o de relativa independência. Segundo alguns autores, a idade não é suficiente para essa identificação, como também dentro de uma mesma faixa etária pode haver uma heterogeneidade muito grande, em função do contexto social. Ser ou não adolescente está diretamente relacionado com as condições sociais e econômicas, ou melhor dizendo, ao lugar que cada um ocupa em relação à estrutura social.

ASSÉDIO SEXUAL: Código Penal Brasileiro – constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Manifesta-se por meio de propostas indecorosas, falas obscenas, pressão para ter relações sexuais que o outro não deseja.

ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR: atos libidinosos diversos da cópula vaginal. Crime previsto no art. 214 do Código Penal: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal."

ATIPICIDADE: Qualidade de uma conduta cujo caráter não se enquadra na definição legal de uma infração penal.

ATO JURÍDICO: Ato cometido com as formalidades legais, aperfeiçoado frente à norma que o permite ou determina, que tem por fim criar, conservar, modificar ou extinguir um direito.

ATO LIBIDINOSO: No sentido amplo, abrange a conjunção carnal. No sentido restrito é diverso da conjunção carnal. É o que visa ao prazer sexual. É todo aquele que serve para o desafogo à concupiscência. Sob a nova ótica dos direitos sexuais, esses delitos passam a ser considerados como violência de gênero e homofobia e não como simples agressão individual.

CECRIA: Centro de Referência e Ações sobre Crianças e Adolescentes.

COMPORTAMENTO DE RISCO: é a probabilidade que uma pessoa ou determinada população envolva-se em prática não segura para as infecções por transmissão sexual e sangüínea, quando comparada à população em geral.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA: Órgão vinculado ao Ministério da Justiça, cujas funções são deliberar e fiscalizar as políticas de atenção às crianças e aos adolescente. O Conselho define diretrizes paradigmáticas, orientadoras e referenciais que devem ser incorporadas na concepção de políticas.

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONDECA: Órgão deliberativo, autônomo, formulador e controlador das ações e /ou políticas relacionadas à criança e ao adolescente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

CONSELHO TUTELAR: Órgão municipal permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

DST (ver também IST): Sigla que designa as doenças sexualmente transmissíveis, isto é, as doenças infecciosas causadas por microorganismos transmitidos por contato sexual. As DST de maior incidência e importância sanitária em nosso meio são a Aids, a sífilis, a gonorréia, a clamidiose, os cancros e a infecção pelo papilomavírus. Assim como a infecção pelo HIV, outras doenças que são transmissíveis sexualmente podem ser transmitidas também por outras vias, como é o caso do herpes, das hepatites e da sífilis. As DST são popularmente conhecidas por doenças venéreas.

ECOS: Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana.

ENDEMIA: doença ou qualquer agravo à saúde que existe constantemente em determinado lugar e ataca um número maior ou menor de indivíduos.

EPIDEMIA: doença infecciosa ou qualquer ameaça à saúde que surge de forma súbita e se desenvolve rapidamente, atingindo ao mesmo tempo grande número de pessoas, numa mesma localidade ou região, mas que não tem causas locais. Surto periódico de uma doença infecciosa.

EPIDEMIOLOGIA: estudo da forma pela qual uma doença se distribui e se propaga nos vários grupos populacionais. Os estudos epidemiológicos permitem identificar os fatores que facilitam ou dificultam a disseminação da doença, contribuindo para a prevenção e /ou controle.

ESTUPRO: cópula violenta, sem consentimento de uma das partes; coito forçado; ou violação. Pode ser realizado por apenas uma pessoa ou por mais de um indivíduo, recebendo nesse caso a designação popular de "curra". No Código Penal Brasileiro – art. 213 – "Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça". Assim, uma relação homossexual forçada não configura estupro, pois o tipo penal exige cópula heterossexual, chamada de conjunção carnal. Na relação homossexual, o crime é caracterizado como atentado violento ao pudor. Uso de força física ou ameaça com intuito de obter relações sexuais com penetração (oral, vaginal ou anal).

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA: Marco Legal que define e fundamenta a promoção e a defesa dos direitos de cidadãos de todas as crianças e adolescentes.

HIV: Vírus da Imunodeficiência Humana (sigla proveniente da denominação em inglês). Um retrovírus humano, agente etiológico da Aids. Suas principais formas de transmissão são: sexual, sangüínea e vertical, isto é, da mãe para o filho durante a gestação, o parto ou aleitamento materno. (ver "Aids")

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INSUMO DE PREVENÇÃO: Recursos materiais utilizados para a prevenção do HIV e Aids, tais como preservativos feminino e masculino (camisinha) e seringas descartáveis (utilizadas em estratégias de redução de danos).

INTEGRALIDADE DAS AÇÕES DE SAÚDE/ATENÇÃO INTEGRAL: Diretriz constitucional (art. 198, II) para a organização do Sistema Único de Saúde, segundo a qual as ações e serviços de saúde devem organizar-se de tal forma que seus usuários tenham suas necessidades de saúde atendidas em sua totalidade. Em especial que não haja dissociação entre as ações de prevenção e de assistência.

OMS (Organização Mundial da Saúde): Organismo integrante do Sistema das Nações Unidas que se dedica a promover a saúde no mundo. Também é identificado pelo nome, em inglês, *World Health Organization* (WHO). Possui representações regionais em todos os continentes.

ONUSIDA (ver também UNAIDS): Um programa conjunto da ONU, responsável pela coordenação do apoio prestado aos programas de prevenção e assistência à SIDA, em todo o mundo. Com sede em Genebra, na Suíça, a ONUSIDA é integrada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), FNUAP, Banco Mundial, Agência das Nações Unidas Para a Ciência, Cultura e Educação (UNESCO), PNUD e OMS. A sua principal função é reforçar a capacidade dos diferentes países para dar uma resposta ampliada e consistente à questão da SIDA. Durante 2001, a Índia preside este programa e Portugal é vice-presidente. Em 2002, Portugal assume a presidência.

PANDEMIA: doença que ataca ao mesmo tempo grande número de pessoas, na mesma região ou em grande número de países.

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais.

PND: Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde.

PN DST e Aids: Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids (Antiga CN DST/Aids)

SEDUÇÃO: Crime previsto no art. 218 do Código Penal: "Seduzir mulher virgem, menor de 18 (dezoito) anos e maior de 14 (catorze) e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança".

SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO ESCOLAR – SOE: Departamento da escola que faz atendimento a alunos com relação ao seu desempenho, bem como orientação e acompanhamento relacionados a comportamentos, dificuldades e potencialidades.

SEXO SEGURO: práticas e comportamentos sexuais que reduzem o risco de contrair e transmitir infecções sexualmente transmissíveis, especialmente o HIV. Relação sexual em que ambos os parceiros estão protegidos. São consideradas estratégias de sexo seguro a automasturbação, a masturbação mútua, o uso de preservativos, a monogamia, a fidelidade mútua de parceiros sadios, entre outras.

SISTEMA DE SAÚDE: ações e serviços de saúde integrados em uma rede regionalizada e hierarquizada e organizados segundo diretrizes específicas. Segundo dispõe a Constituição Federal (art. 198), as ações e serviços públicos de saúde integram uma tal rede e constituem o Sistema Único de Saúde (SUS), organizado segundo diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação da comunidade.

SUS: Sistema Único de Saúde.

TRANSMISSÃO VERTICAL: é a forma de transmissão do HIV da mãe para o filho. A transmissão vertical pode ocorrer durante a gravidez, durante o trabalho de parto e o parto e no período pós-natal. Tem-se dividido a transmissão vertical em três períodos: intra-uterino, intraparto e pós-parto, por meio do aleitamento. A possibilidade de contaminação da criança pelo aleitamento materno é de aproximadamente 14%. Caso a infecção aguda materna ocorra durante o aleitamento, tal possibilidade aumenta para 29%.

UNFPA: Fundo de População das Nações Unidas.

VIOLÊNCIA SEXUAL: Legalmente, é a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso de força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros. Consta ainda do Código Penal Brasileiro: a violência sexual pode ser caracterizada de forma física, psicológica ou com ameaça, compreendendo o estupro, a tentativa de estupro, a sedução, o atentado violento ao pudor e o ato obsceno.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, M. (Org.). *Escola e violência*. Brasília: UNESCO, UCB, Observatório de Violências nas Escolas, 2002.

_____; CASTRO, M. G. *Ensino médio*: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

_____; RUA, M. G. *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

_____ et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina*: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2002.

ÁVILA, M. B. Direitos reprodutivos: feminismo e construção de igualdade. In: LIBARDONI, M. (Coord.). *Curso nacional de advocacy feminista em saúde e direitos sexuais e reprodutivos*. Brasília: Agende, 2002. p. 89-100.

AKERLOF, G. A.; YELLEN, J. L.; KATZ, M. L. An analysis of out-of-weklock childbearing in the United States. *Quarterly Journal of Economics*, v. 111, n. 2, p. 277-317, May, 1996.

ALAN GUTTMACHER INSTITUTE. *Sharing responsibility, women society and abortion wordwide*. New York: Alan Guttmacher Institute, 1999.

_____. *Hacia un nuevo mundo*: la vida sexual de las jóvenes. Resumen ejecutivo. New York: Alan Guttmacher Institute, 1998.

ALBERTINI, P. A sexualidade e o processo educativo: uma análise inspirada no referencial reichiano. In: GROPPA AQUINO, J. (Org.). *Sexualidade na escola:* alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Ed. 1997, p. 53-70.

ALMEIDA, M. A. S. Treze meninas e suas histórias: um estudo sobre gravidez adolescente. In: DÉCIMO TERCEIRO ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto, out. 2002. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002.

_____. Gravidez adolescente: a diversidade de situações. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 2, jul./dez. 2002,. p. 107-208.

ALVES, G. G.; CORTINOVI, T. M. A sala de aula como espaço potencializador do ser saudável. *In*: MEYER, D. E. E. (Org.). *Saúde e sexualidade na escola*. Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos Educação Básica; 4). p. 51-56.

ANTUNES, M. C. et al. Avaliação de um programa de prevenção da AIDS entre jovens de escolas públicas noturnas de São Paulo. *AIDS,* v.11, supl. 1, set. 1997.

ÁRIES, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

ARILHA, M.; CALAZANS, G. Sexualidade na adolescência: o que há de novo? In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas,* v. 2. Brasília: CNPD, IPEA, 1998. p. 687-712.

ARROYO, M. G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. 5.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. O que diz a Plataforma Política Feminista, *Revista da Articulação de Mulheres Brasileiras*, Brasília: Bocas no Mundo, n. 1-2, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. *Maus-tratos contra crianças e adolescentes:* guia de orientação para profissionais de saúde. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 1997.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. *Violência de pais contra filhos*: a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez, 1998.

BADINTER, E. *Um amor conquistado:* o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, H. Abuso e exploração sexual de crianças: origens, causas, prevenção e atendimento no Brasil. In: *Inocência em perigo:* abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet. Rio de Janeiro: UNESCO, ABRANET, Garamond, 1999.

BARBOSA, R. M. Feminismo e Aids. In: PARKER, R.; GALVÃO, J. (Orgs.). *Quebrando o silêncio*: mulheres e Aids no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA, IMS/UERJ, 1996.

_____; PARKER, R. (Orgs.). *Sexualidade pelo avesso:* direito, identidades e poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1999.

BARREIRA, C. (Coord.). *Ligado na galera:* juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília: UNESCO, 1999.

_____ (Org.). *Gravidez na adolescência*. Brasília: IPLAN/IPEA, 1986.

BARTHES, Roland. *S/Z*. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

BEMFAM. *Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS)*. Rio de Janeiro: BEMFAM, 1996. 182p.

_____. _____, 1997.

_____. *Pesquisa Nacional sobre Saúde Reprodutiva e Sexualidade do Jovem 1989-1990*. Rio de Janeiro: BEMFAM, 1992.

_____. FNUAP. Demographic and Health Surveys, 1996. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas,* v.1. Brasília: CNPD, IPEA, 1998. p. 131.

BERQUÓ, E. Brasil um caso exemplar: concepção e partos cirúrgicos. In: SEMINÁRIO A SITUAÇÃO DA MULHER E O DESENVOLVIMENTO, Campinas, 1993. Anais. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1993. (Mimeografado).

_____. Sobre o declínio da fecundidade e a anticoncepção em São Paulo: análise preliminar. *Textos NEPO,* Campinas: Núcleo de Estudos de População, n. 6, 1986.

_____; BARBOSA, R. M.; KALCKMANN, S. *Aceitabilidade do condom feminino em contextos sociais diversos*: relatório final. Brasília: CEBRAP; NEPO/UNICAMP; CN DST/Aids/MS; UNAIDS, 1999.

_____; LAGO, T. O debate sobre o aborto no Brasil. In: REDE FEMINISTA DE SAÚDE. *Campanha pela despenalização do aborto na América Latina e no Caribe*. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2003.

BOURDIEU, P. A 'juventude' é apenas uma palavra. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marca Zero, 1983.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos. *Direitos humanos e cidadania homossexual*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Qualidade da Educação:* uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª série do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/INEP, 2003.

_____. _____. Secretaria da Educação Fundamental. *Temas transversais*: ética. 3.ed. Brasília: MEC, 2001. (Parâmetros Curriculares Nacionais; 8).

_____. _____. _____. *Pluralidade cultural*: orientação sexual. 3.ed. Brasília: MEC, 2001. (Parâmetros Curriculares Nacionais; 10).

_____. _____. _____. *Pluralidade cultural, orientação sexual*. 3.ed. Brasília: MEC, 2001. (Parâmetros Curriculares Nacionais; 1).

BREINES, I.; CONNELL, R.; EIDE, I. Males roles, masculinities and violence*: a culture of peace perspective. Paris: UNESCO, 2000.*

BUTLER, J. *Bodies that matter:* on the discursive limits of "sex*"*. New York: Routledge, 1993.

CABRAL, C. S. Gravidez na adolescência nas camadas populares do Rio de Janeiro: um 'problema' de classe ou de geração?". In: DÉCIMO TERCEIRO ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto, out. 2002. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002.

_____. Gravidez na adolescência e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 2, p. 179-196, jul./dez. 2002.

CAMARANO, A. A. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. *In*: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas,* v. 1. Brasília: CNPD, IPEA, 1998. p. 109-134.

_____ et al. *Jovens brasileiros:* sexualidade, gravidez e Aids. Fev. 2003, no prelo.

CANAZAS, V. M. A. Comportamento sexual e reprodutivo das jovens no Peru. In: DÉCIMO TERCEIRO ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto, out. 2002. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002.

CASTRO, M. G. Produção político-cultural da sexualidade, violência contra as mulheres e o caso da jovem. *Revista Mátria: A Emancipação da Mulher*. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, ed. especial, p. 21-22, 8 mar. 2003.

CASTRO, M. G. Violências, juventudes e educação: notas sobre o estado do conhecimento. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 19, n. 1, p. 5-28, jan./jun. 2002.

_____; ABRAMOVAY, M. *Drogas nas escolas*. Brasília: UNESCO, Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Fundação Ford, CONSEDE, UNDIME, 2002.

_____; _____. Marcas de gênero na escola, sexualidade e violências/ discriminações – representações de alunos e professores. *In:* SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO E EDUCAÇÃO: EDUCAR PARA A IGUALDADE, São Paulo, mar. 2003. *Anais*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher e Conselho Britânico, Secretaria Municipal de Educação, 2003. (Mimeografado).

_____; _____. *Por um novo paradigma do fazer políticas*: políticas de/para/ com juventudes. Brasília: UNESCO, 2003b.

CATHARINO, T. R.; GIFFIN, K. Gravidez e adolescência: investigação de um problema moderno. In: DÉCIMO TERCEIRO ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto, out. 2002. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002. (Mimeografado).

CECCHIM, R. B. Saúde e doença: reflexão para educação da saúde. *In*: MEYER, D. E. E. (Org.). *Saúde e sexualidade na escola*. Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos Educação Básica; 4). p. 37-50.

CHAMBOIM DE ALMEIDA, P. Gravidez na adolescência em grupos populares urbanos: concepções de idade e maternidade. In: BUARQUE DE ALMEIDA, H. et al. (Orgs.). *Gênero em matizes*. São Paulo: Universidade São Francisco, 2003.

CHANEY, E.; CASTRO, M. G. *Muchachas no more: household workers in Latin America and the Caribbean*. Philadelphia: Temple University Press, 1988.

CHOMBART DE LAWUE, M. J. *Un monde autre:* l'enfance des représentations a son mythe. Paris: Payothéque, 1979.

CONTRERAS, J. M.; HAKKERT, R. La sexualidad y la formación de uniones. In: GUZMÁN, J. M. et al. (Orgs.). *Diagnóstico sobre salud sexual y reproductiva de adolescentes en América Latina y Caribe*. México, D.F.: UNFPA, 2001. p. 57-104.

CORTEZ, M. C.; SOUZA, C. de. Sexo é uma coisa natural? A contribuição da Psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: GROPPA AQUINO, J. (Org.). *Sexualidade na escola:* alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Ed., 1997. p. 11-24.

COSTA, J. F. *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

COSTA, W. A. Sexualidade e docência. *Jornal peDagolendo*, a. 2, n. 1, p. 1-12, mar. 2002. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/sexdocen.htm>. Acesso em: 27/10/2003.

CRUZ, E.; BRITO, N. *Fios da vida*: tecendo o feminino em tempos de Aids. Brasília: – Grupo de Incentivo à Vida, Coordenação Nacional de DST e Aids/Ministério da Saúde, 2000.

DEBARBIEUX, E. (Coord.). La violence à l'école: approches européenes. Institute Nationel de Recherche Pedagogic. *Revue Française de Pédagogie*, nº 123, abr./jun., 1998.

DELORS, J. (Coord.). *Educação*: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, MEC, Cortez, 2001.

DIEGOLI, C. A. *Violência sexual e DST*. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/assistencia/ manualdst/item17.htm>. Acesso em: 08/05/2003.

DUARTE, L. F. D. O Império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade:* o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 21-30.

_____. Distanciamento, reflexividade e interiorização da pessoa no ocidente. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 2, n. 2, p. 163-176, 1996.

FIGUEIREDO, R. M. D. (Org.). *Prevenção às DST/Aids em ações de saúde e educação*. São Paulo: NEPAIDS, 1998.

FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação sexual*: retomando uma proposta, um desafio. Londrina: Editora UEL, 2001.

FNUAP. Dossiê adolescentes: início precoce das relações sexuais e baixo uso de métodos contraceptivos. In: BEMFAM. FNUAP. *Demography Health Survey, 1996*. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/dossies/html/bodyad-inicioprecoce.html>. Acesso em: 14/03/2003.

FOUCAULT, M. *A história da sexualidade*. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Memória Paulo Freire. *Revista Teoria e Debate*, n. 17, p. 1-16, jan./mar., 1992.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. *Sexualidade*: prazer em conhecer. Livro do Professor. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2001.

GALLAND, O. *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin, 1997.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade*: sexo, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

_____. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

GONÇALVES**,** E. Amar, namorar, ficar. In: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. *Sexualidade: prazer em conhecer*. Livro do Professor. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2001. p. 150.

GONZÁLEZ REY, F. *La epistemología cualitativa y subjetividad*. São Paulo: Educ, 1997.

GROPPA AQUINO, J. (Org.). *Sexualidade na escola:* alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Ed., 1997.

GTPO. ABIA. ECOS. Guia de orientação sexual. In: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. *Sexualidade: prazer em conhecer*. Livro do Professor. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2001.

GTPOS. *Sexo se aprende na escola*. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

GUEDES, S. L. *Sexualidade e saúde reprodutiva no Brasil*: avaliações preliminares de significados e valores. Rio de Janeiro: s.ed., 2002.

GUIMARÃES, C. D. O comunicante e a comunicada: a transmissão sexual do HIV. In: PAIVA, V. (Org.). *Em tempos de Aids*. São Paulo: Summus, 1992.

_____. Mas eu conheço ele! In: PARKER, R.; GALVÃO, J. (Orgs.). *Quebrando o silêncio*: mulheres e Aids no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, ABIA, IMS/UERJ, 1996.

_____. Mulheres, homens e Aids: o visível e o invisível. In: PARKER, R.; BASTOS, C.; GALVÃO, J.; PEDROSA, J. S. (Orgs.). *A Aids no Brasil, 1982-1992*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, ABIA/IMS/UERJ, 1994. p. 217-230.

GUIMARÃES, K. Nas raízes do silêncio: a representação cultural da sexualidade feminina e a prevenção do HIV/Aids. In: PARKER, R.; GALVÃO, J. (Orgs.). *Quebrando o silêncio:* mulheres e Aids no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, ABIA/IMS/UERJ, 1996.

GUIRADO, M. Sexualidade, isto é, intimidade: redefinindo limites e alcances para a escola. In: GROPPA AQUINO, J. (Org.). *Sexualidade na escola:* alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Ed., 1997. p. 25-42.

GUZMÁN, J. M.; CONTRERAS, J. M.; MOYANO, M. F. El conocimiento en salud sexual y reproductiva y la educación sexual. In: GUZMÁN, J. M. et al. (Orgs.). *Diagnóstico sobre salud sexual y reproductiva de adolescentes en América Latina y Caribe*. México, D.F.: UNFPA, 2001. p.105-123.

HAKKERT, R. Preferencias reproductivas en adolescentes. In: GUZMÁN, J. M. et al. (Orgs.). *Diagnóstico sobre salud sexual y reproductiva de adolescentes en América Latina y Caribe*. México, D.F.: UNFPA, 2001. p. 41-56.

HASSEN, M. de N. A. Grupos focais de intervenção no Projeto Sexualidade e Reprodução. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre: a. 8, n. 17, p. 159-177, jun. 2002.

HEILBORN, M. L. Estranha no ninho: sexualidade e trajetória de pesquisa. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Orgs.). *Pesquisas urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 190-207.

_____. Sexualidade no plural: o direito à diferença. In*:* ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. O que diz a Plataforma Política Feminista. *Bocas no Mundo: Revista da Articulação de Mulheres Brasileiras*, n. 1-2, 2003b.

_____. Construção de si, gênero e sexualidade. In: _____. (Org.). *Sexualidade*: o olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p. 40-58.

_____ et al. Aproximações sócio-antropológicas sobre gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*. Rio de Janeiro: a. 7, n. 17, 2001.

IBGE. *Censo demográfico, 2000:* resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/população/condiçaodevida/indicadoresminimos>. Acesso em: 10/06/2003.

_____. *Síntese dos indicadores sociais, 2003*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13/06/2003.

IPPOLITO, R. (Coord.). *Guia escolar:* método para identificação de sinais de abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

IRIGARAY, L. *L´étique de la difference sexuelle.* Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

JOFFE, H. Degradação, desejo e o outro. In: ARRUDA, A. (Org.). *Representando a alteridade.* Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 109-128.

KAUFMANN, J.-C. *Ego:* pour une sociologie de l´individu. Paris: Nathan, 2001.

LAGO, S. de P. *Namoro para escolher (com quem casar):* idéias e práticas de namoro entre jovens em Belém/Pará. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará.

LAURENTI, R. et al. Mortalidade de mulheres em idade fértil no município de São Paulo (Brasil), 1986: mortes por causas maternas, II. *Revista de Saúde Pública*, n. 24, n. 6, p. 468-72, 1990.

LIBARDONI, M. (Coord.). *Curso nacional de advocacy feminista em saúde e direitos sexuais e reprodutivos*. Brasília: Agende, 2002.

LONGO, L. A. F. Juventude e contracepção: um estudo dos fatores que influenciam o comportamento contraceptivo das jovens brasileiras de 15 a 24 anos. In: DÉCIMO TERCEIRO ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto, out. 2002. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*: *uma perspectiva pós-estruturalista*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1997.

_____. Sexualidade: lições da escola. *In*: MEYER, D. E. E (Org.). *Saúde e sexualidade na escola.* Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos Educação Básica; 4). p. 85-95.

MANN, J.; TARANTOLA, D. J. M. *Aids in the world II*. New York: Oxford University Press, 1996.

MELO, A. V. Gravidez na adolescência: nova tendência na transição da fecundidade no Brasil. In: DÉCIMO ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Belo Horizonte, out. 1996. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, v. 3, p. 1439-54, 1996.

MENSCH, B. S.; BRUCE, J.; GREENE, M. E. *The uncharted passage*: girls'adolescence in the developing world. New York: Population Council, 1998.

MESSEDER, S. A. Namorei não, peguei: o pegar como uma forma de relacionamento amoroso-sexual entre os jovens. In: DÉCIMO TERCEIRO ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto, out. 2002. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002.

MEYER, D. E. E. (Org.). Introdução: educação e saúde na escola: transversalidade ou silenciamento?. In: _____ (Org.). *Saúde e sexualidade na escola*. Porto Alegre: Mediação. 1998. (Cadernos Educação Básica; 4).

MONTEIRO, S. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: Maria Luiza HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade:* o olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1999. p. 117-145.

_____. *Qual prevenção?* Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

MOREIRA, M. de M. Adolescentes e jovens do sexo masculino: riscos de contrair HIV/Aids ou DST ou engravidar uma parceira. In: DÉCIMO TERCEIRO ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto, out. 2002. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002. (Mimeografado).

MORELL, M.G.G.; MELO, A.V. A declaração de nascido vivo no Estado de São Paulo: nascer aqui, alguns resultados. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1995. (Informe Demográfico; 29).

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: UNESCO, Editora Cortez, 1999.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOTTA, M. A. P. *Mães abandonadas:* a gravidez na adolescência e a entrega do filho em adoção. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

NOLASCO, S. A. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NEUBERN, M. da S. O reconhecimento das emoções no cenário da Psicologia: implicações epistemológicas e reflexões críticas. *Psicologia ciência e profissão*, v. 21, n. 2, p. 62-73, 1999.

OLIVEIRA, G. C. *Direito ao aborto em debate no Parlamento, 2001*. (Mimeografado).

ONU. *System-wide medium term plan for the advancement of women, 2002-2005*: report of the Secretary General at Commission on the Status of Women, Follow-up to the Fourth World Conference on Women. New York: United Nations, 2003.

_____. Coordenação Sub-Regional Cone Sul de ONGs para Beijing. *Plataforma Beijing 95*: um instrumento de ação para as mulheres. Santiago do Chile: ISIS Internacional, 1995.

PAIVA, M. S. *Vivenciando a gravidez e experienciando a soropositividade para o HIV*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo.

PAIVA, V. *As voltas do feminino*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PARKER, R. G. *Corpos, prazeres e paixões*: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Best Seller, 2000.

_____; GAGNON, J. Reconcebendo a sexualidade. *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, a. 1, n. 1, p. 6-8, jun. 1994.

PATARRA, N. Mudanças na dinâmica demográfica. In: MONTEIRO, C. A. (Org.). *Velhos e novos males da saúde no Brasil:* a evolução do país em suas doenças. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 61-78.

PATTON, C. *Last served?* Gendering the HIV pandemic. Londres: Taylor & Francis Ltd, 1994.

PIMENTA, M. C. et al. Saúde sexual e reprodutiva: passagem segura para a vida adulta, oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros. *Coleção ABIA,* n. 1, p. 1-52, 2001.

PIMENTEL, S.; PANDJIARJIAN, V.; PIOVESAN, F. Aborto: descriminar para não discriminar. *Jornal da Rede Saúde,* n. 21, set. 2000.

PIOVESAN, F.; PIROTTA, W. R. B. A proteção dos direitos reprodutivos no direito internacional e no direito interno. In: _____. (Org.). *Temas de direitos humanos*. São Paulo: Max Limonad, 1998. p. 166-202. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 19/03/2003.

PIROTTA, K. *Não há guarda chuva contra o amor:* estudo do comportamento reprodutivo e de seu universo simbólico entre jovens universitários da USP. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Materno-infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

____; SCHOR, N. Juventude e saúde reprodutiva: valores e condutas relacionados com a contracepção entre universitários. In: DÉCIMO TERCEIRO ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto, out. 2002. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002. (Mimeografado).

POPULATION REFERENCE BUREAU. *Inquietudes femininas:* las mujeres escribem sobre la participación de los hombres en la familia. Washington (D.C.): PRB, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br >. Acesso em: 19/03/2003.

PUFFER, R. R. *Patterns of urban mortality, report of the Inter-American Investigation of Mortality*. Washington D.C.: Pan American Health Organization, set. 1997.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. *Dossiê*: aborto inseguro. São Paulo: Rede Saúde, 1998. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/dossies/html/ab-panbrasil.html>. Acesso em: 14/10/2003.

_____. *Dossiê:* adolescentes. São Paulo: Rede Saúde, 1999. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/dossies/dossiessr.html>. Acesso em: 14/03/2003.

_____. Acordos mundiais. In: _____. *Folheto Mulher e Aids, 2002*. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/html/body_aids>. Acesso em: 14/10/2003.

_____. *Campanha pela despenalização do aborto na América Latina e no Caribe - 28 de setembro*. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2003.

RINGHEIN, K. Factors that determine prevalence of use of contraceptive methods for men. In: _____. *Stud Fam Plann, 1993*. p. 87-99. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 19/03/2003.

RODRIGUEZ, E. *Actores estratégicos par el desarrollo:* políticas de juventud para el siglo XXI. México: Instituto Mexicano de la Juventud, 2002.

RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. *Avaliação das ações de prevenção às DST/Aids e uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras*. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, Grupo Temático UNAIDS, UNODC, 2001.

RUBIN, G. The traffic in women. In: REITER, R. (Org.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes:* mito e realidade. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969.

_____. *O poder do macho*. 5.ed. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

_____. Posfácio: conceituando o gênero. In: _____; MUÑOZ-VARGAS, M. (Orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p. 271-283.

_____; ALMEIDA, S. S. *Violência de gênero:* poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter Ltda., 1995.

SANTOS, B. de S. Subjetividade, cidadania e emancipação. In: _____. *Pela mão de Alice:* o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995. p. 235-280.

SANTOS, T. de F. (Org.). *Saúde sexual e reprodutiva:* uma abordagem multidisciplinar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002.

SAWAIA, B. Identidade: uma ideologia separatista?. In: _____ (Org.). *As artimanhas da exclusão***.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 119-128.

SAYAO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: GROPPA AQUINO, J. (Org.). *Sexualidade na escola:* alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Ed., 1997. p. 107-118.

SCOTT, R. P.; QUADROS, M.; LONGHI, M. Jovens populares urbanos e gênero na identificação de demandas de saúde reprodutiva. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 2, jul./dez. 2002.

SIMÕES BARBOSA, R. Aids e saúde reprodutiva: novos desafios. In: GIFFIN, K.; COSTA, S. H. (Orgs.). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. p. 281-296.

SOUSA e SILVA, R. Especulações sobre o papel do aborto provocado no comportamento reprodutivo das jovens brasileiras. *Revista Brasileira de estudos de População,* v. 19, n. 2, jul/dez. 2002.

_____. Gravidez na adolescência: aonde mora o problema? *Anais ABEP*, v. 3, p. 1545-1565, 1994.

SOUZA PINTO, H. D. de. A individualidade impedida: adolescência e sexualidade no espaço escolar. In: GROPPA AQUINO, J. (Org.). *Sexualidade na escola:* alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Ed. 1997. p. 43-52.

STERN, C.; MEDINA, G. Adolescencia y salud en México. In: OLIVEIRA, M. C. (Org.). *Cultura, adolescência e saúde:* Argentina, Brasil, México. Campinas: CEDES/COLMEX/NEPO-UNICAMP, Consórcio de Programas em Saúde Reprodutiva e Sexualidade na América Latina, 2000.

UNESCO. Aids: O que pensam os jovens? Políticas e Práticas Educativas. Brasília: UNESCO, UNAIDS, 2002. (Cadernos UNESCO Brasil. Série educação para a saúde; 1).

_____. *Desafios e alternativas*: violências nas escolas. Anais do Seminário Internacional de Violências nas Escolas, Brasília, nov. 2002. Brasília: UNESCO, UNODC, 2003.

_____. *Inocência em perigo:* abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

URREA GIRALDO, F.; CONGOLINO, M. L.; HERRERA, H. D. *Sociabilidades y sexualidad entre jóvenes de sectores populares de Cali*. In: VII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE, Angra dos Reis, 2003.

VEIGA, Ana Paula Franco. *"Aids? Tô fora". Um estudo com adolescentes em duas escolas de Belo Horizonte sobre os fatores que determinam o uso do preservativo na era da Aids,* 2000. (Sem referência)

VENTURA, M. *Direitos reprodutivos no Brasil*. São Paulo: Fundação MacArthur, 2002.

VIANNA, L. C. R. *A Idade mídia:* uma reflexão sobre o mito da juventude na cultura de massa. Brasília: UnB, 1992.

VÍCTORA, C. G.; KNAUTH, D. R. Entrevista com Richard Parker. *Horizontes antropológicos*, a. 8, n. 17, p. 253-262, jun. 2002.

VILLELA, W.; BARBOSA, R. M. Repensando as relações entre gênero e sexualidade. *In*: Richard PARKER, R.; BARBOSA, R. M. (Orgs.). *Sexualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA/IMS/UERJ, 1996.

_____; DINIZ, S. *Mulheres e Aids*. São Paulo: NEPAIDS/CFSS, 1988.

WARKEN, R. *A escola e a sexualidade*. Disponível em: <http://glssite.net/edusex/edusex/escoalesexualidade.htm>. Acesso em: 23/07/2003.

WHO. *Sexual relations among young people in developing countries:* evidences from WHO case studies. Genebra: WHO, 2001.

WORLD BANK. *World Bank annual report, 1993*. Washington, DC: World Bank, 1993.

ZAMPIERI, A. M. F. *Sociodrama construtivista da Aids*: método de construção grupal na educação preventiva da síndrome da imunodeficiência adquirida. Campinas: Editorial Psy, 1996.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo